

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Luciana Mendes Fernandes

**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas
amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**

Rio de Janeiro

2022

Luciana Mendes Fernandes

**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas
amazônidas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Danielle Ribeiro de Moraes.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Rosely Magalhães de Oliveira.

Rio de Janeiro

2022

Título do trabalho em inglês: Territoriality, history, living and health conditions in amazonian quilombola communities: the case of Umarizal Beira, Baião, Pará.

F363t Fernandes, Luciana Mendes.
Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará / Luciana Mendes Fernandes. -- 2022.
357 f. : il. color.

Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes.
Coorientadora: Rosely Magalhães de Oliveira.
Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro, 2022.
Bibliografia: f. 290-328.

1. Condições Sociais. 2. Saúde. 3. Quilombolas. 4. História. 5. Territorialidade. I. Título.

CDD 362.1042

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Luciana Mendes Fernandes

**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas
amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 30 de agosto de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Podalirio Borges de Almeida
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Jax Nildo Aragão Pinto
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Jussara Rafael Angelo
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Rosely Magalhães de Oliveira (Coorientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Danielle Ribeiro de Moraes (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2022

Dedico (*In memoriam*) `a minha mãe Maria Lúcia Mendes Fernandes e ao meu pai Felipe Dias Fernandes, minha gratidão e saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por proporcionar o dom da vida. Por toda saúde, fé, inspiração e por iluminar meus caminhos durante essa caminhada.

À minha família por todo o apoio. Ao meu esposo Mayko de Sousa Menezes por me concede seu amor generoso, companheiro e dedicado, por não medir esforços para acrescentar e dar leveza à minha vida. Aos meus filhos Felipe Fernandes Menezes e Henrique Fernandes Menezes, sem os quais nem sei quem sou. Às minhas irmãs, por sempre se fazerem presente com carinho e dedicação.

Às minhas orientadoras, Prof.^a Dr.^a Danielle Ribeiro de Moraes e co-orientadora Prof.^aDr.^a Rosely Magalhães de Oliveira, por suas instruções durante todo o trabalho e pelos conhecimentos acadêmicos que foi a mim proporcionado.

Aos colegas e professores (as) do doutorado pela convivência e pelos momentos em que compartilhamos conhecimentos durante toda essa jornada.

Ao programa de Pós-graduação, por fazer parte dessa grande conquista e por todas as oportunidades ofertadas, eu me orgulho em fazer parte do desse programa que me proporcionou tantas histórias e experiências pessoais e acadêmicas.

À comunidade quilombola de Umarizal Beira, serei sempre grata por toda colaboração, pela recepção respeitosa e disposição em fazer parte da construção desse trabalho. Agradeço por confiar a mim as histórias da comunidade e suas próprias histórias, todas elas serviram de aprendizado e inspiração.

Às lideranças, gestores e ex-gestores da associação das comunidades remanescentes de quilombos de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa vista, Paritá Miri e Florestão, pela cooperação que ofereceram durante a realização dessa pesquisa.

Os meus estagiários e alunos que contribuíram de todas as formas para que esse trabalho acontecesse, pelas gentilezas e disponibilidade no decorrer de toda a produção dessa tese.

Por fim gratidão a todos que contribuíram de forma direta e indireta para realização desse trabalho.

Muito Obrigada!!!

RESUMO

O presente estudo teve como escopo analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde desta comunidade. A Comunidade do Umarizal Beira está localizada no município de Baião, no Estado do Pará, cujo acesso se dá por via terrestre pela Rodovia BR-422 (Transcarnetá) e aquática, pelo rio Tocantins. A metodologia de pesquisa teve natureza qualitativa, com ênfase no método da história de vida e narrativas de moradores e profissionais da saúde de Umarizal. As principais técnicas empregadas na pesquisa de campo consistiram de entrevistas em profundidade e semi-estruturadas, observação participante, bem como registros fotográficos, como forma de retratar as práticas sociais das famílias e objetos geográficos presentes no território. Além disso, foi realizado um abrangente levantamento bibliográfico e documental em instituições, entidades e sites. O estudo revelou que os quilombolas de Umarizal usam o território, secularmente, com práticas típicas de comunidades camponesas na Amazônia, desenvolvendo atividades agroextrativistas e com marcada relação entre terra-trabalho-família. Laços de parentesco e solidariedade são expressos desde sua constituição, enquanto quilombo de Paxibal e se mantêm, na atualidade, entre os Umarizalenses, como forma de resistência e garantindo a reprodução física e social do grupo. A emergência da identidade quilombola fez vir à tona elementos que marcam o sentimento de pertença ao território, construindo as territorialidades que, de certa forma, fundamentam-se na luta pela permanência no território contra grileiros, fazendeiros e aos impactos sofridos pela construção de grandes empreendimentos na região do Baixo Tocantins. As reflexões sobre as condições de vida na comunidade quilombola de Umarizal Beira permitiram identificar que as preocupações dos moradores diante da saúde não apresentam um fim em si mesmo (ter ou não saúde), mas estão constituídas por outros aspectos materiais e subjetivos que influenciam as condições de vida desses quilombolas e determinam a reprodução física, econômica e cultural da comunidade. A partir dos resultados encontrados, é preciso pensar sobre como as diferenças étnico-raciais e econômicas ainda são fontes de iniquidades sociais nessa comunidade.

Palavras-chave: território; condições de vida e saúde; história; quilombola.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the health situation in the quilombola community of Umarizal Beira, considering the technical-scientific knowledge and knowledge of the resident population about socio-historical processes of constitution of the territory and its repercussions on the living and health conditions of this community. The Umarizal Beira Community is located in the municipality of Baião, in the State of Pará, and is accessed by land via Highway BR-422 (Transcarnetá) and by water via the Tocantins River. The research methodology was qualitative in nature, with emphasis on the method of life history and narratives of residents and health professionals of Umarizal. The main techniques used in the field research consisted of in-depth and semi-structured interviews, participant observation, as well as photographic records, as a way of portraying the social practices of families and geographic objects present in the territory. In addition, a comprehensive bibliographic and documentary survey was carried out in institutions, entities and websites. The study revealed that the quilombolas of Umarizal use the territory, secularly, with typical practices of peasant communities in the Amazon, developing agro-extractive activities and with a marked relationship between land-work-family. Ties of kinship and solidarity have been expressed since its constitution, as a quilombo of Paxibal, and they remain, today, among the Umarizalenses, as a form of resistance and guaranteeing the physical and social reproduction of the group. The emergence of quilombola identity brought to light elements that mark the feeling of belonging to the territory, building territorialities that, in a way, are based on the struggle for permanence in the territory against land grabbers, farmers and the impacts suffered by the construction of large enterprises in the Lower Tocantins region. Reflections on the living conditions in the quilombola community of Umarizal Beira made it possible to identify that the residents' concerns regarding health do not have an end in themselves (having health or not), but are constituted by other material and subjective aspects that influence the conditions of life of these quilombolas and determine the physical, economic and cultural reproduction of the community. Based on the results found, it is necessary to think about how ethnic-racial and economic differences are still sources of social inequities in this community

Keywords: territory; living and health conditions; history; quilombola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização da Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião, Pará.....	23
Figura 2 -	Planos, programas e projetos implantados na Amazônia entre 1970 e 1990.....	65
Figura 3 -	Localização do reservatório da UHE Tucuruí.....	70
Figura 4 -	Mapa do reservatório da UHE Tucuruí e municípios do entorno.....	70
Figura 5 -	Baixo Tocantins. Localização dos municípios à jusante da barragem....	73
Figura 6 -	Comunidades Remanescente de Quilombos reconhecidas por Região Brasileira e ano.....	86
Figura 7 -	Estados Brasileiros com maior número de Comunidades Remanescente de Quilombos reconhecidas, em ordem decrescente, sendo Maranhão (n=845), Bahia (n=829), Minas Gerais (n=418) e Pará (n=264).....	86
Figura 8 -	Processos de titulação abertos por região federativa, no INCRA, anos de 2005 a 2018.....	87
Figura 9 -	Imagem de satélite da Comunidade de Umarizal Beira, Baião, Pará.....	100
Figura 10 -	Vista aérea da Comunidade Remanescente de Quilombo Umarizal Beira.....	101
Figura 11 -	Reunião realizada na ACORQBU com algumas lideranças.....	102
Figura 12 -	Ações de saúde para pesquisas de SARS-CoV-2, Doenças crônicas e Condições Habitacionais/Sanitárias da Vila de Umarizal Beira, março a maio/2021.....	104
Figura 13 -	Ilustração da organização de materiais diversos usados nas pesquisas realizadas em Umarizal Beira, março a agosto/2021.....	104
Figura 14 -	Imagens das condições da Rodovia Trancametá (BR422), estrada de acesso até à Vila de Umarizal Beira para realização das pesquisas em saúde, março a agosto/2021.....	105
Figura 15 -	Entrevista com membros mais antigos e lideranças de Umarizal Beira, Junho/julho 2021.....	107

Figura 16 -	Encontro com lideranças culturais do Grupo Recordação do Samba de Cacete de Umarizal Beira, Baião, em Julho 2021. Em detalhe, recebi de presente o CD e livro sobre o grupo.....	108
Figura 17 -	Entrevista com moradores jovens e adultos de Umarizal Beira, agosto 2021.....	110
Figura 18 -	Fruto do “Marí”.....	128
Figura 19 -	Algumas “casas de farinha” em Umarizal.....	133
Figura 20 -	Processo de produção da farinha d’água e instrumentos usados: pilão (A), peneira (B), tipiti (C, D, E) e o forno torrando a farinha (F).....	134
Figura 21 -	Criação de animais/xerimbabos (A), plantação de hortaliças (B), plantas medicinais (C) e plantas ornamentais (D) no quintal das casas em Umarizal Beira, Baião, Pará.....	135
Figura 22 -	Fotografia antiga de quilombolas jogando futebol em campinho aberto na mata, na Vila de Umarizal Beira, antes de 1970.....	150
Figura 23 -	Fotografia antiga da Vila de Umarizal Beira, antes de 1970. A imagem mostra a localização do arraial, que, em tempos recentes deu origem à praça, com obelisco já existente (A). Em B, observam-se algumas moradias construídas em anos mais recentes, já edificadas em alvenaria, porém, as ruas sem asfalto, em terra batida. Em C, observa-se a localização do antigo trapiche, em madeira, às margens do rio Tocantins.....	150
Figura 24 -	Fotografia ilustrando o antigo trapiche da Vila de Umarizal Beira, construído ainda em madeira, até as décadas de 1970.....	151
Figura 25 -	Croqui da possível configuração territorial de Umarizal Beira na década de 1970.....	153
Figura 26 -	Ilustração de uma moradia construída com palha de inajá (A) e demais componentes de um inajazeiro - <i>Maximiliana maripa</i> (B), como cachos (C), inflorescência (D) e polpa/frutos (E).....	155
Figura 27 -	Ilustração de uma moradora de Umarizal Beira tecendo paneiro com palha de arumã (A). <i>Geonoma deversa</i> (B-E): Variações morfológicas das pinas foliares e estágios de desenvolvimento das inflorescências e infrutescências.....	156

Figura 28 -	Fotografia das primeiras escolas de Umarizal Beira. A primeira escola fundada em homenagem à Manoel Sampaio, chamada Escola Reunida de Umarizal (A) e, para o ensino infantil, “Escola Altamira Lemos” (B).....	157
Figura 29 -	Fotografia do primeiro posto de saúde instalado em Umarizal Beira.....	158
Figura 30 -	Fotografia da primeira igreja construída em Umarizal Beira, batizada de Igreja da Santíssima Trindade, padroeira da vila, de matriz católica, até a década de 1970, já localizada em frente ao arraial (hoje praça).....	159
Figura 31 -	Capa da cartilha da Lei de Anilzinho ou “Lei dos Posseiros”, produzida durante o I Encontro de Anilzinho, em Baião/PA, em 1979 (A). Comunidade de Nova América, município de Cametá saudando os participantes do “III Encontro Anilzinho”, 1982 (B). Plenária do III Encontro Anilzinho, com presença do Bispo da Prelazia de Cametá D. José Elias Chaves (C).....	171
Figura 32 -	(A) Mais de 300 lavradores saem em passeata, caminhando e levando faixas com suas reivindicações; cantando e anunciando ao povo da cidade de Tucuruí os motivos de sua luta. (B) Trabalhadores rurais acampam no escritório do SPI –Serviço de Patrimônio e Indenizações - da ELETRONORTE para negociar com a empresa suas reivindicações. Depois de alguns dias acampados, as negociações acontecem e é lavrada e assinada ATA pelos participantes, com a ELETRONORTE se comprometendo a atender às demandas. (C) Assembléia realizada na Igreja Nossa Senhora da Conceição com os lavradores, que decidem em ATA aceitar os acordos firmados com ELN. (D) Trabalhadores levantando acampamento e desfazendo as barracas. (E) Em ônibus conseguidos junto à Eletronorte e caminhões, os 400 acampados voltam felizes para a casa, por causa do acordo conseguido.....	176
Figura 33 -	(A e B) Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí e o bloqueio dos policiais militares, em 1984. (C) Pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Bernardo Krommendijk na manifestação dos atingidos da Barragem de Tucuruí. (D) Povo organizado contra a Hidrelétrica de Tucuruí, no mesmo evento.....	179

Figura 34 -	ATA de fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU), ano 1999.....	193
Figura 35 -	Lei que reconhece e renomeia a ACORQBU, em 2016.....	194
Figura 36 -	Sede da Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão, localizada na Vila de Umarizal Beira, Baião, em abril/2021..	195
Figura 37 -	Certidão de Autoreconhecimento atribuída pela Fundação Cultural Palmares, à Comunidade de Umarizal Beira, ano 2004.....	195
Figura 38 -	Certidão de Reconhecimento de Ocupação Legítima concedida pelo ITERPA/PA à Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, em 17 de julho de 2014.....	200
Figura 39 -	Comércios existentes na Vila de Umarizal Beira, na atualidade.....	204
Figura 40 -	Configuração atual da vila de Umarizal Beira.....	206
Figura 41 -	Praça (A), Salão Comunitário (B) e Igrejas existentes (C, D e E) em Vila de Umarizal Beira, na atualidade.....	207
Figura 42 -	Orla da Vila com o Trapiche (A e B) e Praia (C a G) na Vila de Umarizal Beira.....	208
Figura 43 -	Tipos de moradias (Madeira- A e B - e Alvenaria – C e D) na Comunidade de Umarizal Beira.....	216
Figura 44 -	Sentina (vaso sanitário) encontrada em algumas residências da vila de Umarizal Beira.....	218
Figura 45 -	Águas cinzas lançadas à céu aberto pelos domicílios na vila de Umarizal Beira, Baião, Pará.....	219
Figura 46 -	Lixão da vila de Umarizal Beira.....	220
Figura 47 -	Distribuição da energia elétrica na vila de Umarizal Beira.....	221
Figura 48 -	Festival quilombola: eleição de Miss e mister, ocorrido em Umarizal Beira, Baião, 2021.....	232
Figura 49 -	Homenagem aos mestres e mestras do Samba de Cacete, ocorrida no Festival quilombola de Umarizal Beira, Baião, em 2021.....	232

Figura 50 -	Fotos da 8ª Fornada do Samba ocorrida na Vila de Umarizal Beira, Baião, em 20/11/2021.....	233
Figura 51 -	Samba de Cacete. (A) Batedores ou caceteiros do samba tocando tambor; (B e C) Dançarinas do samba e (D e E) tambores.....	235
Figura 52 -	Moradora preparando remédios caseiros enquanto estava sendo entrevistada, em Umarizal Beira, Baião-PA.....	244
Figura 53 -	Registro do protótipo do Livro das Plantas Medicinais em Umarizal.....	247
Figura 54 -	Microáreas de ação dos ACS na vila de Umarizal Beira, Baião-PA.....	255
Figura 55 -	Academia ao ar livre em Umarizal.....	263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Principais problemas sociais da UHE Tucuruí/PA.....	77
Quadro 2 -	Lista de entrevistados na tese, Umarizal Beira, 2021.....	111
Quadro 3 -	Resumo dos eventos, documentos e mobilizações dos expropriados pela UHE Tucuruí, na década de 80.....	175
Quadro 4 -	Componentes da configuração espacial de Umarizal-Beira (1970-2021).....	202
Quadro 5 -	Diferentes tipos de remédios utilizados para tratar diferentes tipos de doenças.....	245
Quadro 6 -	Problemas e necessidades na visão dos moradores e profissionais de saúde da vila de Umarizal Beira, em 2021.....	259

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORQBU	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa vista, Parita-Miri e Florestão.
ACS	Agente Comunitário de Saúde.
AMPRU	Associação de Mine e Pequenos Produtores de Umarizal.
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná.
CC	Comunidade Cristã.
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.
CEU	Conselho Escolar de Umarizal.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
DSS	Determinantes Sociais de Saúde
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.
EMATER	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz.
IFPA	Instituto Federal do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária.
ITERPA	Instituto de Terras do Pará.
PSE	Processo Seletivo Especial.
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SECTAM	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação.
SOME	Sistema Modular de Ensino.
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião.
UHE-TUCURUÍ	Usina Hidrelétrica de Tucuruí.
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	OBJETIVOS	35
2.1	OBJETIVO GERAL	35
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	35
3.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
3.1	DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E SITUAÇÃO DE SAÚDE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	36
3.2	A CATEGORIA TERRITÓRIO NAS INVESTIGAÇÕES DE SAÚDE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	52
3.3	PROBLEMAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E NA SAÚDE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM FUNÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA	63
3.4	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL	79
3.5	A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARÁ E REGIÃO TOCANTINA	87
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	96
4.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO	96
4.2	<i>Lócus</i> DO ESTUDO	98
4.3	INSERÇÃO NO CAMPO EMPÍRICO: ARTICULAÇÃO PARA ENTRADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	101
4.4	ENTRADA NO CAMPO	103
4.5	COLETA DE DADOS	106
4.6	ANÁLISE DE DADOS	111
4.7	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	113
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	114
5.1	ENTRE VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DA COMUNIDADE DE UMARIZAL BEIRA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E NARRATIVAS ORAIS	114

5.1.1	A Origem de Umarizal Beira	114
5.1.2	Terra, Trabalho e Família no início da constituição da comunidade de Umarizal Beira	128
5.1.3	Configuração Espacial de Umarizal até a década de 1970	149
5.2	TERRITORIALIDADES DA RESISTÊNCIAS: LUTAS E CONQUISTAS EM UMARIZAL BEIRA.....	160
5.2.1	Construção da Transcemetá: Impactos na Comunidade quilombola de Umarizal Beira/PA	161
5.2.2	Construção da UHE Tucuruí: Lutas, demandas e impactos às condições de vida e saúde na comunidade de Umarizal Beira	173
5.2.3	Processo de Reconhecimento e Titulação do Território da Comunidade Quilombola de Umarizal Beira	190
5.3	CARACTERIZANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE EM UMARIZAL NA ATUALIDADE	201
5.3.1	Terra, Trabalho e Família em Umarizal: um retrato da atualidade	202
5.3.2	Educação Quilombola em Umarizal	222
5.3.3	Identidade Cultural da Comunidade de Umarizal: memória, saberes e tradição	227
5.3.4	Saúde em Umarizal: Ofertas de Serviços, problemas e necessidades de Saúde	250
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
	REFERÊNCIAS.....	290
	APÊNDICES	329

APRESENTAÇÃO

Minha formação acadêmica inclui graduação em Ciências Biológicas – Modalidade Bacharelado, concluída no ano de 2002, pela Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Belém), com Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Evidência da Replicação Preferencial do HTLV-II em Linfócitos T-CD8+ em pacientes co-infectados HIV-1/HTLV”; e mestre (2004-2006), pelo Programa de pós-Graduação de Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários – BAIP, da UFPA, com dissertação intitulada “Perfil Epidemiológico (Demográfico e Laboratorial) da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana tipo-1 (HIV-1) na Cidade de Belém, Pará, Brasil”. Ambos os trabalhos foram orientados pelo mesmo docente, o epidemiologista e virologista professor Dr. Ricardo Ishak.

Desde o início da minha vida acadêmica, em 1999, tive a grata oportunidade de trabalhar como estagiária, inicialmente voluntária e, posteriormente, bolsista de iniciação científica pelos programas Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e, posteriormente, CNPQ, no Laboratório de Virologia (1999-2003). Meu orientador, virologista e epidemiologista, oportunizou-me aprender diversas técnicas laboratoriais para detecção sorológica de vírus e bactérias. Por motivos pessoais, porém, concluí o mestrado à distância pois precisei iniciar carreira como bióloga, então, o que me impediu de dar continuidade ao doutorado naquela instituição.

Sou Belenense, porém, estabeleci residência em Tucuruí/PA a partir de 2004, município que dista aproximadamente 300Km da capital e onde se encontra instalada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), empresa em que fui trabalhar com atividades ambientais – Limnologia e qualidade da água, bem como fiscalização e ações de educação ambiental em unidades de conservação, reservas indígenas, etc, e na qual permaneci por 4 anos.

O fato de ter trabalhado na ELETRONORTE/ELETROBRÁS acabou contribuindo para minha formação acadêmica no sentido de agregar conhecimentos em uma área completamente nova no meu currículo que era a área ambiental. Criada pela Lei nº 6.451 de 08 de abril de 2002, o Mosaico de Unidades de Conservação do Lago de Tucuruí, é constituído de três Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí e duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – RDS Alcobaça e RDS Pucuruí Ararã. No interior da APA do Lago de Tucuruí, além das RDS's, encontram-se duas Zonas de Preservação de Vida Silvestre – ZPVS 3 e ZPVS 4, criadas pela Portaria nº08-2004/GAB-SECTAM, com objetivo de resguardar áreas relevantes à conservação da biodiversidade local, incentivo a pesquisa científica e a educação ambiental. Dentro destas duas áreas, especialmente, tive a grata

oportunidade de trabalhar junto às comunidades ribeirinhas residentes nas mesmas, bem como conhecer algumas de suas carências e demandas.

Em algumas, porém poucas ocasiões, tive a oportunidade de interagir com comunidades residentes à jusante do empreendimento, *locus* de interesse na presente pesquisa, para a qual a Eletronorte desenvolveu, ao longo de 20 anos, alguns projetos com destaque para o Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí (Pirtuc) e o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí (Pirjus), com investimento de cerca de R\$ 360 milhões em projetos de saúde pública, educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e agricultura familiar.

Embora conheça algumas dessas ações desenvolvidas na atualidade pela empresa, reconheço que a grandiosidade do empreendimento, aliada à falta de atenção aos riscos sociais e ambientais e à saúde inerentes à instalação do projeto, provocaram um quadro caótico, que alterou, definitivamente, a geopolítica da região do lago de Tucuruí. Este modelo de ocupação gerou uma sequência de transformações socioeconômicas e ambientais na região, cujos problemas, ainda hoje, passados mais de 35 anos após o início de sua operação, são desconhecidos em sua extensão, e exercem influência sobre o modo de organização social e política da sociedade local.

Em 2009, prestei concurso para carreira efetiva de docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA/Campus Tucuruí), onde estou desde então, desenvolvendo pesquisas biológicas nas áreas de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia com discentes dos Cursos Superiores de Licenciatura em Ciências Biológicas e Engenharia Sanitária e Ambiental.

No final de 2016, a partir do convite de um colega sociólogo, também docente do IFPA/Campus Tucuruí, tive a oportunidade de conhecer a Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, do município de Baião, distante 110Km de Tucuruí – pois o mesmo sabia do meu interesse em desenvolver pesquisas em quilombos. Fiquei encantada com a receptividade que tive durante a breve visita que fiz à comunidade. Na ocasião, minha interação maior foi com dois membros da Associação Quilombola local – ACORQBU – e uma moradora mais antiga da comunidade, que cultivava diversos tipos de hortaliças em sua residência. A partir deste contato, em 2017, pensou-se no desenvolvimento de um projeto de pesquisa pelo Programa Interno de Bolsas de Iniciação à Pesquisa Científica e de Extensão (PIBICE 2017), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Tucuruí, intitulado AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA E PARASITOLÓGICA DE HORTALIÇAS PRODUZIDAS NA VILA DE UMARIZAL, BAIÃO/PA, que buscou investigar a presença de

microrganismos (bactérias, fungos e enteroparasitas) veiculados por hortaliças produzidas em hortas na Vila de Umarizal Beira.

Em 2018, em uma segunda visita à comunidade, quando já cursava o doutorado, após a conversa com uma profissional da única Unidade Básica de Saúde (UBS) local e com o diretor das duas escolas da vila, escutou-se algumas de suas demandas e optou-se pela possibilidade de investigar a prevalência de múltiplos agentes etiológicos dentro da mesma, que resultaram na produção de três Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso, desenvolvido por discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, sob minha orientação. O primeiro trabalho teve como tema ESTUDO DA PREVALÊNCIA DO *Treponema pallidum* ASSOCIADO A FATORES SÓCIO ECONÔMICOS E DE RISCO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA, UMARIZAL BEIRA, MUNICÍPIO DE BAIÃO/PA, em que foram discutidos aspectos socioeconômicos e outros fatores relacionados à prevalência desta infecção. O segundo tema, intitulado EPIDEMIOLOGIA DA INFECÇÃO PELO VÍRUS DA HEPATITE B (VHB) E AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE IMUNIZAÇÃO EM UMA COMUNIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBO, LOCALIZADA NA VILA DE UMARIZAL BEIRA – BAIÃO/PA, buscou conhecer a distribuição do vírus da Hepatite B e do estado imunológico contra o vírus na referida população. O terceiro e último tema foi OCORRÊNCIA DE INFECÇÕES POR ENTEROPARASITAS E ROTAVÍRUS EM ESCOLARES DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA, MUNICÍPIO DE BAIÃO-PA, com intuito de identificar os principais agentes bacterianos, virais e parasitas (protozoários e helmintos) em grupos de crianças, de idade de 4 a 10 anos, em uma escola de ensino infantil e fundamental na referida comunidade.

O interesse pela temática se aprofundou a partir da participação, na condição de aluna no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, nível doutorado, interinstitucional, oferecido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Propit/Unifesspa), em 2017, que me oportunizou, a partir da disciplina Determinação Social do Processo Saúde-doença a aproximação com teóricos como: CASTELLANO (1990); SAMAJA; COUTINHO (2000); RITA BARATA (2005); BREIHL (1986; 1991; 2003; 2010; 2013); ROCHA; DAVID, (2015); GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAUJO (2014); PAIM (1997); LAURELL (1980, 1983); ROSEN (1994; 2006); BATISTELLA (2007) e SABROZA (1991; 2001).

Esse evento me fez compreender a importância de estudar a saúde das populações abordando múltiplos aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais, econômicos e ambientais, a partir do modelo de determinação social da saúde. Percebi a fragilidade e insuficiência das pesquisas que desenvolvia, até então, na explicação do processo saúde-doença de uma população, pois minha compreensão era limitada à questão biológica e do agente etiológico. Compreendi que maior será a capacidade de formular alternativas de solução para os problemas e necessidades de saúde desta comunidade, quanto maior for a capacidade explicativa dos fenômenos que interferem no estado de saúde da mesma.

Assim, a presente pesquisa nasce do interesse acerca das condições de vida e saúde, bem como do processo de formação, ocupação do território e territorialidades dos quilombolas da comunidade Umarizal (Baião/PA), despertado a partir do contato com esse povo, que ocorreu por meio das pesquisas realizadas previamente nesta comunidade. Mas essa não é a única motivação para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que, como referido anteriormente, estabeleci um forte vínculo afetivo com a Comunidade de Umarizal Beira.

Portanto, a partir da receptividade e acolhida carinhosa com que a comunidade abraçou nossa equipe de trabalho durante as visitas de campo realizadas previamente, senti a necessidade de abordar, com mais profundidade, outros aspectos das condições de vida e saúde da referida comunidade, como a dimensão cultural, política e econômica da comunidade, saberes locais, obter informações sobre a sua história, a ocupação espacial e as relações com o território, os aspectos da organização social e o parentesco, entender também as relações de afinidade e de que forma se organizam para realizar suas tarefas, as atividades sociais, religiosas e ambientais, os problemas gerados à saúde desta comunidade pela formação da UHE Tucuruí, entre outros.

1. INTRODUÇÃO

Uma espiada nuns remanescentes de quilombos do Pará

“Negros pretos, um montão/ Outros nem tão pretos, são/Em terra de avós e bisas, desde a escravidão/ A luta grande é mesmo, pra ficar naquele chão/Poucos não são parentes/ Nesse lugar de pessoas negras resistentes/No meio rural estão, mas sem cercas precisar/ Cada família sabe, qual que é mesmo seu lugar/Com forte ou rouco cantar/ Os galos avisam, que é hora de acordar/Uns acordam de lua, outros, até com alegria/ Maioria, quase sempre, vive cheia de energia/Enquanto galinhas ciscam nos terreiros/ Cachorros protegem o povoado como porteiros/Nuns tem luz elétrica o dia inteiro/ Noutros, lanterna, lamparina e candeieiro/No pé de árvores frondosas/ Tem banco fincado pra assuntar e inventar algumas prosas/Nuns tem duas Matintas/Noutros, tem uma só/Assombração como essa, tira da tripa qualquer nó/Fofoca não é muita, só algumas leva a um brigar/ Mas isso acontece, em todo e qualquer lugar/Tem capela pra rezar/ Escolinha pra estudar/ Campo bonito ou feio, pra mulher e homem jogar/No retiro, tipiti ou catitu tem um lugar/ Um forno, frio ou quente/ Pois farinha não pode faltar/No roçado ou nas matas na hora de safar comida/ Ter um terçado amolado, é sempre boa pedida/No pescar, paciência, silêncio, talvez até coisa não palha/ E canoa amiga, garante pesca que valha/Um açai do bom, pede farinha de mandioca/ Nada há de melhor, pra aliviar uma forte broca/Uns apreciam cupuaçu, taperebá e bacuri/ Outros não dispensam um grude, com jambu e tucupi/Se dor de barriga ou outra doença surgir/ Benzedeira tem ervas e óleos, pra logo acudir/Alguns desse jeito não gostam não/ Mas muitos trabalhos, são feitos em mutirão/Um sol lascado na roça, um repouso na sombra, carece/Uma farofa de ovo, qualquer quilombola merece/Artesanato de barro, de palha e cipó/ Vendem junto com copaíba, andiroba e até goró/Banho no rio sempre é bom tomar/ Não deve é ser à tardinha, pra malária não pegar/A pé, a cavalo, de baíke, moto, rabetá ou caminhão/ Difícil de chegar, é mesmo de avião/Como a roça é trabalho duro prá danar/ Um lazer tem quase sempre, data, hora e lugar/Siriá, carimbó, lundu ou marambiré/ Não amofinam pro samba de cacete, marujada ou aiué/Mas não faltam regue, rep, brega e lambada/ Nessas festas de gente preta animada/Até em festa de santo, pode rolar uma cana abençoada/ Mas é só pra animar, um pouco mais a moçada/Nuns, recados vão por internet e até por celular/ Noutros, é só de boca em boca, para tudo anunciar/Quando um raio risca e alumia o céu, um temor logo aparece/ Correr a cobrir espelhos, é coisa que carece/Na beira de rio, igarapé, estrada ou perto da cachoeira/ Todos sabem que a luta, é sempre pra vida inteira/Se ter ancestrais e morrer, são únicas certezas de nós viventes/ Vale ver luar, junto com essas pessoas valentes/Na beira do Trombetas, do Amazonas ou do Acará/ No Marajó e em todo lugar/ Tem quilombos no Pará.”(MALCHER, 2017, p.18).

Esse texto revela o modo de vida de comunidades quilombolas no Pará, como os mesmos concebem e vivem o lugar, seus costumes e tradições, expõem seus dilemas, conflitos e relevâncias para manutenção e conservação do ambiente, assim como demonstra sua relação com o rural. Segundo Nahum (2011) o modo de vida quilombola é predominantemente rural e caracteriza-se pela divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho. As habilidades individuais, os instrumentos técnicos e força laboral, reproduzem um leque de atividades na unidade familiar de produção sem emprego de máquinas agrícolas e baixo uso de instrumentos e técnicas modernas, baixa produtividade e incipiente integração ao mercado.

O texto, propositalmente, foi aqui mencionado para lembrar que o Estado do Pará merece destaque por ser até agora o maior titular dos territórios remanescentes de

quilombolas. Além disso, pretende-se ressaltar que o Pará foi o primeiro estado do Brasil, com base no Art.68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal, 1988, a conseguir que uma comunidade remanescente de quilombo recebesse o título da terra, em 20 de novembro de 1995, na comunidade Boa Vista, município de Oriximiná, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná–ARQMO, executado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (TRECCANI, 2006).

A conquista do direito ao território por parte das comunidades quilombolas é consequência de um longo processo de reivindicações. No Pará a questão quilombola apresenta-se de forma significativa mesmo assim, ainda hoje, é difícil traçar um perfil da população quilombola estadual. Nos anos 2000, por pressão do movimento negro rural e urbano, o governo do Pará criou o Programa Raízes em 2000, para tratar de assuntos dos segmentos quilombolas e tornou possível a realização de vários trabalhos sobretudo, no que se refere ao processo de regularização dos territórios quilombolas, como o Projeto “Mapeamento das comunidades negras rurais no Pará: ocupação do território e usos dos recursos, descendência e modo de vida”, que constatou a existência de 253 comunidades quilombolas distribuídas nas regiões: Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Tocantina, Marajó e Baixo Amazonas (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 1999).

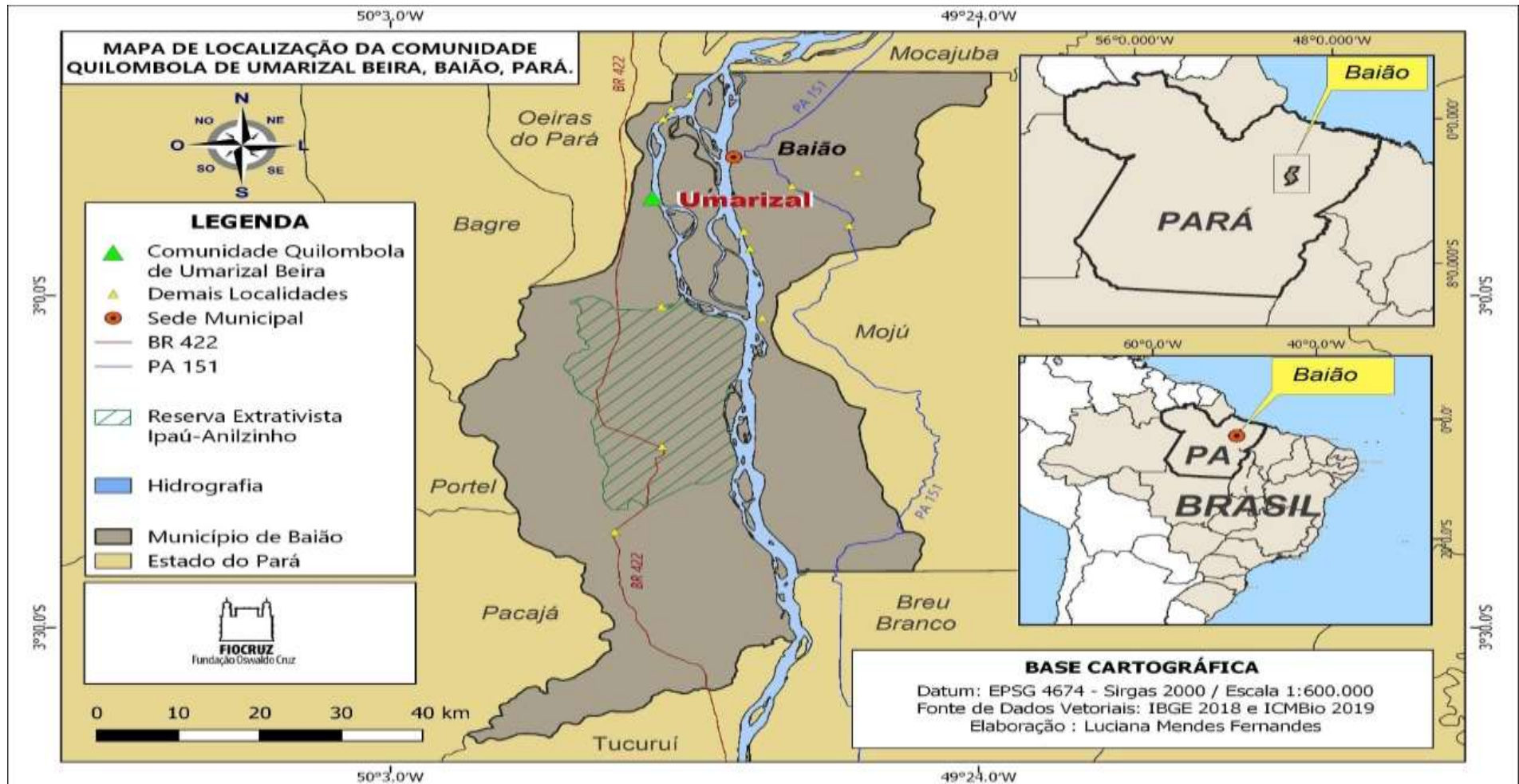
Mais adiante, estudos realizados por Treccani (2006) identificaram 410 comunidades distribuídas por 49 municípios paraenses, reafirmando as análises anteriormente feitas. Já o mapeamento realizado por Anjos (2009), quantificou 414 comunidades quilombolas. Em meio a um cenário de precariedade de informações oficiais e diferenças entre fontes, estudo realizado por Malcher (2017) intitulado “*O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará*” considerou a existência de 324 comunidades quilombolas agrupadas em 187 associações quilombolas, com apenas 136 comunidades estão tituladas no Pará. Em 48, dos 144 municípios do Pará, foi identificada a existência de territórios quilombolas, equivale a 32,63% dos municípios.

Dados mais atualizados, em 2021, são discutidos em capítulos subsequentes desta tese, que teve como foco a análise da situação de saúde de uma comunidade quilombola residente na região Sudeste do estado do Pará, intitulada Umarizal Beira, reforçando aspectos como formação e transformações neste território, bem como territorialidades construídas historicamente, além dos principais problemas e necessidades de saúde na referida comunidade, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos

sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

A Vila de Umarizal, localizada à margem esquerda do rio Tocantins, se tornou distrito do município de Baião em 1990 e tem seus limites atuais circunscritos ao município de Mocajuba, ao norte; as cidades de Baião e ilha de Bacuri a leste. A oeste, os limítrofes entre os municípios de Oeiras do Pará e, ainda, Baião. Ao sul, encontra-se com a calha do igarapé Paritá. (PINTO, 2001). Diversos estudos feitos a partir de fontes escritas e orais, em diferentes tempos, expressam forte presença de comunidades quilombolas nesta região Tocantina, ao todo 34 (LOPES, 2017). Suas lutas e formas de vida e os inúmeros contatos com indígenas e colonizadores de onde emerge, no tempo presente, toda uma cosmologia de matriz africana e indígena que não apenas é constituinte dessas populações, como extrapola a história institucional que descreve o lugar (figura 1).

Figura 1– Localização da Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião, Pará.



Fonte: Próprio autor, 2020.

A história do município remonta ao período das políticas de ocupação da Amazônia traçadas no período colonial, cujo objetivo era garantir o domínio territorial assegurando a posse de uma área estratégica sendo que, “*na impossibilidade do controle das terras, o controle das águas (...)*” (PORTO-GONÇALVES, 2001). Essa forma de ocupação ribeirinha “*resultou em um povoamento disperso ao longo dos rios sustentados pelo extrativismo das drogas do sertão, por uma agricultura de subsistência e a pesca artesanal (...)*” (PORTO-GONÇALVES, 2001). E, assim, a Comunidade de Umarizal Beira, como outras, estabeleceu-se às margens do rio Tocantins.

Mas, a partir da década de 1980, povos indígenas e comunidades quilombolas da região Tocantina, incluindo a Comunidade de Umarizal Beira, passaram a sofrer os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA: elevação do nível do rio, submersão e morte de parte da fauna e flora afetaram diretamente os modos de vida dos moradores, tanto à montante quanto à jusante do referido empreendimento. Depois disto, pouco se sabe sobre as novas dinâmicas territoriais estabelecidas dentro da comunidade em função das transformações ocorridas ambientais, sociais etc., o que justifica a relevância desta tese.

Temas como *território* e *territorialidade* são indissociáveis para as comunidades quilombolas, pois envolvem questões como: as estratégias de reprodução social; a concepção das relações com a natureza; o direito de uso e usufruto dos recursos naturais e as formas de produção. O processo de territorialização não trata da visão sobre um território fixo e delimitado, mas sim da forma como o território é pensado, os recursos utilizados e os significados simbólicos produzidos.

Considerando que o território é um local privilegiado para observar os processos que interferem na situação de saúde das populações, tornou-se uma importante estratégia de análise para compreender as desigualdades em saúde e os fatores que determinam um maior ou menor grau de adoecimento das comunidades e como eles se relacionam. A compreensão desta categoria geográfica permite identificar os processos que determinam os perfis de saúde e doença e é especialmente importante para planejar as ações em saúde (MONKEN et al., 2008). Neste sentido, portanto, fez-se a opção pelas lentes geográfica e da Saúde Pública para estudar as condições de vida e saúde desta comunidade quilombola e ribeirinha.

O referencial teórico adotado destaca a categoria *território usado*, uma vez que neste estudo buscou-se investigar as dinâmicas territoriais que se desenham no território quilombola de Umarizal Beira, bem como compreender as mudanças e permanências que nele se expressam. A análise contemplou ainda o conceito de *territorialidade* dada à importância que

assume para o desenvolvimento do trabalho. Considerando que o território não é uma entidade pura nem é apenas político ou apenas econômico e cultural pode-se afirmar que ele, ao contrário, reúne diversas variáveis que o animam em um processo constante, não de maneira homogênea, nem de forma única, o que explica e dá sentido a seus usos (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para estes autores, o território usado: “*Agrega a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, o que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política*” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247).

Território usado é também sinônimo de *espaço geográfico* (SANTOS, 1994; 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001) e como tal, não é algo inerte, opaco, areal, ao contrário é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é o quadro da vida enquanto propriedade emergente da associação entre área e uso.

Barcellos e colaboradores (2002) consideram ainda que o território é o resultado da acumulação de situações históricas, ambientais e sociais que promovem condições particulares para a produção de doenças. Portanto, reconhecer este território é condição fundamental para caracterizar a população e seus problemas de saúde, bem como para a avaliação do impacto dos serviços sobre os níveis de saúde dessa população.

Neste sentido, Monken e colaboradores (2008) reforçam que a escolha pela abordagem de *território usado* possui forte apelo social e, portanto, possibilita a análise de situação de saúde em espaços comunitários, bem como permite entender o contexto do processo saúde-doença destas comunidades. Daí sua importância estratégica na formulação de políticas sociais públicas e na consolidação e ações para o enfrentamento dos problemas e necessidades em saúde da população que o habita e o produz socialmente (GONDIM et al., 2008).

A análise social no território deve ser construída de forma a contribuir na identificação de informações, para a operacionalizar as tomadas de decisão e para definição de estratégias de ação nas ‘diferentes dimensões no processo saúde-doença’ (TEIXEIRA; PAIM; VILASBOAS, 1998).

Entretanto, segundo Gondim et al. (2008) essas dimensões não estão separadas e sim relacionadas e, em muitas vezes, são causas, efeitos ou condições que direcionam para situações-problema com contextos muitos particulares, dada a diversidade de uso do território pelos atores sociais. É deste modo, que o reconhecimento do território pode ser operacional para as ações de saúde, devido à sua concretude, sintetizando a totalidade social e suas particularidades. Portanto, segundo esta autora, não faz sentido pensar o território como mera

delimitação de uma área geográfica, é preciso conhecer o território, sua população e os processos que aí se desenvolvem (território usado), bem como reconhecer as múltiplas e diversas territorialidades existentes na ‘arena territorial’ (COX, 1991; GONDIM et al., 2008).

Outra opção que se fez nesta tese foi o uso do *modelo da determinação social* para explicar os aspectos sociais do fenômeno adoecer na Comunidade de Umarizal Beira ou seja, compreendendo as doenças como um fenômeno coletivo, enfatizando a importância do caráter histórico e social da mesma; bem como a opção pela *análise das condições de vida e situação e saúde*.

Barata (2005) afirma que o modelo de determinação social é o mais adequado para o entendimento dos processos sociais, uma vez que não necessita da separação das variáveis e nem da noção de independência entre elas, diferindo dos modelos anteriores. Sendo assim, a determinação social da saúde leva a uma melhor compreensão do processo saúde-doença, analisando a dimensão histórica, a classe social, o desgaste do indivíduo e a reprodução da força de trabalho como um conjunto de todo processo (ARREDONDO, 1992).

Considera-se que o modelo da determinação social da doença enriqueceu a teoria epidemiológica e foi importante para a comprovação social do processo saúde-doença entre os diferentes grupos (MINAYO, 1992). Segundo a autora, considerar a historicidade do processo saúde-doença abre novas perspectivas para o conhecimento dos agravos à saúde e para o planejamento, execução e avaliação das ações de saúde, bem como a formulação de políticas públicas.

A saúde e a doença estão relacionadas com as práticas cotidianas e se referem ao momento da vida social e suas relações com o ambiente. É importante salientar que as diferentes condições sociais de vida resultam em distintas condições de saúde, bem como adoecimento e morte, sendo evidentes as expressivas desigualdades em saúde que assolam, principalmente, populações carentes (LAUREL, 1983).

De acordo com Paim (1997), as *condições de vida* acabam por expressar as condições materiais dos grupos humanos de uma determinada sociedade. O estudo das condições de vida de determinados grupos deve levar em conta não só a distribuição de renda e o poder, mas também um conjunto de ações e relações sociais que incluam a formulação de políticas sociais, buscando garantir o atendimento de necessidades básicas de saúde, educação, saneamento, segurança e nutrição.

As *condições de vida* são um conceito importante à medida que apontam para uma realidade que conforma uma determinada situação social e econômica. Segundo Oliveira e Valla

(2001), são elas que determinam, ao mesmo tempo, o surgimento e o agravamento de problemas nas várias dimensões das populações: saúde, saneamento, educação, transporte etc e, portanto, são imprescindíveis na avaliação da situação de saúde de uma comunidade, considerando os critérios de alocação de verbas definidas pelas próprias políticas públicas.

Entretanto, segundo os mesmos autores, não basta estudar apenas as condições de vida das comunidades, pois corre-se o risco de desconsiderar as formas como esses grupos experimentam essas condições e atuam sobre elas, dando-lhes múltiplas respostas/estratégias. O conceito de experiência de vida abre, portanto, possibilidades para uma análise que avance na compreensão da leitura que a população tem de sua realidade e de suas alternativas/estratégias de sobrevivência (OLIVEIRA; VALLA, 2001).

Ainda, apesar da grande relevância do social na exploração epidemiológica, esta é apenas uma condição a ser estudada na investigação, sendo indispensável o estudo dos mais variados processos que resultam em condições de vida e saúde em uma determinada coletividade, além da necessidade de levantar questões relacionadas à reprodução social das doenças e da saúde ligados ao processo das classes sociais (PUTTINI; PEREIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, o modelo da *determinação* considera que o processo saúde-doença ocorre através do vínculo entre o biológico e o social, sendo um processo baseado na análise minuciosa das condições de vida, estudando os eventos do adoecer e morrer especificamente em diferentes grupos de pessoas (LAUREL, 1980).

Finalmente, o território incorpora múltiplas nuances. É produto e produtor de territorialidades distintas que o disputam intensamente. Envolve o vivido, o subjetivo, o espiritual. Traz uma concepção simbólica que é parte integrante das territorialidades manifestas pelos atores. Ultrapassa, portanto, o domínio do controle territorial a partir de bases materiais – do controle dos fluxos de mercadorias, dos circuitos de produção, circulação e consumo, do estabelecimento de fronteiras – transita entre a continuidade e a descontinuidade, abarcando as expressões simbólicas e materiais e está em constante movimento. É no movimento que se percebem as territorialidades. Para Silveira (2011): “*Territorialidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence*” (SILVEIRA, 2011; p.1)

Ainda, representa a materialização dos comportamentos que são desenvolvidos no território e é uma forma de comportamento espacial. Sua representação ocorre nos usos da terra e na forma como se produz o espaço. Ocorre nas relações e estas são vulneráveis as mudanças do tempo e do espaço. Territorialidade, então, é algo flexível que se entende e se explica no

comportamento. É socialmente construída e profundamente conectada a quem controla, quem determina, quem influencia (SACK, 1986).

Nas comunidades tradicionais quilombolas, os processos territoriais são diversos e estão envoltos nas formas de produzir, nos locais, nas épocas das colheitas, na organização espacial da comunidade e na organização das unidades residenciais e coletivas. Em síntese, os processos territoriais mantêm a identidade territorial.

Conforme Saquet (2007), o território define a identidade, permite o autorreconhecimento, a resistência à opressão – aspecto importante para a titulação de terras. Os processos territoriais fazem parte de processos naturais, sociais e perceptivos, que se concretizam na apropriação e dominação do espaço ocupado pela comunidade, refletindo o cotidiano da comunidade, onde se tem a reprodução social, econômica e cultural. A relação entre a territorialidade tradicional quilombola e as relações cotidianas podem ser percebidas nas forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas que se efetivam no cotidiano dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades.

Os processos sociais, naturais e o pensamento concretizam-se na territorialidade cotidiana (SAQUET, 2007). A territorialidade é considerada tradicional por causa da reprodução social em relação com o ambiente, resultando em atividades de baixo impacto (DIEGUES, 2001). Para Marin (2004), uma comunidade tradicional se autodefine, tem consciência de sua condição, atua coletivamente, a exemplo de quilombolas seringueiros, quebradeiras de coco, babaçu, ribeirinhos, castanheiros, pescadores e outros. O território define a identidade e a reprodução cultural e econômica das comunidades.

No debate sobre *território* e da *territorialidade* foram incorporados autores como RAFFESTIN (1993), SACK (1986), HAESBAERT (2004a; 2004b), SAQUET (2003, 2004, 2006; 2007; 2009); SANTOS (1985; 1994; 1996; 1999); SILVEIRA (2011); SANTOS; SILVEIRA (2001), cujas reflexões permitem pensá-lo através do ponto de vista simbólico e também material. Outros autores que fundamentaram esta pesquisa ao discorrerem sobre *Território na Saúde, Condições de Vida e Saúde, Análise de Situação de Saúde, Problemas e Necessidades em saúde e Determinação Social do processo Saúde-doença* foram MONKEN et al., (2008); BARCELLOS et al., (2002); CASTELLANO (1990); SAMAJA; COUTINHO (2000); RITA BARATA (2005); BREIHL (1986; 1991; 2003; 2010); NOGUEIRA (2010); ROCHA; DAVID, (2015); GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO (2014; 2017); PAIM; ALMEIDA-FILHO (2014); LAURELL (1980, 1983); BREILH; GRANDA (1986); ROSEN

(2006); BATISTELLA (2007) e SABROZA (2001); fundamentais para a compreensão teórica e conceitual do objeto de estudo.

Depois de situar a Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, o *problema* norteador desta tese envolve, na verdade, o seguinte questionamento mais geral: Qual a situação de saúde na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade? O questionamento geral suscita outras possibilidades de investigação exposta aqui através de três indagações: Como se deram os processos sócio-históricos de formação e as principais dinâmicas de ocupação do território quilombola de Umarizal Beira, bem como influenciaram nas suas condições de vida? Quais foram as diferentes estratégias territoriais desenvolvidas pelos moradores de Umarizal Beira a partir da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” no território, a partir da década de 1970, bem como os problemas socioambientais e de saúde decorrentes da construção dos mesmos? Quais as condições de vida e saúde no Território Quilombola de Umarizal da Beira na atualidade, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde?

Em 2017, quando realizei uma investigação exploratória para verificar viabilidade de realização do estudo na referida Comunidade, haviam somente dois materiais publicados que faziam referência à mesma: 1) Benedita Celeste Pinto (2001), trabalha com a ausência de fragilidade e dependência da mulher negra de várias comunidades quilombolas da região Tocantina, a partir de narrativas conta brevemente sobre o histórico da comunidade de Umarizal; 2) Flávio Gomes (2006), intitulado “*No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia*”. Pesquisa desenvolvida especificamente sobre Umarizal, ainda em 2018, encontrei: 3) Dissertação intitulada “*Educação Quilombola - Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará*” (MEDEIROS, 2018); e 4) Dissertação intitulada “*Saberes Tradicionais dos Remanescentes de Quilombolas da Comunidade Umarizal, Baião/Pa*” (SOUSA, 2018). Em 2019, foi publicada mais 1 produção científica específica, respectivamente: 5) Monografia “*Contando das Cotas – Sua Significância para uma Comunidade Remanescente de Quilombo*” (CONCEIÇÃO; LIMA, 2019). A maioria dos temas tratados se distinguem do que foi proposto na tese. Percebe-se, portanto, uma carência de investigações científicas sobre a saúde da referida comunidade quilombola.

Muito embora vários tratamentos tenham sido dados sobre os problemas socioambientais decorrentes da instalação da UHE Tucuruí na região Sudeste do Estado do Pará, observam-se a grande maioria, dão ênfase aos *aspectos ambientais* e estão concentrados principalmente *à montante do empreendimento*, ou seja, no Lago da UHE Tucuruí (INPA, 1980; FARIAS et al., 1981; MELLO, 1985; MERONA, 1985; HINO, 1987; ODINETZ-COLLART, 1987; MONOSOWSKI, 1990; CMB, 2000; LEITE; BITTENCOURT, 1991; LEINO; LODENIUS, 1995; FEARNSIDE, 1995, 1997, 2015; PORVARI, 1995; COUTO, 1996, 2002; SOUSA; CANETE; SOUZA, 2008; ARAÚJO, 2008; CINTRA et al., 2013; ALMEIDA; CAÑETE, 2015), todavia, alguns poucos trabalham os *aspectos sociais* do empreendimento também *à montante* (MOGEOUT, 1986, 1987, 1998; CASTRO, 1989; MAGALHÃES, 1990; FEARNSIDE, 1999a, 1999b; BEATY, 2008; NOGUEIRA, 2010; SILVA, 2014).

Bem menos numerosos são os estudos *à jusante da barragem* e, quando têm, concentram-se nos *aspectos ambientais*, principalmente sobre a questão da redução da população de pescados (MERONA, 1987; HINO, 1987; JENSEN; ARAÚJO, 1981; JURAS; CINTRA; LUDOVINO, 2004; MANYARI, 2007; ARAÚJO, 2014; BENTES et al., 2014; SANTANA et al., 2014; FLEXA; SILVA; CINTRA, 2016). Citam-se poucos estudos com ênfase nos *problemas sociais nas comunidades à jusante da barragem* (CASTRO, 1989; FEARNSIDE, 1999a, 1999b; La ROVERE; MENDES, 2000; ACSELRAD, 2010; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

Por todo o exposto, percebe-se que não há na literatura pesquisa específica sobre problemas socioambientais e como eles podem ter interferido nas condições de vida e saúde dos remanescentes de quilombos da Vila de Umarizal Beira, no município de Baião/PA, *locus* da presente tese.

Ao realizar uma busca exploratória na base de dados da Saúde Pública (BVS), identificou-se que a maioria dos estudos sobre saúde em comunidades quilombolas publicados na área da Saúde Coletiva, desconsideram aspectos relacionados aos processos sócio-históricos da determinação da situação de saúde nesses territórios. Observou-se que a maioria dos trabalhos realizados com a população quilombola no Brasil, dentro da área da saúde, abordam as mais variadas temáticas referentes à agravos e casos de doenças em indivíduos desses territórios. Parte deles busca avaliar os aspectos nutricionais (BRASIL, 2006a; SILVA et al., 2008; MONEGO et al., 2010; FERREIRA, 2014; FIGUEIREDO et al., 2011; LEITE et al., 2013; CORDEIRO; MONEGO; MARTINS, 2014; GUIMARÃES; SILVA, 2015; RIBEIRO; MORAIS; PINHO, 2015; ANDRADE et al., 2017), psicológicos, com ênfase na depressão e

transtornos mentais (BARROSO; MELO; GUIMARÃES, 2014; 2015; BATISTA; ROCHA, 2019; MUSSI; ROCHA; ALVES, 2019), investigar a qualidade de vida e de saúde, principalmente de crianças (NASCIMENTO et al., 2016) e idosos (SANTOS et al., 2016; SARDINHA et al., 2019; LOPES; PAIXÃO, 2019), diagnosticar as condições sanitárias (SILVA, 2007; AMORIM et al., 2013; FERREIRA et al., 2014; FERREIRA; PANTALEÃO, 2016; MAGALHÃES FILHO; PAULO, 2017), verificar a prevalência de parasitoses intestinais (CABRAL-MIRANDA; DATTOLI; DIAS-LIMA, 2010; ANDRADE et al., 2011; COSTA; DENADAI, 2014; CIRQUEIRA JÚNIOR et al., 2015; ROSINE et al., 2018), e estimar as taxas de mortalidade infantil (GUERRERO et al., 2007).

Outros estudos desenvolvidos buscam analisar a ocorrência do consumo moderado e excessivo de álcool (CARDOSO, MELO, CESAR, 2015; SILVA; MENEZES, 2016; FAVACHO et al., 2019), saúde bucal (NARVAI, 2006; FIGUEIREDO et al., 2016; BIDINOTTO et al., 2017), avaliar a prevalência de doenças crônicas, tais como hipertensão (BEZERRA et al., 2013; 2015; SANTOS; SCALA; SILVA, 2015; BELFORT et al., 2017; BEZERRA et al., 2017; PADILHA et al., 2017; PAULI et al., 2019; SANTOS et al., 2019) diabetes (SOUZA; BARROSO; GUIMARAES, 2014), sobrepeso e obesidade (SOARES; BARRETO, 2014; SOARES; KOCHERGIN, 2017; LAMARÃO et al., 2019; MUSSI; PETRÓSKI, 2019; VIEIRA et al., 2019).

Segundo Bezerra et al. (2013), não há na literatura disponível, estudos que definam as condições de saúde de populações quilombolas que permitam o acompanhamento de ações políticas voltadas para a melhoria de suas condições de vida e saúde. Segundo Barcellos (2008), isso ocorre porque a maior parte dos estudos que utilizam categorias como espaço ou território, desconsideram a complexidade dos processos de determinação das condições de saúde. Sobre esses processos intervêm não só as condições materiais de vida, mas também a capacidade de resposta dos grupos humanos aos problemas de saúde, as condições ambientais e a própria atuação dos serviços de saúde.

Verifica-se, portanto, que os estudos sobre quilombos que visam à investigação das Condições de Vida e Saúde sob o enfoque da Determinação ainda são bastante incipientes dentro da área da saúde. E, os que se encontram, tendem a discutir especialmente os fatores socioeconômicos, sanitários e os principais agravos à saúde, partindo-se sempre da lógica da abordagem dos determinantes sociais, que produz uma perspectiva a-histórica e fragmentada da realidade social. A partir desta primeira aproximação, percebeu-se a relevância desta tese que se investigou as condições de vida da comunidade quilombola Umarizal Beira, município

de Baião/Pará, a partir da visão analítica da determinação social a fim de proporcionar informações de referência em âmbito regional e nacional e fornecer contribuições para o planejamento e execução de políticas públicas de melhores condições de vida para a referida comunidade.

Considerando a impossibilidade de se discutir aspectos das Condições de Vida e Saúde de Comunidades sem abordar como estas se relacionam com seu *território* e quais *territorialidades* são desenvolvidas, optou-se pelo uso destas categorias geográficas, o que já tem sido feito há alguns anos. Portanto, optou-se pela escolha destas categorias geográficas nesta tese, uma vez que há na literatura uma grande quantidade de epidemiologistas trabalhando com as ferramentas da geografia. Todavia, como mencionado anteriormente, vários destes estudos limitam-se ao uso superficial desta categoria na investigação dos processos saúde-doença.

No decorrer da história, a Epidemiologia acabou incorporando gradativamente conceitos como espaço (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000) e território, este último estimulado pelas mudanças pela nova sociedade que se desenvolve a partir da década de 1970, ambas em função de entender a manifestação da doença na coletividade.

Por outro lado, ao se fazer uma busca exploratória no campo da Geografia, observou-se que a grande maioria dos trabalhos sobre comunidades quilombolas buscam analisar os usos do território, considerando as mudanças e permanências (LOPES, 2017a). Buscam também compreender os modos de vidas, dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no território, e como este vem se comportando do ponto de vista territorial e político (LOPES; NAHUM, 2015), investigar o processo de ocupação territorial, os impasses e as conquistas pela comunidade quilombola (ALMEIDA; LAROQUE, 2019), enfatizar as expressões de territorialidade e os processos de regularização fundiária (VIEIRA JUNIOR, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2019), analisar a importância do território como condição de reprodução social da vida (LIRA; NETO, 2016), refletir sobre a identidade e territorialidade, como se estabelecem social, cultural e economicamente e se relacionam com a sociedade hegemônica (NETO, 2018), analisar a demarcação das terras remanescentes de quilombo, usos do território e modos de vida (NAHUM, 2011, 2017; SILVA; SARAIVA, 2017), e apresentar a relação existente entre o território e a identidade (AMARAL; PEREIRA, 2016). Assim, percebe-se que há uma ampla discussão sobre o tema Condições de Vida e das estratégias de atuação desses sujeitos no território.

Finalmente, todo contexto exposto justifica a realização de estudos sobre a Análise da Situação de Saúde e Condições de Vida da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira pautado na lacuna existente da produção científica sobre este tema, sob a ótica da determinação no Brasil. Além disso, esses indivíduos fazem parte de um segmento da população que vivem em situação de desigualdades étnico-raciais, especialmente, no que se refere às várias determinações sociais e de saúde. Outrossim, devido à motivação vinda da realização prévia de atividades em saúde desenvolvidas com esta comunidade, quando foi percebida a situação de vulnerabilidade em que vivem esses indivíduos. Destarte, a investigação da Situação de saúde e das Condições de Vida, segundo Piola e Vianna (2009) é um indicador importante quando se avalia o desenvolvimento de uma determinada região, podendo demonstrar sucesso ou fracasso de um estado na promoção da saúde e atendimento às necessidades básicas dessa população. Esse sucesso ou fracasso se resume às desigualdades ou diferenças encontradas entre os grupos.

No esforço de contemplar o universo teórico-metodológico possibilitando o desenvolvimento desta temática de forma clara e articulada, a presente tese se estrutura da seguinte forma: primeiro capítulo – **introdução** - introduz o tema do trabalho, caracteriza de forma geral o contexto no qual se insere a comunidade de Umarizal Beira, explicitando as questões de pesquisa e sua relevância. O segundo capítulo - **objetivos** - informa sobre os objetivos geral e específicos deste estudo. O terceiro capítulo - **fundamentação teórica** - está dedicado aos conceitos de determinação social do processo saúde-doença, condições de vida, análise de situação de saúde, território, territorialidades, território na saúde e principais problemas sociais, ambientais e a saúde de comunidades tradicionais, além de uma breve apresentação do conceito de comunidades remanescentes de quilombo e sobre comunidades quilombolas no Brasil, no Pará e Região Tocantina. O quarto capítulo - **metodologia** - Apresenta os caminhos percorridos no planejamento e execução da tese. Destaca-se o processo de aproximação e mergulho na pesquisa documental e nas narrativas dos moradores do território quilombola de Umarizal Beira. O quinto capítulo – **resultados e discussão** – Inicialmente são descritos o processo de formação da comunidade quilombola de Umarizal Beira, bem como as dinâmicas de ocupação do território desenvolvidas na vila até a década de 1970, caracterizando-a como uma comunidade camponesa. Em seguida, foram demonstradas diferentes territorialidades de resistências, lutas e conquistas obtidas pelos quilombolas de Umarizal, em função das transformações no território após a instalação de alguns projetos desenvolvimentistas na Amazônia, pós década 1970. A intenção foi também demonstrar como

estes impactaram nas condições de vida e saúde destes quilombolas. Essas territorialidades englobam modos de pensar, estar e agir no território. Finalmente, múltiplos aspectos da vida dos Umarizalenses foram mostrados na atualidade, bem como os principais problemas e necessidades referidos pelos profissionais de saúde e moradores. O último capítulo – **Considerações finais** - Traz as considerações finais, observações e reflexões acerca das condições de vida e saúde da comunidade quilombola de Umarizal beira. A partir dos resultados encontrados, é preciso pensar sobre como as diferenças étnico-raciais e econômicas ainda são fontes de iniquidades sociais nessa comunidade.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever os processos sócio-históricos de formação e as principais dinâmicas de ocupação do território quilombola de Umarizal Beira, identificando as principais transformações nas suas condições de vida;
- Compreender as diferentes estratégias territoriais desenvolvidas pelos moradores de Umarizal Beira a partir da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” no território, a partir da década de 1970, identificando elementos relativos aos problemas socioambientais e de saúde decorrentes da construção dos mesmos;
- Caracterizar as condições de vida e de saúde no território quilombola de Umarizal da Beira na atualidade, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

A Organização Mundial de Saúde define saúde como “*o completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças*” (OMS, 1946). Esse conceito ainda é bem atual, considerado que foi proposto na década de 1940, levando-se em conta diversos fatores que podem intervir no estado saudável do indivíduo, todavia, desde sua formulação tem sido amplamente criticado por muitos profissionais, pesquisadores e outros protagonistas da área da saúde. De modo geral, classificam-na como utópica e não operacional, caracterizando-a mais como uma declaração do que propriamente como uma definição (NARVAI; PEDRO, 2008).

De maneira mais abrangente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, define saúde como “*direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação*” (BRASIL, 1988).

Saúde também não apresenta o mesmo significado para as pessoas. A forma como se compreende o adoecimento e a cura tem sido influenciado por vários paradigmas, dependendo da época, lugar, classe social, valores individuais, filosóficos e religiosos de cada indivíduo, não representando apenas a ausência de doença (SCLIAR, 2007). Portanto, sempre que se discute saúde, são também abordadas questões relacionadas à doença. Para Sabroza (2001), o processo saúde-doença deve ser entendido como:

“(...) expressão de crises no movimento indissociável de reprodução e desgaste de organizações vivas, dinâmicas, de grande complexidade, semiabertas em relação ao seu entorno e auto-reguladas, por seu próprio sistema de informação, temos que explicitar o nível de organização da vida que estamos considerando e analisar as diferentes dimensões dos processos, em cada nível” (SABROZA, 2001, p. 351).

Para o mesmo autor, historicamente, a noção de doença é muito anterior à concepção de saúde, estando presente, de diferentes formas, em todas as organizações conhecidas. E, a complexidade desse processo saúde-doença tem definido uma diversidade de modelos explicativos, que ajudam na compreensão do mesmo. Tais modelos explicativos para o processo saúde e da doença sempre estiveram vinculados aos diferentes processos de produção e reprodução das sociedades humanas (BATISTELLA, 2007).

Vários modelos foram apresentados nesta perspectiva. Desde a visão mágica dos caçadores-coletores até a perspectiva individualizante do capitalismo concorrencial, a diversidade de prática que procuram promover, manter ou recuperar a saúde tem estreita relação com as formações sociais e econômicas, os significados atribuídos e o conhecimento disponível em cada época (BATISTELLA, 2007; ARANTES, 2008).

Atualmente, a ideia de que as doenças possuem um caráter social é desenvolvida não apenas por sociólogos e outros cientistas sociais, mas também por profissionais da área da saúde e das ciências biológicas (LAURELL, 1983), intitulada *epidemiologia social*, que difere da tradicional pela insistência em investigar explicitamente os determinantes sociais do processo saúde-doença, explicando-os, diferentemente de todas as outras abordagens epidemiológicas que, bem ou mal, reconhecem a importância destes aspectos sociais, todavia, tratando-os como secundários na explicação do processo saúde-doença. Assim, para a autora, nem toda epidemiologia é social (BARATA, 2005).

Como referido anteriormente, há atualmente um consenso sobre a importância dos aspectos sociais e seus efeitos sobre a saúde. Segundo a autora, no entanto, as concordâncias se encerram aí. As divergências entre as diversas escolas aparecem em relação à teoria social subjacentes, à adoção do conceito de causalidade ou determinação, aos conceitos-chaves para condução das pesquisas e ao nível de análise dos fenômenos no plano individual ou coletivo. Em função destas diferenças, surgem vários modelos explicativos na epidemiologia social, como a *Teoria da Produção Social da doença*. Esta, liga-se ao materialismo histórico e dialético utilizando modelos de explicação que explicitam os determinantes políticos, econômicos e sociais da distribuição da saúde e da doença, no interior e entre as sociedades, identificando os aspectos protetores e nocivos à saúde presentes na organização social (BARATA, 2005). Duas abordagens analíticas principais dentro da epidemiologia social serão discutidas a seguir, sendo os a *determinação social* e os *determinantes sociais da saúde*.

O interesse pela elaboração de um novo modelo que explicasse os aspectos sociais do fenômeno adoecer só vai ocorrer na segunda metade do século XX, quando se intensificou as discussões sobre o caráter da doença, recebendo forte influência das mudanças sociais ocorridas no final da década de 1960. Esse período é caracterizado pela crescente crise política e econômica, movimentos pelos direitos civis, lutas populares e o aumento da criticidade, a fim de obter uma nova formulação aos diferentes problemas e que estivesse de acordo com os interesses da população (LAURELL 1983; KRIEGER, 2000).

Nesse novo cenário, juntamente com o progresso técnico e tecnológico na Medicina, alguns intelectuais latino-americanos pensaram a Medicina Social como campo de novos saberes e conhecimentos, moldando uma construção teórica que rompia com o paradigma biomédico da doença predominante da saúde pública, que a conceituava como um fenômeno puramente biológico e individual (PUTTINI; PEREIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2010).

A grande dificuldade estava em elaborar um novo conhecimento que permitisse compreender a causalidade dos principais problemas de saúde enfrentados pelos países industrializados, podendo citar as doenças cardiovasculares e as cancerígenas. Além do mais, a medicina social latino-americana considerava insuficiente as práticas médicas correntes, pelo fato de não oferecer condições satisfatórias para a melhoria da vida e saúde da coletividade. Demonstrando, assim, a necessidade de ir além da medicina clínica, que permita um estudo empírico do problema. É nessa perspectiva, que surge a *determinação do processo saúde-doença*, que busca compreender as doenças como um fenômeno coletivo (LAURELL, 1983). Segundo Barata:

“A determinação é o processo pelo qual os determinantes (fatores essenciais) põem limites ou exercem pressão sobre outras dimensões da realidade, sem serem necessariamente determinísticos. O processo de produção se completa com a mediação que os componentes das mediações subsumidas exercem sobre estes determinantes, daí resultando a conformação de distintos perfis epidemiológicos” (BARATA, 2005, p.13).

Segundo a mesma autora, um conceito importante que se faz presente na abordagem da determinação social é o de *reprodução social*, processo que representa o movimento de conformação, consolidação e transformação das organizações sociais e é composto por várias dimensões ou momentos, que compreendem um conjunto de processos bio-comunais (reprodução cotidiana das condições necessárias para a sobrevivência e reprodução dos organismos vivos sociais), comunais-culturais (reprodução da autoconsciência e da conduta humana), societais (produção da vida material, da esfera econômica e das relações sociais entre as classes, que define os processos de produção, distribuição e consumo da riqueza) e ecológico-políticos (incluem as condições ambientais e as relações de interdependência que se estabelecem entre as dimensões mencionadas) (SAMAJA; COUTINHO, 2000).

Castellanos (1990) conceitua o processo de reprodução social como *“um conjunto de processos mediante os quais os humanos se reproduzem em sua identidade como indivíduos e como membros de diferentes instituições e agrupamentos de uma sociedade em um dado momento histórico”* (CASTELLANOS, 1990, não paginado).

O modelo da determinação enfatiza a importância do caráter histórico e social da doença. Sobre o caráter social, Laurell (1983) sugere que o procedimento analítico do modelo da determinação não deve ser centrar no indivíduo e, sim no grupo, na coletividade. O grande problema desta análise é de caráter metodológico, pois, segundo a mesma:

“(...) antes de discutir-se a forma de constituir os grupos a estudar, deveria ser possível constatar diferenças nos perfis patológicos ao longo dos tempos como resultantes das transformações da sociedade. Mesmo assim, as sociedades que diferem em seu grau de desenvolvimento e organização social devem apresentar uma patologia coletiva diferente. Finalmente, dentro de uma mesma sociedade as classes que a compõem mostrarão condições de saúde distintas” (LAURELL, 1983, p.137).

Portanto, o processo saúde-doença não seria explicado partindo apenas dos fatos biológicos, mas também levando em consideração os aspectos sociais, uma vez que o próprio processo biológico acontece socialmente, isto é, como um processo único. Sendo assim, a questão social é um pressuposto primordial para o conhecimento epidemiológico (LAURELL, 1983; BREILH; GRANDA, 1986).

Segundo Breilh (1991), a reformulação da natureza da doença, que passou a ser vista como um processo da coletividade – no qual o que interessa é o estudo do modo como o processo biológico acontece socialmente –, trouxe, como consequência, a mudança do léxico “de fator” para “processo”. Essa visão saúde-doença como resultante de um processo social, traduziu-se na reinterpretação de suas causas: de entidades estáticas, passíveis de abstração formal, ao entendimento de seu caráter dinâmico, como parte integrante do “movimento global da vida social”. Nesta abordagem, o foco de análise recai sobre a necessidade de observação das leis históricas de produção e organização das sociedades na explicação das causas mais profundas das doenças, valorizando a essência dos fatos sociais, e não apenas as suas manifestações fenomênicas.

Em relação ao caráter histórico do processo saúde-doença, Laurell (1983) afirma que o método dialético e marxista da determinação, ao contrário de outras doutrinas, aborda não o “empírico” e, sim, o concreto. A diferença entre ambos é que o empírico é algo isolado e sem historicidade. Não se observa o seu processo de produção e seu envolvimento numa totalidade (e se é reunido, é apenas posteriormente e arbitrariamente pelo pesquisador). Segundo ela, o concreto é algo existente e que tem uma constituição histórica e inserção numa totalidade, nunca esquecida pelo pesquisador, nem depois e nem antes da pesquisa. Por isso, não se trata de buscar algo empírico para comprovar o caráter social da doença, e sim analisar este fenômeno como concreto. E isso seria suficiente para não aceitar o construto de doença produzido pela

concepção médico-clínica, pois ele não é um fenômeno concreto nesta definição, mas tão somente coisas empíricas, por isso são isolados e “a-históricos”.

No artigo “*A saúde-doença como um processo social*”, publicado em 1983, a médica sanitária mexicana Asa Cristina Laurel faz uma análise sobre as principais causas de mortalidade em países como o México, Estados Unidos, Cuba e entre outros. Em termos gerais, ela enfatiza que a forma de explicar o caráter social da doença não é com base puramente biológica, e nem a partir de estudos levando em consideração apenas as características individuais, mas sim através do estudo dos perfis patológicos dos grupos sociais, uma vez que é o conjunto das relações coletivas que irá caracterizar as chances de adoecer.

Como constatado estatisticamente nos anos de 1940 e 1970 no México, embora as principais causas de mortes nos dois momentos históricos sejam as pneumonias, gastroenterites e as colites, a frequência com que estas apareceram variou consideravelmente, apresentando diferenças no seu perfil patológico, fato este que não é explicado apenas em termos biológicos. Portanto, estas mudanças ao longo do tempo devem-se as transformações ocorridas na sociedade e que, mesmo em uma determinada sociedade, as condições de vida e saúde podem apresentar-se de maneira diferenciada (LAURELL, 1983).

Considerando esse caráter social e histórico do processo saúde-doença, a autora Asa Cristina Laurell (1980) em seu artigo intitulado “*La política de salud en los ochenta*” traz à tona discussões sobre a incapacidade da medicina clínica em oferecer soluções para os problemas de saúde, limitando-se apenas ao indivíduo doente. A autora destaca que, de acordo com várias investigações, como as realizadas no período da grande depressão na década de 30, pode-se analisar que houve maiores casos de problemas de saúde em famílias de desempregados do que em empregados, como o aumento de desnutrição, doenças crônicas, respiratórias, cardiovasculares, venéreas, e até mesmo transtornos mentais. Tais achados evidenciam que os problemas mais graves acometeram famílias empobrecidas pela crise, demonstrando os efeitos diretos do desemprego no processo saúde-doença (LAURELL, 1980).

Porém, não é apenas o desemprego que desencadeia problemas de saúde, mas também o trabalho excessivo. Por isso, deve-se investigar tanto o desemprego como o trabalho e suas transformações, de modo que a intensificação do trabalho e o desenvolvimento tecnológico estão associados ao aumento do estresse, e conseqüentemente ao surgimento de uma série de doenças relacionadas a ele, podendo citar as doenças cardiovasculares. É nesse aspecto que se deve levar em consideração todo o processo do trabalho, pois o mesmo está envolvido no

processo do adoecimento, tendo notável relevância na determinação das condições de vida e saúde (LAURELL, 1980).

Com relação ao termo *determinação* Barata (2005), em seu artigo “*Epidemiologia social*”, afirma que o conceito de determinação é o mais adequado para o entendimento dos processos sociais, uma vez que não necessita da separação das variáveis e nem da noção de independência entre elas, diferindo dos modelos anteriores, os quais estão ligados de forma unidirecional, precisando da identificação de eventos independentes. Em termos gerais, essas particularidades não se aplicam nos processos biológicos e sociais, pois, os mais variados aspectos da vida social não podem ser separados, uma vez que pode levar ao risco da perda de significância quando estiverem isolados. Sendo assim, a determinação social da saúde leva a uma melhor compreensão do processo saúde-doença, analisando a dimensão histórica, a classe social, o desgaste do indivíduo e a reprodução da força de trabalho como um conjunto de todo processo (ARREDONDO, 1992).

Nesse sentido, Fleury-Teixeira e Bronzo (2010) destacam que:

“A determinação social da saúde é apenas e tão somente um aspecto da determinação social dos indivíduos, da vida humana. Os meios materiais e espirituais para o desenvolvimento e a realização de capacidades a que os indivíduos têm acesso no curso de suas vidas, assim como a teia de relações peculiares nas quais cada indivíduo se forma e realiza sua existência, definem possibilidades e formam características individuais, inclusive da nossa saúde, pois definem a expressão fenotípica de nossos genótipos assim como a exposição a traumas e outros agravos que também determinam a nossa saúde” (FLEURY-TEIXEIRA; BRONZO, 2010, p. 37).

Portanto, considera-se que o modelo da determinação social da doença enriqueceu a teoria epidemiológica e foi importante para a incorporação dos aspectos sociais do processo saúde-doença entre os diferentes grupos (MINAYO, 1992). Segundo a autora, considerar a historicidade do processo saúde-doença, abre novas perspectivas para o conhecimento dos agravos à saúde e para o planejamento, execução e avaliação das ações de saúde, bem como a formulação de políticas públicas.

Como referido anteriormente, desde a virada do século a temática da determinação social da saúde ocupou uma posição central nos debates internacionais a respeito das relações entre a saúde e a sociedade. Entretanto, tal retomada entrou na agenda política mundial a partir de uma perspectiva teórico-metodológica bastante diferenciada daquela produzida pela corrente médico-social latino-americana, a epidemiologia social da década de 1970 (ALMEIDA-FILHO; ROUQUARYOL, 2002).

Assim, surgem os *determinantes sociais de saúde (DSS)* com um conceito bastante generalizado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos, bem como dos grupos populacionais, estão relacionadas à sua situação de saúde. Essa nova abordagem é marcada pelos avanços nos estudos sobre as *iniquidades em saúde e desigualdades*, a partir da comprovação de que tais fatores eram determinantes para o adoecimento e mortalidade entre os diferentes grupos sociais (BUSS; PELLEGRINI, 2007; GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2017).

Nesse contexto, o reaparecimento das discussões sobre essa temática foi impulsionado pela OMS quando, em 2005, criou a Comissão dos Determinantes Sociais de Saúde – CDSS com o objetivo de promover estudos, em âmbito internacional, sobre a importância dos DSS na situação de saúde dos indivíduos e populações, e sobre a necessidade do combate às expressivas iniquidades em saúde (BUSS; PELLEGRINI, 2007). Porém, o novo conceito de determinantes sociais reaparece desprovido do peso teórico e político que apresentava nas décadas de 1970 e 1980 (NOGUEIRA, 2010).

Para a CDSS os determinantes sociais em saúde são entendidos como:

“As circunstâncias em que as populações crescem, vivem, trabalham e envelhecem, bem como os sistemas implementados para lidar com a doença. As condições em que as pessoas vivem e morrem são, por outro lado, moldadas por forças de ordem política, social e econômica” (CDSS, 2010, p. 1).

Com a criação dessa comissão diversas autoridades nacionais se uniram para juntos formularem políticas e programas para a promoção da igualdade em saúde e nas condições de vida dos cidadãos do mundo. Conforme a CDSS o nível de desenvolvimento de uma sociedade, seja rica ou pobre, pode ser estudado com base na qualidade de saúde da população, pela justiça da sua distribuição igualitária na sociedade e o grau de proteção dos serviços oferecidos em situações de desvantagens relacionadas às deficiências de saúde. Além disso, consideram que as disparidades nas condições de vida são consequências de políticas sociais e programas de baixa qualidade, bem como estruturas econômicas injustas, que acarreta em má distribuição dos cuidados de saúde. Por tais motivos, consideram a importância do desenvolvimento de políticas que visem o crescimento econômico, uma vez que representam a possibilidade de disponibilizar recursos para investimento na melhoria de vida da população (CDSS, 2010).

No Brasil, em 2006, foi criada a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais de Saúde – CNDSS, pelo Decreto presidencial, que define os DSS como: *“Os fatores sociais, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”* (BUSS; PELLEGRINI, 2007, p. 78).

As ações da CNDSS se fundamentam tanto no conceito de saúde elaborado pela OMS (1946), como no que está certificado no artigo 196 da constituição de 1988, referidos anteriormente.

O conceito elaborado pela Comissão dos Determinantes Sociais foi influenciado pelo modelo de Dahlgren e Whitehead, em 1991, em que os DSS são abordados em diferentes camadas, que vão desde as características individuais, mais próxima dos determinantes, até a última camada que expressa os macrodeterminantes do processo saúde-doença, que estão associadas com as condições econômicas sociais e ambientais em que vive a sociedade, possuindo grande influência sobre camadas subjacentes (GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2017). Segundo Buss e Pellegrini (2007), embora este modelo permita a fácil visualização gráfica dos DSS e sua distribuição em camadas, de acordo com o nível de abrangência, o mesmo não tem a intenção de explicar detalhadamente as relações e mediações entre os diversos níveis e a origem da iniquidade.

Em 2010, um novo modelo foi proposto pela OMS, o de Solar e Irwin, que foi adotado no ano seguinte na Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde realizada no Rio de Janeiro, em 2011, consistindo em um importante avanço no movimento global sobre os DSS, que fora iniciado em 2005. Nesse modelo, os determinantes operam por meio de um conjunto de determinantes intermediários para moldar os efeitos na saúde. Ainda, os mecanismos sociais, econômicos e políticos dão origem a um conjunto de posições socioeconômicas, refletindo o lugar das pessoas dentro das hierarquias sociais (BUSS; PELLEGRINI, 2007).

Apesar de trazer uma abordagem crítica, abrindo-se para uma nova percepção estrutural, o modelo tem sido alvo de crítica, articuladas especialmente por meio de debates no interior da saúde coletiva e da medicina social latino-americana, circulando ao redor da diferenciação entre *determinante sociais da saúde* e a *determinação social do processo saúde-doença* (ARELLANO; ESCUDERO; CARMONA, 2008; TAMBELLINI; SCHÜTZ, 2009; NOGUEIRA, 2009; BREILH, 2013; ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2014; BORDE; HERNANDEZ-ALVAREZ; PORTO, 2015).

De modo geral, a OMS tem abordado o objeto saúde-doença de maneira fragmentada, esquecendo dos múltiplos processos socioeconômicos, culturais, ecobiológicos e psicológicos. Para Nogueira (2009), a OMS falha em não definir o conceito de determinantes sociais, remetendo vagamente a uma ideia de causa ou causalidade social, demonstrando haver carência na densidade teórica. Além disso, o modelo adotado desconsidera um perfil patológico comum de cada sociedade em seu contexto histórico e social, transformando as estruturas sociais em

variáveis e não em categorias de análise do movimento de produção e reprodução social (GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2017).

Alguns autores sugerem que a forma como este modelo é abordado, sob o ponto de vista de “fatores” (condições de vida, de trabalho, de moradia, de educação, de transporte, etc.), “contextos”, “circunstâncias” e “condições”, adota uma perspectiva reducionista e fragmentada da realidade social. Isso ofusca o entendimento dos múltiplos processos socioeconômicos, culturais, ecobiológicos, psicológicos que compõem as articulações dinâmicas do processo saúde-doença, uma vez que não reconhece que o perfil patológico é criado e transformado por cada sociedade em diferentes momentos históricos, ao mesmo tempo que converte as estruturas sociais em categorias de análises do movimento de produção e reprodução social (ARELLANO; ESCUDERO; CARMONA, 2008; TAMBELLINI; SCHÜTZ, 2009; BREILH, 2013).

Segundo Nogueira (2010) a ideia de determinantes sociais consiste, na grande maioria dos casos, em eventos mais ou menos óbvios de causalidade dos problemas de saúde. Como, por exemplo, demonstra-se através de estatísticas que as famílias com baixa renda e piores condições socioeconômicas estão sujeitas a apresentarem maiores índices de mortalidade infantil, quando comparando com os demais estratos da sociedade; ou que os trabalhadores desempregados são mais suscetíveis a desenvolverem depressão e outros transtornos mentais, do que os empregados.

Com base nisso, observa-se que esse novo enfoque é bastante restrito, buscando identificar apenas correlações entre variáveis sociais e eventos de morbimortalidade entre os diferentes grupos da população. E, a doença, que devia ser analisada a partir de múltiplos processos, ainda continua a ser entendida como um evento biológico, enquanto suas causas são consideradas fatores sociais isolados. Deste modo, o que está disfarçado por trás de todo o discurso sobre determinantes sociais e de promoção à equidade em saúde é o triunfo esmagador da visão de mundo da "epidemiologia tradicional" (NOGUEIRA, 2010).

Instituições da saúde coletiva, tais como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e a Associação Latino-Americana de Medicina Social (ALAMES) apontam críticas ao novo campo de investigação dos *determinantes sociais*, haja vista que o mesmo fortalece a perspectiva positivista que predomina na epidemiologia tradicional. A crítica que se dirige às vertentes de base positivista é a de que esta, “*ao utilizar métodos das ciências naturais no mundo social, viabiliza uma leitura fragmentada do problema de estudo e fotografa a realidade*

de maneira estática, acobertando a dinamicidade que põe em evidência o quadro de determinação do que está em estudo, no plano da consciência” (ROCHA; DAVID, 2015).

Diante disso, recomenda-se abandonar de uma vez por todas a expressão “determinantes sociais”, uma vez que significa inevitavelmente um preconceito cientificista, subentendendo-se que, para ser válido, o conhecimento dos fenômenos da saúde deve estar sempre fundado na explicitação de relações de causalidade em sentido estrito (NOGUEIRA, 2010).

Para o mesmo autor, a saúde é um fenômeno eminentemente humano e não um fato biológico-natural. Portanto, considera-se que o esforço de entender a determinação da saúde vai muito além do emprego de esquemas de causalidade e não deve ser confundido com uma associação empiricista entre condições de saúde e fatores sociais. Por essa razão, no lugar de determinantes, prefere-se falar de “determinação”, termo que apresenta uma longa e respeitada tradição na filosofia.

Entende-se que os estudos de determinação social da saúde devem envolver a caracterização da saúde e da doença mediante fenômenos que são próprios dos modos de convivência do homem. Tal determinação pode ser de natureza inteiramente qualitativa, na medida em que procura caracterizar socialmente a saúde e a doença em sua complexidade histórica. O sucesso desse tipo de investigação não depende necessariamente do uso de métodos estatísticos, mas da capacidade analítica de articular adequadamente uma multiplicidade de determinações que têm por base alguma teoria especificamente social da saúde e, portanto, que seja própria do homem (NOGUEIRA, 2010).

Considera-se que o processo saúde-doença faz referência aos múltiplos processos que envolvem a saúde e a doença. Nessa perspectiva, equivale dizer que viver, adoecer e morrer assumem um caráter histórico e social na vida dos indivíduos, o que significa que a saúde e a doença estão relacionadas com as práticas cotidianas e se referem ao momento da vida social e suas relações com o ambiente (FERREIRA, 2014). É importante salientar que as diferentes *condições sociais de vida* resultam em distintas condições de saúde, bem como adoecimento e morte, sendo evidentes as expressivas desigualdades em saúde que assolam, principalmente, populações carentes (ALMEIDA-FILHO; ROUQUARYOL, 2002).

Sobre as *condições de vida e saúde*, Castellanos (1990) destaca que a *situação de saúde* de populações compõe-se de um conjunto de *necessidades e problemas* de saúde, das respostas sociais e do perfil de fenômenos que o torna manifesto. De acordo com o autor tais conceitos não podem ser compreendidos a partir da intencionalidade do indivíduo que analisa e interpreta, mas sim, por meio dos atores sociais que estão envolvidos no processo. Ainda nessa

perspectiva, as *necessidades de saúde* podem organizar-se em quatro necessidades, predominantemente biológicas, ecológicas, de consciência e conduta, e de necessidades econômicas. Assim sendo,

“As necessidades são elaboradas por intermédio de análises e procedimentos objetivos. Os problemas demandam abordagens mais complexas, caracterizando-se mediante a escolha de prioridade que envolve a subjetividade individual e coletiva dos atores em seus espaços cotidianos” (CASTELLANOS, 1990, não paginado).

Para Costa e Victora (2006) a expressão *problema de saúde pública* tem sido utilizada de modo vago, não apresentando uma definição exata do que se constitui um problema de saúde, uma vez que são empregados em diferentes contextos e nos mais variados temas de estudo. Assim, a partir de revisões em alguns textos clássicos de medicina preventiva e de saúde pública, os autores encontraram algumas definições para essa terminologia: segundo o texto de Leavell e Clark problema de saúde é expresso a partir de sua natureza, extensão, severidade e significância (LEAVELL; CLARK, 1976); no livro de Morley é definido mediante o interesse da comunidade, prevalência, gravidade e possibilidade de controle; já na consulta ao Oxford Textbook of Public Health, embora não se tenha encontrado uma definição específica, considera-se que a condição a ser investigada seja primordialmente um importante problema de saúde pública, levando em consideração a carga de mortalidade, morbidade e sofrimento causados pela condição e seus problemas tanto no indivíduo como na coletividade.

Para Castellanos (1990), toda *situação de saúde* é descrita e explicada segundo o ponto de vista de um ator social, no qual, contém uma seleção de problemas que afetam determinados grupos populacionais, sendo relatados a partir de uma enumeração de fatos e/ou acontecimentos, que em seu conteúdo e forma é considerada relevante para descrever os problemas selecionados. Nesse sentido, a explicação surge da identificação do complexo de relações entre os múltiplos processos que produzem os problemas.

Para Teixeira (2002), a identificação e análise de *problemas de saúde* dependem da visão sob o qual eles estão sendo identificados, devendo ser entendidos da seguinte maneira:

(...) O que é problema para uns pode não ser problema para outros. A visão que se tem dos problemas de saúde, portanto, varia em função da posição dos distintos sujeitos na estrutura das relações sociais, fazendo parte da sua ‘visão de mundo’, de sua cultura, de seus projetos políticos, de suas utopias (...). Nesse sentido, a identificação dos problemas e necessidades de saúde da população tem que assumir, ou tentar assumir, uma ‘visão policêntrica’, identificando os diversos sujeitos e sua posição na ‘estrutura de poder’ em saúde. (TEIXEIRA, 2002, p. 81-82).

No entanto, os problemas não são identificados levando-se apenas em consideração os aspectos clínicos e epidemiológicos, mas, principalmente, os aspectos sociais. Isto é,

constituindo-se como a união desses três elementos. Dessa forma o enfoque clínico privilegia o diagnóstico e o tratamento das doenças, o epidemiológico enfatiza a identificação dos problemas em grupos populacionais, a partir da análise das condições ecológicas, socioeconômicas e culturais dos grupos, privilegiando as ações de educação sanitária, saneamento ambiental, controle de vetores, vigilância epidemiológica sobre doenças e seus agravos e entre outros. E, o aspecto social prioriza identificar os problemas de saúde por meio da caracterização histórica dos sujeitos, ou seja, pela sua caracterização econômica, social e político dessas populações (TEIXEIRA; PINTO; VILLASBÔAS, 2004).

Assim, diante da discussão sobre problemas, ressalta-se que a mesma se constitui como um estado de saúde considerado deficiente pelo indivíduo ou grupos sociais. Diferentemente de necessidades de saúde, que expressa às carências geradas pelo modo de produção e organização da sociedade (SILVA; BATISTELLA; GOMES, 2007). Para Stotz (1991) as *necessidades* são entendidas como:

“[...] Mais do que a falta de algo para se ter saúde. Limites a esta dimensão, reduzem-se aos aspectos fisiopatológicos, ao corpo (e mente) ‘disfuncional’ ou ‘inadaptado’. Pelo contrário, as necessidades de saúde, enquanto necessidades sociais dos indivíduos, como expressão histórica de movimento que assumem como iníquas certas condições sociais, são potencialidades. E são potencialidades à medida que as carências comprometem, motivam e mobilizam as pessoas” (STOTZ, 1991, p. 449-451)

Nesse contexto, as necessidades de saúde, além de ser demandas e carências do próprio indivíduo, são vivenciadas pelo grupo, uma vez que necessidades de saúde são necessidades de milhões de indivíduos e, ao mesmo tempo, necessidades coletivas (STOTZ, 1991). No entanto, apesar de problemas e necessidades serem conceitos diferentes, está de certa forma conectada, de modo que necessidades são de alguma maneira a tradução de problemas em “termos operacionais” (SILVA; BATISTELLA; GOMES, 2007).

É importante destacar que grupos vulneráveis, como, por exemplo, comunidades remanescentes de quilombos que foram historicamente perseguidos e/ou excluídos, enfrentam dificuldades quanto ao acesso em saúde, bem como a outros bens coletivos e ao exercício da cidadania. Por tais motivos apresentam um perfil de acúmulo de problemas e necessidades, tendo em vista que por serem grupos com pouca representatividade política e social suas demandas e interesses não são atendidas. Desta forma, os mesmos têm como necessidades essenciais, boas condições de vida, acesso a todas as tecnologias de atenção à saúde que não somente prolongue a vida, mas também melhore a qualidade de vida, necessidade de criação de vínculo com profissionais de saúde e necessidade de autonomia e autoconstrução no modo de

andar na rua, além de outras. Assim, observa-se que se essas necessidades fossem atendidas e priorizadas as condições de vida e saúde dessas populações iriam melhorar (SILVA; BATISTELLA; GOMES, 2007).

Com relação ao termo condições de vida, é também um campo que está estreitamente relacionado à democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. Quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais (MATOS, 1999).

De acordo com Paim (1997), as *condições de vida* acabam por expressar as condições materiais dos grupos humanos de uma determinada sociedade. O estudo das condições de vida de determinados grupos deve levar em conta não só a distribuição de renda e o poder, mas também um conjunto de ações e relações sociais que incluam a formulação de políticas sociais, buscando garantir o atendimento de necessidades básicas de saúde, educação, saneamento, segurança e nutrição.

Sendo assim, as condições de saúde estão intimamente relacionadas ao meio físico, biológico, econômico, social, ausência de desenvolvimento e de ações gerenciadas pelo próprio indivíduo e vários estudos têm mostrado essa relação (ALVES; TIMMINS, 2001; ANDRADE; LISBOA, 2001; TRAVASSOS et al., 2002). Condições de saúde apresentam-se, portanto, perante múltiplas dimensões e acaba, por definir a qualidade de vida das pessoas (GONÇALVES; BECKER; POL, 2006). Nesse sentido, tem se tornado cada dia mais evidente a estreita relação entre condições de vida e níveis de saúde da população.

Para Barcellos e Quitério (2006) um conjunto de fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais atua sobre as populações. Além disso, as más condições de trabalho, moradia, falta de saneamento, a disposição inadequada de resíduos industriais, contaminação dos mananciais de águas, são atividades humanas que interagem sobre grupos populacionais vulneráveis. Existem diferentes abordagens conceituais relacionadas ao estudo das desigualdades sociais e saúde. A abordagem ‘naturalizada’ sem considerar a conotação social, política e cultural. E a outra, mais ‘politizada’, na qual assumem a condição de iniquidades produzidas no contexto social e refletidas no processo saúde-doenças (PAIM, 1997).

A ocorrência de variações na distribuição de problemas de saúde pública pode ser considerada como um fenômeno universal e contemporâneo. Ao longo dos dois últimos séculos foram se acumulando evidências de que tanto o nível de pobreza quanto o contexto social importam na determinação do estado de vida e saúde dos indivíduos (BARATA, 2005; KRIEGER, 2000). Corroborando com este conceito, Silva (2015) define que a deficiência das

condições de saneamento, a ausência ou insuficiência dos serviços públicos de tratamento da água e esgoto, a inadequação das condições de habitabilidade dos domicílios do ponto de vista de higiene e qualidade de vida, dificultam e/ou impossibilitam a promoção da saúde, provocando um estado de vulnerabilidade de certas populações.

Quando estudamos populações vulneráveis, a relação entre pobreza e condições de saúde torna-se ainda mais evidente, como em populações indígenas e populações quilombolas, a vulnerabilidade dessas comunidades é entendida pela deficiência no acesso à educação e aos serviços de saúde. Segundo Pinto e Souza (2002), ainda há uma escassez de trabalhos científicos que abordam a questão da saúde dessas populações, faltando amparo para uma melhor estruturação das políticas e ações em prol da melhoria do acesso aos bens e serviços também na área da saúde.

Segundo dados de uma pesquisa realizada no Município do Rio de Janeiro, na década de 1990, revelaram uma estreita relação entre morte materna e infantil, taxa de homicídios, baixa expectativa de vida, baixos níveis de instrução e altos índices de pobreza em populações vulneráveis, demonstrando que as piores condições de saúde estão associadas com as disparidades de renda (SZWARCWALD et al., 1999). Ao investigar o perfil de utilização de serviços de saúde por homens e mulheres no Brasil, Travassos e colaboradores (2002) mostraram que grupos com baixa escolaridade, baixa renda, afrodescendentes, indígenas e habitantes das regiões norte e nordeste do país apresentam mais dificuldades de acesso aos serviços de saúde e piores indicadores sanitários.

Para Batista e colaboradores (2004), essas diferenças se apresentam como vulnerabilidade no processo saúde-doença. Segundo esses autores, “a morte tem cor”. Essa constatação deve-se ao fato de que as causas de óbitos para a população branca, estão mais relacionadas às doenças em si, ou seja, a aspectos biológicos e estilo de vida, mesmo que sejam diferentes tipos, não são mais que doenças, caracterizadas pelos autores como “morte morrida”. Enquanto isso, para populações negras e indígenas, soma-se os múltiplos fatores ambientais e os relacionados à organização dos serviços de saúde. Isso indica que existe uma diferença entre óbitos de pessoas de diferentes origens étnicas.

Sem dúvida, não há como negar o peso da dimensão étnico-racial nos profundos problemas sociais que assolam o país (KALCKMANN et al., 2007). Este peso é confirmado pela permanência das desigualdades nos perfis do adoecimento e morte de indivíduos que identificam sua cor da pele como pretos, pardos e indígenas (COIMBRA; SANTOS, 2000; BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004; CARDOSO; SANTOS; COIMBRA, 2005; CHOR;

LIMA, 2005; LOPES, 2005; VOLOCHKO; VIDAL, 2010; COIMBRA et al., 2013) assim como pela dificuldade de acesso e utilização de serviços de saúde por parte da população afrodescendente e indígena.

Estudos mostram que negros nascem com peso inferior a brancos, apresentam maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade. Jovens negros morrem de forma violenta mais que jovens brancos, a população negra sofre com a pior qualidade no atendimento no sistema de saúde e vive menos do que a população branca (IPEA, 2007). Entre os negros, observam-se menores índices de morbidades ascendentes, e por outro lado, elevada exposição a maiores possibilidades de morbidade descendente (JACCOUD; OSÓRIO; SOARES, 2008). Embora um grupo social não se defina por relações de raça, diferenças étnicas associam-se a desigualdades sociais e condicionam a forma de viver de grupos de pessoas (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004). Corroborando com os autores, Travassos e Williams (2004) afirmam que a raça é frequentemente utilizada como aproximação das condições sociais mais gerais, principalmente pela sua capacidade de síntese de um conjunto de situações de exclusão social.

De acordo com dados do IBGE (2010) os impactos na pobreza e desigualdades sociais no perfil de saúde da população mundial são marcantes. Dessa forma, as situações de desigualdades ou desvantagens sociais são devastadoras em algumas condições de vida, e as iniquidades em saúde acabam reforçando essas diferenças. Para Barcellos (2008), essas iniquidades sociais acabam afetando as condições de vida, ambiente e saúde da população. Celeste (2009) também afirma que a saúde é um ponto crítico do bem-estar de qualquer indivíduo, e as diferenças de saúde entre os indivíduos são importantes, independentemente de estarem ligadas aos fatores socioeconômicos.

As desigualdades em saúde refletem predominantemente nas ações de atenção, no uso de serviços e na distribuição de recursos. Para diminuir as mesmas e atender às exigências entre os diversos grupos sociais, as teorias normativas de equidade apontam para algumas formas de organização dos sistemas de saúde. Assim, a formulação de políticas de saúde voltadas para a equidade exige a definição do princípio da igualdade. Desta feita, as desigualdades em saúde são pautadas por uma concepção de justiça social e como ausência dessa justiça pode repercutir sobre as condições de saúde de uma população (BARCELLOS, 2008).

Muito se tem discutido sobre as desigualdades sociais e a situação de saúde da população negra no Brasil e quando se trata de populações quilombolas estas desigualdades são ainda mais acintosas, pois considera-se fatores históricos que são de grande relevância. A estrutura social

excludente incidente na população quilombola oferece pouca visibilidade às dificuldades vivenciadas por essa população e por isso acabam ficando à margem da implementação de políticas públicas que visem garantir que os direitos básicos do ser humano sejam garantidos e favoreçam ao direcionamento para uma sociedade menos injusta e efetivamente demográfica.

Segundo Piola e Vianna (2009) estudar as condições de saúde é um indicador importante quando se avalia o desenvolvimento de uma determinada região. Podendo demonstrar sucesso ou fracasso de um estado na promoção da saúde e atendimento às necessidades básicas dessa população. Esse sucesso ou fracasso se resume às desigualdades ou diferenças encontradas entre os grupos.

Segundo Bezerra e colaboradores (2013), não há na literatura disponível, estudos que definam as condições de saúde de populações quilombolas que permitam o acompanhamento de ações políticas voltadas para a melhoria de suas condições de vida e saúde.

a maioria dos trabalhos realizados com a população quilombola no Brasil, dentro da área da saúde, abordam as mais variadas temáticas referentes à agravos e casos de doenças em indivíduos desses territórios. Parte deles busca avaliar os aspectos nutricionais (BRASIL, 2006a; SILVA et al., 2008; MONEGO et al., 2010; FERREIRA et al., 2011; FERREIRA, 2014; FIGUEIREDO et al., 2011; LEITE et al., 2013; CORDEIRO; MONEGO; MARTINS, 2014; GUIMARÃES; SILVA, 2015; RIBEIRO; MORAIS; PINHO, 2015; ANDRADE et al., 2017), psicológicos, com ênfase na depressão e transtornos mentais (BARROSO; MELO; GUIMARÃES, 2014; 2015; BATISTA; ROCHA, 2019; MUSSI; ROCHA; ALVES, 2019), investigar a qualidade de vida e de saúde, principalmente de crianças (NASCIMENTO et al., 2016) e idosos (SANTOS et al., 2016; SARDINHA et al., 2019; LOPES; PAIXÃO, 2019), diagnosticar as condições sanitárias (SILVA, 2007; AMORIM et al., 2013; FERREIRA et al., 2014; FERREIRA; PANTALEÃO, 2016; MAGALHÃES FILHO; PAULO, 2017), verificar a prevalência de parasitoses intestinais (CABRAL-MIRANDA; DATTOLI; DIAS-LIMA, 2010; ANDRADE et al., 2011; COSTA; DENADAI, 2014; CIRQUEIRA JÚNIOR et al., 2015; ROSINE et al., 2018), e estimar as taxas de mortalidade infantil (GUERRERO et al., 2007).

Outros estudos desenvolvidos buscam analisar a ocorrência do consumo moderado e excessivo de álcool (CARDOSO, MELO, CESAR, 2015; SILVA; MENEZES, 2016; FAVACHO et al., 2019), saúde bucal (NARVAI, 2006; FIGUEIREDO et al., 2016; BIDINOTTO et al., 2017), avaliar a prevalência de doenças crônicas, tais como hipertensão (BEZERRA et al., 2013; 2015; SANTOS; SCALA; SILVA, 2015; BELFORT et al., 2017; BEZERRA et al., 2017; PADILHA et al., 2017; PAULI et al., 2019; SANTOS et al., 2019)

diabetes (SOUZA; BARROSO; GUIMARAES, 2014), sobrepeso e obesidade (SOARES; BARRETO, 2014; SOARES; KOCHERGIN, 2017; LAMARÃO et al., 2019; MUSSI; PETRÓSKI, 2019; VIEIRA et al., 2019).

Portanto, é possível verificar na atualidade que os estudos sobre quilombos que visam à investigação das condições de vida e saúde sob o enfoque da determinação ainda são bastante incipientes, e os que se encontram tendem a discutir especialmente os fatores socioeconômicos, sanitários e os principais agravos à saúde, partindo-se sempre da lógica dos determinantes. Assim sendo, na presente pesquisa investigou-se as condições de vida da comunidade quilombola Umarizal Beira, município de Baião/Pará, a partir da visão analítica da determinação social a fim de proporcionar informações de referência em âmbito regional e nacional e fornecer contribuições para o planejamento e execução de programas e políticas públicas para a referida comunidade.

3.2 A CATEGORIA TERRITÓRIO NAS INVESTIGAÇÕES DE SAÚDE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Uma breve investigação etimológica da palavra território pode revelar os significados dessa expressão como “terra pertencente a” - *terri* (terra) e *torium* (pertencente a) -, de origem latina, que designa um pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa; ou segundo alguns dicionários como o *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine* e o Dicionário de Inglês Oxford significa “*terreo-territor*” (aterrorizar – aquele que aterroriza) de origem grega, também é um lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar. Desta forma, o que se propagou a respeito do território está relacionado a estes dois sentidos: diz respeito à terra (materialidade) e aos sentimentos que o território inspira (HAESBAERT, 2004b).

O conceito de território, segundo Haesbaert (2004b), por referir-se às especialidades humanas é amplamente utilizado não somente na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento. Dentro da ciência biológica, este termo se refere a área de influência e domínio de uma espécie animal, já na geografia, remete a uma visão onde o aspecto humano seria preponderante, relacionado então este conceito às sociedades humanas. Na Ciência Política o território é entendido a partir das relações de poder, relacionadas ao Estado. Na Economia, como uma fonte de recursos. Na Antropologia, destaca-se sua dimensão simbólica, no estudo, sobretudo, das sociedades tradicionais. Na Sociologia, o seu papel de interventor nas

relações sociais. E, na Psicologia o seu caráter subjetivo e pessoal, em uma escala individual, refletindo a identidade do sujeito.

Segundo o mesmo autor, o termo território apresenta-se polissêmico mesmo dentro da Geografia. Em síntese, ele aponta que existem três principais leituras sobre território, entre elas, a *leitura política*, que se refere à relação espaço-poder e que é uma das concepções mais aceitas na ciência em questão, poder que não necessariamente é exercido pelo Estado. Há também a *leitura econômica*, em que o mesmo é entendido como um recurso econômico. E ainda, a *perspectiva cultural ou simbólica-cultural*, na qual o território é visto como produto da apropriação simbólica, que um determinado grupo faz de um espaço. O território, na geografia, adquiriu diferentes compreensões, de acordo com as diferentes abordagens filosóficas que foram se configurando nesta ciência (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Este debate tem sua raiz no que foi chamado de Geografia Clássica, relacionada à ideia de território nacional, ou mesmo vinculada à natureza, que é um elemento fundamental do conceito de espaço vital trazido pelo alemão Friedrich Ratzel. Em suas reflexões, baseando-se nas ciências naturais, Ratzel compreendia o território a partir da perspectiva biológica, isto é, a superfície terrestre como imprescindível para o desenvolvimento de um Estado. Dessa maneira, um Estado apenas se desenvolveria se o seu território tivesse as condições propícias de solo, clima, relevo, entre outros (COSTA, 1992).

Este autor considerava o território como um espaço concreto, apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que administra este espaço através de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, como por exemplo a linguagem ou seus hábitos culturais. Neste sentido o território seria a base do Estado e a condição de sua existência, pois nele encontramos os recursos naturais que sustentam a sociedade. Desta forma o poder político acaba se apresentando como uma força máxima, onde todos os demais poderes são a ele subordinados. Enfatiza assim, o caráter político do território, vinculado diretamente a relações de poder, sobretudo estatais.

Esse vínculo de abordagem a partir das relações de poder, já evidente em Ratzel, é ainda uma referência para muitos autores e para a sociedade em geral, que geralmente concebem o território, como um espaço político. Todavia, Souza (2013) salienta que a concepção política de território, deve ser apenas uma primeira aproximação com o conceito, que embora necessária, é insuficiente. Muitos autores têm questionado essa leitura, dando ênfase ao caráter político não-estatal do território, à dimensão cultural e/ou econômica (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Souza (2013) afirma ainda que, embora o território seja um espaço definido e delimitado por relações de poder, não implicam apenas no poder exercido pelo uso de coerção violenta, mas também do entendimento mútuo e legitimidade por parte de quem o exerce e sobre o qual é exercido. Destaca ainda que esse poder não necessariamente precisa ser exercido pelo Estado, como Ratzel afirmava, mas por qualquer grupo que tenha condições efetivas para isso (SOUZA, 2013). A exemplo das comunidades quilombolas, que embora não seja uma instituição estatal, possui no território quilombola sua principal referência e, a partir desse, manifesta variadas relações de poder.

Para Saquet (2003; 2004), o território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos – econômicos, políticos e culturais (EPC) – no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Na produção do território, ideia (superestrutura) e matéria (estrutura) condicionam-se. As dimensões básicas (EPC) condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial. Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica.

Adicionalmente, Saquet (2009) afirma que o território é uma construção social, realizada, portanto, coletivamente e multidimensionalmente. É produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo, é fruto da dinâmica socioespacial. Segundo Saquet (2006):

(...) O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza. Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais (SAQUET, 2006, p. 76).

Em resumo, para Saquet (2006), o território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são

o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais.

Santos e Silveira (2001) também entendem o território como uma construção social, isto é, o território como uma porção do espaço, apropriado e utilizado das mais diversas formas pela sociedade, a partir da sua organização, em diversos contextos históricos. Milton Santos (1999):

(...) O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

O território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado, como também, não está restrito, à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder. Há também o uso e apropriação do território por outros agentes. O território engloba as relações de poder, assim como, as relações econômicas e simbólicas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O autor diz ainda que o território usado é sinônimo de espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Milton Santos dá ao território um status de escala geográfica. Nesse sentido, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas. As firmas são representadas pelas empresas privadas, sociedades anônimas, sociedade de economia mista, sociedades limitadas que têm a função de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias e serviços. As instituições são os órgãos estatais, as associações, as organizações filantrópicas e as organizações não governamentais, que produzem normas, ordens e informações. As pessoas são os seres humanos em geral, a população ou parte dela que compõem as firmas e as instituições (SANTOS, 1985).

A periodização da história, portanto, influencia a forma como o território será organizado do ponto de vista econômico, político e social, ou seja, incidirá diretamente na forma como o território será usado, uma vez que, segundo Santos e Silveira (2001): “*os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso*” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20).

Pensar a periodização inclui a compreensão dos processos que ocorrem no interior do território em tempos determinados, processos que envolvem os sistemas técnicos, a distribuição territorial do trabalho e as sobreposições de materialidades. No território convivem a novidade e a herança, a história particular e a história global, a formação de hierarquias entre os lugares, a especialização do trabalho, as novas formas geográficas e as novas formas sociais. Mudanças nas bases técnicas, nas formas de organização social, cultural e econômica, indicam a chegada de outro tempo histórico. No *território usado* alteram-se as formas, as técnicas, as dinâmicas, as racionalidades, as intencionalidades, “o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011).

Finalmente, o território incorpora múltiplas nuances. É produto e produtor de territorialidades distintas que o disputam intensamente e, como afirma Santos (1999): “*O Território é o lugar em que desembocam todas as ações (...) isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência* (SANTOS, 1999, p. 7).

A partir desta descrição percebe-se que o território é um conceito amplo, não abarcando somente o material, mas, neste caso, também o social, e por esta razão que Haesbaert (2004b) comenta que a leitura deste conceito pode ser feita através de diferentes perspectivas, por exemplo, a materialista, a idealista, a relacional e a integradora, cada uma delas procurará discutir este tema, mostrando que a utilização do conceito ocorre em razão das discussões que se pretende levantar com o mesmo. A materialista aponta que a ligação material entre território e natureza é explícita, ou seja, a natureza é uma fonte de recursos. A idealista se refere ao espaço investido de valores além do material, são também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. No relacional espaço é visto completamente inserido dentro das relações social-históricas, concebendo o território como movimento, fluidez, conexão e também de temporalidade. E por último, na perspectiva integradora espaço natural, econômico, político e cultural integrados.

Atualmente, o conceito de território possui três noções básicas, a política, a econômica e a cultural. A primeira se refere às relações de poder em geral, onde um espaço é delimitado e controlado através do exercício do poder. A segunda dá destaque as dimensões espaciais das relações econômicas, onde o território será a fonte de recursos. A última fala do aspecto simbólico-cultural de um espaço, sua característica mais subjetiva e sendo este um produto de apropriação de um grupo (HAESBAERT, 2004b).

A partir da dimensão cultural inserida na ideia de território outro conceito geográfico merece destaque, que é a *territorialidade*. Para Raffestin (1993) a territorialidade deve ser

entendida como multidimensional e inerente à vida em sociedade. Nesse sentido, o autor define este conceito como:

"(...) um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (...) essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem (...) são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis" (RAFFESTIN, 1993, p. 160-61).

Conforme o autor a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Nesse sentido, as comunidades quilombolas evidenciam múltiplas territorialidades, que estão vinculadas a memória, as tradições, artefatos históricos, a religiosidade, as relações com a terra, enfim, os múltiplos símbolos que evidenciam resistências e protagonismos históricos e diários.

Para Robert Sack (1986) a territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território. Para o autor territorialidade significa: *"(...) a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica" (SACK, 1986, p. 19).*

Segundo Saquet (2004) a territorialidade é composta por relações políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado campo de forças. A formação das redes de circulação e comunicação contribui para o controle do espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais. Esta própria territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades

cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial.

Compreende-se que a territorialidade quilombola de um grupo ou comunidade demanda um olhar sobre a terra, à luz de uma concepção de território e dos usos dos recursos por parte das famílias envolvidas.

Incorpora diversas dimensões presentes nas relações humanas, entre elas, a dimensão política, a econômica e a cultural e se exhibe de forma múltipla e variada, atendendo a diferentes intencionalidades. São fruto da interação da pessoa com a terra, da forma como se organiza no espaço e da maneira como se relaciona, percebe e dota de significado o lugar. E como o território resulta de um processo construído historicamente e espacialmente pelos atores sociais, para Haesbaert (2014): *“Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e apropriação do espaço variam muito ao longo dos tempos e dos espaços, exibindo territorialidades diversas e distintos usos”* (HAESBAERT, 2014, p.67).

De maneira geral, a trajetória das comunidades quilombolas amazônicas foi marcada por um intenso processo de resistência territorial. Os quilombolas tiveram que se recriar o tempo inteiro desenvolvendo estratégias particulares de relacionamento com seu território. A territorialidade quilombola, segundo Santos e Silveira (2001), expressa relações de solidariedade e pertencimento ao lugar, mas como o território nem sempre assumiu um formato único, entre os quilombos amazônicos ocorreram, de forma intensa, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Nesse sentido, o território apresenta-se como um local privilegiado para observar os processos que interferem na situação de saúde das populações, fazendo-se importante estratégia de análise para compreender as desigualdades em saúde e os fatores que determinam um maior ou menor grau de adoecimento das comunidades e como eles se relacionam (CÁRCAMO, 2013).

A abordagem contemporânea da geografia da saúde problematiza a noção de saúde e doença de forma interdisciplinar, transgredindo os métodos do modelo biomédico e da abordagem tradicional da geografia da saúde (CÁRCAMO, 2013). Segundo Nossa (2008), ela também identifica e investiga os determinantes econômicos, sociais e políticos da saúde-doença com uma abordagem cultural, que qualifica os componentes imateriais do espaço na interpretação dos quadros de saúde e doença.

O uso do espaço para compreender a distribuição das doenças precede a epidemiologia e é entendido como conjunto de determinantes naturais ou biológicos (SILVA, 1997), passivo de ser alterado. Um dos primeiros estudos a utilizar o espaço na epidemiologia o define como o cenário onde circula, livremente, os agentes parasitários – a patobiocenose. De acordo com Pavlovsky (1939), este cenário pode ser classificado em natural, espaço não modificado pelo homem, ou antropopúrgico, espaço passivo de modificação humana. Ambas as classificações foram adotadas para a construção da *teoria do foco natural das doenças*, formulada durante a expansão agrícola soviética no início da era Stalin, em meados da década de 1930. Nesse momento, em decorrência da exploração dos recursos naturais no continente asiático, surgiram diversas doenças, como a leishmaniose e as encefalites, que acarretaram grandes problemas de saúde pública (SILVA, 1997).

Apesar da teoria do foco natural influenciar numa melhor análise do espaço enquanto categoria da epidemiologia, esta sofreu desinteresse por parte dos pesquisadores em decorrência da urbanização, pois o cenário natural já quase não existia e a teoria já não os servia com eficácia. Deste modo, posteriormente, a epidemiologia passou a definir o espaço como um substrato que exerce influência através de fenômenos naturais, como o clima. Segundo esta definição o espaço é estático, imutável, um espectador, não participante (SILVA, 1997). Portanto, as alterações ocasionadas no espaço são influenciadas pelo sujeito antropopúrgico, o homem. Nesse contexto, a fim de suprir as necessidades na área da saúde, acarretadas pelas extensas transformações pós II Guerra Mundial, os epidemiologistas recorreram a geografia médica para melhor compreender tais transformações. Dentre os estudiosos que resgataram a geografia médica está May, autor franco-americano, que utilizou a geografia com um teor mais antropológico (MAY, 1958, 1977, 1978).

A aproximação entre a epidemiologia e a geografia é histórica, em especial na vertente denominada geografia médica. No decorrer da história, a Epidemiologia acabou incorporando gradativamente conceitos como espaço (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000) e território, este último estimulado pelas mudanças pela nova sociedade que se desenvolve a partir da década de 1970, ambas em função de entender a manifestação da doença na coletividade.

Na visão marxista, a geografia transpõe-se à epidemiologia com a finalidade de entender as relações amplas e complexas das transformações no espaço. Para Hasbaert (2004a), a geografia tem de ser metodologicamente heterogênea, de modo com que se relacione com as demais áreas do conhecimento, da sociologia à biologia. Para o mesmo autor, a análise do processo de organização do espaço como esteio dessas relações dá coerência às transformações

ocorridas no mesmo, tendo-se, a partir disto, um instrumento metodológico capaz de ser transposto à epidemiologia, trazendo como objeto o processo saúde-doença.

De acordo com Monken e colaboradores (2008) a incorporação de conceitos geográficos como *espaço, território e ambiente* vem ganhando enfoque nos estudos de saúde e saúde pública, com novos significados sem preocupação com a definição original, o que gera, por vezes, conflitos entre as diversas acepções. Para os autores, por exemplo, o conceito de território não se restringe apenas à geografia, sendo usado pela antropologia, sociologia, ciências políticas, ecologia e diversas outras áreas. As discussões mais recentes sobre território incorporam ao mesmo o componente cultural, considerando que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural sem sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-político.

Para alguns autores a influência de Milton Santos nas *abordagens territoriais* dos problemas de saúde no Brasil é de total importância, tal como o uso dessas abordagens nas ações de planejamento territorial dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000; FARIAS; BORTOLOZZI, 2009, 2016). De acordo com Faria e Bortolozzi (2016), a generalização do conceito de Milton Santos deu-se em razão de sua natureza empírica, com uso da prática social de fácil compreensão, mesmo aos profissionais não acostumados com a discussão territorial.

Gondim e colaboradores (2008) ao instrumentalizar o entendimento dos possíveis problemas de saúde e suas soluções adotam conceitos importantes oriundos das ciências humanas e de métodos advindos da junção da epidemiologia e da geografia humana, para então avançar na descrição, sistematização e reflexão das situações de saúde da população. Nesse contexto, os autores apresentam categorias de análise que tratam das diversas relações humanas, em especial a categoria *território*, bem como seu uso pelo poder público, para então atuar junto aos diversos grupos populacionais, conhecendo-os em seu contexto social, por meio da territorialização que permite identificar as singularidades da vida social, seus problemas e necessidades de saúde.

Por meio da categoria *território usado*, o planejamento da vigilância em saúde pode ampliar seu campo de atuação formal sobre o espaço que, por sua vez, modifica-se conforme a dinâmica das relações sociais.

Para Moken e Barcellos (2005), o *território usado* pelas comunidades subsidia a compreensão das situações de saúde e criação de metodologias de reconhecimento do território voltados para a vigilância em saúde. Com forte apelo antropológico, esta abordagem de

território abre boas possibilidades para as análises em saúde, particularmente para a atenção básica, como para o entendimento contextual do processo saúde-doença, principalmente em espaços comunitários. Portanto, os diferentes territórios existentes seriam expressões de diferentes territorialidades, o qual considera os contextos históricos e sociais. Como, por exemplo, o território quilombola que, mesmo demarcado pela constituição, possui expressões própria de territorialidade e outros limites geográficos não perceptíveis por outras culturas e povos (MONKEN et al., 2008).

Para Unglert (1993) a análise do território serve, antes tudo, como meio operacional para avaliação objetiva das condições criadas para a produção, circulação, residência, comunicação e sua relação com as condições de vida. Sendo assim, o conceito de território acaba exercendo papel importante na organização das práticas de *vigilância em saúde*, a qual divide-se em três partes: integração institucional entre atividades de vigilância epidemiológica e sanitária; elemento que pressupõe a organização tecnológica do trabalho de redefinição das práticas sanitárias; e *análise e monitoramento de situação de saúde*. Sendo, esta última vertente importante da vigilância da saúde que prioriza a análise da saúde de grupos populacionais definidos em função de suas condições de vida. Logo, parte do processo de *territorialização* dos sistemas locais de saúde, de modo a reconhecer porções do território segundo a lógica das relações entre condição de vida, saúde e acesso aos serviços de saúde (TEIXEIRA; PAIM; VILLASBOAS, 1998).

Para Unglert (1995) o processo de territorialização faz -se importante à medida que alcança o seio social, pois trata-se do processo de apropriação do espaço pelos serviços de atenção primária a saúde, ou de formação de território de atuação de unidades de atenção primária a saúde. Portanto, a *territorialização* surge dos espaços de vida cotidiana, compreendendo desde os programas de saúde da família em que as comunidades estão inseridas até as unidades de saúde e distritos sanitários (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

A identificação de problemas de saúde no território deve superar a listagem de agravos prevalentes e evidenciáveis, mediante notificações, a fim de entender as vulnerabilidades e suas determinações (TEIXEIRA; PAIM; VILLASBOAS, 1998). Nesse sentido, a *territorialização* do sistema de saúde torna-se ponto de partida ao reconhecer e examinar o território do município para coleta e sistematização de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários. No entanto, frequentemente, nos diagnósticos de condições de vida e saúde, os elementos constitutivos da reprodução da vida social nos mais

variados lugares são listados e tratados como conteúdos desarticulados do território analisado (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

Para Breilh (2003), esse modelo de vigilância convencional com atuação vertical por parte do Estado, que assume a saúde como um processo individual, tem como foco a doença e não abrange os processos de determinação social. Deve ser substituído por *um monitoramento participativo da saúde* que compreenda os processos críticos (determinantes protetores e determinantes destrutivos da saúde) que se expressam nos modos de vida dos grupos e nos estilos de vida familiar e individual, dependente da estrutura social mais ampla.

Castellanos (1990) aponta que o entendimento dos problemas que estruturam uma situação de saúde parte do ponto de vista do ator social que a descreve e explica. O autor propõe que os fenômenos de saúde e doença ocorrem em diferentes dimensões: as singulares, entre indivíduos ou entre agrupamentos de população por atributos individuais; as particulares, isto é, entre grupos sociais em uma mesma sociedade; e as gerais, que são os fluxos e fatos que correspondem à sociedade em geral. A definição de problema de saúde e o seu potencial de transformação são diretamente correspondentes a cada uma dessas dimensões.

Pode-se afirmar que os problemas de saúde apresentam uma diversidade de determinações e as propostas de resolução deverão ser baseadas em múltiplas estratégias, medidas e atores (MONKEN; BARCELLOS, 2005). Incorporando nesse processo a experiência da população, o conhecimento popular e as soluções dadas pela população aos seus problemas (CUNHA, 1995; OLIVEIRA; VALLA, 2001).

Já não se trata de avaliar somente as tendências históricas das condições de vida e de saúde ao nível do país, e sim, avaliar o impacto em grupos específicos populacionais e, sobretudo, conhecer o comportamento das desigualdades entre diferentes grupos e avaliar o impacto das ações adotadas (CASTELLANOS, 1991, 1997). Segundo Barcellos (2008), a maior parte dos estudos sobre desigualdades sociais no espaço desconsidera a complexidade dos processos de determinação das condições de saúde. Sobre esses processos intervêm não só as condições materiais de vida, mas também a capacidade de resposta dos grupos humanos aos problemas de saúde, as condições ambientais e a própria atuação dos serviços de saúde.

Finalmente, os indivíduos em sociedade criam meios instrumentais e sociais com os quais realizam sua vida, produzem e criam espaço. Essa concepção de espaço leva em conta todos os objetos existentes supondo a coexistência desses objetos como sistemas. A utilidade dos objetos vem exatamente do seu uso pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores, possuindo, também, um papel simbólico. A identificação

desses objetos, seus usos pela população e sua importância para os fluxos das pessoas e de materialidades são de grande relevância para o reconhecimento da dinâmica social, hábitos e costumes, bem como na determinação de vulnerabilidades para a saúde humana, originadas nas interações de grupos humanos em determinados espaços geográficos (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

Por todo contexto exposto, observou-se que é impossível discutir aspectos da Situação de Saúde e Condições de Vida de comunidades sem abordar como estas se relacionam e usam o *território* e quais *territorialidades* são desenvolvidas, portanto, optou-se pela escolha destas categorias geográficas nesta tese, uma vez que há na literatura uma grande quantidade de epidemiologistas trabalhando com as ferramentas da geografia. Todavia, como mencionado anteriormente, vários destes estudos limitam-se ao uso superficial desta categoria na investigação dos processos saúde-doença.

Observou-se que a grande maioria dos trabalhos sobre comunidades quilombolas buscam analisar os usos do território, considerando as mudanças e permanências (LOPES, 2017a). Buscam também compreender os modos de vidas, dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no território, e como este vem se comportando do ponto de vista territorial e político (LOPES; NAHUM, 2015), investigar o processo de ocupação territorial, os impasses e as conquistas pela comunidade quilombola (ALMEIDA; LAROQUE, 2019), enfatizar as expressões de territorialidade e os processos de regularização fundiária (VIEIRA JUNIOR, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2019), analisar a importância do território como condição de reprodução social da vida (LIRA; NETO, 2016), refletir sobre a identidade e territorialidade, como se estabelecem social, cultural e economicamente e se relacionam com a sociedade hegemônica (NETO, 2018), analisar a demarcação das terras remanescentes de quilombo, usos do território e modos de vida (NAHUM, 2011, 2017; RIBEIRO; NAHUM, 2014; SILVA; SARAIVA, 2017), e apresentar a relação existente entre o território e a identidade (AMARAL; PEREIRA, 2016). Assim, percebe-se que há uma ampla discussão sobre o tema Condições de Vida e das estratégias de atuação desses sujeitos no território.

3.3 PROBLEMAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E NA SAÚDE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM FUNÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA.

Até meados da década de 1950, a Amazônia encontrava-se em fase de estagnação econômica ainda por conta da queda na exportação da borracha e sua condição de isolamento

físico. Com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, cuja construção se deu entre 1956-1960, e com a política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (JK), lançava-se ações concretas que afetaram a região, sobretudo pela implantação de grandes rodovias como a Belém-Brasília (BECKER, 1990).

Após o governo de JK e a tomada de poder pelos militares, novas formas e estratégias de ocupação se intensificaram na região. Entre 1966-1985 se inicia o planejamento regional efetivo para a Amazônia. O Estado toma para si a iniciativa de um novo projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacional. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade. Resumidamente, entre 1968-1974, o Estado Brasileiro implantou a malha técnico-política na Amazônia, visando completar a apropriação física e controlar o território por meio de poderosas estratégias que incluíam: a) Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana e de energia; b) Subsídios ao fluxo de capital, com incentivos fiscais e crédito a baixos juros; c) Indução de fluxos migratórios para o povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização e; d) Superposição de territórios federais sobre os estaduais compuseram a malha técnico-política com grandes empréstimos de bancos internacionais (BECKER, 1990).

A Figura 2 mostra uma compilação dos principais planos, programas e projetos implantados na Amazônia entre 1970 e 1990, por exemplo Zona Franca de Manaus, Projeto Grande Carajás, grandes fábricas de alumínio – que vieram pressionar a ocupação, o uso de recursos naturais, com destaque para a necessidade de energia elétrica, destacando a UHE Tucuruí/PA.

Povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas estão entre os principais afetados pela implementação e operação de grandes obras na Amazônia, na medida em que seus modos de vida são intensamente vulneráveis aos problemas ambientais e sociais desencadeados. Tais abalos não apenas representam uma ameaça à reprodução cultural, mas também à integridade e bem-estar físico dessas populações, dada a intrincada interdependência entre as condições materiais de existência e os territórios tradicionalmente ocupados (VIDAL; SOUZA, 2016).

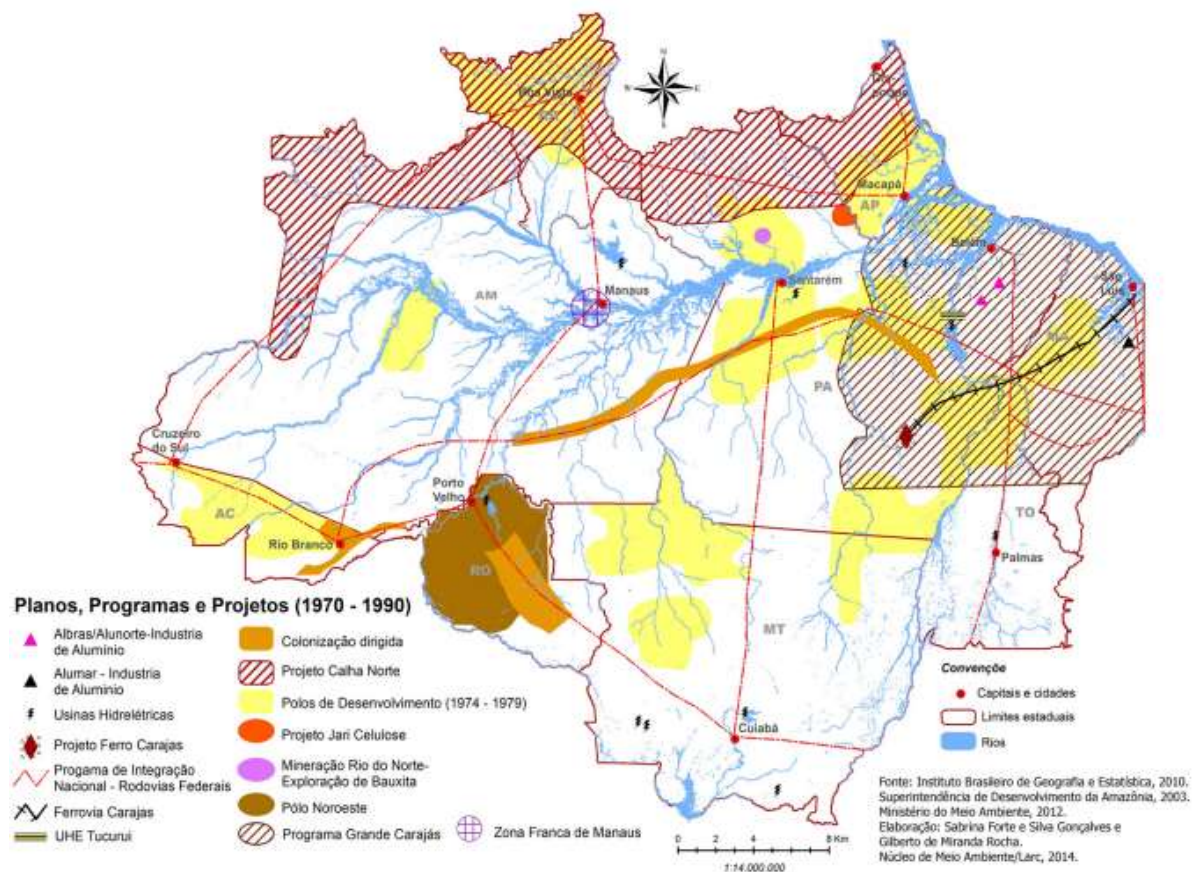
O Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define-as e aos seus territórios como:

“Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos,

inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Artº3 do Decreto 6.040/2007)

“Territórios Tradicionais são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações” (Artº3 do Decreto 6.040/2007)

Figura 2 - Planos, programas e projetos implantados na Amazônia entre 1970 e 1990.



Fonte: Rocha, Forte e Gonçalves, 2017.

Esta política tem como escopo principal promover o desenvolvimento sustentável destas comunidades, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Igualmente importante, outro documento que confere vários direitos a estas comunidades é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), que reconhece aos povos indígenas e tribais o direito à propriedade de seus territórios e a consulta prévia para medidas que possam afetar suas vidas. Determina também ao governo a adoção de medidas para proteger o meio ambiente desses territórios. Estabelece ainda que o governo deve

garantir melhoria das condições de vida e trabalho assim como do nível de educação e saúde, entre outras medidas. Entretanto, apesar da existência de normas constitucionais e outras leis e diretrizes dedicadas à proteção desses povos no contexto de grandes projetos, observa-se baixa aplicação prática, além de pouca efetividade dos mecanismos de diálogo eventualmente propiciados.

Segundo Giannini e Sousa (2016) estes povos contribuem de maneira inequívoca para a riqueza da diversidade sociocultural e ambiental do Brasil, com base em trajetórias históricas e sociais únicas, em riquíssimo conhecimento tradicional, detalhadas e complexas estratégias de manejo sustentável do meio ambiente, entre outros aspectos que os tornam sujeitos de sua própria história. Todavia, a forma como os grandes empreendimentos têm sido implementados e operados na Amazônia nas últimas décadas, com base em relações de poder extremamente assimétricas, acabam implicando em uma série de vulnerabilidades sobre estas comunidades tradicionais: de ordem territorial (reduzindo e restringindo os territórios tradicionais, essenciais para a qualidade de vida de seus habitantes); de ordem ambiental (problemas ambientais diversos na fauna e flora nos territórios onde residem estas comunidades e são instalados os projetos) e de ordem social (dadas as relevantes transformações econômicas e demográficas regionais trazidas pela instalação e operação dos grandes empreendimentos).

No que diz respeito a implantação de projetos hidrelétricos na região Amazônica, o impacto provocado por eles se tornou realidade a partir da década de 1960 com a construção das UHEs de Coaracy Nunes e Curuá-Una. Como ambas as usinas são de pequeno porte, seus problemas não foram tão perceptíveis quanto as que viriam posteriormente - Tucuruí, Balbina e Samuel (SILVA, 2018).

Nesse período, concomitante ao avanço das obras, alguns problemas puderam ser observados e registrados: nas áreas inundadas a maioria das árvores não foram retiradas, com a submersão da vegetação e posterior entrada em decomposição das folhas, houve a emissão de gases, que em associação com outros elementos provocaram corrosão nas turbinas, excessivo crescimento de macrófitas aquáticas, emissão de gases de efeito estufa (GEE); aumento do desmatamento no entorno do reservatório devido a ocupações irregulares e retirada de madeira, proliferação de mosquitos, e alteração da quantidade de peixes (JUNK et al., 1981; ROSA et al., 1995; OLIVEIRA et al., 2003; FEARNSSIDE, 2005).

Adicionalmente, vários outros problemas associados a este tipo de empreendimento foram largamente identificados por uma série de trabalhos em barragens pelo mundo (BAXTER, 1977; GOLDSMITH; HILDYARD, 1984; GRAF, 1999; ROSENBERG;

MCCULLY; PRINGLE, 2000; MOL et al., 2007; HAAS, 2009; IEA, 2002, 2012) ou na Amazônia (JUNK; MELLO, 1987; AB'SÁBER, 1989; FEARNSIDE, 1989, 1990, 1995, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2001, 2005, 2015; MAGALHÃES, 1990; ROSA et al., 1995, 2003; ACEVEDO- MARIN, 1996; COUTO, 1999, 2002; SANTOS, 2000, 2017; OLIVEIRA et al., 2003; SANTOS et al., 2008; CASTRO, 2009; HERNANDES, 2009; HESS et al., 2016; LEES et al., 2016; SILVA; LIMA; SILVA, 2016; DAMAZIO et al., 2017; HESSA; FENRICHB, 2017; COUTO; MARIN, 2018) e envolvem outras questões relacionadas principalmente aos meios físico e biológico, mas recentemente têm-se atentado para as questões sociais (problemas de segurança); problemas no uso e na qualidade da água, as espécies migratórias e a biodiversidade; sedimentação dos detritos dos reservatórios; perda de solo, de monumentos naturais e históricos, e de recursos madeireiros; modificações da geometria hidráulica do rio e na hidrologia; aumento da sismicidade; estratificação térmica; etc.

A população dos locais afetados sofreu com a mudança no mercado de terras. A tendência foi de valorização de áreas próximas ao lago e desvalorização de áreas próximas aos antigos eixos de circulação. Houve uma desestruturação do campesinato ribeirinho e de grupos indígenas e quilombolas, desamparo dos grupos camponeses que chegaram de outras regiões do país em busca de terra e, em muitos casos, submersão de importantes recursos minerais, como jazidas de ouro e diamante (FEARNSIDE: 1990, 1999; DIAS, 1991; WCD, 2000; COSTA, 2002). Ainda, são notáveis e frequentes o descumprimento de normas legais nacionais e internacionais, a desestabilização das relações socioculturais e o desrespeito aos direitos humanos, dificultando e/ou inviabilizando a reprodução socioeconômica no tempo e espaço dos atingidos (GEGENSTRÖMUNG, 2011).

O custo social de empreendimentos hidrelétricos reflete-se nos indicadores sociais da região, os quais, no caso brasileiro, geralmente já apresentam elevados índices de pobreza expressos no status quo da educação, saúde, saneamento, habitação e trabalho das áreas afetadas (FEARNSIDE, 1999b).

Apesar de amplamente documentados, na prática, os problemas sociais e ambientais têm sido desvalorizados no planejamento dessas obras em detrimento da valorização da concepção dos “progressos” associados ao projeto. Couto e Marin (2018), ao estudarem os problemas a saúde de comunidades pela implantação recente da UHE Belo Monte, sugerem que se faça uma reflexão sobre “*para quem seriam estes benefícios e progressos?*”. Observam que os lucros destes empreendimentos na Amazônia têm sido destinados a *Dam Industry*, formada por grupos

de agentes financeiros e empreiteiras e que, para a Amazônia e seus agentes sociais, ficam os problemas negativos.

Segundo as mesmas autoras, sabe-se que a implantação deste tipo de empreendimento segue um padrão, pois durante as obras de engenharia civil há um aumento temporário da oferta de empregos; quando esta etapa se encerra, no entanto, os empregos são drasticamente reduzidos, resultando em milhares de desempregados que, na maioria das vezes, estabelecem-se nas periferias das cidades próximas aos projetos. Outros padrões podem também ser observados, apesar de menos citados: deslocamento compulsório das populações residentes na área a ser instalada a obra, para outras onde estas mesmas populações não conseguem reproduzir seu modo de vida (reassentamentos), levando à piora deste; problemas sobre povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas que tem desestruturadas sua cultura, modo de vida e territórios; finalmente, a intensa migração para a área do projeto aumenta a pressão sobre os serviços de saúde que não dão conta de atender tal demanda, uma vez que as condicionantes para fortalecer a estrutura destes sistemas de saúde ou não são cumpridas, ou são cumpridas em atraso. A violência social é ainda expressa no aumento do número de acidentes, homicídios e prostituição (COUTO; MARIN, 2018).

Birley (2011) chama atenção para outros problemas negativos, como aumento de doenças transmissíveis por controle de vetores em áreas próximas a instalação do reservatório e que afetam diretamente a população (malária, leishmanioses, dengue, etc), desnutrição, traumas, problemas mentais (estresse, suicídio, uso de álcool e outras drogas). Reforça que a saúde das pessoas neste contexto é comprometida e resume que os efeitos do deslocamento compulsório na vida destas: 7% melhoram as condições de vida, 11% conseguem se reintegrar, todavia, 82% têm suas condições de vida e saúde deterioradas. Porque há risco para os atingidos ficarem sem terra, sem trabalho, sem moradia, com insegurança alimentar, marginalização social, entre tantos outros efeitos já mencionados, considerados determinantes da saúde.

Portanto, apesar dos esforços em descrever as vantagens da produção de energia elétrica a partir de Usinas Hidrelétricas (MULLER, 1995; DRUMMONT; NASCIMENTO, 2003; TUNDISI, 2007; VON SPERLING, 2012; SANTOS; ROSA; 2013; GONZALEZ; KILINC; WEIDMANN,2013), a saber – fonte renovável de energia; tecnologia madura, amplamente testada; custos de combustível nulo e custos de operação reduzidos; vida útil do empreendimento longa; controle de cheias e outros usos múltiplos de seus reservatórios; emissão menor de gases de efeito estufa, quando comparados com as usinas termoeletricas; baixo índice de resíduos químicos contaminantes do meio ambiente – os problemas

socioambientais e à saúde das populações decorrentes deste tipo de empreendimento são inquestionáveis.

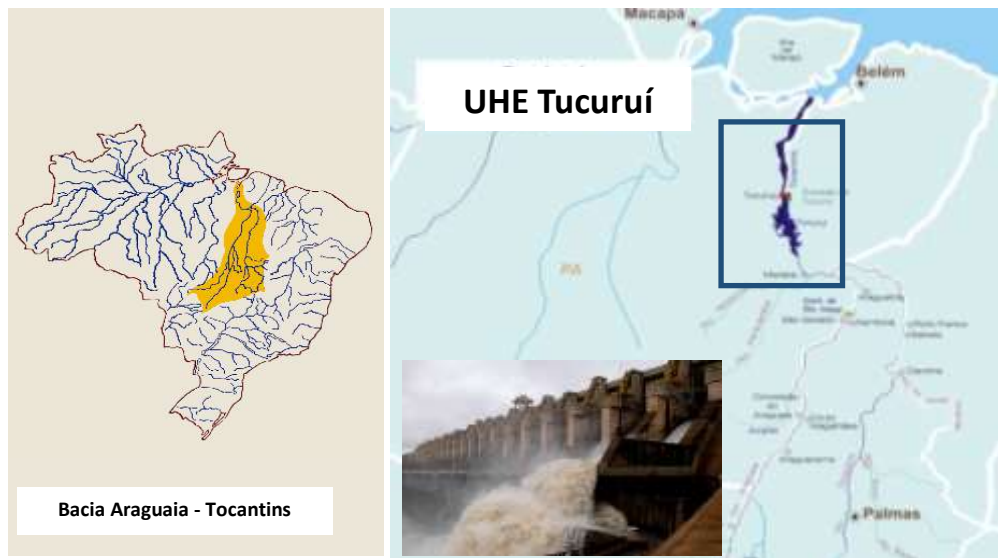
A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) nasce em Brasília, em 1973, para construir na Amazônia a quarta maior hidrelétrica do mundo – a UHE Tucuruí – construída com o objetivo de fornecer energia elétrica principalmente para a cidade de Belém, o projeto Grande Carajás e Albras/Alunorte (PINTO, 2011). Em sua primeira fase tinha potência de 4.000 MW, sendo que com a conclusão de sua ampliação em 2007, essa capacidade subiu para 8.370 MW tornando-se a maior hidrelétrica 100% brasileira em potência instalada (SILVA, 2018).

“Tucuruí e Albrás surgiram, em Tóquio, como irmãos siameses. Do parto da empresa deu notícia para o general-presidente Ernesto Geisel, em Brasília, o ministro de Minas e Energia, o nissei Shigeaki Ueki. Os japoneses financiariam um terço do custo e ficariam com um terço da energia da mega-usina. Assim garantiriam montar, a 20 mil quilômetros de distância do seu território, uma fábrica que lhes supriria um terço de todas as suas necessidades de alumínio primário, quando fechassem todas as suas próprias fábricas (em número de 41), inviabilizadas pela elevação do custo da energia (provocada pelo choque do petróleo dado pela Opep)(...) O controle não foi rígido em relação ao orçamento, que estourou várias vezes, começando com 2,1 bilhões de dólares e indo parar, em cálculo rigoroso, em uns US\$ 10 bilhões. Os japoneses, atentos a esse – digamos assim – detalhe, pularam fora da obra. (...) a usina foi bancada integralmente pelo tesouro nacional (...) os franceses ganharam o direito de fornecer metade das 12 turbinas da primeira fase” (PINTO, 2011, p. 23-24)

A bacia do Tocantins-Araguaia é a segunda em produção de energia do Brasil. A descarga média da bacia hidrográfica, em Tucuruí, é estimada em 12.000 m³/s. Nessa bacia foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), no Rio Tocantins, Estado do Pará (Figura 3). A barragem de Tucuruí está situada aproximadamente na latitude 03° 45’ Sul e longitude de 49° 41’ Oeste, no baixo Rio Tocantins, a cerca de 300 km em linha reta da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, Região Norte do Brasil, segundo relatório da Comissão Mundial de Barragens – CMB – específico sobre a UHE Tucuruí (CMB, 2000).

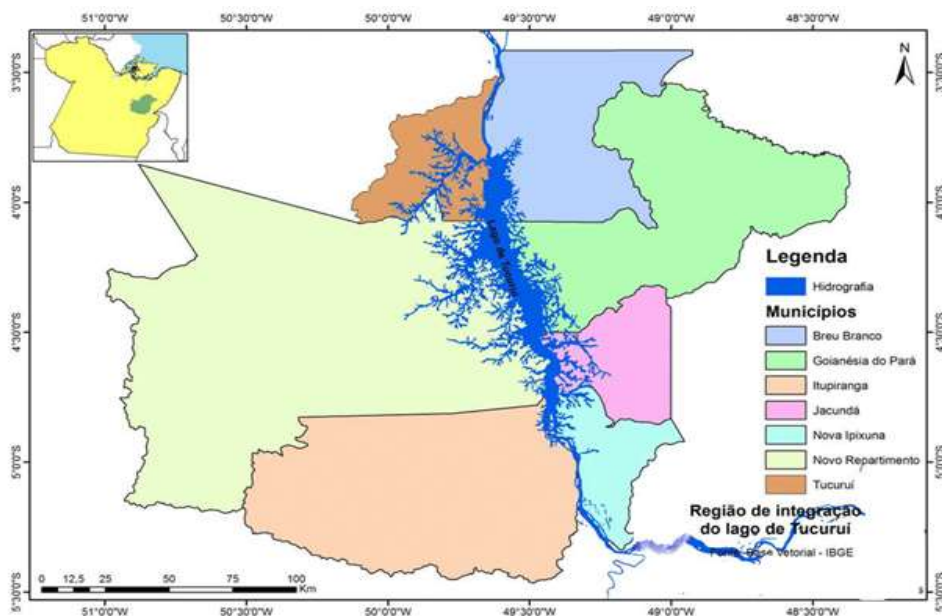
Para o seu funcionamento, exigiu a formação de um lago artificial que inundou uma área de 2.830 km² (ELETRONORTE, 1989). A partir dos trabalhos de desvio do curso do rio, na década de 1970, seguido pelo fechamento da barragem, em 1984, o ambiente natural em análise passou a ter uma nova realidade, decorrente de sua fragmentação em três ecossistemas: montante, jusante e lago (Figura 4).

Figura 3 – Localização do reservatório da UHE Tucuruí.



Fonte: ELETRONORTE, 2010.

Figura 4 – Mapa do reservatório da UHE Tucuruí e municípios do entorno.



Fonte: Adaptado de ELETRONORTE, 2010.

Segundo Fearnside (2015) a grande maioria dos poucos estudos ambientais realizados tinham como foco os problemas que poderiam afetar o funcionamento da Usina, sem que se levasse em conta os problemas que a obra poderia causar ao meio ambiente e às populações ribeirinhas. Nenhum estudo prévio sobre os problemas do represamento do rio e a formação do lago, a abertura de estradas de acesso, instalação de linhas de transmissão, remoção de

comunidades ribeirinhas ou perdas de recursos minerais sob a área alagada foi realizado. Todavia, o autor relembra que a tomada de decisões, no caso específico de Tucuruí, foi feita praticamente sem nenhuma influência de estudos ambientais, haja vista que a construção da barragem antecede a exigência a uma avaliação de problemas ambientais, em função da inexistência de legislação pertinente.

“A usina hidrelétrica de Tucuruí fica no sudeste do Pará, a 310km de Belém, capital do estado, na Bacia do rio Tocantins. Começou a ser pensada no governo do General Médici, em 1973, em plena ditadura militar. Foi inaugurada em 1984, durante o governo do general João Batista Figueiredo, o último do regime militar (1964/85) (...) A construção de Tucuruí serviu para enriquecer com dinheiro público a empresa de construção civil Camargo Corrêa e fornecer energia subsidiada para empresas multinacionais. (...) Depois da construção da barragem surgiram 1.100 ilhas na bacia do Tocantins, habitada por 6.500 pessoas, que vivem basicamente do extrativismo animal e vegetal, são os desapropriados quando da formação do lago. O lago de Tucuruí tem 270 quilômetros de extensão por 10 de largura. Na região, apesar da hidrelétrica, várias comunidades não possuem rede elétrica. Mas se a recebem, não há dúvidas: é uma das energias mais caras do Brasil” (PINTO, 2011, p. 28-29)

A possibilidade do rio Tocantins ficar completamente seco por causa do fechamento das comportas da UHE Tucuruí, para formação do reservatório, às vésperas do fechamento das mesmas repercutiu negativamente na mídia e na Assembleia Legislativa do Estado:

“(...) Provavelmente as consequências não chegarão a tal gravidade, exceto talvez bem próximo à barragem. Mas as repercussões serão extensas e profundas em uma extensão de 260km, nessa área onde moram 107 mil pessoas, que tem o rio como extensão de suas vidas. Sítios, localidades, povoados e, talvez, sedes municipais poderão ficar isolados se não dispuserem de outras vias de acesso. Faltarão água para o abastecimento, peixe para alimentação, as condições higiênicas irão se deteriorar por falta do transportador natural dos dejetos, crianças poderão não ir à escola – enfim, haverá uma série de problemas. O que sabe de fato a população da região? O que sabemos nós? Quais as medidas que estão sendo adotadas? (...) A Eletronorte parece estar convicta de que a estratégia do sigilo é a mais adequada” (PINTO, 2011, p. 48)

A ELETRONORTE originalmente não incluiu nenhum estudo dos problemas sociais na sua avaliação da barragem. Em 1977, dois meses após o início da construção, um único consultor (Robert Goodland) foi contratado para preparar uma "avaliação ambiental". Ele fez sua avaliação baseada em apenas um mês (julho de 1977) de visita de campo e fez os seguintes apontamentos: 1) De um a dois terços das famílias deslocadas não teriam nenhum direito à compensação por falta de títulos de terra ou equivalente aceitável; 2) Enfatizou os planos da ELETRONORTE para um levantamento da população atingida e fez um cálculo grosseiro que aproximadamente 15 mil pessoas teriam que ser deslocadas (GOODLAND, 1978).

Outro conjunto de estudos bastante limitados, incluindo-se os riscos de salinização do estuário do rio Tocantins e da água usada no abastecimento da cidade de Belém, foram

realizados por engenheiros do Consórcio Themag/Engevix, contratados pela Eletronorte à véspera da inauguração de Tucuruí, com o objetivo explícito de conter a pressão da opinião pública. Atualmente, para que se tenha uma ideia da complexidade do processo de licenciamento de uma obra deste porte, são necessários aproximadamente cinco anos de estudos para a liberação da construção de uma usina hidrelétrica e, ainda assim, gerando muitos problemas sociais, ambientais e econômicos (FEARNSIDE, 2015).

Jensen e Araújo (1981), engenheiros do Consórcio Themag/Engevix, no relatório intitulado ‘controle e consequências à jusante durante o enchimento do reservatório de Tucuruí’ realizaram um levantamento e diagnóstico socioeconômico das populações ribeirinhas entre Tucuruí e Cametá (figura 5), no sentido de individualizar os eventuais problemas que poderiam ser criados com a interrupção da vazão em Tucuruí e o rebaixamento consequente dos níveis d'água. Descreveram as medidas tomadas pela empresa na época:

“Foram implementadas medidas no que tange a: - suprimento de água - assistência médica - abastecimento alimentar. Em termos de suprimento de água, foram abastecidos depósitos temporários nas localidades que poderiam ficar com as tomadas d'água desativadas ou com acesso dificultado pela descida do nível do rio. Em relação a assistência médica, foram aprovionados Postos de Saúde em Murú, Nazaré dos Patos e Vila Xininga. Além disto, foi montado um esquema de atendimento móvel em "voadeiras" e em "Kombi ambulâncias", operando a partir do centro de Tucuruí. A assistência alimentar foi colocada como apenas de emergência, caso ocorressem problemas de abastecimento em alguma localidade, o que poderia acontecer, de acordo com a análise realizada, apenas em pequenos povoados com menos de 200 habitantes. Foi providenciado um estoque de alimentos. Os estudos para previsão da influência do rio Tocantins nos teores de salinidade (ou de cloretos) no rio Guamá se defrontaram com um sistema hidrográfico complexo e bastante desconhecido, mas os estudos de correlações indicaram que as vazões do rio Guamá e as vazões de estiagem do rio Amazonas, influenciam mais significativamente a cidade de Belém do que as vazões de estiagem do Rio Tocantins, nos teores máximos de cloretos observados na tomada d'água da COSANPA. Em termos dos inconvenientes causados as populações podem ser destacadas o seguinte: Não foram observadas restrições de acesso fluvial as localidades ribeirinhas, com exceção de Nova Jutá, em função do furo de Jutá ficar totalmente seco. A navegação ao longo Tocantins não sofreu interrupção. Por medida de segurança, a carga das embarcações foi aliviada no trecho Nazaré-Tucuruí, e constatou-se o aparecimento de bancos de areia entre Baião e Nazaré. Não foram constatadas restrições ao abastecimento de água, sendo utilizados os poços abertos para atender a emergência. No período de fechamento não foram observadas alterações na disponibilidade de pesca” (JENSEN; ARAÚJO, 1981).

função da fiscalização de órgãos ambientais, algumas destas ações se transformariam em Programas ambientais dentro da empresa, por causa da Lei de Compensação Ambiental.

Philip M. Fearnside, pesquisador do INPA, é bastante reconhecido pois publicou uma série de estudos sobre problemas em barragens na Amazônia Brasileira (1995, 1997, 1999, 2015), com destaque para UHE-Balbina (1989, 1990), UHE Curuá-Una (2005). Em 1999, publicou dois estudos sobre os problemas sociais (1999a, 1999b) e ambientais da UHE Tucuruí/PA (1995, 1997, 2005). Um conjunto relevante de problemas foi resumido pelo autor:

- 1) Desflorestamento (Perda de floresta implica tanto na perda do estoque de usos potenciais, como na perda do valor da biodiversidade, independente de cálculos utilitários. Segundo o autor, a madeira não foi o único valor da floresta perdido com a inundação, pois usos não-madeireiros da floresta também têm valor, por exemplo, a castanha-do-Pará era comum na área de submersão. Ainda não são explorados comercialmente muitos produtos de floresta de não-madeiras; os usos de muitos produtos potencialmente importantes nem mesmo são conhecidos ainda. Cabe ressaltar também que a o desmatamento não se restringe à área inundada, é feito também em função dos processos de reassentamento e deslocamento de pessoas para área por causa de suas estradas, mercado e oportunidades de emprego não agrícola (SCHMINK; WOOD, 1992). Muito da margem do reservatório foi desmatado);
- 2) Recursos minerais (Outros recursos na área de submersão também estão perdidos, inclusive minerais. Segundo Junk e Mello (1987) a área continha alguns diamantes que estavam sendo explorados antes de encher o reservatório);
- 3) Emissões de gases de efeito estufa do reservatório de Tucuruí (Foram calculadas durante um único ano (1990) para computar a quantia e o momento de liberação de emissões ao longo de um período de 100 anos, que poderia ser comparado, então, com as emissões que seriam produzidas gerando a mesma quantia de energia a partir de combustíveis fósseis);
- 4) A qualidade da água no reservatório foi um grande problema, por causa da vegetação que se decompôs na represa, tanto de restos da floresta deixados em pé quando foi enchido o lago como de macrófitas que proliferaram na superfície, a água ficou ácida e anóxica (GARZON, 1984). Isto tornou a mesma inadequada para muitas espécies de peixes;
- 5) A diversidade de espécies de peixes na represa diminuiu drasticamente, com as comunidades sendo dominadas por algumas espécies (LEITE; BITTENCOURT, 1991). Enquanto os consumidores primários tinham sido muito abundantes, a população de predadores explodiu imediatamente depois do fechamento: no primeiro ano, piranhas (*Serrasalmus, spp*) representaram 40-70% dos peixes capturados em redes experimentais do INPA (LEITE; BITTENCOURT, 1991). A produção pesqueira a jusante de Tucuruí foi dizimada pela represa

devido ambos à má qualidade da água que atravessava as turbinas e ao bloqueio da migração de peixes (CARVALHO; MERONA, 1986; ODINETZ-COLLART, 1987; FEARNSSIDE, 1999). À jusante da represa, em Cametá, colheita de camarão de água doce caiu de 179t em 1981 para 62t em 1988, enquanto desembarques de peixe caíram de 4.726 em 1985 para 831t em 1987 (ODINETZ-COLLART, 1993); 5) O uso de desfolhante foi uma fonte de controvérsia persistente em torno de Tucuruí. A CAPEMI foi acusada de “usar desfolhante secretamente para desmatar a floresta” (BARHAM; CAUFIELD, 1984); 6) outros.

Ainda, sobre os problemas sociais destacou: 1) População deslocada. Reforçou que o programa de reassentamento para residentes da área de inundação gerou grandes problemas sociais (MOUGEOT, 1987, 1990; CASTRO, 1989; MAGALHÃES, 1990), pois as estimativas preliminares indicaram que 9.500 pessoas em 13 povoados seriam deslocadas (ELETRONORTE, 1979), mas este número aumentou bastante no final até 32.871 pessoas, além da população indígena (ELETRONORTE, 1974, 1987, 1989; SANTOS; NASCIMENTO, 1995; TEIXEIRA, 1996). Vários segmentos da população afetada foram excluídos das estimativas da ELETRONORTE dos programas de reassentamento baseado nestas estimativas (TEIXEIRA, 1996), uma vez que a empresa considerou apenas pessoas cujas residências estavam localizadas dentro da área de inundação, excluindo a população que morava adjacente a esta área e usava a várzea sazonalmente inundada para a sua subsistência. Outro fator foi o de ignorar todo o crescimento populacional, inclusive a imigração, ao longo do período de cinco anos (1980-1984) entre o levantamento e o enchimento do reservatório. Em total, 3.700 pessoas reassentadas pela ELETRONORTE tiveram que ser realocadas para novas áreas quando os seus primeiros locais de reassentamento foram inundados pelo reservatório (MAGALHÃES, 1990). O autor alerta também para erros grosseiros no mapa topográfico da área a ser inundada como responsáveis pelo número impreciso; 2) Migrantes (a população afetada por Tucuruí não é limitada às pessoas reassentadas da área de inundação, mas também incluem outras que são atraídas à área por causa das suas estradas, mercados, e oportunidades de emprego fora da agricultura). A ELETRONORTE classifica migrantes deste tipo como sendo fora da sua responsabilidade. No entanto, a atração desta população é uma consequência previsível da construção de uma barragem. As pessoas deslocadas têm experimentado problemas adicionais, e têm provocado desmatamento adicional e outros problemas; 3) povos indígenas (O impacto sobre povos indígenas foi um dos aspectos mais polêmicos de Tucuruí, assim como é o caso para outras barragens existentes e propostas na Amazônia. Tucuruí inundou parte de três áreas indígenas – Parakanã, Pucuruí e Montanha –, e as suas linhas de transmissão cortaram quatro

outras áreas – Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava. Da área submersa por Tucuruí, 36% pertenciam aos índios Parakanã (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1991). Entre 1971 e 1977, a tribo foi deslocada cinco vezes pela FUNAI. A Área Indígena Trocará, onde vivem os índios Assurini do Tocantins, fica 24 km a jusante da barragem e, portanto, sofreu os efeitos da poluição da água e da perda de recursos pesqueiros que afetam todos os residentes a jusante de Tucuruí; 4) Patrimônio cultural (Obras do patrimônio histórico e cultural destas comunidades foram encobertas silenciosamente pelas águas da represa. Destaca-se nesta lista um patrimônio imaterial e sentimental que não tem preço para estas pessoas – os campos santos, pequenos cemitérios destas comunidades, onde seus ancestrais foram enterrados. Também são relevantes os locais considerados “sagrados” por comunidades indígenas, onde acreditavam viver os espíritos dos seus antepassados.; 5) Concentração de mercúrio (As concentrações de mercúrio total em plantas na floresta perto de Tucuruí foram muito mais altas do que no Canadá, onde a contaminação de mercúrio é bem estabelecida; 6) etc.

Portanto, observa-se que a grande maioria dos estudos desenvolvidos sobre os problemas da UHE Tucuruí dão ênfase aos *aspectos ambientais* e estão *concentrados principalmente no Lago da UHE Tucuruí* (INPA, 1980; FARIAS et al., 1981; MELLO, 1985; MERONA, 1985; HINO, 1987; ODINETZ-COLLART, 1987; MONOSOWSKI, 1990; CMB, 2000; LEITE; BITTENCOURT, 1991; LEINO; LODENIUS, 1995; FEARNSIDE, 1995, 1997, 2015; PORVARI, 1995; COUTO, 1996, 2002; SOUSA; CANETE; SOUZA, 2008; ARAÚJO, 2008; CINTRA et al., 2013; ALMEIDA; CAÑETE, 2015), todavia, alguns poucos trabalham os *aspectos sociais* do empreendimento também à montante (MOGEOUT, 1986, 1987, 1998; CASTRO, 1989; MAGALHÃES, 1990; FEARNSIDE, 1999a, 1999b; BEATY, 2008; NOGUEIRA, 2010; SILVA, 2014).

Bem menos numerosos são os estudos *à jusante da barragem* e, quando têm, concentram-se nos *aspectos ambientais*, principalmente sobre a questão da redução da população de pescados (MERONA, 1987; HINO, 1987; JENSEN; ARAÚJO, 1981; JURAS; CINTRA; LUDOVINO, 2004; MANYARI, 2007; ARAÚJO, 2014; BENTES et al., 2014; SANTANA et al., 2014; FLEXA; SILVA; CINTRA, 2016). Citam-se poucos estudos com ênfase nos *problemas sociais nas comunidades à jusante da barragem* (CASTRO, 1989; FEARNSIDE, 1999a, 1999b; La ROVERE; MENDES, 2000; ACSELRAD, 2010; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

Merona (1987) mostra que houve alteração no regime hidrológico da jusante da UHE, haja vista que, antes da barragem, a área tinha propriedades propícias para o desenvolvimento

de uma ictiofauna diversificada e abundante: oxigenação da água acima de 7 mg/l, o pH com valores entre 6,5 e 8,1, a baixa condutividade elétrica (<50/cm) e a transparência entre 20cm e 200cm. A água passando através das turbinas é especialmente pobre em oxigênio durante a época seca. Esta água não mistura com o fluxo do vertedouro ao longo de aproximadamente 60 km a jusante da barragem, reduzindo as populações de peixes ao longo da margem ocidental desse trecho (HINO et al., 1987).

Juras, Cintra e Ludovino (2004) mostram que, com a construção da barragem de Tucuruí, a população ribeirinha de Cametá foi bastante afetada, principalmente em função da escassez de pescado. Diante dessa situação, *“muitas comunidades se organizaram para regular a pesca através de acordos de pesca”* (JURAS; CINTRA; LUDOVINO, 2004, p. 1).

Queiroz e Motta-Veiga (2012), analisou os problemas à saúde e sociais resultantes da construção dos complexos de Usinas Hidrelétricas de Tucuruí (Pará, Brasil) e de James Bay (Quebec, Canadá). Os principais problemas identificados à jusante em Tucuruí estão listados na Quadro 1. Fazem uma crítica à concentração de estudos associados à área inundada, geralmente excluindo os municípios a jusante, que sofreram problemas negativos e não recebem compensações financeiras em “royalties”. Recentemente, a Eletronorte reconheceu a importância dos problemas à jusante. Desta forma, a definição da área diretamente afetada não deveria se restringir ao percentual da área inundada, apesar da legislação em vigor manter esse critério para distribuição de royalties (ELETRONORTE, 2010).

Quadro 1 – Principais problemas sociais da UHE Tucuruí/PA.

Impacto	Efeitos
<p>Formação do reservatório Área inundada total de 3.513 km²</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento da população ribeirinha no enchimento do reservatório; • Compensação financeira para os municípios que tiveram áreas inundadas através da Lei dos Royalties, excluindo a jusante; • Migração interna, especialmente da população a jusante; Ocupação irregular e desordenada; • Conflitos de uso; • Ausência de infraestrutura; • Praga de mosquitos; • Riscos de manifestações de doenças de veiculação hídrica; Alteração da qualidade da água; Perda do sustento e renda; Alagamento de vicinais no período de chuva; • Cadeia alimentar contaminada por metil-mercúrio; Dificuldades de deslocamento e acesso a outras áreas e serviços.

Impacto	Efeitos
Qualidade da água	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento do abastecimento de água e alimentos a jusante com consequente abertura de poços; • Degradação da qualidade da água a jusante; • Riscos de manifestações de doenças de veiculação hídrica;
Ictiofauna	<ul style="list-style-type: none"> • Perdas de zonas de pesca a jusante com redução do estoque pesqueiro; • Adaptação à pesca artesanal em detrimento dos meios de produção tradicional
Deslocamento compulsório populacional Inicial de 4.407 pessoas chegando a 10 mil famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Reassentamento em áreas impróprias (infertilidade dos solos e comprometimento para a agricultura); • Instabilidade econômica; • Acampamentos improvisados ou em superlotados imóveis de núcleos urbanos em implantação; • Alto índice de abandono e de comercialização de lotes; • Pressão na estrutura fundiária local; • Desestruturação da organização econômica e social; • Conflitos de interesse e mobilização comunitária; • Processo de emigração para outras áreas, principalmente para as ilhas.
Perfil Epidemiológico	<ul style="list-style-type: none"> • Proliferação de mosquitos/aumento da incidência de malária; • Aumento no risco de metilação do mercúrio e sua introdução na cadeia alimentar, com intoxicação dos povos ribeirinhos e indígenas da região; • Aumento dos riscos de manifestação de doenças de veiculação hídrica; • Aumento no risco de aparecimento de novas doenças, inclusive arboviroses; • Aumento da incidência de doenças a jusante;
Infraestrutura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda superior a oferta de serviços sociais básicos; • Abandono dos lotes das áreas de reassentamento;
Sociedades indígenas	<ul style="list-style-type: none"> • Remanejamento da Comunidade Parakanã; • Desestruturação das relações sociais das comunidades indígenas na região de Tucuruí; • Aumento da incidência de doenças; Pressões sobre as Terras Indígenas.
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos; • Perda na produção pesqueira; • Mudança na estrutura produtiva agroextrativista; • Declínio da produção tradicional e estagnação econômica, sobretudo, a jusante que teve queda da produtividade na extração do cacau nativo e do açaí das margens do rio por causa das alterações na qualidade da água; • Urbanização desordenada; • Pesca comercial no reservatório;

Impacto	Efeitos
	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito entre pescador artesanal e comercial; • Queda de produção nas atividades tradicionais desenvolvidas nas várzeas apontada pelos produtores locais; • Conflitos de interesse em decorrência da valorização da terra; • Expansão da exploração predatória da madeira; Conflito fundiário

Fonte: Adaptado de Queiroz e Motta-Veiga, 2012.

Finalmente, por todo o exposto sobre a ocupação da Amazônia e os processos socioambientais em curso – caracterizados por um modelo de desenvolvimento excludente, explorador, predatório, exógeno, perverso, entre outros – observou-se a necessidade urgente de estudar como estes problemas negativos no ambiente influenciaram as condições de vida e de saúde da comunidade quilombola de Umarizal beira, residente à jusante da UHE Tucuruí/PA.

3.4 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

Entre os séculos XVI a XIX, nas Américas – desde o Norte, quase chegando ao atual Canadá, até as regiões meridionais da Argentina e do Uruguai – foram formadas sociedades coloniais em que predominou o trabalho compulsório de indígenas e, principalmente, africanos. Ao estudar a história do campesinato negro no Brasil, Flávio Gomes (2015) nos conduz a reflexão sobre as diversas etnias e procedências deste povo e as explorações a que foram submetidos:

“Vindo de diferentes lugares, chegaram – através do tráfego do atlântico – milhões de homens e mulheres, muitos já escravizados na própria África. Eram provenientes de microssociedades com chefias descentralizadas da Alta Guiné e da Senegâmbia como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; ou de cidades como Uidá e Luanda, nas áreas ocidentais e centrais Africanas, entre savanas e florestas. De múltiplas origens, todos eles foram transformados – na visão dos Europeus – em “africanos”, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e uns sem-números de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores da metalurgia e do pastoreiro. Ao atravessar o Atlântico, entraram em contato com o ambiente de trabalho intenso de exploração e produção de riquezas. O sistema colonial das Américas se nutria cada vez mais de mão-de-obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial. Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e

pastores (...) trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar, e conheceram índices de mortalidades altíssimos” (GOMES, 2015, p. 8)

Nas regiões onde se formavam os redutos de escravos fugidos no Brasil, como também em outras partes da América (Jamaica e Suriname), a localização geográfica era um importante fator de garantia de sobrevivência e autonomia. Tal importância estava relacionada à constituição da autonomia dos quilombos a à proteção destes contra os permanentes ataques das expedições repressoras. Assim, a maioria das comunidades de fugitivos, sempre que possível, estabeleceu-se em regiões próximas às áreas de cultivo, fossem elas de exportação ou não, e dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis circunvizinhos. Esta proximidade funcionava como estratégia econômica, uma vez que permitia a possibilidade de realização das pequenas trocas mercantis entre quilombolas, escravos e taberneiros locais, práticas comuns em toda a América durante o período escravagista (GOMES, 1994; PINTO, 1999, 2001).

Gomes (2015) contesta a afirmação de que quilombos, via de regra, se isolam do restante da sociedade e que tal isolamento – via de proteção – foi fundamental para sua reprodução, construindo imagens de quilombolas localizados em montanhas e planaltos, incrustados em serras ou áreas inóspitas de sertões, bem distantes, nunca localizados ou alcançados. No Brasil, ao contrário de outras áreas escravistas nas Américas – as comunidades de fugitivos se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscaidores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiros, tanto escravos como livres.

As comunidades autônomas dos negros africanos receberam variados nomes nas diferentes regiões do continente americano, como “palenques”, na Colômbia e em Cuba, “marrons”, no Haiti, “cumbes”, na Venezuela, grupos de “cimarrones”, em alguns países de colonização espanhola e “maroons”, na Jamaica, Suriname e no Sul dos Estados Unidos (CARVALHO, 1996).

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação *mocambos* e depois *quilombos*. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seu rituais de iniciação. Já mocambo ou *mukambu* tanto em kimbundu como em kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava

pau de fieira, tipo de suporte com forquilhas utilizado para erguer choupanas nos acampamentos (GOMES, 2015). Entretanto, ambos os termos eram usados como sinônimos na prática.

O primeiro conceito jurídico formal de quilombo foi formulado como uma resposta ao rei de Portugal e documentado no país, pela primeira vez, mais precisamente no ano de 1740 pelo Conselho Ultramarino, sendo seu primeiro significado, baseado em cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma "natureza selvagem", que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo "rancho"; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na Figura do pilão de arroz, o qual chegou a denominar de *terra de pretos* (ALMEIDA, 2000). Sendo: “*Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele*” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2). Tal definição vem acompanhada de elementos determinantes na significação e na repressão dos quilombos daquela época, elementos estes que sofrerão variações ao longo do tempo nas posteriores significações.

O sentido atribuído ao quilombo neste discurso o trata de forma estratégica, de modo a não valorizar as repercussões políticas e sociais desta organização na vida colonial. O quilombo extrapola a noção de lugar de negros fugidos. Deve-se lembrar que esta concepção está arraigada em uma tradição branca escravista que concebe os negros como animais que vivem escondidos nas matas, sobrevivendo do que ela pode oferecer a eles. Como se no quilombo não houvesse formas possíveis de produção econômica e organização da vida. Mais do que lugar de negros fugidos, o quilombo apresenta-se em seus levantes frente ao estado imperial, como território político capaz de enfrentar o poder senhorial e a lógica de exploração que este representava.

A necessidade de trabalhar o conceito de “quilombo” baseado no que ele é hoje (quilombo contemporâneo) e nas práticas de significação das comunidades quilombolas, que buscam a garantia do acesso à terra, leva à urgência do seu redimensionamento, ultrapassando o binômio fuga-resistência (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002) e abrangendo as mais variadas situações de ocupação territorial ensejadas por esses grupos.

Almeida (2000), em *Os Quilombos e as Novas Etnias*, discutindo as formas de conceituação de “quilombo” e diversidade de processos que os constituíram, cita: as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, as heranças, doações pelos jesuítas, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência

nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Anjos (2009) destaca ainda que os quilombos contemporâneos foram originados em ocupação de fazendas falidas ou abandonadas, por escravos alforriados que compravam propriedades, de doações de terras por proprietários de fazendas e ordem religiosa. Ainda mais, houveram situações de pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais e extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados, entre outros.

Um quilombo expressa a recriação dos modos de vida originais dos povos africanos, simbolizando, entre outras coisas, a ruptura com o sistema escravista, a resistência a lógica de dominação e, ainda, a recriação dos laços identitários relacionados com as práticas espaciais e culturais que compreendem o uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estruturante (O'DWYER, 2002; CASTRO, 2006). Romper com a lógica perversa da escravidão, que colocou homens e mulheres em condição de subalternidade, exclusão e invisibilidade histórica representou, provavelmente, o primeiro passo em direção a reconquista da dignidade e da humanidade roubadas. Mas foram necessários séculos de luta para que a legislação brasileira reconhecesse nos povos herdeiros da escravidão africana o direito à cidadania plena:

“A norma constitucional foi propulsora de uma série de iniciativas do movimento negro, dando origem a inúmeras associações quilombolas que permitiram aos afrobrasileiros reescreverem sua história, recuperando e incorporando em sua prática cotidiana de luta pela efetiva emancipação, a efetivação da inclusão social e a garantia da cidadania (TRECCANI, 2006, p. 14).

Mesmo trinta e oito anos depois, com a lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que abolia a escravidão no Brasil, nenhum instrumento legal foi elaborado no sentido de reconhecer e conceder direitos às comunidades quilombolas, principalmente no que tange aos direitos territoriais desses grupos. Cem anos após a abolição, é redigido o primeiro instrumento legal que se refere aos direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes: o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Antes disso, foi o fortalecimento do movimento negro no país, no final da década de 1980, que ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos e resultou na materialização de uma conquista efetiva, a inserção do artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) na Constituição Federal de 1988, que trata do acesso à cidadania e à regularização fundiária por parte das comunidades quilombolas. Deste modo, os territórios quilombolas e o direito a posse de suas terras foram legitimados como um direito constitucional a ser regulamentado pelo Estado e suas instituições: *“Aos remanescentes das*

comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). É neste momento que o termo “remanescentes” irrompe na designação legal dos grupos quilombolas brasileiros.

A expressão “remanescentes” remete àquilo que fica, que resta ou subsiste, traduzindo-se, assim, como aquelas comunidades que ficaram, subsistiram, ou ainda, sobreviveram dos antigos quilombos. Desse modo, são acolhidos os antigos conceitos de quilombo, caracterizados por fuga e resistência de escravos, quando o necessário é trabalhar o conceito atual a partir do que ele é no presente. Almeida (2000) enfatiza que deve haver um deslocamento na conceituação de “quilombo”, não mais fundamentado no que ele foi, mas sim discutindo o que ele é e como foi construindo sua autonomia ao longo da história brasileira.

Em meio à demanda por uma “*definição judiciosa e de caráter científico*” (ARRUTI, 2008, p.15) que realmente contemplasse os quilombos, e suas mais variadas formas de organização e expressão frente aos novos dispositivos implantados na Constituição Federal de 1988, o extinto Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em cooperação com o Ministério Público Federal, redige, no ano de 1994, um documento trazendo uma definição para o termo “quilombo”, bem como dá destaque às práticas referentes à territorialidade desses grupos, respectivamente:

“(...) não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.” (Associação Brasileira de Antropologia, 1994, p. 81-82).

“(...) a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.” (Associação Brasileira de Antropologia 1994, p.82).

Após a promulgação do artigo 68 do ADCT, em 1988, transcorreram muitos anos até que o procedimento titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos fosse regulamentado. A partir do Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), ordenado no Governo Lula, é que passa a ser de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras

ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos no Brasil, bem como da Fundação Cultura Palmares de acompanhar estas ações:

“Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (Art.3º do Decreto Nº4.887 20/11/2003)

“Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.” (Art.5º do Decreto Nº4.887 20/11/2003)

Reativar o componente étnico, invisibilizado na trajetória camponesa, surge como um elemento fundante para a luta por terra e território e representa, ao mesmo tempo, uma possibilidade de seguridade territorial. Demarcar as terras de quilombo representou para as populações ameaçadas a garantia da posse da terra, posse que surge como necessidade imperativa para manter a reprodução do modo de vida. A regularidade da posse da terra estabelece relação direta com a sobrevivência física do grupo e, ao mesmo tempo, rememora a identidade dele (NAHUM, 2011).

Em 2004, o Governo Federal, por meio da Instrução Normativa Nº16 de 24/03/2004 (BRASIL, 2004), do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, definiu os *remanescentes de quilombos*, bem como as *terras ocupadas* por eles como:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnicoraciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Art.3º IN Nº16 24/03/2004)

“Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Art.4º IN Nº16 24/03/2004)

Percebe-se que a definição já incorpora fatores decorrentes das lutas dos movimentos sociais negros, como o método de autodefinição e a singularidade de sua territorialidade baseada no uso comum.

No entanto, apesar das diversas discussões em busca de um novo conceito de quilombo nenhum conceito ficou determinado. E por ser um assunto muito polêmico, o debate deveria

continuar. Dessa forma, o conceito de quilombo ainda continua em construção (O'DWYER, 2002; ARRUTI, 2008).

No âmbito estadual, o Pará possui referência legal específica uma vez que existe dispositivo na Constituição Estadual que reconhece o direito dos quilombolas à propriedade da terra. Assim, vê-se que o Art. 322, da Constituição Estadual de 1989 reza:

“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, depois de promulgada esta constituição” (PARÁ, 1989, p.169).

Vale enfatizar que outros direitos das comunidades remanescentes de quilombos reconhecidos através da Constituição Federal foram os direitos culturais (arts. 215 e 216). O artigo 215 prevê que *“o Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (...)”*. Nesse sentido, estabelece em seu § 1º que *“o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (...)”*. Já o artigo 216 no §5º estabelece que *“Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (...)”* (BRASIL, 1988, p.134-135).

Até o momento não há um consenso acerca do número preciso de comunidades de remanescentes de quilombos no país, mas dados oficiais vindos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Fundação Cultural Palmares (FCP) indicam a presença de 3.495 comunidades reconhecidas e 2.839 certificadas em todo Brasil, nos últimos 15 anos, tendo a Região Nordeste o maior número delas (figura 6). Em 2018, 168 comunidades remanescentes de quilombos foram certificadas pela FCP, sendo menor em 2019 (70), 2020 (28) e 2021 (39) (Fundação Cultural Palmares, 2022).

A certificação visa reconhecer origens, alargar direitos e ampliar o acesso a políticas públicas, permitindo que essas comunidades possam receber titulação de território, se habilitar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), participar dos programas Minha Casa, Minha Vida e Brasil Quilombola, entre outros. Os estados brasileiros que possuem a maior quantidade de comunidades quilombolas são Bahia, Maranhão, Minas Gerais e o Pará. Neste último, até o momento, das 264 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela FCP, 206 foram certificadas pelo referido órgão (figura 7).

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, dos 27 estados do Brasil há registro de comunidades

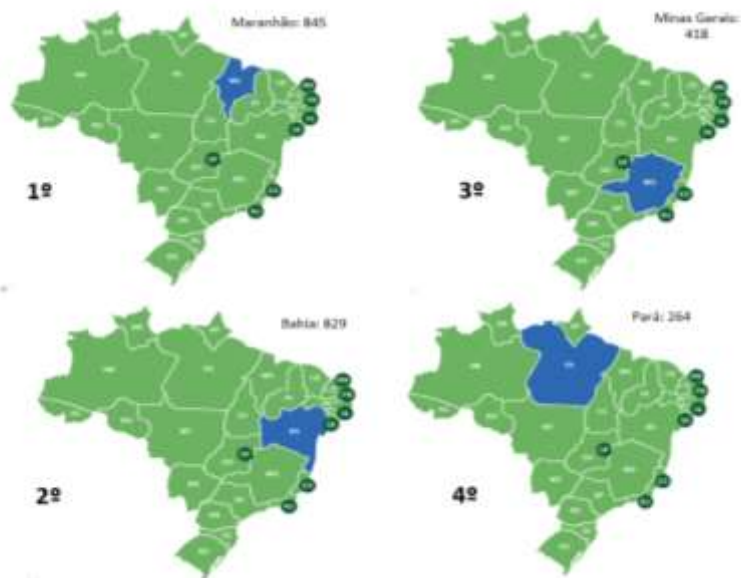
quilombolas em 24 destes, somente em Roraima, Acre e o Distrito Federal não há registro (CONAQ, 2009).

Figura 6 – Comunidades Remanescente de Quilombos reconhecidas por Região Brasileira e ano.



Fonte: Adaptado de Fundação Cultural Palmares, 2022.

Figura 7 – Estados Brasileiros com maior número de Comunidades Remanescente de Quilombos reconhecidas, em ordem decrescente, sendo Maranhão (n=845), Bahia (n=829), Minas Gerais (n=418) e Pará (n=264).



Fonte: Adaptado de Fundação Cultural Palmares, 2022.

Quanto à titulação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou a presença de 1.747 processos abertos no INCRA, com 124 terras quilombolas titulados em todo o Brasil para os anos de 2005 a 2018, sendo 80% delas foram regularizadas pelos governos estaduais (INCRA, 2018). A Região Nordeste do país é a que mais possui processos de titulação em andamento no órgão (figura 8). Dados recentemente publicados,

informam que até novembro de 2021, o total de 323 comunidades foram tituladas pelo referido órgão.

O Pará é o estado brasileiro que mais titulou áreas em prol dos remanescentes de quilombos em todo o Brasil. Os números divergem um pouco, mas, segundo o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), ao todo existem 178 comunidades quilombolas no Brasil, e destas, 62 estão no Pará, sendo que 53 foram tituladas pelo referido órgão de esfera Estadual (ITERPA, 2018). Aliás foi no território paraense, inclusive, que ocorreu a primeira titulação de terra quilombola, no município de Oriximiná – comunidade quilombola de Boa Vista, com 1.125 hectares, recebeu do INCRA em 20 de novembro de 1995.

Figura 8 – Processos de titulação abertos por região federativa, no INCRA, anos de 2005 a 2018.



Fonte: Adaptado de INCRA, 2020.

3.5 A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARÁ E REGIÃO TOCANTINA

Até a década de 60 em meados do séc. XIX, ideia da Amazônia como uma região de predominância indígena justifica a grande lacuna na historiografia desta sobre a escravidão e a

cultura negra. Ainda, sobressaia-se, em larga medida, a tese comum de que a região e sua condição periférica, baseada socioeconomicamente no extrativismo, não desenvolveu *plantation*, portanto a escravidão negra, embora presente, fora de pouca ou nenhuma importância, inclusive demograficamente (BEZERRA-NETO, 2012).

Após este período, entretanto, a concepção de baixa representatividade do negro na Amazônia começa a ser relida e interpretada em outras perspectivas, com estudos de Anaiza Vergolino e Silva (1968/1991), Arthur Napoleão Figueiredo (1977), Vergolino-Henry e Napoleão Figueiredo (1990), Vicente Salles (1971/1988/2005). E, a partir da década de 90, significativos trabalhos foram produzidos acerca da presença dos negros e comunidades quilombolas, destacam-se aqui autores como Gomes (1994/1995/1996/1997/2006), Rosa Acevedo e Edna Castro (1994/1998/1999), Funes (1995), Bezerra-Neto (2002/2012), dentre outros. Além dos inúmeros trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações, teses, relatórios e projetos), que todos os anos são elaborados nas universidades, principalmente na Região Amazônica. Diante de tudo isso, obviamente que os argumentos e representações sobre a inexpressiva presença do negro em solo amazônico não se sustentaram.

O que sabemos é que o negro marcou presença nessas regiões do extremo norte desde o início da colonização. Vicente Salles (1971, 1988, 2005), ao estudar *O Negro no Pará*, afirma que mão de obra escrava africana foi inserida na costa do Amapá e na foz do Rio Amazonas, por ingleses, no final do século XVI e início do século XVII. Essa mão de obra era destinada às plantações de cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algodão e cacau; bem como para atender aos interesses dos colégios religiosos.

Em *Escravidão Negra no Grão Pará (séculos XVII-XIX)*, José Maia Bezerra-Neto corrobora que os primeiros negros foram introduzidos na Amazônia por ação dos ingleses, ainda no século XVII, pois estes “*pretendiam realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente, do plantio de cana para a fabricação de açúcar e rum*” (BEZERRA-NETO, 2012, p. 25), fundando, assim, suas feitorias na região situada entre a costa do Amapá e a zona dos estreitos. Vieram trabalhar em engenhos para fabricação de cana-de-açúcar e aguardente” (TRECCANI, 2006).

Em sua obra *Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII*, Maria Regina Celestino de Almeida faz uma caracterização da força de trabalho na Amazônia e menciona que, a despeito da presença da mão de obra negra desde o começo da colonização portuguesa na região Norte, o que se constatou foi um número insignificante de escravos oriundos da África. Durante todo o século XVII, grande parte dos colonos paraenses utilizava a mão de obra indígena, por ser mais barata e pela facilidade de se conseguir no mercado (AMEIDA, 1989).

A Região Amazônica apresentou muita dificuldade para organizar um tráfico sistemático de escravos diretamente aos portos de Belém, ficando dependente do comércio de escravos destinados ao Maranhão, o que gerou bastante descontentamento por parte dos colonos paraenses, uma vez que um grande contingente de escravos destinados às duas praças ficava, quase sempre, nos portos do Maranhão. Isso tudo provocou um ferrenho conflito entre os senhores paraenses versus senhores maranhenses na consecução das “peças” de escravos. Tal aspecto fica patente nas afirmações de Salles:

O tráfico negreiro gerou uma luta entre os moradores do Pará e Maranhão. A luta tendia a se aguçar. Ordena o rei que os africanos fossem repartidos igualmente nas duas praças: São Luís e Belém. Mas os navios, que aportavam primeiramente no Maranhão, lá despejavam a carga, contrariando assim a provisão de 10 de abril de 1680. Há reclamações dos moradores do Pará devido a não ter repartido com eles os negros desembarcados do navio que zarpara da Costa da Mina para o Maranhão assentados por Antônio Freire da Cunha e Manuel Francisco Vilar (SALLES, 2005, p.46).

Salles destaca ainda que o preço das “peças” também dificultava o desenvolvimento desse comércio, pois somente os colonos mais abastados tinham condições de comprar os escravos (SALLES, 2005). Nesta perspectiva, Almeida corrobora que “a escravidão negra foi insignificante na Amazônia durante o século XVII e metade do século XVIII, apesar das tentativas tanto da Coroa Portuguesa quanto das autoridades no sentido de incentivá-la” (ALMEIDA, 1989).

A criação da Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682, foi a primeira tentativa oficial da Coroa Portuguesa afim de regularizar a mão-de-obra negra escrava, não só para os trabalhos agrícolas, como para a construção de prédios públicos e militares. Ela deveria importar 10.000 escravos num período de 20 anos, todavia, foi extinta com apenas 2 anos de funcionamento, em 1684.

Foi somente a partir da segunda metade do século XVIII, no governo de Mendonça Furtado, dentro da chamada “política pombalina”, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755-1778), trazendo a importação de negros na Amazônia novamente, que o número de escravos negros destinados à região deu um salto significativo. Em 22 anos de atividades, essa companhia introduziu na Província do Grão-Pará 12.587 escravos negros africanos, procedentes do grupo *Bantu* representado pelas nações Angola, Congo, Cambida, Moçambique, Moxicongo, Maúia ou Macua, Caçanje; e, do grupo Sudanês, negros de nações Mina, Fâchi-Achânti, Mali ou Mandiga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijogó ou Bixagô (SALLES, 2005).

Segundo Pinto (2001) o negro figurou, juntamente com o índio, no cenário da escravidão da Amazônia e marcou, profundamente, sua presença, tanto economicamente, quanto social e

culturalmente. Desta forma, “*Os variados tons da floresta ganham cada vez mais conotações enegrecidas, nas quais as inúmeras cores da mata se fundem com a de grupos indígenas aí existentes, negros africanos e seus descendentes*” (PINTO, 2001, p. 334)

Assim sendo, no século XIX, em termos demográficos, a população negra na Amazônia atingiu uma quota bastante considerável, distribuída na capital da Província do Grão-Pará, nas áreas circunvizinhas a Belém e em localidades mais afastadas. No início do Pós-Abolicionismo havia um grande número de negros escravizados e libertos localizados, além da capital, em locais como Igarapé-Miri, Cametá, Moju, Mocajuba e Baião, principalmente, microrregião conhecida como Baixo Tocantins (SALLES, 2005).

Sobre os números de escravos negros no Baixo Tocantins, os dados não são muito precisos, mas autores como Bezerra-Neto (2012), Salles (2005), Gomes (2006) e Pinto (1999) confirmam a constante presença negra nesta região, bem como sua incessante luta frente ao regime de escravidão ao qual estavam submetidos.

Devido à região ficar relativamente próxima às cercanias da Capital Belém, o então centro político-administrativo e região com maior concentração das atividades agrícolas da província, o Baixo Tocantins também foi palco da presença negra de maneira bastante expressiva, tanto no campo econômico quanto nos aspectos socioculturais, configurando-se aí uma cultura com características próprias. Cametá, por exemplo, figurou como uma região de grande concentração de mão de obra escrava, empregada largamente na produção de açúcar, cacau, tabaco, arroz, bem como na extração das chamadas drogas do sertão (GOMES, 2006).

Com objetivo de plantio e cultivo da cana-de-açúcar e cacau, formaram-se, ao longo da calha do rio Tocantins, então, pequenas e médias plantações deste produto agrícola, empregando como força de trabalho os braços do negro africano, segundo autores como Flavio dos Santos Gomes e Vicente Salles, respectivamente:

Algumas áreas ao longo do grande rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial. Com uma ocupação iniciada em fins do século XVII, somente no século XIX tiveram, entretanto, desenvolvimento com a lavoura canavieira, principalmente em localidades em torno do Baixo Tocantins, como Cametá e Mocajuba (GOMES, 2006, p.281).

(...) Subiu também a calha do Tocantins. Em Cametá, por exemplo, em 1752, dentro da vila e sítios da redondeza, somavam-se 129 propriedades agrícolas, cujo pessoal trabalhava especialmente na lavoura da cana, cacau e nos roçados de espécies alimentícias, revela o ofício de 12 de novembro daquele ano, da Câmara local a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (SALLES, 2005, p. 48).

A zona fisiográfica em que se instalou a lavoura de cana-de-açúcar foi, sem dúvida, uma das mais ricas de elementos culturais na Amazônia. Na economia regional, a produção deste produto

chegou a ter importância e a figurar como pauta de exportação de produtos locais, segundo Salles (2005):

“Essa lavoura ocupou uma área bem mais extensa do que a atual. Estendeu-se praticamente ao redor do círculo do Golfo Marajoara, ocupando inclusive certa área do Marajó. Subiu também a calha do Tocantins (...) O negro espalhou-se pela planície levando a todos os rincões a cana-de-açúcar (...) Mas, a área típica ou tradicional desta lavoura limitou-se às bacias do Acará, Capim, Moju, Igarapé-Miri e Baixo Tocantins. A produção ainda se destina, na sua grande totalidade, ao fabrico de aguardente, sendo insignificante a de açúcar mascavo e rapadura” (SALLES, 2005, p.150-151).

Paternostro também discorre sobre a presença das usinas de aguardente no Baixo Tocantins (1945):

“De Igarapé-Mirim a Cametá divisavam-se pontas de cânaviais que se insinuavam pelos igapós a dentro. Nesse percurso contei 2 "serrarias", como são chamadas as clareiras onde meia-dúzia de homens, com serras de mão, acertam as toras suspensas em giraus. Como única indústria existiam 6 "usinas" de aguardente (álcool a 22°). A produção dessas engenhocas pomposamente 1 denominadas "usinas., é de 1. 000 frascas por mês. O frasco é um garrafão empalhado de 24 litros de capacidade, que se vendia a 12\$000” (PATERNOSTRO, 1945, p.69-70).

No século XIX, sobretudo a partir da crise da economia da borracha, a vida de muitas sociedades ribeirinhas paraenses foi sustentada e estruturada na estreita dependência da dinâmica econômica impulsionada pelos engenhos (NAHUM, 2011)

Ao estudar sobre a resistência negra no Brasil escravista, Silva e Reis (1989) informam que onde houve escravidão houve resistência, e de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaço de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão e de outras formas de trabalho forçado, trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos: os quilombos.

Para o produtor, as “fugas” significavam abandono de trabalho, bem como um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade (SILVA; REIS, 1989). Gomes (2015) ratifica que os prejuízos para os donos de escravos que se refugiavam nos quilombos/mocambos não eram poucos, devido à frequência e ao volume de suas escapadas, bem como aos longos períodos em que os mesmos se ausentavam.

Comprar escravos, investir recursos e se endividar, precisar deles para as lavouras e acabar os vendo escapar à luz do dia, certamente desesperou muitos fazendeiros. Para o escravo, o sucesso da escapada dependia de vários fatores: ocasião oportuna, apoio de acoitadores eventuais e solidariedade de outros escravos, além de estratégias para permanecer oculto o maior tempo possível (GOMES, 2015, 15. p)

O surgimento de um quilombo atraía a repressão, assim como mais fugas para ele. No final do século XVI, o rei de Portugal argumentava que os colonos estavam ficando pobres, pois não conseguiam impedir as sucessivas escapadas de seu “cativos”. As autoridades coloniais consideravam, então, os “Negros da Guiné” (como eram chamados, em geral, os africanos escravizados), como inimigos do processo de colonização, denominados “contagioso mal” (ALENCASTRO, 2000).

Segundo Treccani, a luta pela sobrevivência, por melhores condições de vida e a fuga foram elementos essenciais de resistência. Para dificultar a ação repressora do Estado, alguns quilombos mudavam continuamente de localização: constituíam-se e mudavam de local conforme a necessidade (TRECCANI, 2006).

Na Província do Grão-Pará não era diferente e, segundo Salles (2005), as constantes fugas e aquilombamentos (ato de formar quilombos) tornaram-se um processo rotineiro e incontrollável, principalmente com a proximidade e propaganda da Independência. Estes, nas fugas, mesmo perseguidos pela força militar, cujo emprego principal se tornou a caça de fugitivos, tomavam rumo de diversas direções, atraídos principalmente à Região do Baixo Tocantins, na localidade de Cametá, onde ocorriam algumas movimentações contrárias ao regime de então, que se arrastara após a adesão do Pará à Independência, mesclando-se com os ideais do *movimento Cabano*. O referido movimento, ocorrido entre 1835 a 1840, representou uma revolta popular contra a Coroa Portuguesa, que tinha o controle político e econômico da Região Amazônica, formado por caboclos, índios, negros, envolvendo o campo e a cidade.

Ao estudar a adesão da província do Grão-Pará à Independência, Silva e Reis (1989) citam o documento a seguir:

“Distrito de Cametá, para onde mais afluíam os escravos e os próprios desertores das tropas, era uma verdadeira ameaça, por se ter nesse período tornado um foco de desordens, que se prolongam até depois da adesão à Independência, e para assim dizer, emendando com os lutosos dias da cabanagem, havendo sido uma medida quase paliativa a ida do Bispo D.Romualdo a Cametá a pedido da Junta de 17 de agosto de 1823, logo após a proclamação de D.Pedro (MUNIZ, 1973, 140. p).

Ao tratar da construção de símbolos e identidade étnica de quilombos no Brasil, o historiador Flávio Gomes (1996) refere-se a uma denúncia de levante escravo de grande proporção ocorrido na região do Tocantins, mais precisamente na localidade de Cametá, em 1774, onde *“dezenas de escravos pertencentes à Antônio de Medeiros abandonaram as senzalas e desceram as canoas pelo Rio Tocantins, dando salvas de tiros por onde passavam. Os motins de tropas militares e deserções de soldados nesta região eram outro problema*

crônico”. Assim, fugas e levantes escravos e deserção originaram vários redutos de aquilombados ou mocambeiros na região do Tocantins.

Em *Quilombos matriz e formação de “quilombos filhos”* no livro *Escravos e senhores de escravos* de Décio Freitas (1993) o autor fala sobre a constituição de novos quilombos na região do Baixo Tocantins, frutos de fugas de negros escravos, de localidade circunvizinhas e até de vilas. Ele reforça que os mesmos se originavam de quilombolas que migravam de outros quilombos maiores, para constituir estes “*quilombos filhos*”. Já Benedita Celeste de Moraes Pinto (2001), ao estudar as memórias na formação de quilombos na região do Tocantins, chamou estes mesmos novos quilombos: “*miniquilombos*”. Ambos acreditavam que os quilombolas, quando ameaçados (quer seja pela reescravidão – viviam sobressaltados, com medo de que as autoridades legais viessem persegui-los - ou pela necessidade de sobrevivência), adentravam as matas, rios e igarapés e, no interior da floresta, reproduziam novos mocambos, como ocorreu no Distrito de Juaba – Cametá, Mocajuba e Baião. No distrito de Juaba, às margens do Igarapé Itapocu, foi formado, segunda metade do século XVIII, o quilombo do Mola ou Itapocu, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins. Mais de trezentos negros, sob a liderança de negra Maria Felipa Aranha e, posteriormente, de sua sucessora Maria Luiza Piriá ou Pirisá, viveram ali por anos sem serem ameaçados pelas forças legais. No município de Mocajuba, formaram-se os quilombos de Icatu e Putiri; e, no Município de Baião, negros libertos e fugidos se uniram na formação do Quilombo de Paxibal.

Fatores como defesa e crescimento demográfico, então, foram os responsáveis pela constituição dos “*miniquilombos*” na região Tocantina, pois, com o acréscimo cada vez maior de integrantes nos quilombos, a produção destes era insuficiente para suprir as necessidades de seus habitantes. Assim, deixavam os laços de amizades e parentescos constituídos no seu reduto anterior e saíam mata adentro, procurando um novo *pouso* capaz de corresponder às suas necessidades (PINTO, 2001).

Algumas áreas ao longo do Rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial., com ocupação iniciada em fins do século XVII. Em termos demográficos, ao longo dos séculos XIX e XX, a população negra aumentou consideravelmente na região.

“Em 1848, a população escrava na Amazônia Paraense, região do Baixo Tocantins (excetuando-se Mocajuba) que abrangia as localidades de Barcarena, Moju, Acará, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Cametá, Baião e Oeiras, era de 11.199 negros, sendo 51% de homens. A população cativa infantil já alcançava 30% do total da população. Só em Cametá havia 4.038 cativos, ou seja, 38% de toda a população escrava da região Tocantina. Às vésperas da Abolição, em 1885 – mesmo com a alforria gradual obtida com o Fundo de Emancipação –, existiam nos municípios de Cametá, Mojú,

Mocajuba, Baião e Oeiras cerca de 2.783 escravos. Além disso, havia 1.374 “filhos livres” de cativos contemplados com a Lei do Ventre Livre, que garantiu a emancipação para 1.132 negros nascidos depois de 28/09/ 1871. Ao longo do pós-emancipação, a concentração populacional de negros continuaria grande. Considerando os dados do IBGE – nas áreas de Baião, Cametá e Mocajuba – havia em 1950, 33.058 “pretos” e “pardos” numa população de 53.308 habitantes, ou seja, 56%. O município de Cametá com 25.178 de “pardos” e “pretos” constituiria a maior população negra em termos relativos e absolutos do estado do Pará” (SALLES, 1971, p. 109-110).

Bezerra-Neto (2012), com intuito de dimensionar um quantitativo sobre a participação do negro na Região do Baixo Tocantins, delineia alguns números que possibilitam compreender melhor a saga do povo negro pelas terras deste espaço. Segundo o autor, em 1822, havia, em Baião, 450 escravos, o que correspondia a 23,1% dos seus 1.950 habitantes; em Cametá, por sua vez, existiam 1.382 cativos, perfazendo 14,6% dos seus 9.450 moradores; em Oeiras, 192 escravos ou 8,2% dos seus 3.944 habitantes (BEZERRA-NETO, 2012).

Em anos mais recentes, entre 1998 a 2000, as autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro conduziram e executaram um projeto intitulado *Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará: ocupação e uso de recursos, descendência e modo de vida* que, a partir de uma noção cartográfica, de localização dos grupos negros nas áreas, apresentou outra configuração do Estado do Pará, já pontilhado por dezenas de comunidades rurais. Deste mapeamento resultou uma cartografia sinalizando em torno de 253 povoados. Somente no Vale do Tocantins, foram identificadas 76 comunidades negras, pertencentes aos municípios de Baião, Cametá, Mocajuba, Bagre e Oeiras do Pará (MARIN; CASTRO, 2009).

A presença negra ainda hoje no Vale do Tocantins é inquestionável. Subindo o rio palmilha-se um mundo marcado por comunidades negras, de Cametá a Baião, começando no rio Capijó, Curuçambaba, Porto do Campo, Anuerá, Laguinho, e mais pra cima, na confluência com a cidade de Baião, os povoados negros perfilam-se de Vizânia, São Benedito e Baixinha, à Bailique Beira, Bailique Centro, Papelone e Umarizal, entre outros. As comunidades que hoje lá se encontram (Baião), seja subindo o rio ou percorrendo a estrada Trancametá, em direção à Tucuruí, somam 35, e são elas: Teófilo, Umarizal Centro, Umarizal Beira, Baixinha, Araquembaua, Paritá Miri, Joana Peres, Igarapé Preto, Cupú, Igarapé Zinho, Valginha, Bailique, Bailique Beira, Bailique Centro, Carará, Poução, Nova América, França, Porto Grande, Marigabeira, Uxizá, Rio Branco, Rio Preto, Melanciar, Costeira, Menino Jesus, Malambia, Tatituquara, Balieiro, Boa Vista, Florestão, Campelo, Papelone e Itapecuru (MARIN; CASTRO, 2008).

Ao retratar a espacialização das comunidades quilombolas no Estado do Pará, o município de Baião destaca-se como o segundo município do Estado com maior número de

comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas, sendo registradas atualmente a presença de comunidades quilombolas em ambas as margens do Rio Tocantins, que divide o município de Baião em duas partes, dentre as quais situam-se, na margem direita do rio as comunidades de Engenho, Santa Fé, Santo Antônio, Vila Dutra, Calados e Cardoso; na margem esquerda do referido rio as comunidades de Baixinha, Araquembaua, Taperuçu, Varginha, Pampelonia, Bailique Beira, Bailique São Bernardo, Igarapé Preto, Cupu, França, Teófilo, Igarapézinho, Florestão, Campelo, Boa Vista, Paritá Miri e Umarizal, sendo essa última o lócus da pesquisa. Deste modo, totalizam hoje no município de Baião 23 (vinte e três) comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O trabalho abraçou uma perspectiva metodológica que se propõe a analisar a condição de vida e saúde a fim de compreender o agora e as transformações incorporadas nas práticas sociais e espaciais da comunidade ao longo do tempo. Entretanto, a metodologia que foi utilizada para dialetizar e interpretar os dados era de natureza qualitativa, com ênfase em um estudo de caso, tendo como foco uma compreensão abrangente do objeto de estudo. Conforme Becker (1993), o estudo de caso tem como objetivo compreender todo comportamento do grupo e desenvolver declarações teóricas sobre regularidade do processo e estrutura sociais. Sendo assim, o estudo de caso em ciências sociais é tipicamente não de um indivíduo, mas de uma organização ou comunidade.

Segundo Yin (2010) o estudo de caso é: *“um dos empreendimentos mais desafiadores na pesquisa”*. Este método teve sua origem no campo da Medicina, e constitui hoje uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas e sociais. Ainda conforme Yin (2010):

“(...) o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

Portanto, o estudo de caso é um enfoque de pesquisa que procura lidar com a complexidade dos aspectos sociais e descrevê-los com a intenção de representar os mais variados significados em que os atores de uma dada comunidade trazem para os seus ambientes. Além disso, esta metodologia parte do pressuposto que a ‘realidade social’ é elaborada através da interação social, embora situada em determinados contextos e histórias, procura reconhecer e descrever antes de tentar analisar e teorizar (CRESWELL, 2010).

Nessa perspectiva, os procedimentos de pesquisa mais aplicados são as *entrevistas*, que é, sobretudo, uma conversa que fornece subsídios básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a sua condição de vida. Tendo como objetivo uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, sentimentos, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002). Assim, ainda conforme o autor, a compreensão de mundo da vida dos informantes é um fator

primordial em pesquisas sociais, que consiste em explorar os mais diversos tipos de opiniões e as diferentes representações sobre o tema de estudo.

A *análise de documentos* disponíveis no local em que o estudo se realiza, e a *observação*, que por sua vez dá acesso a uma ampla variedade de dados, sendo uma ferramenta bastante adequada para se chegar aos propósitos do estudo de caso (BECKER, 1993). Segundo Gaskell (2002), a partir da convivência e de conhecimentos mais abrangentes sobre o cenário da pesquisa, é possível obter diferentes impressões e observações.

Segundo Minayo (2012), o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. E, embora já tenham sido usadas para estudos de grandes dimensões, conformam-se melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sócias sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discursos e documentos.

A pesquisa qualitativa, portanto, não se preocupa em quantificar, mas entender as relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional; e que pode ser resgatada através do cotidiano, da vivência, e da explicação do senso comum:

“A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais: a abertura, a flexibilidade, a capacidade de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação” (MINAYO, 2012).

Segundo Gadamer (1999) o qualitativo é compreender e exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Em conformidade, Bryman (1988) considera que o pesquisador qualitativo tem a capacidade de ver *“através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados”*. Sendo assim, a pesquisa qualitativa versa a compreensão da lógica interna dos grupos sociais, instituições e atores quanto a: (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais.

A pesquisa qualitativa percorre três etapas essenciais. A primeira etapa do estudo é *exploratória*, caracteriza-se na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo (MINAYO; COSTA, 2019). Nesta fase, foi

realizado levantamento bibliográfico e documental, bem como determinou-se o objeto de estudo para desenvolvê-lo metodologicamente. Além disso, levantou-se hipóteses e descreveu-se os instrumentos a serem utilizados no trabalho.

A segunda etapa, se constitui como *a fase de campo*, que é o momento em que o pesquisador se insere na vida cotidiana dos investigados, a fim de compreender e interpretar a realidade dos sujeitos. Portanto, é nesta fase que se obtém os dados primários no cenário da pesquisa, para posteriormente ser analisado (MINAYO; COSTA, 2019). A pesquisa de campo se deu em quatro momentos, sendo: a primeira visita terá como objetivo apresentar o projeto à comunidade, profissionais de saúde e às lideranças comunitárias. Buscou ainda a observação do cotidiano da comunidade, registro fotográfico dos objetos, organização social e econômica, usos da terra, entre outros. As segunda, terceira e quarta visitas se constituíram das coletas de informações por meio das entrevistas com grupos específicos (moradores mais antigos, lideranças comunitárias, grupos familiares jovens da comunidade e profissionais da área de saúde). Muitas observações ocorreram através do contato direto com outros membros da comunidade - crianças, jovens, adultos e até mesmo vários idosos - que fizeram parte de conversas ‘não-oficiais’ a respeito de Umarizal. Esses diálogos não constam nas gravações e nem nas anotações escritas. Porém, ajudaram a entender a dinâmica do povoado e proporcionaram as comparações de relatos, até mesmo com as entrevistas realizadas durante esta pesquisa.

A terceira etapa configurou-se pela análise do material empírico e documental (MINAYO; COSTA, 2019). Os dados coletados foram organizados e compilados em planilhas, levando em consideração a história de vida e as experiências pessoais dos entrevistados. Ainda neste contexto, foi realizada a análise dos dados secundários, tais como documentos geográficos, históricos, estatísticos e institucionais sobre o cenário da pesquisa, que contribuíram para a contextualização do objeto (CRESWELL, 2010; MINAYO; COSTA, 2019).

4.2 *Lócus* do ESTUDO

O contexto ou local do estudo simboliza “*um recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação*” (MINAYO, 2012).

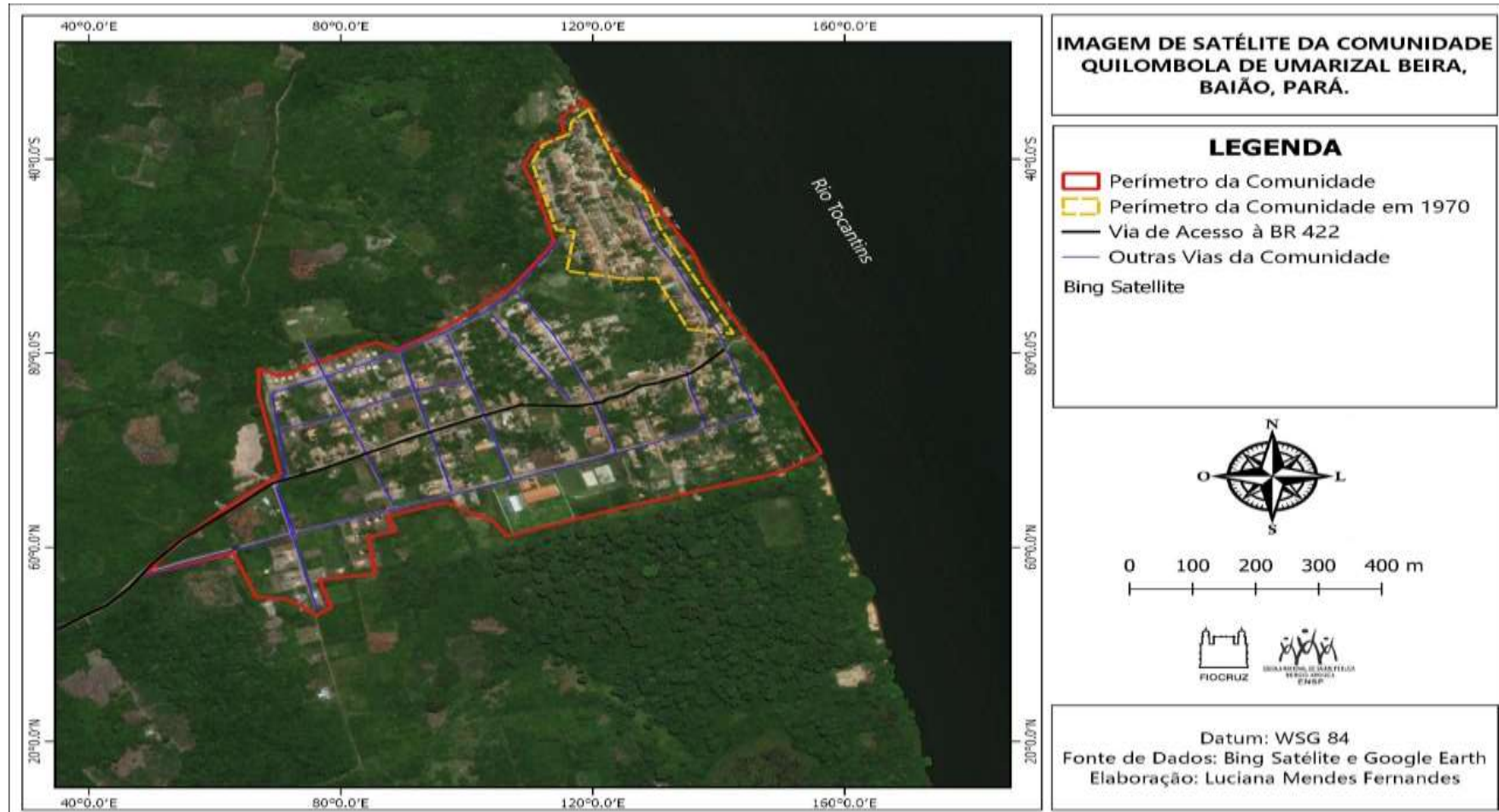
O campo de pesquisa, a saber, a Comunidade Quilombola do Umarizal Beira, encontra-se no lado sudeste do município de Baião, no Estado do Pará, localizado entre os municípios de Tucuruí e Oeiras do Pará, a 520 quilômetros da capital de Belém, via BR por Tucuruí. O acesso para Umarizal, via terrestre, somente pela BR 422, e, via aquática, pelo rio Tocantins, este remanescente às margens desse rio. Segundo Pinto (2004):

“Este município é constituído pelos distritos de Baião, sede do município, Joana Peres, Ituquara, Araquembaua e Umarizal, cuja criação se deu no dia 23 de abril de 1993, com a aprovação do Projeto de lei n° 001/93. De acordo com este projeto, lê-se no artigo 1º, que institui o distrito de Umarizal o seguinte: "Fica criado o distrito de Umarizal, no município de Baião, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Estadual n° 5.584 de 18 de janeiro de 1990: Parágrafo Único - O Distrito que se refere o artigo 1º terá sede na localidade de Umarizal, à margem esquerda do rio Tocantins, que por força dessa lei terá categoria de Vila". Após a instalação do distrito de Umarizal, seus limites ficaram assim demarcados: ao norte, município de Mocajuba; a leste, a cidade de Baião e a ilha de Bacuri; a oeste, os limites do município de Baião com o município de Oeiras do Pará; ao sul com a calha do igarapé Paritá” (PINTO, 2004, p. 53).

De acordo com o historiador Sandoval Ramos (2009), Baião teve como origem um povoado fundado em 1694 que foi o segundo núcleo populacional do Baixo Tocantins. Com o surgimento do núcleo outros povoados foram se formando, mas o de Baião ganhou destaque e se tornou um dos mais importantes da região tocantina. Em 1833, uma Resolução do governador da Província, elevou o povoado à condição de Vila – Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. Apenas em 1935, porém, Baião foi finalmente reconhecido como município. Aos poucos seus limites territoriais foram flexibilizados em decorrência de disputas territoriais originando em 1935 o município de Mocajuba ao norte e, no final do ano de 1947, o município de Tucuruí ao sul, o que incidiu em diminuição de sua área que agora corresponde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a aproximadamente 3. 758, 273 km² (FIGUEIREDO, 2014).

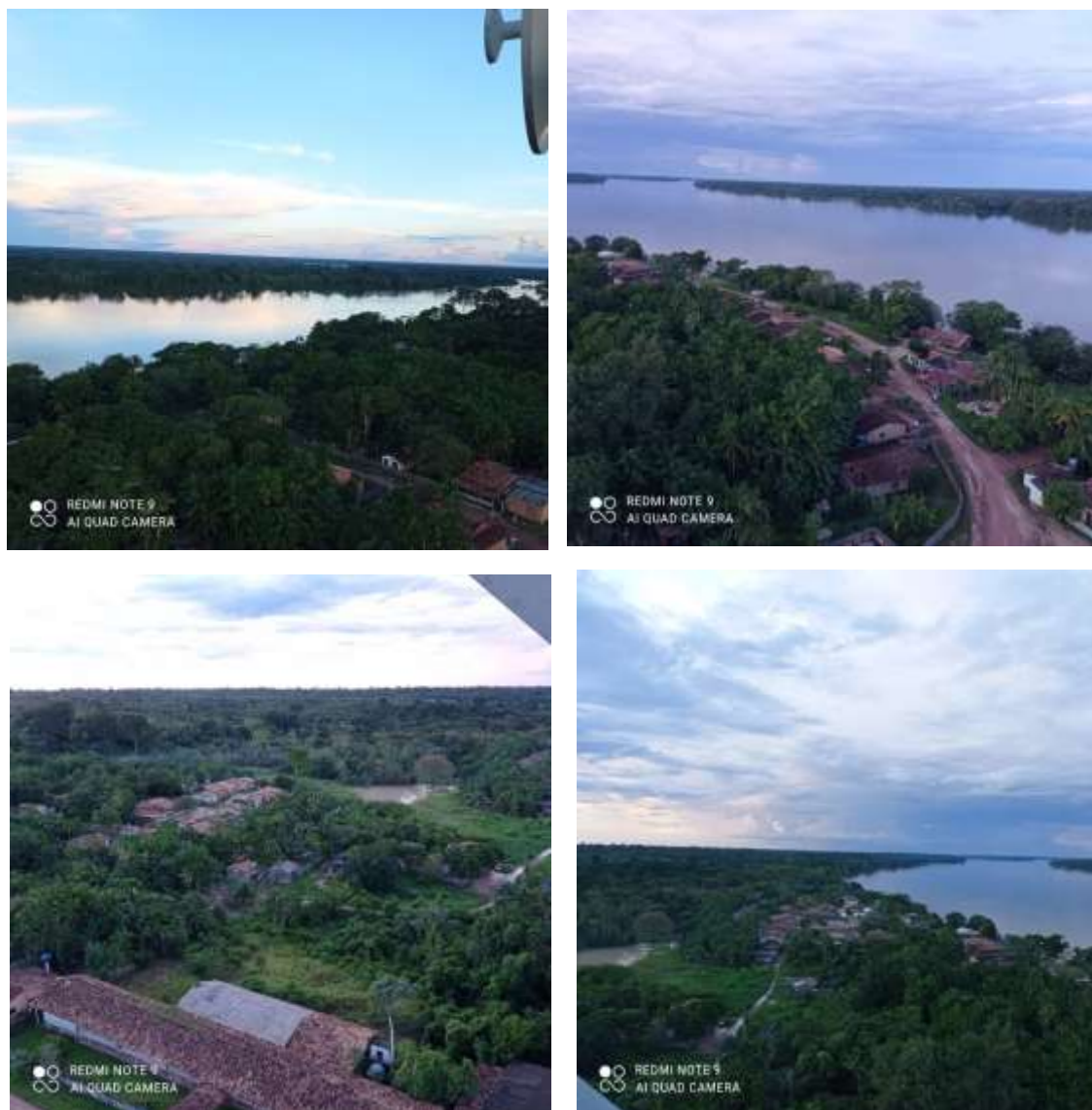
Tendo um pouco mais de cento e trinta e três (133) anos de existência, essa comunidade é mais um remanescente formado por negros nas margens do baixo Tocantins. Segundo IBGE (2010) existiam em Umarizal aproximadamente 1311 moradores, em 285 domicílios particulares permanentes. Umarizal é uma das 101 comunidades rurais que compõem o município. A população vive prioritariamente da pesca e da pequena agricultura. A relação com a sede do município (Baião) é bastante intensa, sobretudo a partir da instalação da balsa que transporta veículos e pessoas até a Varginha, uma das comunidades vizinhas. Sua localização estratégica permite o acesso à rodovia Transcmetá PA 422 (figuras 9 e 10).

Figura 9 – Imagem de satélite da Comunidade de Umarizal Beira, Baião, Pará.



Fonte: Próprio autor, 2020.

Figura 10 – Vista aérea da Comunidade Remanescente de Quilombo Umarizal Beira.



Fonte: Cedido por Neto, 2021.

4.3 INSERÇÃO NO CAMPO EMPIRICO: ARTICULAÇÃO PARA ENTRADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Antes de realizar as coletas de dados, iniciei uma articulação com as lideranças da comunidade a fim de apresentar o projeto que seria desenvolvido e as suas finalidades. Para isso, reunir-me no dia 16 de janeiro de 2021 na sede da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão (ACORQBU), com sede na vila de Umarizal Beira, com lideranças e alguns filiados da associação (Figura 11). Dentre os líderes, estavam presentes o presidente, secretário e o

coordenador de finanças da ACORQBU, Sr. Assunção Azevedo dos Santos, Sr. Hélio Sousa Vieira e Sr. Cegisnando Arnaud, respectivamente. Além da advogada Sr.^a Paula Menezes, Assessora jurídica da Associação e outros membros da Associação.

Fiz a apresentação do projeto de pesquisa esclarecendo as dúvidas e ao final solicitei o apoio dos líderes para a entrada na comunidade. Durante a conversa, a liderança expôs que estavam receosos da nossa presença e circulação dentro da vila. Inclusive, justificou que a comunidade permanecera fechada por 7 meses, em 2020 (nenhum morador saía ou entrava da mesma), em função da pandemia de COVID-19. Além disso, mencionaram enorme preocupação com a possibilidade do vírus estar circulando dentro da comunidade, citando o caso de um morador que estaria internado em Baião, em estado grave, com suspeita de COVID-19, que veio a óbito, posteriormente.

Figura 11 – Reunião realizada na ACORQBU com algumas lideranças.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Em função de ter uma boa relação com a Comunidade de Umarizal Beira, tendo realizado outras pesquisas nos anos 2017 e 2018, e, em razão das suspeitas de casos de COVID-19 na vila, considerei que tenha sido um fator necessário para a minha boa “entrada” no campo, a realização de exames sorológicos de ELISA para pesquisa de SARS-CoV-2. Para isso, articulei, junto à Universidade Federal do Pará, parceria em pesquisa, para disponibilizar cerca de 1000 testes gratuitos para os moradores.

Está articulação foi possível, pois o discente de mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA) e também discente do curso de Especialização em Ciências Biológicas Aplicadas à Saúde do Instituto Federal do Pará (IFPA), o qual oriento, Lourival Roland estava participando do projeto intitulado “*Estudo de prevalência e de vigilância epidemiológica da COVID-19 em populações do Estado do Pará*”, sob coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos

do Rosário Vallinoto. Após a firmação desta parceria, em fevereiro/2021, os líderes concordaram com nossa entrada em campo.

4.4 ENTRADA NO CAMPO

A minha receptividade pela comunidade e a construção de laços foi extremamente importante para a criação de um vínculo, tendo em vista que este proporciona com que as entrevistas e observações ocorram de uma forma natural. O estabelecimento deste vínculo começou em 2017, quando iniciei alguns estudos na comunidade quilombola de Umarizal como referido anteriormente.

Reestabelecido os contatos e os laços com a comunidade, e aproveitando a parceria firmada com a Universidade Federal do Pará, além das várias outras demandas de análises de saúde que foram surgindo por meio de pedidos da própria comunidade de Umarizal Beira, além desta tese, nos meses de março, abril e maio de 2021, desenvolvemos outros 3 projetos de pesquisa na mesma, que resultaram em orientações de monografias de discentes do Curso de Especialização lato sensu em Ciências Biológicas aplicadas à Saúde do Instituto Federal do Pará – IFPA/campus Tucuruí, onde sou docente e orientadora, sendo intituladas: “Avaliação das condições habitacionais, sanitárias e principais doenças na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião, Pará (discente Jonaia Novaes da Costa); “Doenças Crônicas e os Determinantes Sociais de Saúde em idosos quilombolas da comunidade de Umarizal Beira-Baião/PA” (discente Raimunda Daiane Assunção Pantoja Nunes) e “Prevalência da Infecção por SARS-CoV2 em Remanescentes de Quilombo da comunidade de Umarizal Beira, Baião-PA” (discente Lourival Roland Júnior). As informações que foram produzidas por estas pesquisas também vieram agregar nesta tese, inclusive estão mencionadas nas discussões dos resultados (Figura 12).

A ida à campo era realizada sempre em grupos de 3 a 6 pessoas (entre os discentes orientandos e eu); distribuídas em 2 carros, considerando que era preciso levar um grande volume de materiais em cada visita para realizar as ações de saúde (entre balanças, kits sorológicos, centrífuga de sangue, estantes, caixas coletoras, seringas, etc); e o acesso por via terrestre até a comunidade era feito pela estrada BR422 (Transcarnetá), que no início de ano geralmente é mais dificultoso, em função do inverno amazônico. A referida estrada, não asfaltada, ao todo 15 pontes de madeira, fica lamacenta nessa época do ano e cheia de buracos, tornando a viagem mais demorada e perigosa. No período de junho a agosto, entretanto, as

condições de trafegabilidade melhoraram, em função do verão amazônico. O trajeto de 117Km geralmente era feito em duas horas e meia do município de Tucuruí (onde resido), até a entrada da Vila de Umarizal Beira, ainda na rodovia Transcametá. Após a entrada, ainda era feito um percurso de cerca de 5Km de uma via não asfaltada até a Vila de Umarizal (Figuras 13 e 14).

Figura 12 – Ações de saúde para pesquisas de SARS-CoV-2, Doenças crônicas e Condições Habitacionais/Sanitárias da Vila de Umarizal Beira, março a maio/2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Figura 13 – Ilustração da organização de materiais diversos usados nas pesquisas realizadas em Umarizal Beira, março a agosto/2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Concomitantemente às idas para executar estas pesquisas, nos meses de março à maio/2021, enquanto aguardava a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz, pude estreitar relações com a comunidade e conhecer um pouco mais do seu dia-a-dia, considerando que nossas visitas duravam em torno de 3 a 4 dias, mensalmente.

Figura 14 – Imagens das condições da Rodovia Trancametá (BR422), estrada de acesso até à Vila de Umarizal Beira para realização das pesquisas em saúde, março a agosto/2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Nos meses seguintes (junho, julho e agosto) foram realizadas outras 4 visitas à comunidade quilombola, com intuito de realizar a coleta dos dados desta tese. Como referido anteriormente, cada uma dessas visitas durava em torno de 2 a 3 dias e serão descritas mais

detalhadamente a seguir. Durante estas visitas ficávamos hospedados ora na Escola Pólo, ora em uma casa de visitas cedida pela ACORQBU.

As pessoas da comunidade me acolheram e compartilharam suas histórias, saberes, práticas, movimentos de resistências, lutas para conquistas da certificação e titulação, serviços e problemas de saúde, bem como as principais demandas. Em diversas situações fui convidada a partilhar de refeições com os entrevistados, bem como socializamos durante às noites com profissionais de saúde e algumas lideranças. Todas essas atividades contribuíram para minha aproximação com esses quilombolas e suas condições de vida e saúde, facilitando sobremaneira a realização desta pesquisa.

4.5 COLETA DE DADOS

Para coleta dos dados da pesquisa, seguiu-se os objetivos desta tese. *O primeiro objetivo* se propôs a descrever os principais processos sócio-históricos de formação e a dinâmica de ocupação do território de Umarizal Beira/Baião – Pará. Tal objetivo buscava entender como se deu a formação deste território, considerando as múltiplas formas de dominação e apropriação pelos diferentes atores sociais; bem como identificar às estratégias de reprodução do grupo que incluem a relação entre terra, trabalho e família, gestão de recursos produtivos, laços sociais, etc até a década de 1970, no território de Umarizal Beira.

O segundo objetivo se propôs a compreender as territorialidades de resistências, lutas e conquistas no Território de Umarizal Beira. Tal objetivo buscava entender as novas dinâmicas que se estabelecem a partir da construção da rodovia Transcarnatá, da UHE Tucuruí; bem como descrever como os problemas socioambientais decorrentes da instalação desta última. Analisou, em seguida, o processo de certificação e titulação do território quilombola de Umarizal.

Esses objetivos foram respondidos por meio da técnica de **histórias de vida e narrativas**, utilizando *entrevistas em profundidade*, que consistiu em uma conversa livre sobre os temas supracitados (ver roteiro – APÊNDICE A). Para tanto, priorizou-se membros mais antigos da comunidade, portadores dos saberes e dos fazeres tradicionais do grupo, devido ao conhecimento que dispõe sobre o processo histórico de formação e ocupação da comunidade de Umarizal, bem como outros referidos acima. Além disso, foram entrevistados membros de famílias mais antigas e lideranças da comunidade - da associação quilombola, da escola e do Grupo da Cultura (Figuras 15 e 16). Ao todo, foram entrevistadas *dez pessoas*, sendo 5 lideranças e 5 moradores mais antigos (quadro 2). As entrevistas com moradores mais antigos

foram realizadas no mês de junho/2021 e, com as lideranças, em julho/2021. As entrevistas permitiram comparar memórias, perceber as lacunas e, ao mesmo tempo, consolidar o contato com os moradores na condição de pesquisadora. O enfoque de narrativa e o de história de vida reconhecem que os significados se constroem socialmente e as ações e a atividade humana estão sujeitas a influência socioculturais, históricas e políticas (GILL; GOODSON, 2015). Para alguns pensadores, a vida e as narrativas estão relacionadas e que a vida humana se interpreta nas narrativas e por meio delas (RICOEUR, 1996).

Conforme Gramsci (1979) existem intelectuais que não passaram necessariamente pelo bando de escola, mas são reconhecidos pelo seu grupo como tal, são os *intelectuais orgânicos*.

Dessa forma, para Gill e Goodson (2015), o processo da pesquisa de história de vida e narrativa é colaborativo e requer confiança e relacionamento estreitos. De modo que o pesquisador incentive o “fluxo” da entrevista com o mínimo de perguntas, para que os participantes controlem a ordem e a sequência de suas histórias, reduzindo assim o problema do poder do pesquisador. Logo, através de narrativas, os indivíduos colocam suas experiências e reconstroem acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, uma vez que não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo como no sentido (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Figura 15 – Entrevista com membros mais antigos e lideranças de Umarizal Beira, Junho/julho 2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Figura 16 – Encontro com lideranças culturais do Grupo Recordação do Samba de Cacete de Umarizal Beira, Baião, em Julho 2021. Em detalhe, recebi de presente o CD e livro sobre o grupo.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Também, utilizou-se **Pesquisa documental**. Para tanto, foram consultados sites da Fundação Cultural Palmares para acompanhamento das informações relativas ao processo de certificação; e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), para entendimento dos mecanismos evocados em todas as etapas de reconhecimento, demarcação e titulação do território quilombola de Umarizal Beira; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de encontrar dados referentes ao comportamento demográfico, econômico e estudos sobre o município; e os documentos disponíveis na Associação das comunidades remanescentes de quilombos Umarizal Centro (ACORQBU) e na Prefeitura Municipal de Baião. Os sites Memória dos expropriados de Tucuruí e do MAB foram usados para consultar informações referentes aos movimentos de moradores atingidos pela barragem de Tucuruí. Outros **documentos públicos** incluíram os memorandos oficiais, minutas de reuniões, relatórios da ELETROBRAS/ELETRONORTE e artigos científicos relacionados ao tema. Finalmente, considerou-se também como documentos da pesquisa **vídeo, filme e fotografias** antigas da comunidade.

A imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece uma ferramenta poderosa acerca das ações temporais e dos acontecimentos reais, concreto e materiais (LOIZOS, 2002). A fotografia, por exemplo, adequadamente pode servir como um instrumento desencadeador para evocar memórias de pessoas que uma entrevista não conseguiria. Segundo Marin e Castro

(2004), as fotografias ajudam o pesquisador na interação e lhes fornecem um elemento para a interpretação das situações dadas. Quanto ao vídeo, teve uma função óbvia de registro de dados sempre que algum conjunto de ações humanas se tornar complexo e difícil de ser descrito compreensivamente. Nesse sentido, o “visual” e “a mídia” desempenharam papéis relevantes na vida social, política e econômica dos indivíduos, pois, tiveram como objetivo captar as nuances dos traçados territoriais, das práticas laborais, dos modelos arquitetônicos das casas e dos demais objetos que estão presentes no território de Umarizal Beira (MINAYO; COSTA, 2019).

O *terceiro objetivo* teve a intenção de caracterizar as condições de vida e saúde dos moradores de Umarizal da Beira após a década de 1970 e até a atualidade, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde. Foram levantadas informações sobre as condições do ambiente físico e social, atividades econômicas, aspectos da religiosidade e principais festividades, educação, tipos de serviços de saúde disponíveis e as condições de acesso, bem como descrever as principais enfermidades e seus agravos, entre outros. Como procedimento metodológico, foram utilizadas **entrevistas em profundidade** (para cinco profissionais de saúde) e **entrevistas semiestruturadas** junto aos moradores jovens e adultos (cinco moradores) (Figura 17), ver APÊNDICES B e C. Estas visaram à obtenção de dados relativos às dinâmicas familiares (quantidade de pessoas, escolaridade, procedência, religião, ancestralidade, condições de habitação), às dinâmicas sociais (participação em associações, igrejas, clubes), as dinâmicas territoriais recentes (trabalho, novos objetos, condições de moradia, religiosidade, comportamento demográfico), e as dinâmicas de saúde (serviços de saúde utilizados, programas desenvolvidos na UBS, profissionais de saúde, principais agravos, etc.). No total, 10 pessoas foram entrevistadas, entre profissionais de saúde e moradores jovens/adultos, ambas realizadas durante o mês de agosto/2021.

Outro procedimento utilizado neste objetivo consistiu da **observação participante**, que foi acompanhada de um *diário de campo* (APÊNDICE D), para o registro legítimo das informações. Foi registrado o ambiente físico, o espaço, condições sanitárias, habitacionais, entre outros. Durante esse período foi compartilhada a vida cotidiana, vivenciando acontecimentos, festas e eventos que são importantes e fazem parte do mundo dos entrevistados. Contudo, é importante ressaltar que a saída do campo não significa que o compromisso do pesquisador com a comunidade de Umarizal Beira tenha finalizado ali, pois irei retornar à comunidade, com os resultados do estudo. Essa modalidade ocorreu durante todo o tempo da

pesquisadora em campo, ou seja, junho a agosto/2021. Para complementar as observações realizadas, manuseou-se para registro **vídeos e fotografias**, para captar as nuances dos traçados territoriais, culturais, das práticas laborais, dos modelos arquitetônicos das casas e dos demais objetos que estão presentes no território, entre outros.

Conforme destaca Minayo (2003, 2014) apesar da grande importância que a entrevista apresenta nos estudos qualitativos, é de total relevância, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por outras informações que sejam provenientes da observação do cenário de estudo. Pois, além da comunicação verbal, o investigador terá em suas mãos, elementos de relações, atitudes, práticas, cumplicidade e entre outros aspectos que marcam a vida social dos indivíduos. A autora ressalta que essa é uma maneira de ver, sentir e conviver no local, onde o estudo qualitativo se realiza, pois são ações e atitudes fundamentais da pesquisa social e empírica.

Figura 17 - Entrevista com moradores jovens e adultos de Umarizal Beira, agosto 2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

O quadro abaixo apresenta uma lista de todos os entrevistados nesta pesquisa. Cabe ressaltar que para construção desta tese, realizei diversas conversas informais com outros moradores, enquanto visitei a comunidade ao longo dos 6 meses, mas que não foram registrados como entrevista formal. E, finalmente, ainda gostaria de destacar o apoio de alguns outros moradores (estudantes universitários, caçadores, pescadores, etc) que precisei realizar

conversas informais por telefone, quando era necessário esclarecer alguma dúvida ou complementar informações que não constavam na entrevista. Três desses moradores, meus informantes-chaves, são atualmente alunos meus no Curso de Ciências Biológicas, no IFPA/Campus Tucuruí.

Quadro 2 – Lista de entrevistados na tese, Umarizal Beira, 2021.

Entrevistado	Idade	Função na comunidade
Morador de família mais antiga na comunidade		
Entrevistado 1	72 anos	Benedeira na comunidade. Faz uso de plantas medicinais
Entrevistado 2	77 anos	Aposentado
Entrevistado 3	84 anos	Aposentado
Entrevistado 4	89 anos	Ex-parteira. Hoje moradora mais antiga da comunidade.
Entrevistado 5	76 anos	Aposentada
Liderança comunitária		
Entrevistado 6	65 anos	Liderança da Associação quilombola
Entrevistado 7	52 anos	Liderança do grupo da cultura e mestre de cacete no samba
Entrevistado 8	47 anos	Liderança da Associação quilombola
Entrevistado 9	32 anos	Profissional da educação
Entrevistado 10	70 anos	Liderança comunitária
Moradores jovens e adultos		
Entrevistado 11	40 anos	Dona de casa
Entrevistado 12	56 anos	Aposentada
Entrevistado 13	29 anos	Agricultora
Entrevistado 14	31 anos	Dona de casa
Entrevistado 15	45 anos	Dona de casa
Profissionais de saúde		
Entrevistado 16	48 anos	Agente comunitário de saúde
Entrevistado 17	27 anos	Enfermeira da UBS Tiazinha
Entrevistado 18	49 anos	Agente comunitária de saúde
Entrevistado 19	56 anos	Agente comunitária de saúde
Entrevistado 20	48 anos	Técnica em Enfermagem na UBS Tiazinha

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

4.6 ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente deve-se considerar que a análise de dados em pesquisas qualitativas não busca medir ou enumerar eventos, e comumente não faz o uso de instrumentos estatísticos, mas aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 2012, 2014). Partindo desse princípio, a análise do material do referido estudo foi fundamentada na modalidade análise de conteúdo de Bardin (1979), a mais importante autora desta técnica. A análise do conteúdo, do ponto de vista operacional, parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os significados manifestos (MINAYO, 2019).

A partir deste método, Minayo elaborou adequações para a análise de dados qualitativos, e dentre as técnicas desenvolvidas pela autora neste trabalho foi empregada à **análise temática do conteúdo** que é considerada a mais simples e apropriada para investigações em saúde (MINAYO, 2019).

Esta técnica consistiu em realizar leituras exaustivas e repetidas das falas buscando identificar os núcleos de significado presentes em parte das falas e, ao final, foi feita uma síntese capaz de relacionar os temas apresentados nas falas com os objetivos do estudo (GOMES, 2007). Neste sentido, fazer uma análise temática constitui-se em encontrar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado (MINAYO, 2019).

A análise temática dividiu-se em três etapas (MINAYO, 2019): A primeira foi a “Pré-Análise”, que consistiu na escolha dos documentos a serem analisados, seleção dos materiais, aproximando-se de forma exaustiva do material coletado, e ainda a formulação e reformulação das hipóteses e objetivos da pesquisa. Considera-se que os procedimentos exploratórios devem ser valorizados neste momento, para que a riqueza do material de campo não seja obscurecida pelo tecnicismo. Em vista disso, fala-se também em reformulação das hipóteses, uma vez que há a possibilidade de correção de rumos interpretativos e abertura para novas indagações.

A segunda etapa foi a “Exploração do material” que consistiu numa operação classificatória, isto é, a transformação dos dados em núcleos de sentido e compreensão do texto. Para isto, foi necessário encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas, reduzidas do texto, que em função delas o conteúdo da fala foi organizado.

A terceira etapa foi o “Tratamento dos resultados obtidos e interpretação” este foi o momento que o investigador propôs inferências e realizou interpretações dos dados de acordo com o quadro teórico desenhado inicialmente, sendo que pode haver outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas. Em outras palavras, equivale dizer que pode surgir novos questionamentos a partir da leitura do material analisado.

Com base nas descrições acima, os dados foram organizados em diferentes unidades de análise: entrevistas, observação participante e os documentos (geográficos, estatísticos, históricos e constitucionais, que foram importantes para subsidiar e enriquecer a pesquisa). Em seguida, foi realizada a leitura de cada unidade, e os resultados das entrevistas com moradores mais antigos, moradores mais jovens, profissionais de saúde e lideranças, bem todo o material gravado, foi transcrito na íntegra, e conferido com inúmeras leituras pela investigadora. Ainda se realizou várias leituras e releituras das anotações do material da observação, contido no diário

de campo. Considera-se que deve ser feita uma leitura atenta, reiterativa e cheia de indagações a respeito das falas e das observações, investindo na absorção desses dados, dando-lhes valor, ênfase, espaço e tempo (MINAYO; COSTA, 2019).

Posteriormente, foram feitas as interpretação e categorização dos dados, a partir da identificação dos seus núcleos de sentido, em unidades temáticas, sendo decompostos e organizados em blocos de significados e dispostos por coincidência ou divergência temática. Conforme Minayo e Costa (2019) o processo de classificação é mais intenso que o serviço de organização do material, no entanto, a finalidade é a mesma, pautando-se na apropriação de riquezas da informação do campo pelo pesquisador, tentando, na medida do possível não fazer interpretações apressadas e precipitadas, mas valorizar ao máximo os achados de campo.

Todo o material foi organizado em subconjunto, separados por assuntos, sendo observadas as estruturas de relevância apresentadas pelos entrevistados, para que depois seja feita a contextualização e interpretação dos principais termos destacados. Ressalta-se que o movimento classificatório que privilegia o sentido do material não busca uma verdade essencialista, mas os significados expressos pelos entrevistados (MINAYO; COSTA, 2019). Durante todo o processo de análise do material o mesmo será relacionado com a literatura disponível sobre o objeto de estudo para adensar a discussão e auxiliar no processo de caracterização e construção das condições de vida e saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira.

4.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto foi submetido para a apreciação e aprovação ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana da ENPS/Fiocruz, sob número 4.702.388 e CAAE N42293120.0.0000.5240 (APÊNDICE E), obedecendo às normas e diretrizes do Conselho Nacional em Saúde, do Ministério da Saúde, através da Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012.

Os procedimentos metodológicos foram implementados somente a partir da anuência do Comitê de ética ENSP e dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Para tanto foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme APÊNDICES F-H, autorizando a participação dos sujeitos na pesquisa. Os resultados da pesquisa serão socializados com as comunidades pesquisadas por meio da realização de rodas de conversa. Ainda, a comunidade receberá uma cópia desta tese, a ser arquivada na ACORQBU.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ENTRE VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DA COMUNIDADE DE UMARIZAL BEIRA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E NARRATIVAS ORAIS

Este tópico trata das narrativas do cotidiano, das histórias ouvidas e contadas pelos moradores da comunidade quilombola de Umarizal Beira. Histórias que traçam a vida dos que as contam. Refazem o percurso das experiências de vida e tecem os caminhos abertos na memória dos contadores. Histórias que traduzem o saber do cotidiano, dos que conhecem os mistérios da terra, dos rios e das florestas. As histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de descendentes que vivem no povoado remanescente de quilombo de Umarizal Beira – guardiões da memória – que trazem à tona as histórias dos primeiros povoadores, seus modos de vida, suas astúcias e resistências frente às dificuldades enfrentadas; do mesmo modo, emergem os diversos aspectos da vida cotidiana desses homens e mulheres pioneiras na busca por liberdade e uma vida melhor.

5.1.1 A Origem de Umarizal Beira

História e memória andam juntas, a memória é viva e guardiã do passado por ser conduzida por indivíduos vivos, e assim, sujeita a mudanças e em constante evolução (MELO, 2015). Neste sentido, é importante superar a avaliação da *memória* como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, devemos pensar nela como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. Portanto, atualmente, ela já não pode mais ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como “espaço vivo, político e simbólico” no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos, que reinstituem o ser social a cada instante (LE GOFF, 1996).

A *história* é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento de uma sociedade (RODRIGUES, 1981), e necessita da memória para tecer seus moldes e fazer-se história. Essa reconstrução do passado possibilita que muitas histórias sejam contadas hoje. Segundo Nora, “*A necessidade de memória, é uma necessidade da*

história” (1993, p. 14). Ou seja, ambas estão imbrincadas e se formam para assim descrever um determinado evento, momento e construir uma memória.

A memória é sempre a memória de alguém (individual), ou de um grupo (coletiva/social), que faz projetos e visa ao devir (RICOEUR, 1996). Todavia, a compreensão mais recente é de que mesmo essa memória individual sempre envolve importantes dimensões coletivas. Se ela envolve um comportamento narrativo, e a “narratividade” é necessariamente um processo mediado pela linguagem – esta, que em última instância, é produto da sociedade – tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na memória individual. Para além disso, com a consubstanciação da memória através da linguagem – falada ou escrita – ela abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada (BARROS, 2009).

Portanto, atualmente, tem-se um novo campo de significações para a memória coletiva – que se refere não apenas ao processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva destes, ancorados nas tradições e intimamente associados às mudanças culturais (BARROS, 2009).

Diversas ferramentas são usadas para descrever a história, a partir de memórias: lembrança, fotografias, cartas, documentos escritos e a *fonte oral (narrativas)*. Esta última, é um instrumento muito rico para a construção de uma determinada história, possibilita que se tenha um contato com quem nos oferece suas lembranças, permitindo que dialoguemos sobre recordações.

As *narrativas orais* são um importante aspecto do patrimônio imaterial de uma comunidade. Estão na memória da comunidade que as repetem e atualizam, continuamente. Os modos de transmissão do saber calçados na oralidade mantêm fortes vínculos com o passado e a ancestralidade. A memória dos acontecimentos próprios do grupo fortalece seus vínculos de identidades, que são laços vitais para sua coesão (COSTA; PEREIRA, 2020). No que diz respeito às comunidades quilombolas, a preservação de suas tradições lhes garante também uma maior participação na sociedade e melhores condições na luta por direitos (BARBOSA, 2011).

Deste modo, as narrativas orais são ferramentas importantes para a preservação da memória coletiva, das histórias de suas origens, suas crenças e tradições. E, dentro destes territórios de negritude, quem costuma deter o conhecimento das narrativas orais geralmente são os mais velhos. Segundo Hampaté Ba (2010) “*um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia*”. A memória dos mais velhos é acionada diariamente, nas situações cotidianas de

transmissão de conhecimento, ora em momentos de aprendizagem de ofícios tradicionais, ora em suas narrativas mitológicas de seus mitos e lendas que também são formas de tradição oral que auxiliam na manutenção de suas raízes culturais e identitárias.

A própria história da fundação da comunidade, partilhada entre seus moradores vem sendo reconstruída oralmente ao longo dos anos, aqui recontada a partir das narrativas orais dos moradores mais antigos e lideranças, eleitos como guardiões da memória da Comunidade de Umarizal Beira, não somente pelo critério de idade, mas também pelo interesse que possuem em manter a tradição do lugar.

Segundo estudos praxiológicos realizados por Acevedo-Marin e Castro (1999), o povoado de Umarizal tem sua origem ligada ao processo de formação de comunidades negras rurais na região do Vale do Tocantins a partir do século XVIII. Como mencionado pelas autoras, a base demográfica da região teve dinamismo particular entre 1755 e 1778, com a chegada de escravos africanos trazidos de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique, que foram inseridos pela Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão. Conflitos e rebeldia estouravam contra o sistema escravocrata ocasionando fugas e aquilombamentos ao longo da extensa rede hidrográfica de ilhas do estuário amazônico e, no vale do Tocantins, os vários refúgios surgidos apontam para o presente etnográfico negro nesta região.

O depoimento do ex-líder da comunidade Quilombola de Umarizal Beira, entrevistado 10, reforça o imaginário coletivo sobre a ampla presença de negros habitando a região do Vale do Tocantins e corrobora a informação apresentada por Acevedo-Marin e Castro:

“E a população que veio para aí, não morava só em Paxibal, porque lá vem por dentro dos igarapés tantos negros que moravam, por exemplo, em Retiro - que era um outro centro, que na verdade era um quilombo - onde os negros se aglomeravam. De lá tinha também Bailique que até hoje existe e entre Paxibal e o Retiro tinha muitos moradores negros na beira dos igarapés (...) E eu não entendia o porquê, depois eu fui entender... Poxa, se eles são fugitivos, eles não vão ficar no lugar fácil de ser capturado, então, se embrenhavam realmente na mata à procura de Igarapé para se localizarem!”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Flávio Gomes (2006) aborda narrativas sobre a memória e formação de comunidades de mocambos fugidos na Amazônia dos sec. XVIII e XIX, mais especificamente na região do Baixo Tocantins e, de maneira breve, discorre sobre a origem do povoado de Umarizal, situado no outro lado do município de Baião, conhecido como “Umarizal dos pretos”, ainda hoje, pelos moradores mais velhos:

“Trata-se de um grande povoado, comparado a outros da região amazônica: possui cerca de 800 a 1.000 moradores. Situa-se na margem esquerda do rio Tocantins. A história da origem deste povoado é repetida por todos e se baseia nos “mais idosos”. Por volta de 1870, um grupo de escravos preparou uma fuga coletiva descendo, de canoa, a margem direita do rio Tocantins a partir de Mocajuba (hoje este lugar compreende um município do mesmo nome). Desembarcaram nesta região, na outra margem do rio, e ali estabeleceram algumas casas (mocambos). [...] O povoado foi crescendo e o número de seus moradores aumentando – tanto a partir de mais negros fugidos como depois da Abolição com a chegada de libertos – porém, devido aos constantes ataques de indígenas, estes tiveram que migrar para as várias “ilhas” da região, quando finalmente puderam, nos anos 1920, se estabelecer propriamente nas margens do rio Tocantins” (GOMES, 2006, p. 288).

Segundo Jacques Le Goff (1996), *“o primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento aparentemente histórico à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”* (LE GOFF, 1996; 424p.). Os *mitos de origem* do povoado de Umarizal Beira estão na memória de vários moradores mais antigos residentes da comunidade, que reelaboram seus discursos a partir das vivências dos seus antepassados (pais, tios ou mesmo avós).

Entrevistada 4, ex-parteira da Comunidade de Umarizal Beira, hoje guardiã da memória local, apesar da idade avançada – considerada a moradora mais antiga viva do quilombo na atualidade – narrou, sem dificuldades, as histórias de formação da comunidade. De acordo com a mesma, as primeiras famílias de negros vieram de Maracú e Putirí, descendo o rio Tocantins, depois se embrenhando na mata, sob a liderança do negro Sinfrônio Olímpio de Vilhena, por volta do século XIX. Este tinha sido escravo de um senhor da localidade de Maracú, município de Cametá. Após algumas tentativas de fuga, como castigo, foi mandado para a Guerra do Paraguai. Por ter vencido a mesma, tornou-se capitão e recebeu sua liberdade. Mas, ao retornar, resolveu fugir com parentes e amigos para então, constituir o quilombo de *Novo Destino* (primeira terminologia para o quilombo constituído por eles), onde havia um pequeno igarapé, que garantia a estadia temporária desse povo.

“Os primeiros negros vieram daí de baixo, abaixo do Cametá... Maracú e Putirí... Veio tudo pelo rio e despus entraram no matu e viero pra cá, fazê moradia em Novo Destino... Fugidos... As primeiras famílias furam: velho Sinfrônio de Vilhena e esposa Maria Joaquina e os filhos, Francisco de Jesus Vilhena, Liberata Vilhena e Joana Vilhena... Também Feliciano Jósimo de Jesus Pinto e a esposa Ângela Pinto; os filhos Antônio Pinto (o primeiro que eu conheci e que era nosso avô), Francisco Pinto, Maria Paula Pinto, João Francisco Pinto, Teodoro Pinto e Manoel Rosa Pinto. Adrião Pires já morreu, João Gomes... era uns velhão ... Eles veio morar praí, meus pais, meus tios, ai que foi aumentando a geração...”

(Entrevistada 4, 89 anos, ex-parteira, junho/2021)

Entrevistado 2, aposentado e hoje com 77 anos, saudosamente lembra a formação do quilombo sob o comando do líder Sinfrônio Vilhena:

“(...) Ele foi o líder dos quilombolas (naquela época não era assim que chamava, né?!)... Ele tinha sido escravo de um senhor de Cameté, em Maracá... eu ouvi falar, meu sogro também contava, não era assim do meu tempo, eles ainda conheceram ele, ele foi pra guerra também... Uma guerra que teve do Paraguai uma coisa assim... Inclusive lá na hora do tiroteio acertaram uma bala no capitão, lá na guerra, esse Sinfrônio que assumiu... E depois que venceu ficou livre e veio pra cá... Eu ouvia falar, né?! Que Sinfrônio morava no Paxibár, lá na entrada do ramal aqui que era Paxibá, era uma vila lá, uma vila muito antiga, muito tempo de caminho, que era caminho não tinha essas estradas”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, julho/2021)

Ratificando as narrativas dos entrevistados, a autora Benedita Celeste Pinto, ao estudar mulheres negras rurais, suas resistências e lutas por sobrevivência na Região do Tocantins/PA (2004), também esclarece a respeito da origem de Umarizal e reforça a importância de Sinfrônio na constituição do quilombo em Novo Destino e Paxibal:

O senhor Dico Vilhena, por exemplo, conta que a primeira povoação se constituiu no Paxibal e tinha como líder o "Negro Sinfrônio", isso em meados do século XIX[...] A ida de Sinfrônio para a guerra representou para o seu senhor, segundo os relatos orais, uma maneira que este encontrou para castigar um escravo pela insolente rebeldia, o que significava uma afronta a sua honra; não tendo mais como castigá-lo e, também no impasse de não poder matá-lo, pois fazia parte dos seus bens, resolveu castigar o escravo pela sua empáfia mandando-o como recruta para a Guerra do Paraguai - em fins da década de 60 do século XIX. Seria uma solução viável, pois punia o negro escravo rebelde dando-lhe como castigo a participação em uma guerra, que possivelmente significaria a sua morte; com isso o dono ainda levaria lucro, pois estava sendo conivente com o Império, já que estava enviando negro para engrossar as fileiras dos combatentes da Guerra.[...] Como condição de entrada, alforriavam-se os escravos, o que também representava um bom negócio para os senhores, indenizados ao fornecer esse tipo de "voluntário" [...]. Os descendentes do "Negro Sinfrônio" afirmam que a sua rebeldia, e ao mesmo tempo valentia, valeu-lhe a vida, pois após a sua participação na guerra voltou livre da escravidão e com o título de capitão. Mas ele não queria a liberdade só para si, queria também a liberdade da sua família e do seu povo. Assim sendo, estabeleceu morada nas matas e, na medida do possível, acolhia seus irmãos escravos, que tentavam se livrar da escravidão, fugindo dos seus senhores. Sinfrônio e seu irmão Feliciano Pinto, acompanhados das negras Leonor, Virgilina, Maximiana, Clementina passaram, assim, a liderar um pequeno quilombo nas matas da região Tocantina. (PINTO, 2004, p. 54).

Posteriormente, segundo entrevistada 4, o igarapé que contribuía para a subsistência dos remanescentes secou, em *Novo Destino*, fazendo com as famílias procurassem um outro abrigo, agora chamando de *Paxibal*, mais isolado e de difícil acesso aos senhores, uma vez que o igarapé neste lugar não era central, mas apenas um braço de igarapé. Neste novo local, instalaram-se e construíram suas moradias e demais benfeitorias, para garantir sua sobrevivência. O povoado foi crescendo e o número de seus moradores aumentando – tanto a partir de mais negros fugidos como depois da Abolição com a chegada de libertos. Sobre este lugar, relembra emocionada:

“Eles moraram lá até o igarapé secá... teve dificuldades, então saíram... e furam para Paxiubal, em 1884... era uma povoação lá... as casas cubertas de palha de ubim e

piso de chão batido, parede de barro, tinha casas de farinha, barraca de festa e um arraiár... Ihhh naquela época as redes de dormir era feita de casca da tatajuba, do coroatá de injazeiro ou de palha do olho do miritizeiro... A água era armazenada em pote de barro.. a energia era a luz da porunga ou lamparina, que nós fazia de latas de leite ou vidro, onde colocava querosene e um pedaço de fio...Tinha por base umas 30 famílias aí nesse lugar... as casas era coisinha, se queimasse uma queimava tudo... Purque como tava dizendo tudo era feito de palha de ubí, todo ano tinha que fazê a cobertura”

(Entrevistada 4, 89 anos, ex-parteira, junho/2021)

Josielem Ribeiro Corrêa (2021), quilombola de Umarizal Beira, em seu TCC intitulado “*Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local*” também discorre sobre as primeiras moradias construídas pelos remanescentes em Paxibal:

“Saindo de Novo Destino traçaram uma nova fugacidade, pois o temor em serem capturados pelos senhores escravistas, fazia com que estes tivessem bastante cautela para caminharem dentro da mata. A resistência deu-se mediante a organização mantida pelos remanescentes até Paxibal, seu novo esconderijo. Os negros que residiram em Paxibal, localizado à 5km de Umarizal, relataram que este antigo quilombo era apenas uma mata, às margens de um igarapé. Dessa forma, eles construíram suas moradias, casas de forno, barracão de festa, entre outros meios para sobreviverem. Formou-se então, o primeiro quilombo”(CORREA, 2021, p. 15).

Sobre o nome Paxibal, os entrevistados de Benedita Celeste (2004) recordam “*O nome Paxibal se originou devido haver no local da pequena povoação, que estava se formando, grande quantidade de uma árvore chamada de paxibeira – uma espécie de palmeira*” (PINTO, 2004, p. 60). Este mesmo relato foi encontrado nas narrativas de alguns moradores de Umarizal Beira:

“Eles chegaram em Umarizal era um porto, onde é a vila hoje [Umarizal Beira] e se embrenharam em busca de água e onde pudesse se localizar, então, se fixaram em Novo Destino e, em outro lugar mais à frente ainda, que chama de Paxibal. Esses são nomes aplicados por eles: Paxibal porque tinha muita árvore de Paxiúba (uma palmeira) e, Novo Destino, porque eles tinham encontrado um lugar propício para a vida deles (...) Novo Destino fica além de Paxibal e Paxibal é lá na Transcametá mesmo, a estrada passou lá onde era Paxibal. Onde sai a estrada daqui do outro lado é onde era habitada pelas famílias de Sinfrônio e Machado, eles ficaram muitos anos... e faziam as festas deles lá, na época o samba de cacete era lá que eles faziam”
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Nas culturas amazônicas reencontramos com o tempo não orientado pelo relógio, mas pelo sol, águas das marés, das chuvas ou pororocas. As estações do ano são reconhecidas pela época dos frutos; a floresta, a caça e a pesca, protegidos e respeitados pelas crenças nas lendas, mitos e santos; os amores, inspirados por luas, estrelas e encantarias; adoecimentos de corpo e alma, curados também por rituais, bênçãos, banhos e chás de ervas naturais. Toda essa *vida simbólica*, poética e imaginativa é sempre celebrada com muita festa, onde não falta espaço para receber e dialogar com quem chega, quer venham do Norte ou do Sul, Leste ou Oeste; do

Brasil e do mundo; sem fronteiras, restrições, ou preconceitos, em generosidade contagiantes e comovente (MELO, 2015).

Dentro destes princípios vivem muito povos nas comunidades tradicionais da Amazônia, como os quilombolas de Umarizal Beira. Quando questionados sobre a data de formação do quilombo (ainda chamado de Novo Destino, posteriormente, Paxibal e Umarizal), associam-na ao nascimento e registro de uma criança quilombola, impregnando de significado este momento importante para a comunidade e eternizando esta data na memória dos moradores do lugar, que seria 1884:

“(...) Segundo a ATA em 1884 fui o primeiro registro, tá até no regimento do samba Em 1884 fui o primeiro registro cartorial do filho do Caetano parece... ou neto dele, um negócio assim.... Sei que fui o primeiro registro aqui, dessa pessoa. Então, o pessoal se baseia por aí, o período da idade de Umarizal. É baseado, então deve dá uns 136 anos (...)”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

“Na verdade, nós não temos um registro que diga definitivamente a data que começou aqui, quem começou e tal, o registro que nós temos é de 1884, quando dizem que foi a chegada dos primeiros habitantes, né?!.... Eu, por exemplo, discordo dessa data, mas é a data que tá registrada!!! Pra mim, foi muito antes disso o começo da habitação aqui e, quando os negros ainda era fugitivo nesse tempo, aí que eles chegaram, ele se embrenharam... porque isso é muito logico, eu custei entender inclusive o porquê disso, mas hoje para mim está claro isso!”

(Entrevistado 10., 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Após alguns anos residindo em Paxibal, segundo relatos orais dos mais velhos, os quilombolas foram forçados a deixar a floresta e migrar novamente, agora rumo à beira do Rio Tocantins, na margem esquerda, mais precisamente numa ilha chamada Bacuri, por medo dos ataques indígenas, que àquela altura invadiram outra comunidade próxima à Paxibal, chamada Joana Peres. Assim, todos dias eles deixavam a ilha, atravessando o rio com a canoa, chegavam à terra firme e ainda tinham que se deslocar da beira até o lugar denominado Paxibal, onde trabalhavam na lavoura. Era um trabalho fatigante, porque todos os dias tinham que fazer esse percurso de cinco quilômetros. Com o passar do tempo já não mais atravessavam o rio Tocantins, então, erguiam suas barracas e moradias provisórias na margem do rio Tocantins no exato local onde hoje é a Vila de *Umarizal Beira*.

O médico carioca, Júlio Paternostro, ao descrever suas primeiras impressões sobre a viagem no rio Tocantins, em *“Viagem do Tocantins”* (1945), registra a presença desses negros em pequenas vilas à margem do rio, no Baixo Tocantins, entre elas a Vila de Umarizal Beira. E, descreve as trocas comerciais que se efetivavam, eventualmente, corroborando com a ideia

de que os quilombos não eram acampamentos isolados na floresta, mas, de muita atividade e trocas mercantis:

“Depois de Baião, demos uma volta numa grande ilha deserta, a Bacuri. Então, a margem esquerda apresentava-se mais povoada devido aos castanhais. Encontram-se pequenos portos: Umaripicu (2 palhoças), Pampelônia (8 palhoças), São Bernardo (1 palhoça), Umarizal (1 palhoça), Paritá (1 palhoça) e, na bôca do afluente com mesmo nome, Joana Peres (55 palhoças). São os pontos de contato de dois mil habitantes da mata com a "civilização", que passa a bordo do gaiola [barco] duas vezes por mês. O gaiola carrega os frutos silvestres e descarrega o sal e outras mercadorias de primeira necessidade nos "portos", que nada mais são que o começo da picada para o centro da mata. Esses "portos" surgem quando se explora determinada área e alguns dêles têm a vida de uma estação chuvosa. Durante a safra da castanha, os habitantes da mata não vão ao povoado para comerciar ou tomar parte em funções religiosas e festivas. As vilas regridem ou estacionam sem o comércio das populações circunvizinhas” (PATERNOSTRO, 1945, p.80-81).

Até os anos 1930, portanto, este povoado estabelecia-se ao mesmo tempo em dois locais: um mais para o interior da mata – antigo Paxibal (atualmente denominado Umarizal do Centro) e outro nas margens do rio Tocantins (atualmente chamado de Umarizal da Beira). Isto porque eram constantemente atacados pelos grupos indígenas locais:

“Quando foi em 1930 a 1935, por aí, não se tem uma data precisa também porque não foi registrado isso, houve ameaça dos índios, onde houve ataque em Joana Peres em comunidades aí. Então, como eles estavam lá [índios], eles saíram de lá [quilombolas de Paxibal], não ficaram nem aqui [Umarizal Beira], eles foram pra ilha aí em frente [Bacuri], depois que eles retornaram para beira.... Essa ilha em frente à vila, eles moravam lá na ilha e vinham trabalhar lá no mato [Paxibal/Umarizal Centro]. Deixava as crianças e a bagagem lá, no tempo dos índios.... Depois eles repensaram que estava errado o negócio e começaram a se localizar em Umarizal Beira e tocar o serviço lá. Porque, na verdade, não houve ataque real dos índios aqui em Umarizal, e sim em Joana Peres, Anilzinho... Paritá... Uns ficaram definitivamente morando aí [Umarizal Beira], mas outros ainda voltaram para morar lá em Paxibal [Umarizal Centro]”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

“Os mais velhos sempre cuntavam né, eles iam se escundé do bagulho lá pra ilha [Bacuri] e traziam a vida pra cá, já que o índio moravam ai no Joana Peres, bem ai pertinho, quando vai numa viagem chamada Pugência, eles iam pra Pugência em Joana Peres.... Espetaram um molequezinho e butaram em cima do fugo os índios, esses índios daí. Eles que faziam isso, eles atacaram em Joana Peres... a mãe com medo correu e se esqueceu do filho... aí ela se lembrou do filho e, quando ela vorto pra ir buscar, mataram ela, mataram o filho, deixaram o filho em cima do fugo lá, espetado parece quem espeta um peixe. Agora eles já estão mudados, estudado, mas de antes eles faziam isso. Agora já tem muito índio formado, a gente vê passando na televisão, tem muito índio que se forma que é professor, que é enfermeiro”.

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

Outro interessante relato destes conflitos é feito por Dona Alegria, em Gomes (2006):

“Ficou aquele negócio de caboclo [índio] que matava gente, roubava tudo que a gente tinha sem para. Aí as pessoas tudo o tempo vinha pra beira (Umarizal), aí tudo

veio praí. Acabou o caboclo e o governo os auxiliou. Depois alguns voltaram para lá. Era uma mata grande, eles vinham dormir aqui e passava o dia lá trabalhando. Em Joana Peres, paritá atacaram e mataram gente. A gente tinha medo (...) Depois que o caboclo começou a querer atacar, tinha ocasião que a gente ia pra ilha, só que tinha, vinha de noite e voltava de dia pra trabalhar. Depois disso, que ficou grande a povoação do Umarizal. As mulheres já não iam, ficava aqui mesmo trabalhando, ia só os homens. Naquela época a gente fazia demais trabalho, tirava timbui, maçaranduba, gapuiava, tirava Aeringa, concha. Quem mergulhava sempre era os homens, nós ia tirar, ia de barcada” (GOMES, 2006, 289. p).

Percebem-se, nas narrativas dos moradores mais velhos de Umarizal Beira, memórias e discursos coletivos carregados de medo e insegurança em função dos constantes e violentos ataques que os indígenas da etnia Assurini-Trocará e Gavião empreenderam na região do Baixo Tocantins a partir da década de 1930. Cabe ressaltar que não houve um confronto direto com as famílias de Paxibal, mas, houveram vários relatos de mortes provocadas por estes e outros indígenas em diversas comunidades negras da região.

Vale lembrar que toda esta região era primitivamente ocupada por diferentes etnias indígenas, antes da chegada dos negros. Aliás, o nome do município (Baião), onde situa-se Umarizal, vem de um antigo aldeamento indígena que, como os demais no Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do *diretório dos índios*, em 1758. Em “*O Tocantins e o Anapus*” (1864), Domingos Soares Ferreira Pena, Secretário da província descreve sua passagem pelo Baixo Tocantins que, naquela ocasião, já não possuía riqueza indígena que outrora povoava as margens do rio:

“A exceção dos Anambés do Tocantins, não encontrei nenhuma outra família indígena às margens do rio, no Baixo Tocantins. A nação guerreira dos Tupinambás desapareceu na luta tão desigual como sanguinosa entre eles e os conquistadores europeus; os que a morte pouparão nos combates vierão engrossar como escravos o cabedal do colono (...) Igual sorte e destino tiveram os Poquiguaras, os Amanajás, os Apinajés e outras tribos menos numerosas que existirão outrora por todo o vale. Elles se extinguirão pela guerra, pela escravidão, e pela expatriação ou transportação de uns para outros logares (...) A história da conquista do Pará não póde deixar de ser severa nesta parte para os colonos e para os colonizadores” (PENA, 1864, p.41)

Benedita Celeste Pinto (1999, p. 56) destaca ainda que “*os ataques indígenas tiveram maior intensidade em 1935 e 1938. A partir daí foram ficando menos violentos*”. Na década de 50, os ataques dos “cabocos” eram tristes lembranças, bem vivas na memória dos ex-habitantes de Paxibal. Os conflitos com os indígenas só vieram a cessar, de fato, na ocasião em um negro integrante do Quilombo do Mola (em Cametá/PA), que circulava pela região de Umarizal (apelidado de Volta Seca), casou com uma indígena da etnia Assurini, obtendo a confiança dos mesmos, como exprimiu moradora antiga, em conversa informal:

“A história do Volta Seca... Eles não conflitaram aqui no Umarizal porque o Volta seca que trazia eles... O Volta seca era um homem que apareceu aqui em Umarizal disseram que ele era aí de baixo do rumo de Cametá... apareceu aqui em Umarizal, ninguém sabe de onde ele veio (...) Aí ele ficou com os índios pra aí com esses índios brabo, nesse tempo eles tavam brabo. Um dia ele foi aí pra dentro, depois ele já chegou trazendo uns quantos aqui pra Umarizal, eles vinham em Umarizal com ele nas festas, que eles vinham por aqui, aí a gente já via ele... Ficou com uma índia pra lá e teve uma filha com essa índia (...) E aí até que acabou que os índios mataram ele pra lá... Isso que a gente soube.... Numa viagem nos saímos pra ir caçar lá pra pirabanha que a gente ia pelo rio, aí passava pela estrada que agora é pertinho pra ir. Nós ia pelo rio, a gente chegou lá, ele chegou também com os índio lá, três índios e a mulher dele, eles estavam caçando também... Eles já não faziam violência com a gente por causa dele né, já tava no meio já foi amansando conversado com eles e eu sei que desde esse tempo eles não ficaram mais atacando.... Pessoa iam trabalhar na castanha pra lá, nesse tempo que não tinha essa estrada, aí eles iam pelo rio entrava por Joana Peres... pra essas pontas de castanha agora que tem fazenda até agora dentro. Aí eles atacavam por lá... os índios, quando pessoa tava tirando castanha, levavam redes, tudo que eles tinham, varava lá na casa butava as vezes o pessoa que tava lá pra água e levava o que tinha”.

(Conversa informal com moradora antiga da comunidade, 80 anos, aposentada, junho/2021)

Após as mediações de Volta Seca, uma relação mais harmoniosa foi estabelecida entre os quilombolas de Umarizal e os indígenas, tanto que estes últimos passaram a frequentar a Vila de Umarizal Beira. Ainda assim, o medo de um confronto direto era tanto que, nas lembranças da infância da entrevistada, quando os indígenas que chegavam à vila com o Sr. Volta Seca desejavam algum objeto (vestimenta, alimentos, etc) dos quilombolas, estes os entregavam de pronto:

“A gente chamava Volta seca pra ele, mas o nome dele era Valdemar, era um negro que casou com uma índia lá. Sei que a quando ele chegou aqui, ele trouxe uma filhinha e que se ela encrespasse de querer uma rupa da gente, a gente tinha que dá, se ela queria galinha já corriam atrás até pegar e tudo ficava com medo né.... Tudo com medo deles! Tinha que dá, se eles simpatizassem de uma rupa da gente, a gente tinha que tira e dá pra eles, com medo né....Pra eles passarem a festa aqui, seu Eldorico que deu calça e camisa quando foi de manhã eles não entregou.... Eu sei que eu tinha muita galinha aqui, ele e a filha vieram aqui em casa, e ela queria que queria uma galinha que ela enxergou... aí o pessoa correram atrás pegaram e deram pra ela... É que a gente tinha medo sabe... que eles eram índios. Nessa viagem que ele veio aqui trouxe o Félix Raimundo já índio, trouxe a mulher e trouxe a filha, os índios eles eram desconfiados, quando eles estavam assim né... agora acho que eles já são mais estudados (...) A senhora sabe, ... depois disque que mataram ele, sabe por que? Porque depois ele estuprou parece uma índia lá dentro, aí mataram ele.... Ele foi cortado tudinho, aí que a gente soube que fizeram isso com ele, porque ele fez o mal a uma índia nova lá, e aí foram matando ele devagar, cortando ele pelas juntas até ele morrer. Foram os índios que mataram ele cortando assim os pedaços”

(Conversa informal com moradora antiga da comunidade, 80 anos, aposentada, junho/2021)

Sobre esse tema Benedita Celeste (1999) complementa:

“(...) os Assurini e os Gavião até hoje brigam com governo para recuperar suas terras e seus direitos, enquanto o antigo quilombo de Paxibal é apenas uma tapera cortada ao meio pela rodovia pela PA 156-Transcamaeté-Tucuruí, foi definitivamente abandonado na década de quarenta, quando seus habitantes foram forçados a se estabelecerem no Umarizal. Lá ainda, há grande quantidade de açazeiros, árvores frutíferas, ruínas de casas e as ‘mesuras de visagens,’ como dizem meus informantes” (CELESTE, 1999, p.57-58)

Os conflitos no território acirraram-se quando os índios reagiram à invasão ocasionada pela construção da antiga estrada de ferro do Tocantins, em 1835, que atravessou a terra dos Asurini e dos Parakanã. De acordo com Pinto (2010, p. 90), em 1928, após a morte de oito índios ocasionada por uma *“batida organizada pelo engenheiro Amyntas Lemos”*, os ataques indígenas resultaram em várias mortes e perdas materiais tanto à Paxiubal quanto às localidades vizinhas da região, a exemplo de Joana Peres e Paritá, entre outras. Em decorrência do fato, muitas famílias primitivas de Paxiubal, sentindo-se amedrontadas dos ataques violentos ocasionados pelos indígenas, refugiaram-se em terras que hoje compreendem o território de Umarizal. De todo modo, por se tratar de uma região ocupada primitivamente por etnias indígenas, os conflitos continuaram.

Vale ressaltar que, nem todos os discursos falavam da relação conflituosa entre indígenas e negros. Aparentemente, eles estavam se defendendo também de migrantes arrendatários de terra para a exploração de castanha do Pará que ocupavam esta região:

“(...) Ouvi algumas histórias, por exemplo, de quando os índios vinham para cá, eles sempre se deram bem com conhecidos, com meu avô e minha avó... O finado Votaseca, ele era mocajubense... Eles paravam aqui muito tempo. Eles faziam essa rota aqui, mas a parada deles era o Florestão, Paritá e o Joana Peres. Isso eles atacavam muito por causa do pessoal, que tinha o finado João Machado, que era dono dessa propriedade que era o Florestão, aí eles não gostavam do finado João machado porque, ele começou a atirar neles...

(...) Aí, quando eles estavam para aparecer, ele dava o sinal. Ele mandou fazer uma casa grande na beira do rio, toda furada nas paredes, aí quando os índios atacavam ele agarrava e ficava lá. Os trabalhadores atravessavam para ilha, tinha uma ilha lá de frente, e ficavam lá. Aí eles tinham que passar na frente da casa para flechar o pessoal que estava lá do outro lado...

(...) Eles tinham raiva e aí ficavam atirando nos índios. Ele ainda matou uns quantos índios, me falaram.... Aí eles pegaram raiva dele (João Machado) porque toda viagem que eles vinham, eles logo atacavam, depois eles domaram. (...) O Votaseca começou a domar eles, aí andavam nessa região aqui direto, vinha aqui para vila do Umarizal e tinham conhecimento com os antigos também né, aí ficavam por aí...

(...) Quando eles traziam o índio, eles chegavam se agradavam de uma roupa sua e queriam essa roupa. Tinha que dá a roupa, eles se agradavam tinha que dá.... Eles ficavam semanas por aí com eles. Mas também, depois que ele conheceu eles, eles não mexiam com o pessoal... os antigos ficavam por ali, semanas e semanas, começou a se entrosar com o pessoal, aí já não atacava eles...

Aí ele casou com a Perpetina, que era a mais velha da tribo. Aí ele se agradou dela, se entrosou com ela, aí os outros domava os outros índios”.

(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021)

Segundo Velho (1972), entre as décadas de 30 e 50, intenso movimento migratório predominantemente vindo do estado do Maranhão, foi estimulado por uma política fortemente restritiva do Estado, para a incorporação de populações nas áreas rurais e pelo atrativo de uma grande extensão de “terras livres”, terras devolutas, ricas em castanhais. Segundo o autor, estabeleceu-se um processo de deslocamento sazonal de ocupação para a coleta de castanha-do-pará na região do Baixo e Médio Tocantins, principalmente durante o inverno amazônico.

Na dissertação intitulada “*As Políticas Públicas Especiais de Acesso de Quilombolas às Universidades: O caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará*”, de Nilton Lopes de Farias (2021), o autor corrobora esta informação ao indagar porque os indígenas não atacavam os quilombolas de Umarizal Beira:

“(..). Daí vem a seguinte indagação: porque os povos Assurini e Gavião não atacavam aquele povo quilombola, nem as suas casas e nem o seu local de moradia, o Quilombo? Seria porque os indígenas atacavam seletivamente, reagindo somente contra seus agressores, aqueles comerciantes que arrendavam do Estado do Pará as florestas de castanhais, na região do Baixo-Tocantins? Arrendatários estes, vale dizer, que se diziam donos das terras que avançavam mata adentro sobre o território indígena até muito próximo da aldeia Assurini e Gavião. Esses arrendatários eram também chefes políticos regionais, conhecidos como bons atiradores de espingardas/cartucheira, matadores de “índios” e repressores de qualquer pessoa que fosse encontrado nas matas que julgavam ser de seu domínio. (...) Será que os povos Assurini e Gavião já tinham a consciência que os povos quilombolas não eram os seus inimigos em potencial na disputa do território, na relação e uso da terra e na tratativa do meio ambiente? Até porque, os quilombolas sempre defenderam o uso coletivo das terras.” (FARIAS, 2021, p.38)

As evidências observadas nos estudos da historiadora Pinto (1999), apontam que as informações sobre ataques indígenas na região chegavam ao Quilombo do Paxibal sempre através dos regatões e a mando de um ou mais arrendatários. Isto significa que os arrendatários também se colocavam como a intermediação com os indígenas, já que eram eles que avisavam no Paxibal que “os índios apavorantes” estavam por perto, eram eles também que construíam as narrativas a seu favor, sobre os “ataques de índios” nos povoados vizinhos. Tais narrativas eram, assim, divulgadas no Quilombo de Paxibal, sem o devido contraditório dos indígenas, ou seja, acabaram se incorporando ao imaginário popular, tornando-se prevaletentes.

É certo que a ameaça de conflito com os Assurini-Trocará e Gavião, que haviam chegado até a comunidade vizinha à Paxibal, Joana Peres, foi o motivo mais referido nas lembranças dos mais velhos. Todavia, outra razão foi mencionada no discurso de duas moradoras para a migração dos antigos quilombolas de Paxibal até a Beira do Tocantins, local

chamado depois de Umarizal Beira - em função dos recursos estarem se exaurindo na região de Paxibal e serem mais abundantes, na beira do rio:

“(...) É porque antigamente muitas pessoas moravam no Umarizal Centro, foi lá que tudo iniciou, até fiz meu TCC aplicando nessa realidade cultural. Conversei com várias pessoas que moravam antes ali no ‘Paxibal’ na beira na estrada, onde é a Transcametá. É lá o Umarizal Centro (...) Eles moraram lá, mas naquele período os índios revoltados sempre invadiam a terra, até violentavam as pessoas. Com medo de tudo isso, os primeiros habitantes se mudaram pra cá, para Beira do Rio. Por isso, existe Umarizal Beira e Umarizal Centro, toda essa diferença! Foi a partir disso que se formou a comunidade. Esse contexto de mudança do povoado para beira do rio esteve aliado à questão da subsistência também, foi o que contribui de fato para formação da vila de Umarizal Beira. Há relatos de que no Umarizal centro os recursos já estavam ficando escassos e mais próximo do rio, naquele tempo era bom, ainda tinha o recurso da pesca”

(Entrevistado 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

“Esse paxibal [Umarizal Centro] era um centro que tinha muito Marí, muita fruta, bacuri, piquiá... Nessa época tinha um senhor que morava na beira do rio ele morava também no centro ele falava:

- Eu sou do Marizar! (não tinha zal, era marizar).

Esse homem veio corrido do centro paxibal– morava onde tinha muito marí, mas resolveu fazer uma casa na beira do rio por causa da pescaria.

O filho desse homem falou:

- Papai, não sai daqui que tem muita fruta tem marí, tem bacuri, tem piquiá, tem tudo aqui... para nós ir pra lá para a beira do rio só por causa da pescaria....

O pescador disse:

- Meu filho, o necessário é pescar o peixe! (que naquele tempo tinha fartura, aí eles mudaram para beira do rio). Quando ele mudou, fez a casinha dele colocou o nome de Umarizal! E de lá ficou como Umarizal.”

(Entrevistada 1, 72 anos, benzendeira, junho/2021)

A Amazônia é um mundo de águas: furos, paranás, igarapés e rios que afluem por todo canto. No entanto, são os rios que condicionam o cotidiano dos moradores. São eles que organizam a saída e a volta para casa, os horários de reuniões, os encontros, as celebrações, a coleta de frutos, o plantio na vazante, a pesca e o lazer. Para este autor, ainda, a floresta seria um mundo de águas e gente de conhecimentos milenares, pessoas doutoradas na ciência da seleção da madeira mais adequada para compor a canoa e o remo, que conhecem as tramas do rio e que quando a lua alumia o rio é o melhor momento para a pesca (ALMEIDA, 2022).

Dentre os moradores que mais utilizam este rio, destaca-se o ribeirinho. Para Nahum (2011), o gênero de vida ribeirinho é um modo de vida rural, posto que o rio/várzea/terra firme é núcleo estruturante das comunidades, principal meio de produção e força. Porto Gonçalves (2001) adverte que os rios representaram o vetor de povoamento da região até meados dos anos de 1950, lógica mobilizada a partir da equação: rio-várzea/floresta. Nestes termos, consolidam-se como a principal via de circulação de mercadorias, informações e pessoas, que ele denominou: uma “Civilização da várzea”.

A partir da história contada pela entrevistada 1, percebe-se a enorme relevância do rio na vida cotidiana dos moradores da vila de Umarizal Beira que são, simultaneamente, quilombolas e ribeirinhos. Considerando que os recursos naturais extraídos do rio são fundamentais para a existência dos ribeirinhos na Amazônia, bem como para a reprodução social de seu modo de vida, os moradores de Umarizal Centro resolveram, então, se deslocar mais para a beira do rio Tocantins.

Nilton Lopes de Farias (2021) sugere que a beira do rio oferecia ainda uma posição geográfica estratégica para as trocas comerciais com outros centros:

“Ao mesmo tempo, a situação geográfica de Umarizal na beira do rio Tocantins, a principal via de transporte, permitiu maior comunicação e troca comercial entre esta e as outras comunidades vizinhas e dessas com centros urbanos mais dinâmicos como Baião, Mocajuba e Cametá, ainda mais que ficou próximo uma família portuguesa (Raimundo Miranda) dono de uma casa grande chamada “fortaleza,” onde já existia um taberneiro (Aquele que possui uma mercearia que vende mercadoria de primeira necessidade, fracionadas em pequenas porções para as famílias, geralmente trocadas por farinha de mandioca, sementes de castanha do Pará e outros produtos trazidos da produção familiar local) que facilitou uma intensa relação mercantil de troca entre este e os quilombolas imigrantes de Paxibal para Umarizal” (FARIAS, 2021, p.31).

Com relação à origem do nome Umarizal Beira, todos os moradores entrevistados referiram que faz juz à grande quantidade de “pé de Marizeiro” - planta nativa da várzea da região (*Geoffroea Spinosa Jacq.*; família *Fabaceae*) e, portanto, inicialmente a comunidade era referida com o nome de “Marizal”, pelos antigos quilombolas (Figura 18). Porém, oficialmente, quando registrada no cartório, este fez a sua mudança para Umarizal:

“Tem relação com a fruta que tinha em Umarizal - Umarizal Centro tinha muito marí, aí foi criado o nome da comunidade por causa da árvore que tinha. É uma árvore, com uma fruta assim amarela, ... igual uxí do tamanho do uxí, só que ela é amarela e a casca dela e bem fininha. A casca do oxi é mais grossa e meio vermelha, mas a gente dicasca ela pra poder tirar a massa pra comer essa massa”
(Entrevistado 2, 74 anos, aposentado, junho/2021)

“(...)Mari.... por que existia realmente essa árvore chamada de Marizeiro que deu o nome à vila, então muitos dizem que a partir daí que surgiu o nome Marizal porque não era Umarizal..... Umarizal já foram os tabeliões que colocaram, era Marizár.
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Figura 18 – Fruto do “Mari”.



Fonte: Corrêa, 2021.

As narrativas orais dos moradores de Umarizal Beira revelaram amplo conhecimento em torno da trajetória de origem e formação da mesma, portanto, ressaltando a importância da transmissão dos saberes entre as diferentes gerações para a valorização e manutenção de sua herança cultural. Os descendentes dos remanescentes na atualidade, conhecem sua história através de avós e pais, que por sua vez também ouviram recortes do passado de familiares ou de conhecidos de “velhos pretos”.

5.1.2 Terra, trabalho e família no início da constituição da comunidade de Umarizal Beira

A dinâmica social quilombola geralmente era marcada pela unidade entre terra, trabalho e família. O fazer, o criar, o cultivar e o extrair constituíam parte de uma relação que é, ao mesmo tempo de pertencimento, de reafirmação de identidades, de memórias e territorialidades. Relação marcada pela permanência de regras de um sistema de parentesco e de organização social, pela solidariedade, por visões de mundo comuns, pelo uso do rio e da terra por gerações (SOUZA, 2018). Em Umarizal, essas terras onde plantavam, moravam, festejavam, trabalhavam, caçavam, coletavam era o lugar onde estão seus laços afetivos, onde a sua história e a de seus familiares foram construídas. Essas terras têm sentidos e significados que garantem o sentimento de pertença e a identidade do grupo.

Ao estudar um território quilombola, objeto de análise desta pesquisa, compreende-se que estão em foco diversas dimensões do território usado. Compartilhamos o entendimento de Milton Santos: “(...) *o território usado é sinônimo de espaço geográfico*” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Portanto, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. Ou seja:

“O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é sentimento de pertencer de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999).

A territorialidade quilombola de um grupo ou comunidade demanda um olhar sobre a terra, à luz de uma concepção de território e dos usos dos recursos por parte das famílias envolvidas. Ela é *“o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial”* (SAQUET, 2004).

Por todo o exposto, o território torna-se um valor, um espaço de relações vividas, fruto da memória, da experiência pessoal e compartilhada, da solidariedade nas relações entre si. Nesse sentido, alguns aspectos do cotidiano da vida dos Umarizalenses até a década de 1970 foram descritos a partir das narrativas dos seus moradores. Resumidamente, observou-se que a comunidade desenvolveu práticas que expressam a unidade entre terra, trabalho e família, marcada pela pequena propriedade, pelo uso sobre a posse, pela renda proveniente predominantemente do trabalho na terra e, eventualmente, pela extração de recursos da floresta e das águas amazônicas; práticas que demonstram as formas como o território vêm sendo usado ao longo dos anos.

No processo de construção da territorialidade quilombola de Umarizal a ocupação da terra não era feita através de lotes individuais, as famílias tratavam a terra coletivamente. Porém, havia uma divisão do terreno em roças para colheita. Estas roças ficavam localizadas no antigo Paxibal (agora chamado de Umarizal Centro), distante 5 km da sede da Vila de Umarizal Beira. Os moradores descreveram que faziam o percurso diariamente até o Centro para trabalhar a terra nos seus roçados. Dentro da vila, portanto, permaneciam apenas as casas dos moradores e algumas poucas edificações, como um arraial, casa de farinha e barracão de festas:

“(...) as casas cubertas de palha de ubim e piso de chão batido, parede de barro, tinha casas de farinha, barraca de festa e um arraiár... Ihhh naquela época as redes de dormir era feita de casca da tatajuba, do corotá de inajazeiro ou de palha do olho do miritizeiro... A água era armazenada em pote de barro...a energia era a luz da porunga ou lamparina, que nós fazia de latas de leite ou vidro, onde colocava querosene e um pedaço de fio...Tinha por base umas 30 a 40 famílias aí nesse lugar (...).”

(Entrevistada 4, 89 anos, ex-parteira. junho/2021)

Essas poucas famílias tinham, como principal atividade econômica, a agricultura familiar e, eventualmente, a pesca:

“Ah, minha filha, a pesca, né? E a plantação. Hoje também é assim, mas tem menos peixe... A gente planta o que precisa e principalmente mandioca pra fazê farinha (...).”

(Entrevistada 4, 89 anos, ex-parteira. junho/2021)

“Olha (...) era a agricultura que a gente mexia, vai movimentando, fazendo os plantios, trabalhando na roça, tirando legumes, vendendo os legumes, as principais plantações era mandioca, milho, arroz. Os velhos sempre viviam fazendo a agricultura, era mandioca, farinha e arroz, sempre eles plantavam para sobreviver desses produtos que eles tiravam das roças.”

(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

Como observado a partir das narrativas dos moradores mais velhos, as principais culturas produzidas eram: maniva (para colher a mandioca), arroz e milho. Segundo Benedita Celeste (1999) nesta região desde os antigos habitantes do Paxibal até os moradores da Vila de Umarizal a cultura da mandioca, do milho e do arroz, sempre se fez presente como atividade primordial, com as quais os quilombolas garantiam a sobrevivência.

Um dos elementos que imprime a territorialidade quilombola em Umarizal é sua relação diária com a terra, materializada no trabalho de roça, a partir das relações de indivíduos do mesmo grupo. O trabalho de roça é organizado a partir da dinâmica família – terra – família. Essa dinâmica está para além da produção agrícola, pois, tecem laços de solidariedade entre as famílias no território. Para Almeida (1989, p. 163), *“são normas instituídas além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos de famílias que compõe uma unidade familiar”*.

Essa solidariedade pode ser observada ainda, no próprio ato de plantação e colheita, que era feita em conjunto pelos membros do núcleo familiar e, às vezes, demais quilombolas da comunidade, dependendo da necessidade, costume chamado de *convidado*. Portanto, o grupo mobilizava as forças sociais através de práticas de solidariedade e reciprocidade, mas contemplava as necessidades de cada unidade sugerindo que a distribuição da produção era regulada por princípios que não estavam relacionados à troca capitalista. Segundo Corrêa

(2021), organizavam-se em mutirão para trabalhar na plantação e, esta, constituía das seguintes etapas:

“A primeira etapa, era direcionado à derrubada das árvores do local, este serviço era realizado tanto por homens quanto por mulheres. Posteriormente, esperava-se com que essa roçagem viesse a secar e no momento propício queimava-se o roçado e depois vinha o processo de encoivarar (juntar em feixes, os restos que sobraram da primeira queimada e torná-los a queimar). Feito isso, a terra estava quase pronta para receber as manivas (origem da palavra maniva). Do tupi maníya. Rama da mandioca ou parte da rama destinada ao plantio), só a partir de então, convidava-se uma família ou mais, dependendo do tamanho da roça, para ajudar no plantio. Todo esse processo mencionado, era feito no final do verão, pois, esperava-se o início das primeiras chuvas para poder plantar” (CORRÊA, 2021, p.16).

As famílias quilombolas seguiam um calendário agrícola, que utiliza práticas tradicionais de manuseio: derrubada, queima da vegetação, limpeza e utilização da terra para plantio da roça. O tamanho do roçado dependia do número de membros da família que poderiam trabalhar nele e da necessidade familiar. O trabalho de roça era demorado e dependia da área a ser preparada e plantada, da quantidade de mão-de-obra disponível e da natureza. Os meses de maio a julho serviam para fazer a derrubada da capoeira, a broca, a queima e a limpeza da terra. O plantio era realizado normalmente nos meses de novembro, dezembro e janeiro - plantava-se principalmente o milho, a rama da maniva e o arroz. Nos meses de janeiro e abril era feita a colheita do milho, do arroz e da castanha. Nos meses de agosto a outubro era feita a colheita de maçaranduba, timbuí e do látex da seringueira. A colheita da maniva pode ser feita durante todo o ano, a mesma pode demorar de oito a treze meses, isto depende sempre do tipo de mandioca plantada e da necessidade de produção familiar. Normalmente se plantava duas ou três vezes na mesma roça depois deste período é necessário o repouso da terra de pelo menos dois anos.

Sobre o processo da roça de mandioca, Farias (2021) descreve:

“No plantio de mandioca (maniva), as covas minúsculas são feitas com enxadas que minimamente permitem o enterro de parte da haste (estaca) de 20 cm da maniva. O trabalho é executado em mutirão misto, no qual a divisão de trabalho é feita da seguinte maneira: os homens preparam as covas e as mulheres, em seguida, fazem o enterro das hastes. Os lavradores de idade mais avançada, mais experientes, assumem a tarefa de cortar o caule da maniva em estacas de 20 a 25 cm de tamanho, facilitando a propagação por estaquia. Estão muito presentes nesses mutirões a bebida alcoólica e a cantoria como estímulo do trabalho. O arroz e o milho são culturas intercalares na roça de mandioca e são plantados geralmente pelo próprio produtor com instrumento rústico construído por eles mesmo, que chamam de máquina de plantar arroz e milho” (FARIAS, 2021, p.57).

Da roça de mandioca era comumente feita a farinha e seus derivados: tucupi, tapioca e beju. A produção destes são práticas ancestrais em Umarizal e representam um componente

identitário muito forte. Segundo alguns relatos, a produção era predominantemente artesanal: após a retirada da raiz, a mandioca ficava de molho para um processo de amolecimento em um poço, olho d'água, igarapé ou em grandes vasilhames por um período de dois ou três dias, no máximo quatro. Em seguida, a mandioca era retirada, descascada e colocada no tipiti para escorrer o líquido que dava origem ao tucupi e a goma da tapioca. Após a retirada da mandioca do tipiti, a mesma era coada em uma peneira de tamanho grande e colocada em um forno de zinco aquecido. Como o auxílio de uma pá de madeira, movimentava-se a farinha até torrar (conhecido como a prática de mexer a farinha) e assim dá origem a farinha d'água. A maior parte dessa produção era consumida pela própria comunidade, às vezes o excedente era trocado por outros produtos que não existiam na comunidade.

Esta forma de produção de farinha ainda é a mais tradicional na Amazônia paraense, mas, atualmente, algumas de suas etapas foram mecanizadas - utilizam equipamentos como motores (para triturar a mandioca e reduzir o tempo que a mesma leva na água) e forno elétrico (este substituí o forno a lenha), dentre outros. Há famílias que produzem também farinha de tapioca a partir da goma/amido extraído da mandioca; também produzem polvilhos e outros derivados, mas isso, geralmente, é em outras regiões do país.

Lopes (2017), na dissertação “*O Território quilombola de Araquembaua, Baião-Pa*”, reforça que a produção da farinha para consumo na comunidade quilombola de Araquembaua é uma das atividades mais importantes. Esta farinha é produzida dentro de uma unidade chamada “casa de farinha”. Segundo a autora a casa de farinha testemunha a existência e a resistência dessa comunidade, ao longo do tempo e é um símbolo imemorial do lugar. Em Umarizal existiam algumas casas de farinha nos discursos dos entrevistados (Figura 19).

A casa de farinha não integra somente a configuração espacial do território de Umarizal, ela é um objeto comum à realidade amazônica. Ela é também chamada de “casa do forno” ou “retiro” e é um dos elementos mais importantes no processo produtivo da mandioca.

Figura 19 – Algumas “casas de farinha” em Umarizal.



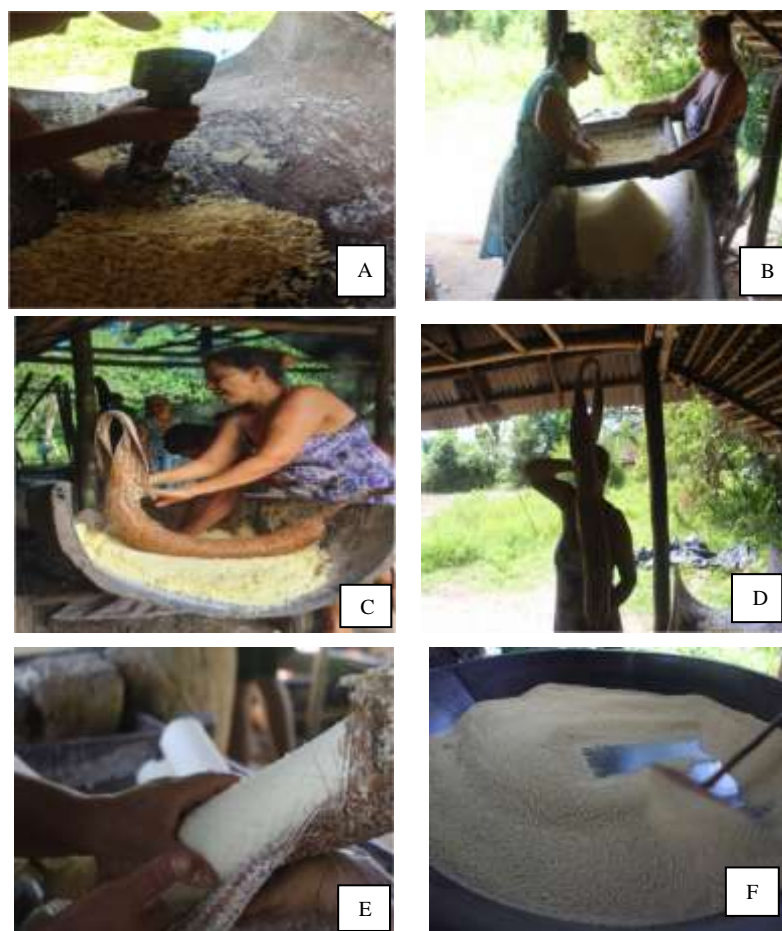
Fonte: Próprio autor, 2021.

Segundo Picanço (2018) em *“Na roça, na mesa, na vida: Uma viagem pelas trajetórias da mandioca, no e além do nordeste paraense”* a casa de farinha permite que a mandioca se configure em um conjunto de bens alimentícios, como: farinhas (farinha d’água, farinha lavada, farinha seca, farinha de tapioca, etc.), goma, tucupi, beijus (uma espécie de bolo, consumido durante a Semana Santa), dentre outras comidas – que atravessam os mercados e as mesas dos habitantes do estado Pará, ainda na atualidade. Especialmente, esta localizava-se próximo à roça, ou nos quintais de algumas casas, em Umarizal. Nesses territórios do comer e do viver das comunidades tradicionais amazônicas, essas comidas e a própria mandioca conferem considerável importância sociocultural, histórica e econômica.

A arquitetura dessas casas é de domínio dos próprios quilombolas, os quais se constituem em guardiões de um saber fazer que é milenar, herdado dos seus ancestrais. As casas seguem as seguintes características: possuem aproximadamente cinco a seis metros quadrados, sem paredes e de chão batido, com o teto coberto por palhas, que são amarradas com cipós em caibros finos amarrados em caibros mais grossos e resistentes. As bases que sustentam a cobertura da casa são esteios feitos, com regularidade, da palmeira do tucumã. Eles têm uma vida útil de aproximadamente 20 anos. Conforme os materiais se decompõem, vão sendo substituídos por outros novos.

Segundo Velthem (2007), outros elementos habitam na casa do forno, são eles: a gamela grande, a gamela pequena, a mão de pilão, a peneira, a prensa, as vassouras, os tipitis, os rodos, o forno e, em alguns casos, o ralo e/ou o catitu, sobre os quais "[...] há [...] nítida percepção de que trabalham" (VELTHEM, 2007, p. 622), conforme se pode observar nas imagens que seguem (Figura 20). A casa de farinha, portanto, materializa-se em um espaço indispensável para a produção de todos os subprodutos da mandioca em várias comunidades rurais do estado do Pará e, concomitantemente, funciona como um espaço de trocas de experiências, onde o saber fazer as comidas oriundas da mandioca é ensinado, aprendido e perpetuado de geração em geração. Desta feita, vai-se forjando o sentimento de pertencimento às territorialidades do comer amazônico.

Figura 20 – Processo de produção da farinha d'água e instrumentos usados: pilão (A), peneira (B), tipiti (C, D, E) e o forno torrando a farinha (F).



Fonte: Adaptado de Picanço, 2018.

O consumo de beijus, tapioca e da farinha de mandioca propriamente dita, tanto *in natura* quanto como acompanhamento nas refeições; até mesmo misturada ao açaí, aponta para o grau de relevância que a produção agrícola possuía, tendo como base principal o cultivo da mandioca, na vida social, cultural e econômica da comunidade de Umarizal.

Eventualmente, algumas plantações eram feitas nos quintais de poucas casas. No terreiro de trás das casas, os moradores ainda criavam galinhas, patos e porcos para consumo doméstico (chamados de xerimbabos). Nesses mesmos espaços, era comum encontrar um grande número de pequenas plantas (alfavaca, chicória, hortelãzinho, erva-cidreira, couve, dentre outras), como ainda se observa na atualidade (Figura 21).

Figura 21 – Criação de animais/xerimbabos (A), plantação de hortaliças (B), plantas medicinais (C) e plantas ornamentais (D) no quintal das casas em Umarizal Beira, Baião, Pará.



Fonte: cedido por Neto Farias, em 2022.

Outra atividade mencionada pelos moradores foi o *extrativismo vegetal*. Portanto, a base de sustentação econômica das famílias era a produção agroextrativista. A maioria delas vivia da dinâmica da produção de produtos agrícolas e da coleta de produtos da floresta, através do uso sustentado dos mesmos. Os principais recursos extraídos da floresta eram: cipó, madeira, látex da seringueira/maçaranduba e, principalmente a castanha-do-pará:

“Antigamente pessoal trabalhava muito essa parte do extrativismo né, tirava o cipó, maçaranduba, cortava seringa, tirava aquela concha do fundo ne!? Tudo isso aí que era fonte de renda deles, também a caça e a pesca.”

(Entrevistado 7, 52anos, liderança cultural, julho/2021)

“Olha (...) era mais a...coisa da castanha, colhiam muita castanha, meu pai de criação tinha um castanhal grande aqui, atingia da Transcametá beirando o rio do Paritá, e aí essa era a maior atividade, e o plantio de maniva, mandioca.”

(Entrevistado 3, 84 anos, aposentado, junho/2021)

Laraia e Da Matta (1978), em seu livro *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os Índios no Médio Tocantins* reforçam que na região do Médio e Baixo Tocantins, de 1920 ao final da década de 1960, a atividade extrativista da castanha-do-pará era predominante. As primeiras tentativas de colonização e exploração do médio e baixo Tocantins se deram a partir do século XVII. No final deste século, a descoberta do cravo, castanha e canela no Tocantins, por Gonçalo Pires, incentivou expedições, inicialmente, pelos bandeirantes sob o comando de Raposo Tavares.

A *Bertholletia excelsa*, conhecida popularmente como castanheira-do-Pará, na atualidade é considerada o principal produto extrativista em Umarizal Beira. Ela é uma árvore da família *Lecythidaceae*, típica de terra firme, cuja distribuição geográfica abrange a região Amazônica. É considerada uma das espécies nativas mais altas dessa região, variando entre 30m e 50m de altura e de 1m a 2m de diâmetro, podendo viver centenas de anos. (PATERNOSTRO, 1945; SERRANO, 2005). A castanheira produz frutos conhecidos comercialmente como castanha-do-pará, de alto valor proteico e calórico, e com grande aceitação no mercado. Sua frutificação ocorre principalmente no período de janeiro a maio, ou dezembro a abril.

O médico sanitário Júlio Paternostro ao escrever *“Viagem ao Tocantins”* (1945) afirma que a castanha foi identificada pelos jesuítas Gonçalo Pires e Manoel Brandão, da missão de Cametá, em 1669, e descreve a abundância da castanheira na região do Baixo Tocantins, bem como a dificultosa vida do castanheiro. Os moradores de Umarizal não coletavam a mesma com objetivo primeiramente comercial, mas, comercializavam o excedente. Imagina-se, ainda, que tinham dificuldades semelhantes aos castanheiros para sua colheita:

*“Os castanhais espalham-se nas margens do Tocantins de Baião a São João do Araguaia. Adensam-se ora mais numa das margens do que noutra e, atualmente, é raro ver-se uma árvore na beira do rio; estão tôdas distantes. A castanha (*Bertholletia excelsa*), apesar de seu proclamado valor nutritivo, continua silvestre como foi descoberta em 1669 pelos jesuítas Gonçalo Pires e Manoel Brandão, da missão de Cametá. Não a cultivam; dissemina-se naturalmente segundo o processo de proliferação da flórua zoocórea. A castanha propaga-se nos igapós do Tocantins pela cotia, paca, arara. O caetetu, a anta, os macacos cuxiu e prego, a cigana (*Hopistochomus hoazin*) também a disseminam. Apenas uma quarta parte dos*

castanhais do Tocantins é propriedade privada; o sistema adotado é o do arrendamento pelo Estado e municípios a um grupo de indivíduos. A estes não interessa o progresso da região da qual se servem com fim exclusivo de obter lucros. Os proprietários e arrendatários dos castanhais alugam os sertanejos para apanharem as castanhas. Em todo o vale do Tocantins usa-se o verbo alugar em vez de empregar. Exprime com nitidez a situação em que se encontram os sertanejos, da classe dos párias de nossa civilização. Há mais de cem anos que trabalham numa pátria onde não se lhes reconhecem os direitos; invalidam-se, morrem no serviço, sem a menor assistência. Constituem um exército de doentes sociais. Geralmente, os castanhais rodeiam as cabeceiras dos igarapés. O apanhador de castanhas atravessa riachos a pé, ou, de canoa, quando mais profundos. Acompanha picadas, penetra nas matas quase desprotegido, descalço, busto descoberto, chapéu de carnaúba e calça curta. Muitas vêzes seguem-no a mulher e os filhos, que o auxiliam na faina. Espera o amanhecer porque, se entrar na mata de madrugada, arrisca-se a morrer por fratura do crânio decorrente do choque dos ouriços que caem de 20 a 30 metros de altura. Os frutos devem ser colhidos em completa madureza, caso contrário se deterioram. Caem dos galhos de dezembro a fevereiro. O trabalho consiste em catar os ouriços, dos vários pés e juntá-los em montes. Quebram-nos., quer com um pedaço de pau, quer com um facão a que chamam "colin", e, soltas ás castanhas, geralmente 12 em cada ouriço, recolhem-nas a um cêsto chamado "panero" ou "joão maxim", cuja capacidade é de cem litros, pesando quando cheios aproximadamente 60 kg. O "panero" é construído de talas de jupati ou de arumã armadas com cipó imbé; o apanhador leva-o às costas, seguro por duas alças de embira que lhe rodeiam a fronte e o tórax; do castanheiro êle o conduz até as "bordas do castanhal" denominadas "pontas". A postura forçada em marchas longas, durante alguns anos de trabalho, arqueia a coluna vertebral de muitos dêles. Observei alguns homens e rapazes com essa cifose profissional. Das "pontas", as castanhas são transportadas em "cascos" ou "montarias" (barcos) para a beira do Tocantins. Aí secam em "paióis" até que os "motores" as venham buscar levando-as primeiro a Marabá ou diretamente a Belém; então, os cargueiros do Atlântico as conduzem aos portos da Europa, Estados Unidos e, em menor quantidade, aos do Brasil Meridional. Das 24.321 toneladas. Em 1864 colheram-se nas margens do Tocantins 69.613 alqueiros (quase 10.000 Hl) que se venderam por W8 :452\$000." (PATERNOSTRO, 1945, p.83-84).

Entre os meses de agosto a novembro, grande parte da comunidade migrava para a Ilha do Bacuri com a finalidade de extrair o látex da seringueira e maçaranduba, e retornavam em novembro por causa da realização da principal festa religiosa da comunidade, o Círio da Santíssima Trindade dos Inocentes. Os moradores de Umarizal recordam a extensa exploração de castanha e seringais na região da própria vila e comunidades vizinhas, como Anilzinho:

“Então eles faziam o roçado, queimavam, encoivarava e plantavam, depois da planta o pessoal subiam pra onde? Para cá pro Anilzinho.... eles falavam este rancho ir para o Centro para tirar Maçaranduba né, o leite da maçaranduba, cipó, juntar castanha e caçar jabuti que era pra comer no período da semana santa, da Páscoa (...)”

(Entrevistado 7, 52anos, liderança cultural, julho/2021)

Corroborando com estas informações, Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo (2014), na dissertação intitulada “*A comida que vem da mata - aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil)*” faz referência à ampla extração de castanha, maçaramduba e látex da seringueira na Resex Ipaú-Anilzinho, vizinha à Umarizal Beira:

“(...) No passado contado por seus ancestrais, surgem evidências de que, a partir da década de 1920, a exploração da pesca e do extrativismo vegetal gerou um impulso econômico jamais visto na localidade, que durante certo tempo figurou como o maior centro comercial do município de Baião. Como diz seu Jang, “Joana Peres era o principal porto de embarque e desembarque que tinha na região, porque nós éramos o maior produtor de castanha, de peixe, de borracha, de maçaranduba. Os grandes comércios eram aqui nessa localidade”. Entretanto, esse ciclo produtivo foi sendo lentamente interrompido pelos ataques de índios, principalmente dos Assurinís, que se intensificaram na região, entre 1940 e 1970, ocasionando várias mortes e danos materiais às famílias, inclusive em localidades vizinhas, como Paxibal e Paritá (...).” (FIGUEIREDO, 2014, p39).

A coleta de castanha e a extração do látex da seringueira dentro da vila de Umarizal, tornou-se possível em função da mesma situar-se entre duas florestas ricas em árvores de castanheiras e seringueiras, denominadas pelos seus moradores de ‘floresta do Castanhalzinho’ e a do ‘Castanhal de baixo’. O Castanhal de baixo (área de uso comunitário para extração destes recursos florestais), possuía árvores de castanheiras mais dispersas e árvores de seringueira mais densa. Por sua vez, a floresta do Castanhalzinho (mais densa de castanheiras e escassa de árvores de seringueiras), apenas 70% do que era extraído pelos quilombolas era de seu direito de uso, os 30% restantes deveriam ser repassados para o comerciante arrendatário da área do Estado. Segundo Farias (2021), essa situação perdurou até o ano de 1980, quando uma grande enchente do Rio Tocantins invadiu a Vila de Umarizal Beira, inundando casa, forçando seus moradores a se deslocarem terreno mais acima (sobre a floresta de Castanhalzinho), restando apenas uma reserva legal desta floresta.

Sobre os seringueiros na região do Baixo Tocantins, Paternostro (1945), descreve:

“Outro meio de vida no Baixo-Tocantins é o do seringueiro. Chamam-lhe "canela fina", por causa do "corre". A meia-noite, com uma lamparina de óleo de mamona ou às 4 horas da madrugada, mal divisando as coisas na antemãhã, êle sai da palhoça para engastar na árvore a vasilha de flandres ou de barro. Tem de furar 100 a 150 seringueiras para obter 4 kg de borracha. As 10 horas os canecos dependurados já estão cheios. É a hora do "corre" por cima das lianas, das fôlhas e das poças para recolher o látex, que deve chegar ainda líquido ao tacho. Quando seca no vasilhame, antes de ir ao fogo, perde certas propriedades e se transforma no "sernambi", que é borracha de tipo inferior. Sernambi significa também ostra vulgar. A "canela fina" ou adelgaçamento dos músculos da pantorrilha é o resultado dêsse trabalho; na correria matinal, o seringueiro pisa nas pontas dos pés, esticando os músculos como a gazela. Aliás, é generalizada na região a marcha nas pontas dos pés; os homens andam ligeiros e surgem inopinadamente sem fazer barulho. Trazem para a vida social, além do hábito profissional, a herança da ascendência indígena no tipo da marcha. Quando a Heuea se engrossa na parte baixa do tronco, devido às perfurações anteriores, o seringueiro usa o "mutá", escada feita de embira, por onde êle sobe para lancetar a parte mais alta. A expressão "mutá" evoluiu com o trabalho humano: antigamente, o índio a usava com o fim de denominar o palanque construído em cima de uma árvore para esperar a caça. As vêzes, usam o "arrocho" isto é, escavam o solo, à procura das raízes para extrair o látex. Assim, mutilam as árvores em tôda a sua extensão, provocando-lhes a morte. Continua a destruição da Heuea brasiliensis, cujo ciclo econômico foi até agora calamitoso para a Amazônia.

No rio Tocantins, em 1935, compravam a borracha ao seringueiro por \$800 e o sernambi por '500 o quilo. O fruto da árvore, fervido e triturado, produz óleo, que substitui a linhaça. Vi algumas casas pintadas com este óleo” (PATERNOSTRO, 1945, p.85).

De maneira geral, para as comunidades negras, o extrativismo desenvolveu papel importante no processo de fixação e escolha dos seus territórios (ALMEIDA, 2002). Na Amazônia, segundo alguns autores, a coleta de produtos da floresta por comunidades negras desempenhou importante papel no comércio regional, fornecendo produtos como café, tabaco, castanha, salsaparrilha e cacau nativo (MARIN; CASTRO, 1998).

O pouco dinheiro que se recebiam pela venda da borracha e da castanha-do-pará, então, era trocado na sede do município, baião, por roupas, comidas e medicamento.

As comunidades quilombolas no contexto desta pesquisa se desenvolvem através da unidade de produção familiar como estratégia de resistência e todos os membros da família tem serviços a realizar, seja na casa (vila), no centro (lugar da roça, onde se realiza plantio, capina e colheita) ou no retiro (lugar da produção da farinha). Assim, concordo com a afirmação de Moura (1981, p. 54), *“que o trabalho familiar caracteriza o vínculo do camponês com a terra, seja esta nuclear ou extensa, onde a família se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando a reprodução física e social do grupo”*.

Outro aspecto da produção baseada no trabalho familiar, então, é a divisão sexual do trabalho. Nahum (2011) discorre que o trabalho coletivo - característico das populações tradicionais da Amazônia - organiza-se em torno de uma divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho. Com relação às divisões de funções entre homens e mulheres em Umarizal, os moradores esclarecem:

“Na época do Paxibal, a mulherada preparava a alimentação dos que viviam no quilombo, cuidavam das roças de mandioca, dos filhos e fabricavam os utensílios usados no dia-a-dia”

(Entrevistada 4, 89 anos, ex-parteira, junho/2021)

“A gente relatou lá com José Lopes - ele era vigia dá escola - e a gente sentava para ver essa questão assim... nós queríamos discutir a questão da farinha né, porque a mulherada de Umarizal fazia mais farinha do que o homem dentro do Umarizal? Nós fomos observar que, durante o período de fazer a roça, só os homens que iam. Eu lembro que tinha um pessoal do Bailique, tipo uma bandinha que soprava a nossa ida na chegada... Eles dava os sinais de que a companhia ia sair que a companhia vinha chegando... Então eles faziam o roçado, queimavam, encoivarava e plantavam, depois da planta o pessoal subiam pra onde? Para cá pro Anilzinho.... tirar Maçaranduba né, o leite da maçaranduba, cipó, juntar castanha e caçar jabuti que era pra comer no período da semana santa, da Páscoa (...) Chegava aí, quem ficava aqui? A mulherada ficava fazendo farinha, beju, cuidando da galinha pra justamente nesse período da páscoa pra comer. Isso aí eram os pratos principais da comunidade. Até hoje o pessoal, na semana santa, quem não tiver um jabuti ou tracajá! ... Que é a tradição ficou foi passando de geração em geração...”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Assim, os homens ficavam responsáveis pela caça, extração de recursos da floresta e a pesca. As mulheres, geralmente ficavam incumbidas de cuidar da casa, dos filhos e da alimentação da família, bem como da fabricação de utensílios do dia-a-dia. Quando necessário, elas também frequentavam a roça para ajudar os maridos. Em geral, acordavam até mais cedo que os homens, para preparar o café. Algumas vezes, antes do meio dia, as mulheres têm de voltar para casa para o preparo do almoço, por vezes este é feito no próprio centro (em dias de trabalho mais intenso). A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e reprodução de papéis para cada um dos dois sexos, masculino e feminino.

Voeks (2007) ratifica esta informação e sugere que divisão do trabalho nas comunidades tradicionais é bem demarcada pelas relações de gênero. Os homens são muitas vezes envolvidos em caça, pesca, pastoreio de gado e madeira extração, atividades que iria levá-los para habitats relativamente intactos distantes de seus assentamentos. As mulheres são mais envolvidas na gestão dos recursos locais, tais como hortas, roças e outros ambientes alterados relativamente perto da casa.

Outros meios de subsistência dos Umarizalenses estavam na caça de animais silvestres e na pesca. Esta última, representou por tempos, uma fonte secundária de obtenção de alimentos, mas, uma forma importante de garantia da sobrevivência material do grupo. Proteínas de origem animal, como a dos peixes, fazem parte da dieta alimentar nas mais diferentes culturas desde os primórdios, sobretudo em grupos tradicionais (MURRIETA et al., 2008; FIGUEIREDO; BARROS, 2015, 2016).

Comunidades quilombolas da Amazônia, que conservam heranças tradicionais de conhecimentos têm na natureza o *locus* de onde retiram os recursos de origem vegetal e animal de que necessitam para sua sobrevivência e resistência. A prática de pesca desempenhada em Umarizal, na antiguidade, era tradicionalmente artesanal, isto é, desempenhada com tecnologias de baixo impacto ambiental e dentro dos moldes da pequena produção destinada ao autoconsumo.

Sobre as práticas tradicionais, Diegues (2000, p. 40) descreve que “(...) *atividades tradicionais decorrentes da relação de uso e dependência de recursos naturais incorporam conhecimentos dos processos do ambiente natural*”. Neste sentido, observou-se durante as visitas e em conversas informais com alguns pescadores, que os mesmos têm amplo domínio

do ambiente em que se encontram, sobre as espécies de peixes que existem no rio Tocantins – dieta e hábitos – sazonalidade do rio, bem como os apetrechos de pesca ideais para cada espécie.

Todo esse conhecimento tradicional deve-se, muito provavelmente, à proximidade com os peixes e os rios da região desde a infância, à convivência com os mais experientes, aliada à observação de suas estratégias. Portanto, reproduzem tanto os conhecimentos herdados de seus ancestrais quanto os conhecimentos que aprenderam diariamente diante da observação da natureza, estes últimos são chamados por Murrieta (2001) como *'segredos de pescaria'*.

A pescaria costuma ser realizada por grupos e possui pescadores de diferentes idades que detêm um alto conhecimento (COSTA-NETO; 2000; DIEGUES, 2004). Arruda et al. (2018) destacam que, durante a pescaria, são compartilhadas informações e técnicas. Esta interação, portanto, contribui para a perpetuação dos conhecimentos, como ele observou no Riozinho do Anfriso, no Pará.

Percebe-se que a cooperação transcendia o compartilhamento de informações acerca de locais e de iscas a serem usadas, haja vista que os quilombolas também compartilhavam equipamentos de pesca e espécimes de peixes capturados. Isso faz parte do cotidiano desse local, configurando-se como uma prática cultural de reciprocidade, o que também foi observado no compartilhamento de pescados em comunidades ribeirinhas no Riozinho do Anfriso/PA (BARROS, 2012) e na partilha de produtos de caças na comunidade quilombola de Joana Peres/PA (FIGUEIREDO; BARROS, 2016).

A percepção quanto à afinidade que os quilombolas de Umarizal apresentam com a paisagem pode ser evidenciada na forma como usam e manejam de forma sustentável a biodiversidade local há décadas, informação corroborada por Diegues et al. (2000, p. 15) :“(…) *alguns consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas (...)*” e Brandão e Da Silva (2008, p. 55):“(…) *o conhecimento resultante da prática produtiva dos pescadores artesanais traz consigo informações necessárias à sustentabilidade ecológica e econômica das comunidades*”.

Isso tudo é possível porque as comunidades tradicionais, como os quilombolas, usam e compreendem o território de maneira diferenciada, respeitando os seus ciclos e manejando-o de acordo com visões de mundo historicamente construídas e perpetuadas por gerações.

Segundo informações repassadas e observadas *in loco*, o consumo de peixes pelos quilombolas está diretamente vinculado com as variações sazonais do rio Tocantins, que segue os períodos de inverno e verão amazônicos. A frequência do consumo é maior na seca (verão amazônico, que vai de julho a outubro), quando o rio apresenta pouco volume de água e há

formações de lagoas marginais à jusante da barragem, deixando muitas espécies isoladas do canal principal do rio, local de preferência para pescaria. Já no período da cheia do rio, em função do aumento do regime de chuvas no inverno amazônico, que vai de janeiro a junho, observa-se a redução do consumo, especialmente porque coincide com o período de piracema (procriação) e proibição da pesca (defeso). Alencar (2014), em seus estudos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/AM, observou que a sazonalidade também influencia consideravelmente no calendário de atividades pesqueiras das famílias nesta parte do Amazonas.

A sazonalidade influenciava, portanto, no ritmo de vida social dos quilombolas de Umarizal e ditava também quais espécies eram capturadas no rio Tocantins, por exemplo, o pescado do verão (tucunaré, jacundá, porca-velha) o pescado do inverno (pescada, surubim, pirarara, traíra, piaú, jijú) e o pescado do ano inteiro (bacu, bagre, filhote, tambaqui), foram os mencionados.

Os principais apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores eram a malhadeira, o caniço ou linha-demão, a tarrafa, o espinhel e o matapi. Sobre os instrumentos que são comumente usados pelos ribeirinhos da região e tipos de embarcação na época, há descrição detalhada em Paternostro (1945) ao viajar pelo rio Tocantins, na região próximo a Baião:

“Usam vários dispositivos para a pesca: pindá, vara longa com anzol que traz uma pena vermelha, a qual serve de isca ao tucunaré; gamboa, cêrca de talos de jupati, marajá ou frecheira correspondente ao pari dos rios do Sul; matapí, gamboa afunilada para pescar camarões; gapuias, usadas na vazante, são poços nos igapós, que se esvaziam com cuias para então se recolherem os mariscos. Neste trecho, sulcam constantemente a água os seguintes tipos de embarcação: casco, canoa feita de acapú, itaúba, louro, iquiá, pau amarelo, sapucaia e tocada a remo de mão por um ou dois tripulantes. Remo de mão chamam a uma haste de um metro, terminada em pá redonda, que sê manobra ora dum lado, ora doutro da embarcação. Geralmente é feito de sapopema, madeira que também chamam de "pau de remo... Montaria, canoa esguia e veloz, feita de louro ou pau amarelo e para um tripulante com remo de mão. Batelão: canoa maior, que transporta a cana para as "usinas" e em que vai tôda a família do pequeno lavrador - a mulher e duas ou três crianças ajudam a remar com os remos de "faia". A faia (Fagus silvatica) é madeira que não existe na região. No caso, a palavra faia significa a forma do remo, que é um pau inteiriço, cilíndrico numa das pontas, mal lavrado • em todo o seu comprimento de três metros e que termina num triângulo que crispa as águas. Pelas informações obtidas, o colonizador português introduziu essa forma de remo na Amazônia e a faia era a madeira que vinha para a sua feitura. Reboque, uma canoa cheia de cana que se atrela ao batelão. Este batelão não possui leme nem cobertura, como se vê noutro tipo de embarcação com o mesmo nome e que encontramos além da "maré"(PATERNOSTRO, 1945, p.65).

A pesca era praticada principalmente pelos homens em Umarizal, semelhante à descrita por Barros (2012), realizada pelos ribeirinhos do Riozinho do Anfrísio, em Altamira/PA, a qual

se configura como uma atividade masculina, na qual as mulheres ficam responsáveis apenas pelo preparo do pescado.

Sobre os recursos do território no passado, em contraste com o presente, muitos moradores de Umarizal fizeram referência a um “passado de fartura”, tanto em quantidade ou tamanho das espécies de outrora existentes, quanto à facilidade na obtenção dos alimentos, principalmente os peixes provenientes do rio Tocantins e às caças provenientes da floresta:

“(...) Os peixes, aqui antes tinha o Jaraqui, que é primo do curimatã, antes, tinha também a cachorra, a ripá, o peixe galinha, a piramutaba, a praticueira que é prima da jutuarana, a piabanha, o pintado, que é o surubim. Então todos esses peixes eu conheci aqui, e era peixe grande não era peixe pequeno, não tinha mais o que crescer

(...) O pirarucu começou a desaparecer por causa da pesca predatória, o cara ia pescar para lá e não pega só o tamanho que tinha que pegar, ele não pegava só o pirarucu grande, ele pegava o médio e o filho para vender. Aí vai acabando, desapareceu aqui não tem mais. O peixe boi tinha aqui também, andaram matando o peixe boi e foi desaparecendo. Hoje a gente não vê.”

(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021)

“(...) Acabou tudo essa fartura, depois que foi montada a barragem, conheci muito peixe aqui nesse rio. Aqui tinha dois comercio, tinha um bem aí e outro ali, lá eles faziam tenda daqui lá pra outra casa pra estender peixe pra enxugar pra secar. A gente não tinha precisão de comer sargado, assim, porque todo dia se a senhora fosse pro rio a senhora defendia sua boia, se fosse pro mato a senhora matava uma caça pra comer e não tinha precisão....

(...) As vezes muita gente passava aqui com vinho [de açaí ou de bacaba], vu buscar um peixe ali de sabor pra eu comer assado com esse vinho. A senhora ia escolhia lá na tenda o que a senhora queria comer que lá tinha: curimatã, jaraqui, tucunaré.... Tudo quanto é tipo de peixe, agora a maioria desses peixes se acabou.

(...) Tinha um peixe chamado braço de moça, ninguém conhece aqui, dessa juventude... piramutaba, piracatinga isso tudo se acabou. Esse braço de moça a gente fala aqui a juventude fica até rindo. Era um peixinhozinho gordinho ele era assim pintadinho, ele tinha um ferrão era igual piramutaba, esses peixes tudo se acabaram, jaraqui, surubim...”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

As reticências presentes na narrativa deste apontam para o não dito, aquilo que fica nas entrelinhas, o subentendido. A fartura era lembrada com ar de saudosismo pelo entrevistado 2 e, enquanto me contava sentado na varanda da frente de sua casa, olhava atentamente em direção à calçada na rua e à beira do rio. Apontava para mostrar onde estendiam a lona com enorme quantidade de pescado, o qual não precisava fazer a salga (para conservar), pois eles eram vendidos diariamente. A facilidade na obtenção, a fartura existente, a quantidade e, principalmente, a acessibilidade a uma alimentação contínua foram as principais mudanças apontadas pelos moradores locais com relação à alimentação atual.

É válido observar na narrativa dos moradores que as principais causas apontadas para o desaparecimento de várias espécies animais em Umarizal foram a caça e pesca predatórias. Eles revelaram várias espécies que hoje não existem mais na região, como o pirarucu (*Arapaima*

gigas) e o peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e, às vezes, algumas espécies de peixes que a juventude nunca ouviu falar. Assim, o uso indiscriminado de redes, geralmente com malhas muito pequenas, e a pouca seletividade na apreensão dos peixes quanto ao seu tamanho são os principais fatores apontado pelas famílias quilombolas para a redução na quantidade de peixes na localidade. Entretanto, outro motivo foi mencionado pelos interlocutores, como a construção da UHE Tucuruí, que será abordada mais à frente.

Os pescadores mais importantes de Umarizal, a partir das narrativas, no passado eram: senhores Antônio Dias e Sr. Caetano. Por fim, o conhecimento advindo dos pescadores tradicionais acerca dos elementos relacionados à pesca e às transformações que acontecem na paisagem local pode ser útil, ao fornecer informações essenciais para o arranjo de leis ambientais eficientes, visando, sobretudo, assegurar a existência de biodiversidade para gerações futuras de Umarizal.

Além da pesca, a caça garantia parte da subsistência da comunidade, era realizada localmente e em acordo com os moradores. Ao longo da história da humanidade, a caça tem sido atividade desempenhada pelos humanos não só como estratégia de sobrevivência, por representar fonte importante de proteína animal, mas também por representar um instrumento de reprodução de costumes e práticas importantes, principalmente, para os povos quilombolas. Estudos nesse sentido têm observado e descrito a caça como uma prática cotidiana em várias partes do mundo (LINARES, 1976; COOKE, 1981; GODELIER, 1992).

Parte-se do entendimento de que a caça é uma prática material que estabelece conexões entre os sistemas sociais e naturais, tendo em conta os aspectos ambientais, culturais e econômicos que incidem sobre as formas de organização social e os modos de uso dos recursos (SHEPARD JR., 2014). Em geral, os recursos faunísticos são utilizados para diversas finalidades desde alimentação, comércio, animais de estimação (xerimbabos), confecção de artesanatos, usos medicinais e mágico-religiosos, entre outros fins, de acordo com os critérios de cada cultura (ASIBEY, 1974; ESSER, 1979; GODELIER, 1992; COSTA-NETO, 2000).

Para populações quilombolas da Amazônia, como em Umarizal Beira, a caça sempre teve grande importância pois a vida nesses territórios sempre foi de luta para conseguir sobreviver às adversidades, como a fome. Nestes locais, então, a fauna silvestre constituiu-se primariamente em uma fonte nutricional de alto valor proteico, para subsistência desta e outras comunidades rurais que vivem nos locais mais isolados.

Semelhante à atividade de pesca, o discurso de abundância também foi recorrente para descrever a enorme riqueza de fauna vivendo no território de Umarizal Beira e vilas anexas – Paritá, Florestão, em tempos passados:

“Olha, antes, era só caçada de dia, mesmo... Já caçá, quando não, fazia ‘espera’ [método de caça] embaixo do piquizeiro, ou outra fruteira... Já para lá esperar, de dia.... De noite não tinha essa caçada. De uns tempos pra cá que começou a ter essa caçada de noite. Porque tu vai de dia, aí não arruma, então vai a noite. Antes ninguém tinha precisão de fazer isso porque tinha muita caça. Saía pra caçar e, não demora, tu tava matando um veado, um porco, uma cotia. Aí, já vinha embora...Desse tempo também tinha muito porco grande, cada porcão...Tinha muita caça, tinha muito peixe....

(...) Olha, quando eu casei com essa mulher aí, eu não tinha muita paciência de pescar, não, de ficar sentado lá esperando. Mas, eu gostava era de caçar! Quando era 11h eu ia pro mato, pra aí.... Não demora lá eu vinha com um veado, um porco... era assim antigamente... Saía de dia pra caçar!

(...) Hoje não, pessoal prefere caçar a noite, pegar uma paca, um catitu, um veado... Daquele tempo era rápido que pegava, tinha muita caça! Cancei de matar porcão por aí...

(...) Naquele tempo era uma fartura, como to te falando.. Caçava não pra vender, mas pra nossa alimentação! Uma vez falei pro finado Fortunado e finado Germano, Bora caçar um porcão ali no Florestão [comunidade anexa à Umarizal Beira]? Nós ia pra mata pra nós comer! Pegava era só dois, um pra ele e outro pra mim! Aí, o que nós fazia? Naquele tempo não tinha geladeira, não tinha energia... Aí quando nós chegava aqui nós dava pros vizinhos tudinho, o resto a gente ‘salgava’ pra ir comendo devagar...Aquele tempo tinha muita fartura! Ninguém vendia, eu mesmo nunca vendi!

Muita fartura, muito peixe e muita caça... Então, nesse tempo, a gente matava só pra comer mesmo...Nós, os velhos! Agora, não, essa juventude dos 50 anos, 30 anos, já mata pra vender... Nós caçava só pra nós comer! Podia estar zoando pra aí o porco, que ninguém caçava...”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

Conforme observado, a prática da caça na comunidade quilombola de Umarizal Beira era destinada principalmente ao consumo familiar e, eventualmente, alguma troca entre os moradores da própria vila. Muito raramente a prática da comercialização foi citada. O sistema de troca e/ou comercialização entre familiares, amigos e vizinhos garantia uma maior variedade de tipos de alimentos disponíveis, além de ampliar os laços de amizade entre as famílias locais. Segundo Marques et al. (2007), esses tipos de relações são capazes de “selar alianças”, através de uma reciprocidade mútua entre os praticantes.

Foi mencionado que a prática de caça era realizada, predominantemente, de dia e, ao longo de todo o ano. Embora se tenha referido um aumento da atividade de caça durante o inverno amazônico (dezembro a maio), em detrimento da redução da oferta de peixes nessa época. As cheias no rio Tocantins dificultam o acesso ao pescado, que se dispersam nas áreas alagadas, fazendo com que os moradores de Umarizal busquem outras atividades, como a caça.

Figueiredo e Barros (2016) em “Caçar, preparar e comer o ‘bicho do mato’: práticas alimentares entre os quilombolas na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Pará)” observaram

o mesmo comportamento na comunidade quilombola de Joana Peres, vizinha à Umarizal. E, acrescenta que, na percepção dos entrevistados, a submersão da floresta contribui para o abate de muitas espécies que acabam ficando isoladas nas porções de terras remanescentes ('torrões'). Também, é no período do inverno, que amadurece e cai grande parte dos frutos que servem de alimentação aos animais, fazendo com que eles caminhem com maior frequência pela floresta e deixem seus rastros no chão úmido por onde passam. São por meio desses vestígios que os caçadores vão atrás das caças eles próprios, ou utilizam-se dos cachorros para auxiliá-los no trabalho.

Outros estudos desenvolvidos na Amazônia também identificaram o período chuvoso como a melhor época para a caça, destacando sua relevância para a subsistência das populações locais (ALMEIDA; CUNHA, 2002; PEZZUTI, 2003).

As principais espécies da fauna cinegética (aquelas que são objeto de caça, ou, em outras palavras, aquelas que os caçadores preferem) na lembrança dos mais velhos foram: veado-mateiro (*Mazama americana*), tatu-peba (*Euphractus sexcencetus*), paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta leporina*) e porco-do-mato/queixada (*Tayassu pecari*). Algumas aves, como mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*) e pato-do-mato (*Cairina moschata*); e répteis, como jabuti (*Chelonoidis sp.*) e tracajá (*Podocnemis unifilis*), também foram mencionados em conversas informais. Estes últimos – jabuti e tracajá - inclusive, eram comumente consumidos durante a semana santa:

“A mulherada ficava fazendo farinha, beju, cuidando da galinha pra justamente nesse período da páscoa pra comer. Isso aí eram os pratos principais da comunidade... Até

hoje o pessoal, na semana santa, quem não tiver um jabuti ou tracajá! Que é a tradição ficou foi passando de geração em geração...”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Ratificando estes achados, Figueiredo e Barros (2016) observaram que muitas famílias quilombolas de Joana Peres costumam manter criações de jabutis nos fundos dos quintais, alimentando-os com carne, frutas doces, verduras e legumes para que então fiquem gordos para serem consumidos durante a semana santa. Os autores informaram que carne de jabuti preparada cozida ao leite da castanha-do-Pará está entre as mais preferidas para consumo e é considerada uma iguaria na culinária local.

O médico sanitário Júlio Paternostro ao escrever “*Viagem ao Tocantins*” (1945) descreve a respeito da fauna da região do Baixo Tocantins:

(...) representam a fauna ornitológica: a cigana, do tamanho dum pato, de côr marron brilhante; o maguarí, ave ictiófaga, muito abundante; o corta-água, que vóa em

"piqué" até esbarrar nas águas do rio; os xexéus e as curicas barulhentas; as andorinhas em Avea revoada; o japiim, preto e de rabo amarelo, que remeda o cacarejar da galinha ou o grugulejo do peru; o jacumim, ave domesticável ventríloqua,' com que se divertem os nativos(...) Constituem a fauna mamalógica: os macacos cuxiú, prego, da noite, cheiro ou mão de ouro, zogo-zogo, guaribas pretos e amarelos, antas, pacas, quatís, etc (...) Na fauna ictiológica contam-se: a piralba, o tunaré, o acari, o dourado, a caranha, o pacú. Dentre os quelônios, o 'número dos jacarés, jabotís, tracajás e outras espécies de tartarugas é muito reduzido devido à continua perseguição que lhes movem os habitantes" (PATERNOSTRO, 1945, p.71)

Caçar exige, além de força e disposição, várias outras qualidades. Um bom caçador, por exemplo, precisa ter um conhecimento apurado sobre os animais: comportamentos, sons característicos, hábitos alimentares, locais que costumam frequentar, seus cheiros e modos de reprodução, como também sobre as estratégias e técnicas para rastejar, perseguir e acuar a caça. Dessa forma, os caçadores sabem onde, quando e como abater determinada espécie, otimizando o sucesso da caçada, segundo conversa informal com alguns caçadores de Umarizal.

Todos esses conhecimentos, transmitidos pelos seus antepassados por meio da oralidade e reinventados pela observação e trocas de experiências cotidianas são determinantes na hora de escolher as diferentes estratégias e técnicas de caça (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Maíra Fernanda Tavares de Melo (2017), em *“As apreensões do universo da caça: Uma etnografia entre os quilombolas do Bairro Alto, Ilha do Marajó/PA”* define estratégia de caça como *“todos os procedimentos e esforços realizados pelo caçador a fim de conseguir predação a caça”* (MELO, 2017, p.101).

Sobre as diferentes estratégias/técnicas de caça e instrumentos usados, Figueiredo e Barros (2016), em *“Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia”*, descrevem:

“As práticas de caça não possuem horários fixos, pois variam em consonância com os locais, as estratégias e técnicas utilizadas, que levam em conta os hábitos dos animais ou da espécie cobiçada, além da própria habilidade do caçador. Quando a caçada ocorre em horários nos quais predominam a luz do sol, o caçador geralmente procura caminhar em direção ao centro da mata (caçada a curso) até localizar a presa ou então esperá-la em locais específicos (caçada de espera), como as frutíferas. Quando a caçada é feita pela parte da noite, o caçador normalmente busca esperar a caça numa rede suspensa de um galho de árvore (caçada de tocaia) ou fazer a limpeza de uma trilha na mata – retirando folhas e galhos para diminuir o barulho – que geralmente os animais percorrem (varrida)...

(..) Diferentes instrumentos são usados para a captura de determinadas espécies-alvo, com destaque para: i) espingarda, ii) cachorros, iii) zagaia, iv) arpão, v) tapuá, vi) arco e flecha, vii) tronco, viii) arapuça, ix) mundé, x) cacete e xi) coleta com as mãos.” (FIGUEIREDO; BARROS, 2016, p.231-232)

Em Umarizal, todos os moradores foram unânimes em afirmar que a caça era realizada exclusivamente durante o dia. Não havia caça noturna, sendo esta uma prática verificada na

atualidade. Além disso, referiram optar pelo uso preferencial da técnica de “espera” e, eventualmente, a “arapuca”. A “espera” consistia em esperar em um lugar aonde os animais vem em busca de alimento ou água, e era praticada em horários “de sol frio”, logo cedo da manhã. Os caçadores que utilizavam o método de ‘espera’ geralmente abordam os animais com espingardas (animais maiores) ou estilingues/baladeira (animais menores, como aves). A caça com arapuca consistia na confecção de uma armadilha, inclinada e sustentada por gravetos. Geralmente ela ficava armada até o momento da captura, que podia ser no mesmo dia ou em outro, desobrigando a presença constante do caçador e deixando-o livre para o desenvolvimento de outras tarefas.

“(...) A ‘espera’, na antiguidade, era esperar num mointã.... A tática de espera no mointã era amarrar duas varas em cima lá...e fazia tipo uma escada...pra subir e esperar o animal...

(...) Na antiguidade não esperava na ‘varrida’, esperava no mointã.... Agora, os novatos, que começaram a fazer a ‘varrida. Na ‘varrida’ que a gente faz na floresta, a gente tem que ter cuidado com Anhangá [figura mítica], que ataca na varrida, que perturba...

(...) Quando eu comecei a caçar, eu usava também, cachorro... E, até hoje eu uso...”
(Conversa informal com morador, 52 anos, caçador, maio/2022)

“Hoje eles caçam muito com cahorros. São conhecidos aqui na Vila por terem muitos cães. Eles os usam para caça”

(Conversa informal com moradora, 22 anos, estudante, maio/2022)

“Camile... ele falou que só caça de espingarda, agora. E, só caça porção!”
(Conversa informal com morador, 51 anos, caçador, maio/2022)

Outras técnicas foram também mencionadas, mas elas não eram usadas no ‘tempo dos antigos’ e, sim, em tempos recentes, ‘pela juventude’, como os mais velhos os chamam. E seriam elas: uso do cachorro para farejar a caça; e a “varrida”. Na caçada de “varrida”, o caçador varria um caminho de aproximadamente 150 m na floresta para limpar o caminho e atrair a caça (uma trilha), ideal para atrair paca, veado, tatu e catitu.

Importante observar na fala do caçador a descrição do surgimento de uma figura mítica, às vezes, durante às caçadas: a Anhangá. Seria um espírito, pois eles não conseguem vê-lo, apenas escutam seu assobio. Pode assumir a forma de diversos animais quando visível e, esperar na varrida. O encontro com Anhangá pode fazer com que o caçador fique desorientado na mata e se perca no caminho de volta. Por isso, quando o caçador escuta o assobio, ele deve regressar. Qualquer transgressão às regras de caça (os acordos) pode provocar doenças espirituais (doenças de encanto), cujos sintomas incluem a ocorrência de alucinações, fortes dores de cabeça e no corpo e estados febris, que devem ser tratados por meio de receitas ou rituais específicos, como rezas ou banhos de ervas da floresta.

“Anhangá, a gente não sabe o que é, a gente só ouve o assovio dela... ela é invisível... Só vê assoviar... (risos)... A Anhangá ela se transforma, ela imita galinha, pato, cachorro... todo tipo de animal quase... curió... tudo ela assovia...”
(Conversa informal com morador, 52 anos, caçador, maio/2022)

Na Amazônia é muito grande o poder simbólico representado pela caça, principalmente entre os povos indígenas, não a excluindo dos outros aspectos da vida das pessoas, no entanto, é visível importância das representações simbólicas das práticas de caça nas sociedades amazônicas, o que reafirma a importância dessa atividade na constituição social dos povos tradicionais.

Algo semelhante ao observado em Umarizal foi descrito por Marilena Campos (2008) entre os ribeirinhos do Rio Cuieiras, no Amazonas. Ao descrever a relação entre humanos e não humanos, a autora aponta que há uma tentativa de estabelecer laços de afinidade e reciprocidade entre caçadores e entidades do domínio ontológico, principalmente, com a “mãe do mato”, protetora dos animais, posto que a partir de uma relação pacífica com esses seres é possível viver de forma harmoniosa na floresta. Os caçadores narram que existem acordos que os auxiliam a estabelecer boa convivência, como evitar caçar muitos animais ou oferecer uma caça ao “dono na mata” como forma de respeito e gratidão.

Figueiredo e Barros (2016) fazem apontamentos semelhantes, mostrando que as relações com a natureza, seja ela em nível físico ou espiritual (na forma de seres não-humanos) influenciam diretamente na forma como a população local constrói seu sistema de crenças e relaciona-se com a floresta. Tabus alimentares, procedimentos ao abater a caça, regras de dias e horários bons para a caçada ou mesmo o respeito pelas figuras míticas do universo de cada comunidade são importantes para a manutenção de práticas locais que asseguram uma estrutura social e simbólica dos povos tradicionais.

Os caçadores mais importantes de Umarizal, a partir das narrativas, no passado eram: senhores Firmino Lopes, Sr. Osvaldo e Sr. Josimar. Constituíam, também, uma das práticas ancestrais mais tradicionais, uma vez que os saberes e as técnicas utilizadas eram ensinados de geração a geração.

5.1.3 Configuração Espacial de Umarizal até a década de 1970

Como descrito por Pinto (1999), à época de sua formação enquanto Paxibal, a vila tinha um aspecto semicircular e era constituída “*por casas de moradia, casas de farinha, barracão*

de festa e um arraial – o centro livre da povoação, que se localizava às margens de um igarapé. As casas eram cobertas com palhas de palmeiras” (PINTO, 1999. p. 60).

Posteriormente, quando instalados às margens do rio Tocantins, a vila de Umarizal desmembrou-se em três ruas paralelas à ele, conforme pode ser observado na figura 25. À medida que as ruas e travessas surgiam no território, eram batizadas com nome de moradores muito estimados ou importantes do lugar, pessoas que de alguma forma fizeram contribuições positivas à Umarizal, como relembra o morador:

“(...) Em relação ao nome das ruas, a gente vinha com os moradores e eles iam colocando.... Por exemplo aqui na rua de casa é 9 de março, quem era o primeiro que morava aqui que veio para cá? Fui eu, fiquei aqui... Aqui da Deusuítí ficou 9 de novembro é a data do casamento dela, e foi assim, ali ficou sereno do luar foi a Nete que colocou, não sei de onde ela tirou. Então foram criando nomes que não tinha né, na rua... Outros em homenagem a alguém importante, como a padroeira local Santíssima Trindade....Nem todos conhecem, mais a maioria das ruas já tem nome, acho que quase todas mesmo”.

(Entrevistado 7, liderança cultural, 52 anos, junho de 2021)

O reconhecimento sinaliza a articulação entre passado e presente e de forma propositiva, redimensiona o futuro da comunidade. Até a década de 1970, portanto, poucos objetos compunham a configuração espacial da vila entre eles, algumas casas, o espaço do arraial, a igreja católica, o cemitério, uma escola de ensino infantil e outra de ensino fundamental, um postinho de saúde, um campinho e um trapiche de madeira (Figuras 22, 23 e 24), como pode ser observado no croqui elaborado (Figura 25).

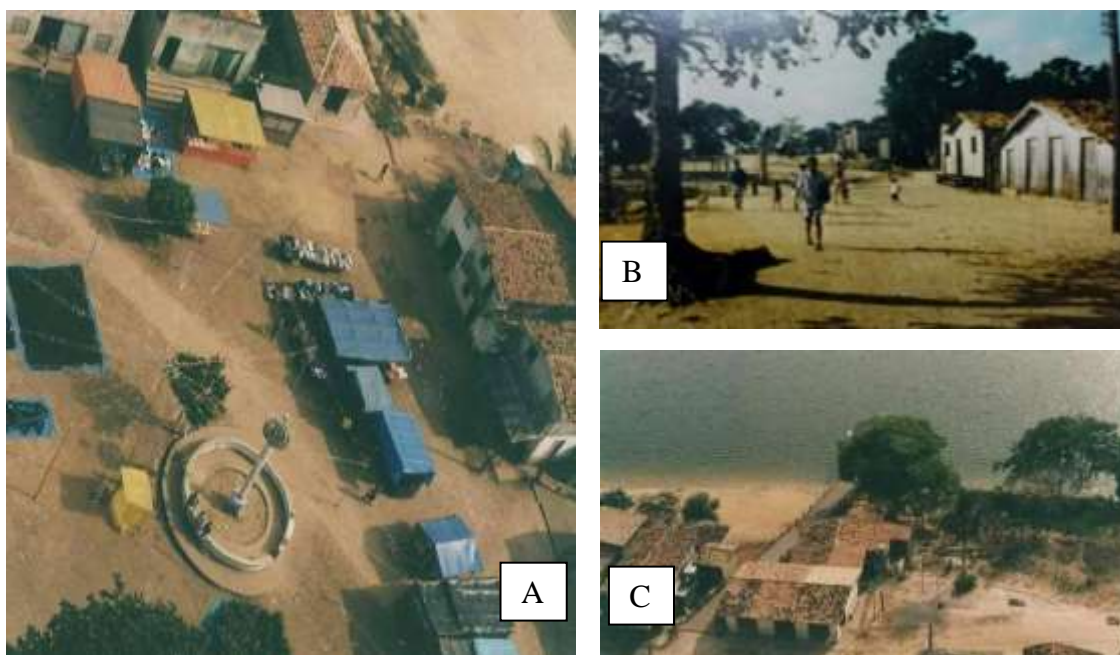
Figura 22 – Fotografia antiga de quilombolas jogando futebol em campinho aberto na mata, na Vila de Umarizal Beira, antes de 1970.



Fonte: Cedido por Doriedson Lopes Vieira, 2021.

Figura 23 – Fotografia antiga da Vila de Umarizal Beira, antes de 1970. A imagem mostra a localização do arraial, que, em tempos recentes deu origem à praça, com obelisco já existente (A). Em B, observam-se algumas moradias construídas em anos mais recentes, já edificadas em alvenaria, porém, as ruas sem

asfalto, em terra batida. Em C, observa-se a localização do antigo trapiche, em madeira, às margens do rio Tocantins.



Fonte: Cedido por Josielem Correa e Camile Melo, 2022.

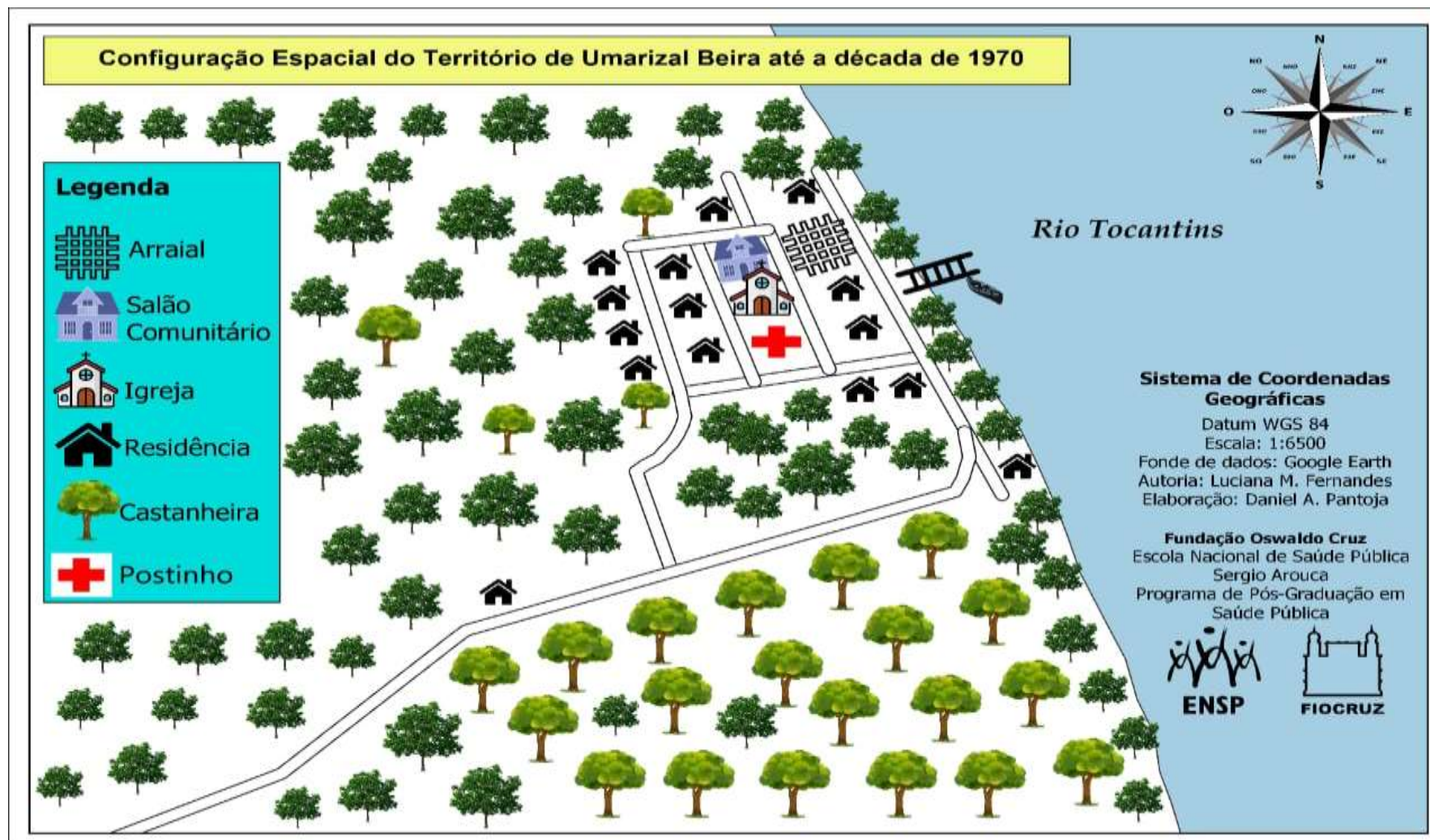
Figura 24 – Fotografia ilustrando o antigo trapiche da Vila de Umarizal Beira, construído ainda em madeira, até a década de 1970.



Fonte: cedido por Camile Melo e Neto Farias, em 2022.

O croqui a seguir foi produzido a partir de informações dos moradores sobre a configuração espacial da vila, em tempos passados (figura 25). Durante os trabalhos em campo, foi realizada a observação de algumas edificações antigas que ainda permanecem, como a antiga UBS, cuja antiga instação ainda permanece ao lado da Igreja da Católica da Santíssima Trindade, bem como o salão de festas. A observação no google, também foi feita, pois, há registro de imagens da vila na década de 1970. Além disso, os textos da autora Benedita Celeste também foram importantes para identificar o antigo arraial, entre outros elementos geográficos.

Figura 25 – Croqui da possível configuração territorial de Umarizal Beira na década de 1970.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir das descrições de PINTO (2004) e google earth.

Em tempos pretéritos, as casas construídas pelos remanescentes seguiam traços do antigo quilombo, ou seja, eram construções simples, de pequenas dimensões, com paredes formadas por varas tecidas de inajá e coberturas de palha de ubim, que foram idealizadas e erguidas pelos próprios moradores para abrigar famílias pequenas. O caule da Paxiúba ajudava a trançar as palhas de inajá das paredes, bem como servia de esteio para apoiar as palhas de ubim dos telhados. Já o assoalho, era de material semelhante usado nas paredes, ou de terra batida. Consideradas mais modernas, poucas construções possuíam parede de barro, conforme memória evocada pelos moradores mais antigos:

*“(...) Olha, quando eu conheci Umarizal, o coração de Umarizal – como tô te falando, era aqui... As cobertas dessas casas era só palha, palha... ubim! Folha de dá no mato, né? E que a gente cortava... Era muito difícil, eu não me lembro se tinha alguma casa nesse tempo que não era cuberta de palha, que eu conheci bem... Então, casa cuberta com telha, naquele tempo, só a igreja e o barracão de festas... Depois que cumpadre Dico Vilhena fez essa casa dele, aí depois Teodorico fez outra pra ali...
 (...) Algumas casas também as paredes eram feitas de palha de inajá, outra palmeira que tinha aqui... eu conheci muitas casas feitas com palha de inajá... Quando pegava fogo ardia todas as casas, porque era tudo de palha, e muito perto uma da outra...
 (...) Desse tempo que eu era pequeno, a nossa casa lá era de palha de inajá e ubim. Só algumas casas era embarriada [de barro] em Umarizal.. Nós tomava água da beira do rio... ainda temos o pote aqui! Quando pequeno eu ia encher o pote no rio, de manhã, todo dia... Já ia escovar a boca lá no rio, e já trazia a água de lá!”*
 (Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

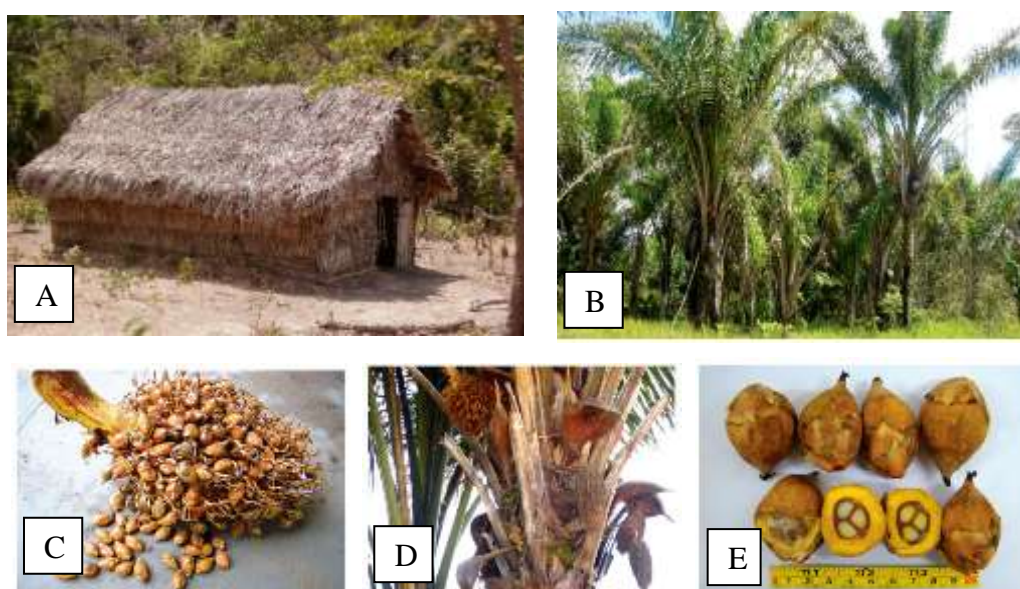
O uso de folhas de palmeiras para a cobertura de habitações rurais é comum em comunidades tradicionais da Amazônia. A tradição tem se mantido em razão da facilidade e do baixo custo que a obtenção e o uso das folhas de palmeiras nativas representam. Entre as espécies nativas da região do Baixo Tocantins mais exploradas para a construção de coberturas pelos moradores de Umarizal, conforme os relatos, destacam-se o “inajá” (*Maximiliana maripa*) e o “ubim” (*Geonoma deversa*) (Figura 26). Este último é preferido pois é uma espécie de pequeno porte e que forma touceiras, então é fácil de ser explorado. Além disso, como cada touceira possui numerosos indivíduos, a exploração das folhas de alguns deles geralmente não costuma causar maiores problemas para a touceira e, teoricamente, permitem a extração continuada de folhas (GERMANO et al., 2014; SOUZA et al., 2017).

O inajazeiro (*Maximiliana maripa*) é uma palmeira da família Arecaceae (Palmae) encontrada em toda a Amazônia tanto brasileira como dos demais países vizinhos, tendo sua maior incidência no Estado do Pará e no estuário do Rio Amazonas, chegando até o Maranhão. A palmeira do inajazeiro é totalmente utilizada. As folhas são comumente utilizadas para tecer telhado de algumas casas de comunidades tradicionais na Amazônia. O fruto pode ser considerado alimento tanto para humanos quanto para animais domésticos e silvestres. O

palmito é aproveitado para alimentação, principalmente de animais, pois ajuda na engorda e no incremento da produção de leite. A polpa e semente podem ser aproveitadas na produção de óleo. Ainda, ela pode ser consumida *in natura* ou cozida acompanhada de farinha de mandioca, apresentando sabor doce e é geralmente utilizada no preparo de mingaus para pessoas debilitadas. Também a polpa pode ser a base de uma bebida denominada “vinho” que é composta com uma mistura de água e açúcar (BEZERRA, 2011).

Geonoma deversa é outra espécie de palmeira pertencente à família Arecaceae (Palmae), de ampla ocorrência na bacia amazônica. Tratam-se de palmeiras que ocupam o sub-bosque da floresta, conhecidas popularmente por ubim, ubim-do-céu, falso-ubim, entre outros. Na região do Baixo Tocantins eram exploradas para fazer a cobertura de novas edificações, ou a substituição de antigas. Isto acontece porque as coberturas feitas com folhas de palmeiras precisam ser substituídas a cada 5 ou 10 anos, dependendo da espécie utilizada. Uma cobertura de palha de ubim chega a durar 20 anos (SOUZA et al., 2017). O conforto térmico é incomparável, apesar da palha altamente inflamável, informação ratificada na fala do entrevistado 2, quando lembra que os incêndios eram comuns nas moradias feitas com este tipo e material em Umarizal. Com o passar dos anos, as casas cobertas de palha foram substituídas por “casa de madeira de lei” coberta de telhas de cerâmica, piso suspenso, assoalhadas de tábua de madeira também de lei.

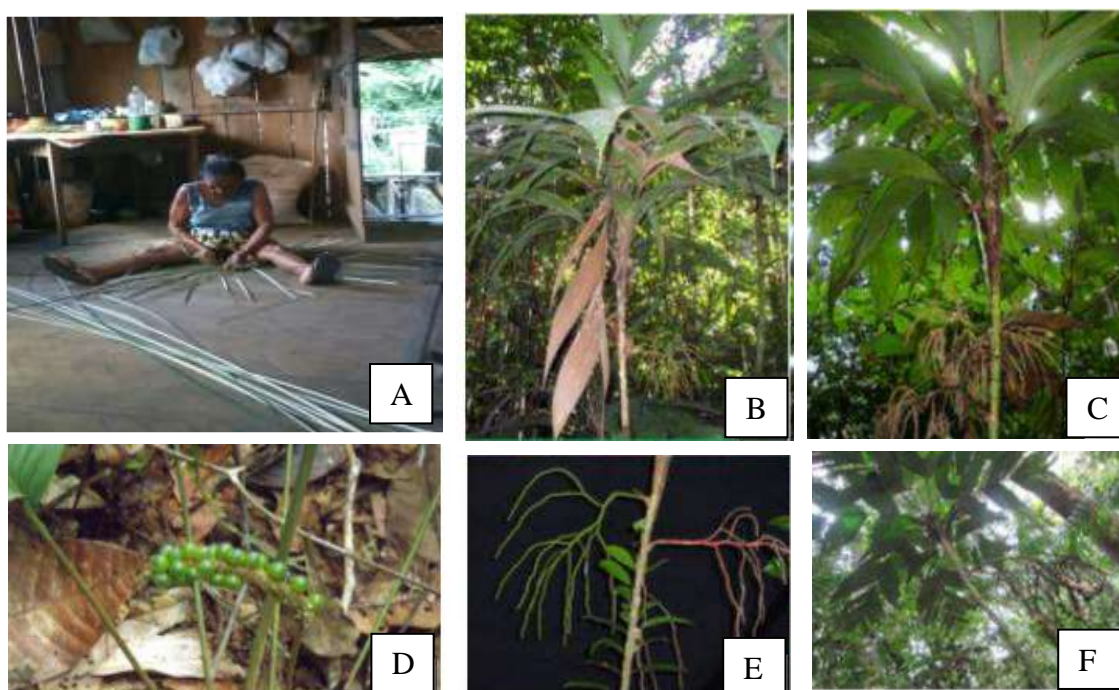
Figura 26 – Ilustração de uma moradia construída com palha de inajá (A) e demais componentes de um inajazeiro - *Maximiliana maripa* (B), como cachos (C), inflorescência (D) e polpa/frutos (E).



Fonte: Adaptado de Bezerra (2011)

Essas e outras palmeiras da região tinham diversos usos na vida destes remanescentes, como na produção de utensílios para as tarefas do dia-a-dia, feitos a partir da tala (casca do “braço” ou o pecíolo da folha), da bucha (conhecida como isopor da Amazônia, corresponde a parte interna do “braço”) e da fibra. Segundo Germano et al. (2014), ao estudar os diferentes usos atribuídos às palmeiras por comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba/PA, verificou que da tala de palmeiras são fabricados paneiros e rasas (tipos de cestos que transportam/armazenam frutos ou sementes), matapi (importante utensílio para a pesca de camarão), tipiti (útil em uma das etapas do preparo da farinha de mandioca e da extração do tucupi) e pari (tipo de cerca colocada nos igarapés para capturar peixes). Em Umarizal, verificou-se que a produção destes materiais era comum entre os entrevistados, ocorrendo de acordo com as necessidades e interesses dos moradores (Figura 27).

Figura 27 – Ilustração de uma moradora de Umarizal Beira tecendo paneiro com palha de arumã (A). *Geonoma deversa* (B-E): Variações morfológicas das pinas foliares e estágios de desenvolvimento das inflorescências e infrutescências.



Fonte: Adaptado de Souza et al. (2017) e Correa (2021).

Em suas memórias também foram evocadas lembranças de uma vida em que não existia sistema de abastecimento de água encanada. O acesso a água era por meio do armazenamento da mesma em potes de barro para beber, trazida do rio Tocantins pelos moradores, logo cedo pela manhã. Este mesmo rio era território (lugar, espaço e tempo), habitado, em constante movimento, e com diversos usos: higiene pessoal (banho e escovar os dentes), lazer, pescaria,

ida até a sede para compra de mercadorias ou assistência à saúde (Baião), etc. Segundo Correa (2021), era lugar onde as lavadeiras se encontravam para, além de suas obrigações com a roupa, prosiar, de maneira divertida e descontraída.

O comércio era uma atividade incipiente na vila. E outros serviços públicos, tais como esgotos e luz elétrica eram inexistentes. Os banheiros externos eram construções de madeira (casinhas), cobertas ou não, e fossas rudimentares constituídas por um buraco no chão (fossa negra). A entrevistada 4 reforça algumas destas informações: *“Thhh naquela época a água era armazenada em pote de barro... a energia era a luz da porunga ou lamparina, que nós fazia de latas de leite ou vidro, onde colocava querosene e um pedaço de fio...”*

O serviço de coleta de lixo era também inexistente. Os resíduos domésticos eram geralmente enterrados ou queimados em locais específicos.

Saúde e educação também eram serviços existentes na vila. A tradição educacional em vem desde os primórdios da sua formação, tanto que muitos moradores de outras vilas iam estudar em Umarizal. O primeiro professor na vila foi Sr. Manoel Sampaio, que ensinou por muito tempo e teve seu nome homenageado na primeira escola fundada, em 1965, inicialmente chamada *“Escola Reunida de Umarizal”*, que depois teve seu nome trocado para homenageá-lo, então, chamada *“Escola Manoel Sampaio”* (Figura 28). Posteriormente, outra escola foi fundada, para o ensino fundamental, chamada inicialmente de *“Escola Altamira Lemos”* e, atualmente, *“O Sorriso da criança”*.

Figura 28 – Fotografia das primeiras escolas de Umarizal Beira. A primeira escola fundada em homenagem à Manoel Sampaio, chamada *Escola Reunida de Umarizal* (A) e, para o ensino infantil, *“Escola Altamira Lemos”* (B).



Fonte: Cedido por Josielem Correa, 2022.

Em Umarizal, encontrava-se instalado um posto de saúde comunitário (Figura 29), que funcionava em um pequeno prédio de alvenaria e contava com um corpo clínico composto por técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, que eram mantidos pela Prefeitura e

prestavam atendimento em condições limitadas. Por esse motivo, não eram raros os casos nos quais os pacientes precisam se deslocar tanto para a sede municipal (Baião), como para outros municípios próximos em busca de atendimento médico. Seguem relatos dos moradores sobre a inexistência de médicos na vila de Umarizal, bem como a falta de medicamentos:

“Antes, há anos atrás funcionava só com duas técnicas de enfermagem, que era Rosane e mais uma outra senhora ...pra todos , duas técnicas. Com o governo passado do Jadir que a gente veio ter o privilégio de ter médico... médicos e enfermeiros.

Durante a gestão dele... ele não prestou pra outras coisas, mas na área da saúde Umarizal, posso dizer que evoluiu muito. Aí, nós tivemos direto médicos, enfermeiros e técnicos e os ACS também. Aí essa nova gestão também tá dando continuidade, tá tendo enfermeira, médicos técnicos.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)

Lá não tinha médico, era uma única técnica de enfermagem que atendia lá, ela trabalha até hoje aqui a Rosane, ta aqui trabalhando, ela que era tudo lá.

(Entrevistado 16, 48 anos, ACS, agosto/2021)

Abaixo, seguem imagens tiradas durante as atividades de campo, em anos recentes, mas que mostra onde funcionava o antigo posto de saúde da vila, em tempos passados. Ainda é visível na imagem, inscrição sobre as portas, a indicação de um consultório médico, outro dentário e uma sala de curativos.

Figura 29 – Fotografia do primeiro posto de saúde instalado em Umarizal Beira.



Fonte: Próprio autor, 2021.

A população era majoritariamente católica (Figura 30), e tem como ponto alto do seu calendário religioso a Festa à *Nossa Senhora do Rosário* (na época de Paxibal) e, posteriormente, à *Santíssima Trindade dos Inocentes*, padroeira da Vila de Umarizal Beira, que acontece durante o mês de setembro. Nessa festa expressam singularidades do catolicismo popular, como a união de ritos católicos tradicionais com expressões afro-brasileira como o *samba de cacete*, que é segundo alguns moradores, a principal manifestação cultural da comunidade.

Cabe salientar que nesta comunidade religiões de matriz africana como Umbanda e Candomblé possuíam pouca expressão no cenário religioso, pois os remanescentes quilombolas estão voltados aos dogmas do cristianismo.

Sobre este tema, diversos autores consideram que a associação entre religiões de matriz africana e o catolicismo, denota o sincretismo religioso, que encontra grande expressão no Brasil, em função da colonização. O fenômeno é entendido como as estratégias que as pessoas escravizadas recorriam para manter o culto e as antigas devoções, que foram impedidas em função do Cristianismo ser uma religião monoteísta. Prandi (2011) discorda que a associação entre as diferentes religiões possa ser explicada somente pelo sincretismo e argumenta que sociedades orientais, incluindo as africanas, apresentam religiões politeístas e dessa forma, é um movimento natural a absorção de figuras sagradas de outras religiões.

Figura 30 – Fotografia da primeira igreja construída em Umarizal Beira, batizada de Igreja da Santíssima Trindade, padroeira da vila, de matriz católica, até a década de 1970, já localizada em frente ao arraial (hoje praça).



Fonte: Cedido por Doriedson Lopes Vieira, 2021.

Nas décadas de 1970 a 1980 ocorre um relativo crescimento populacional no quilombo e novos elementos penetram no território, como será visto mais adiante. Assim, não se alterou apenas a configuração espacial de Umarizal Beira, como outras territorialidades despontaram no território indicando o surgimento de novas lideranças, de práticas diferentes e de demandas que se expressaram no traçado espacial.

5.2 TERRITORIALIDADES DAS RESISTÊNCIAS: LUTAS E CONQUISTAS EM UMARIZAL BEIRA.

No passado, o processo de formação dos quilombos como territórios de acolhimento dos escravizados que se opuseram à submissão ao regime escravocrata no Brasil, e, atualmente, como territórios de conservação da cultura afro-brasileira, tem na resistência um traço marcante presente nas territorialidades quilombolas.

A defesa do território das comunidades tradicionais quilombolas é a bandeira de luta diante da disputa territorial com grandes empreendimentos, empresas madeireiras, entre outros. São ações advindas da lógica do sistema capitalista de exploração que impactam e modificam diretamente as condições de vida e saúde das mesmas.

Neste capítulo, para além dos embates cotidianos pela sobrevivência no seu território, sustenta-se que a territorialidade quilombola dos moradores de Umarizal é demonstrada nas suas lutas pela permanência na terra, especialmente após as transformações empreendidas na Amazônia durante as décadas de 1970-80, com a chegada de novos atores sociais neste território em disputa. Este estudo recupera, por meio de documentos oficiais e das narrativas de descendentes de antigos mocambeiros de Umarizal, o reordenamento territorial e as novas dinâmicas que se estabelecem a partir da construção da rodovia Transcametá, nos anos 1975, e da UHE Tucuruí, nas décadas de 1970-80. Além disso, pretende descrever como os problemas socioambientais decorrentes da instalação da UHE Tucuruí repercutiram nas condições de vida e saúde desta comunidade.

Analisa, em seguida, o processo de titulação do território quilombola de Umarizal, considerando os condicionantes territoriais, técnicos e políticos que impossibilitaram a emergência do evento até os dias atuais. Neste sentido, observam-se as interferências exógenas ao lugar que se cruzaram com os interesses do grupo e tem dificultado a titulação efetiva.

Finalmente, em anos recentes, novos conflitos sobre a demanda do território de Umarizal Beira surgem com a chegada das empresas Cikel Brasil Verde S.A. (CIKEL) e White Martins Gases industriais do Norte S.A. (WHITE MARTINS).

5.2.1 Construção da Transcametá: Impactos na comunidade quilombola de Umarizal Beira/PA.

*Com a abertura da Transamazônica
Começou a entrega
Das terras da União
Aos burgueses e fazendeiros
Vindos de outras regiões.*

*Aí a destruição
Começou acontecer
Queimadas descontroladas
Pra ver o pasto crescer
Destruindo fauna e flora
Como todos podem ver.*

**Cordel: Transamazônica
Cordelista: Francisco Valter Pinheiro Gomes**

Francisco Gomes, migrante de Quixadá/CE, camponês, dirigente sindical e autor de outros cordéis sobre a Amazônia, faz uma reflexão crítica sobre a integração da mesma ao circuito da economia-mundo, via rodovias (ALMEIDA, 2022). E traduz, a partir de suas vivências, a transformação da terra de trabalho (valor de uso) em terra de negócio (valor de troca), bem como adverte sobre a destruição da floresta. Apesar do cordel se referir especificamente à Transamazônica, serve a qualquer outra rodovia construída na Amazônia, a medida que relembra um período específico da história de ocupação desta floresta, onde o argumento de vazio demográfico, reificado desde as primeiras narrativas de naturalistas e religiosos, serviu para a implantação de planos e projetos civilizatórios do desenvolvimentismo de matriz eurocêntrica.

As transformações socioespaciais que ocorreram no Baixo Tocantins, a partir da década de 1970, foram representativas do padrão de desenvolvimento capitalista que foi introduzido na Amazônia oriental por meio da instalação de Grandes Projetos de infraestrutura e econômicos pelos militares, tais como: a construção de novos eixos de penetração (estradas e rodovias) e de grandes projetos minero-industriais, agropecuários e hidrelétricos, o desenvolvimento de transportes e das comunicações, a diversificação da estrutura produtiva, e

os novos aportes migratórios, enfim, o rompe-se as barreiras que caracterizavam o seu “isolamento” e integra-se a Amazônia às regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Segundo Rogério Almeida (2022), em *“Fragmentos sobre as pelezas pela terra na região do Araguaia-Tocantins”*, neste tempo o Estado agiu como principal indutor da economia ao promover a renúncia fiscal, financiar obras de infraestrutura e empresas de capital externo, conceder terras públicas ao capital privado e subsidiar com fornecimento de energia grandes empresas da cadeia da produção de alumínio – Albrás/Alunorte (PA) e Alcoa (MA), além da instalação de empresas do Centro-Sul do país no ramo da pecuária na região. Assim, setores do comércio, bancários e da indústria do Centro-Sul do país se tornam os principais grileiros de terras ancestrais na Amazônia. Tudo com as devidas garantias jurídicas, como preconiza o mercado, numa flagrante indiferença às populações locais.

Em 1975, a abertura de rodovias como a antiga Transcarnetá (hoje federalizada e chamada BR422), construída durante o governo militar do presidente Ernesto Geisel, propiciou a ocupação de suas margens por migrantes vindos de várias regiões do Brasil. Intensificou-se a mudança do padrão de ocupação regional: ao padrão de povoamento com populações concentradas predominantemente nas beiras dos rios, emerge, aos poucos, uma nova localização, agora, às margens das rodovias (ROCHA; FORTES; GONÇALVES, 2014). Esta rodovia mudou radicalmente a vida dos quilombolas, que substituíram o acesso fluvial ao núcleo urbano de Tucuruí, por via terrestre. Não obstante, impactos maiores foram observados com a sua construção, como descrito a seguir.

Segundo Porto Gonçalves (2001), a arquitetura da ditadura civil-militar (1964-1985), ao cimentar a integração física da região por meio das rodovias, aprofunda o processo migratório para a região, promove o surgimento de numerosos núcleos urbanos, incentiva o desmatamento, incrementa a violência dos fazendeiros contra as populações locais/tradicionais, intensifica a disputa pela terra, dinamiza a grilagem, entre outros.

A estrada atravessou os limites da antiga reserva de castanhais de servidão pública da população de Baião e, muitas famílias que estavam ali historicamente situadas, passaram a ser ameaçadas de perda de seus territórios de diversas formas. Em Umarizal, observam-se várias narrativas de moradores e lideranças que descrevem o medo e insegurança trazidos à comunidade a partir da chegada destes novos atores ao território quilombola (grileiros, madeireiros, pecuaristas, médio e grande agricultor):

“(...) Existia muita invasão... muita comercialização de terra... isso eu sempre fui contra. E, com isso, eu comecei a trabalhar uma outra possibilidade de titular essas

terras coletivamente, até que chegou movimento quilombola, onde existe na lei a possibilidade de fazer a titulação coletiva ...

(...) Quando passou a Transcemetá, nos anos 70 pra que as pessoas não ficassem sem terra, naquela época não se falava nessa questão quilombola, cada um entrava pra tirar... as famílias começaram a dividir as terras...E, com o sindicato, eu consegui protocolar mais de 300 lotes aqui”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

“(...) aqui, depois da Transcemetá, forçou o pessoal a tirar os lotes, todo mundo demarcou um pedaço de terra para si... e ficou lá, 250 por 1000, vinte e cinco hectare a maioria tem esse 25 hectare, são poucos que tem um modulo de terra...”

(Entrevistado 7, 52anos, liderança cultural, julho 2021)

Percebe-se nos discursos que, como estratégia de proteção do território, os remanescentes de Umarizal Beira optaram pelo loteamento de áreas na região de Umarizal Centro. Assim, lotes agrícolas de 25ha são definidos e distribuídos para mais de 300 famílias, segundo entrevistado 10. A presença das famílias e a fixação de lotes em Umarizal Centro, ofereciam proteção à Vila de Umarizal Beira.

Na dissertação *“As Políticas Públicas Especiais de Acesso de Quilombolas às Universidades: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará”*, Nilton Lopes de Farias (2021) ratifica esta informação e acrescenta que a mesma estratégia foi usada em outras áreas limítrofes à Vila na tentativa de coibir a entrada de madeireiros, fazendeiros e grileiros. Com o passar do tempo, as famílias que nestas áreas se estabeleceram, cresceram e formaram comunidades anexas à Vila de Umarizal Beira. Na atualidade, portanto, existem quatro comunidades remanescentes anexas à vila de Umarizal Beira: Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão:

“(...) Umarizal centro, como comunidade, surgiu somente nos anos de 1970, quando da abertura da antiga Rodovia PA-156 Transcemetá, hoje BR-422, momento em que um grupo de famílias que residiam na Comunidade de Umarizal Beira, foi designada pela comunidade para morar no local, como forma de defesa contra invasores na onda de grilagem de terras que ocorreu na região após a inauguração da estrada.” (FARIAS, 2021, p.33).

“(...) Situada na margem esquerda do Rio Tocantins, no segmento sul da comunidade de Boa Vista, a povoação do Paritá Miri surgiu nos anos de 1980, simultaneamente ao surgimento da comunidade de Florestão, ambas criadas pelos quilombolas de Umarizal como estratégia de defesa do território quilombola diante da chegada de compradores, invasores e de grileiros de terras, numa segunda onda de grilagem de terra na região. Os quilombolas na época, além de cortarem os picos demarcando a sua área mínima de uso, deslocaram dois grupos de famílias para fixarem residência e firmar resistência na luta pela terra no limite sul do seu território, sendo que na margem da beira do rio Tocantins originou a comunidade de Paritá Miri, e pelo centro, nas margens da rodovia BR 422 se ergueu a comunidade de Florestão.” (FARIAS, 2021, p.34).

“(...) A estratégia dos quilombolas de ocupação do espaço na margem da estrada Transcemetá para, com a presença de moradores, tirar a visão de terra virgem

abandonada e impor resistência de defesa na fronteira sudoeste dos já reduzidos territórios legítimos dos povos quilombolas de Umarizal. A Comunidade de Florestão situa-se nas margens da rodovia BR 422, antiga estrada estadual que liga Cametá à Tucuruí, rodovia PA 156, conhecida como transcametá, a 4 Km da tapera do antigo quilombo de Paxibal e a 10 km da Vila de Umarizal Beira” (FARIAS, 2021, p.35).

Magalhães (2003) reforça que, na década de 70, o modelo da produção familiar é preterido pelo Estado em prol de grandes complexos agropecuários e de grandes investimentos de extração mineral. Assim, para os camponeses, uma das mais importantes consequências dessa inflexão é a expulsão de suas terras ocupadas secularmente, o que justifica o receio narrado pelos remanescentes de Umarizal.

Segundo Martins (1991), citando dados de pesquisa do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, sete de cada oito famílias de pequenos agricultores estavam ameaçadas de expulsão de suas terras ou posses devido ao avanço das grandes empresas beneficiadas através dos incentivos fiscais e fazendeiros, neste período. Uma parte dos agricultores se deslocou para centros urbanos, ainda que temporariamente, mas grande parte optou por ir à busca das franjas de florestas, onde se pensava que havia terras desocupadas, mesmo que muito distantes. No entanto, como disse o autor, a sensação de segurança para fazer suas roças *“durava apenas o tempo necessário à chegada de um novo grileiro, de uma nova fazenda”* (MARTINS, 1991. p47). Conclusão semelhante foi descrita pelas autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro (2009) ao descrever a resistência dos grupos negros do Vale do Tocantins neste período: *“desse período à atualidade, somam-se fracassos, desistência de muitos e venda de várias pequenas posses, com migração de famílias para áreas urbanas”* (MARIN; CASTRO, 2009. p.92).

Aqueles que optaram por ficar e resistir, ou lutaram, ou cederam ao grande capital e, para sustentar suas famílias, foram trabalhar para os grandes latifundiários. A Transcametá se tornou o principal meio de transporte de madeiras da região e deixou o território ainda mais vulnerável às invasões e ao desmatamento. Estas madeiras eram extraídas das fazendas, assim, a Vila além de se tornar porto de embarque e desembarque das mesmas, passou a ser fornecedora de mão-de-obra para as fazendas, segundo relatos dos moradores:

“(...) Então na década de 1968/70 veio a era da pimenta-do-reino e as famílias se deslocaram para Tomé-açu para trabalhar na colheita de pimenta. Muita pimenta ... os homens iam colher a safra de pimenta, em setembro... A mulherada ficava cuidando, quando chegavam iam fazer a roçada para o mesmo percurso de novo.... Depois que terminou o período da pimenta, onde as fam mais lá, entrou na era da Fazenda aqui. O pessoal saíam em 40, 50, 70, 100 homens e iam pra Fazenda roçar fazer essas Fazenda Grande pra aí.... E às mulheres ficavam cuidando dos roçados aqui.... Coloca aí 1975,

mais ou menos, o período.”

(Entrevistado 7, 52anos, liderança cultural, julho 2021)

Sandolene Pinto (2002), em *“Organização política de trabalhadores rurais e a questão ambiental – Um estudo do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Baião/PA”*, corrobora com a informação de que os conflitos pela posse de terra se acirraram com a abertura da rodovia Transcametá. Segundo autor, a ação expropriatória empreendida pelos fazendeiros do sul e sudeste do país, desencadeou a revolta de trabalhadores rurais que dependiam da terra para trabalhar e sobreviver. Então, fortaleceu-se o movimento de organização dos trabalhadores rurais do município de Baião iniciado na década de 1960.

Medeiros (1989) aponta que, ainda na década de 1950, as lutas do campo tenderam a se generalizar, a superar seu caráter local e a se articular em formas mais abrangentes de organização. Para esta autora, no bojo dos conflitos que emergiam, uma forma de organização privilegiada foram os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões e irmandades. Forjam-se, no seio dessas lutas, bandeiras como a dos direitos trabalhistas, da previdência social e da reforma agrária. As causas dos conflitos eram de várias ordens e, da parte dos trabalhadores do campo, expressavam lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como lutas contra situações que ameaçavam suas condições de existência.

A necessidade de organização dos trabalhadores rurais é resultante da pouca preocupação das autoridades com o setor rural. Surge, então, a necessidade de criação de órgãos que possam regulamentar o trabalho da agricultura e lutar junto aos trabalhadores rurais para que consigam pressionar o governo para solucionar seus problemas, como as associações, posteriormente substituídas pelos sindicatos. Alguns moradores de Umarizal referem este período como a “era das associações”:

“(...) Também no período de 80 e pouco até os meados de 90 por aí, pois a partir de então, já entrou a era da associações que a gente fala. Em 1992, com incentivo do técnico agrícola Nilton Lopes de Farias, filho da terra, foram fundadas várias associações no município de Baião, inclusive em Umarizal, por exemplo associações de micros e pequenos produtores, associações de mulheres, associação de jovens... que tinham como objetivo melhorar o padrão de vida das famílias... E aí começaram a buscar projetos de plantio de Açaí, de cupu, de coco e de pimenta. Morreu a pimenta e esses outros não deu certo, que a informação técnica era que tinha que plantar debaixo da árvore, cupu, açaí na mata, mas não deu certo né?! Aí quando entrou essa questão das associações o pessoal não saíram mais, todo mundo se concentrou começando a trabalhar nos seus terrenos, seus lotes...”

(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021)

William dos Santos Assis (2007) na tese *“A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense”*, registra que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá (STTR) é fundado no dia 14 de fevereiro de 1974. A fundação do STTR-Cametá em meio aos anos de chumbo da ditadura militar estava, como se observa, diretamente vinculada à ação da Igreja Católica. Isto fica mais evidente, segundo autor, quando se percebe que a grande maioria dos membros da diretoria do sindicato durante o período que vigorou a ditadura militar era vinculada a igreja, sendo membros das comunidades cristãs (CC).

Uma característica comum ao contexto de criação dos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará na década de 1970, é que estas entidades sindicais estavam *“fortemente ligadas a uma política de colonização e sob a tutela de um Estado fortemente autoritário”* (SOUZA, 2002, p.121). Tratava-se, portanto, de um sindicalismo rural que apresentava uma dupla caracterização, pois, ao mesmo tempo em que geria serviços públicos destinados aos trabalhadores rurais (como saúde e previdência), também cumpria uma estratégia do governo militar de manter o controle sobre os agricultores sindicalizados. Esse controle se efetivava através do já existente Ministério do Trabalho que expedia as cartas sindicais que davam aos sindicatos a “liberdade” de atuação. O STTR de Cametá só teve seus trabalhos oficializados um ano após sua criação, em 1975, quando recebeu a carta sindical que legalizava suas atividades perante o Ministério do Trabalho.

João Batista Wanzeller (2015) em *“Educação em movimento, trabalhadores rurais em formação: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90)”*, descreve a Igreja Católica como uma importante força que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais. Seja por uma linha definida por diretrizes socialistas, seja por uma linha conservadora ou mais afinada com as orientações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De forma geral, a formação política desempenhada pela Igreja orientou-se numa concepção de atendimento “aos pobres”, incluindo neste conjunto os camponeses. A maioria dos movimentos católicos que dedicaram esforços à educação passou a ver os sindicatos como um potencial instrumento de organização dos trabalhadores do campo, por onde seria possível desencadear transformações locais e também na estrutura socioeconômica brasileira.

Adriane dos Prazeres Silva (2014), em *“Trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, organização e parcerias com a Igreja progressista da Prelazia de Cametá (1979-1991)”*, informa que a Igreja Católica Progressista da Prelazia de Cametá, ao fazer a *“opção preferencial pelos pobres”*, abraçou a causa da teologia da libertação e tornou-se uma das

principais parceiras dos trabalhadores rurais da região. Essa “ala” da igreja católica foi responsável por inúmeras intervenções nos conflitos por terras que se desdobrou nesse período, na Amazônia, posicionando-se “*ao lado dos menos favorecidos*” (SILVA, 2014, p.58). A prelazia de Cametá, em 1979 possuía as seguintes paróquias: Cametá, Oeiras, Igarapé Miri, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Jacundá e Bagre.

Além das entidades religiosas, a formação sindical em Cametá, contou ainda com apoio da sociedade civil e governamental. Isto pode ser comprovado quando Assis (2007) cita o depoimento de algumas lideranças locais, vinculadas ao STTR de Cametá, como o ex-presidente do sindicato, Sr. Luiz Gonzaga da Cruz, o “Zé Capina”, de 67 anos. Este ressalta que a participação de alguns “parceiros”, numa referência aos órgãos de apoio ao sindicato, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá – FETAGRI, o ITERPA – Instituto de Terras do Pará e APAAC – Associação Paraense de Apoio à Comunidades Carentes, foram fundamentais para garantir uma formação que ao mesmo tempo em que ajudava no conhecimento de direitos e leis, apresentavam instrumentos de como conquistá-los (ASSIS, 2007, p.58).

O STTR-Cametá, por meio da Igreja Progressista oferecia parcerias diversas aos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, como os projetos de formação de animadores de comunidades, as cantinas comunitárias, cursos de formação de lideranças, entre outros. Nestes, estavam sempre presentes elementos do Marxismo, assim como princípios da Teologia da Libertação, que ajudaram as “*Comunidades Cristãs na atuação política em defesa dos direitos dos índios, dos posseiros, dos movimentos sociais, pela anistia e encontrasse nelas um vínculo de pedagogia popular, de conscientização política e de contestação ao sistema capitalista*” (BOFF, 1981, p. 98).

Em resumo, os animadores das Comunidades Cristãs eram escolhidos pela própria comunidade, era um comunitário com mais experiência, responsável por uma área, ou um distrito, composto por várias comunidades. Todavia, sua função era visitar regularmente essas comunidades, verificando o seu desempenho, estimulando e articulando a ação pastoral das lideranças. Eles recebiam formação teológico-pastoral através de cursos oferecidos própria Prelazia de Cametá e suas paróquias. Ainda, como o próprio o nome diz possuía a função de animar e organizar as comunidades, resolver as problemáticas delas e promover a união das comunidades cristãs com a população simples e os padres, em um movimento que unia a ideia

de formação religiosa e atuação política na busca por melhores condições sociais (WANZELLER, 2015).

Ainda segundo Wanzeller (2015), as *cantinas comunitárias* surgem para diminuir a dependência do trabalhador rural dos grandes proprietários de terra e como outra alternativa para compra de mercadorias para seu sustento a um valor mais barato. Antes, o trabalhador rural, pelas limitações geográficas das fazendas, que estavam distantes dos centros comerciais, trocava os produtos do seu trabalho no comércio controlado pelo próprio dono da terra (patrão), criando uma relação de dependência.

Para superar estas dificuldades, iniciou-se uma experiência na Prelazia de Cametá que foi chamada de cantina. A idéia era que o próprio agricultor poderia associar-se na cantina, pagando como entrada certa quota, com o dinheiro arrecadado e com um empréstimo do fundo da Comunidade Cristã sem juros por três anos. A cantina atendia os associados com fornecimento de mercadorias a preço de custo, adquiridas no comércio de Belém.

Por fim, o STTR-Cametá consolida-se pelo papel estratégico na formação dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Segundo Assis (2007), essa formação correspondia a uma estratégia de assegurar a apropriação de conhecimentos e de como atuar como *liderança*, até a formação profissionalizante, ou seja, as chamadas capacitações técnicas, geralmente de curta duração, como os grupos de estudos de base, que eram capacitações à distância de jovens e demais trabalhadores e trabalhadoras rurais, repassadas pelo Programa Jovem Saber, produzida pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e a formação dos “animadores de comunidades cristãs”.

Para Wanzeller (2015), o sindicato é um espaço de formação política onde há participantes de experiências, por sua vez, com diferentes modos de reprodução social; um espaço com objetivo de construir uma perspectiva “unificada” entre os sujeitos pertencentes ao sistema sindical rural; um lugar onde se constrói sentimento de pertencimento entre os mesmos, transformando-os em um grupo militante; um lugar onde se constrói conhecimentos que visam intervir e mudar visões de mundo. Estas construções conceituais, em outras palavras, nos permitem associar os sindicatos como espaço de formação de liderança.

Em Umarizal, a Igreja Católica teve papel muito importante em tempos pretéritos na constituição e organização política de seus moradores. Ao redor dela, configuravam-se práticas de socialização, de formação de lideranças, de adensamento de lutas em defesa do território. “*Em torno dela gira a vida de uma comunidade, indicando uma relação social, porque é a célula da comunidade, ponto de encontro*” (FABRINI, 2015. p84).

Na dissertação intitulada “*Educação Quilombola, Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará*”, de Oberdan Medeiros (2018), Sr. Narciso Vieira, na época presidente da ACORQBU de Umarizal, atribui, em certa medida, a sua inserção no movimento social a partir de sua articulação com as comunidades mediadas pela organização da igreja católica na qual ele era atuante como catequista:

“(...) Olha na verdade, meu começo foi a comunidade cristã sabe? Comecei a participar de comunidade cristã assumindo já liderança. Trabalhei como catequista há diversos anos 6/7 anos e nesse período também fui diretor sindical quer dizer eu me aprofundei bastante na leitura do sindicalismo brasileiro com uma nova metodologia com uma nova filosofia de trabalho. Já discordando daquele sindicato comprometido com os patrões e isso me ajudou muito a despertar, eu consegui na verdade ter um entendimento da realidade totalmente diferente. Teve muita divergência claro, mas isso tudo veio com a participação do movimento comunitário, o movimento da igreja e isso fez com que eu pudesse fazer uma grande familiarização com as comunidades, com as pessoas na época trabalhava aqui do Umarizal até Anilzinho depois com o movimento sindical teve a felicidade de conhecer todo o município de baião e fazer muitos cursos fora e isso me ajudou a ter essa visão e essa noção de que o sindicato vale pro trabalhador e foi até que no final dos anos 90 foi que eu abracei essa questão quilombola e isso ajudou bastante pra que a gente pudesse ter uma visão mais crítica nessa questão da participação popular, a participação do povo. Se eu não tenho esse conhecimento a partir do movimento comunitário, o movimento sindical eu com certeza iria enfrentar muita dificuldade aí no movimento quilombola (...) Não funcionava sindicato, não funcionava nada aqui nessa época que eu comecei pra você ter uma ideia teve uma proposta do padre Geraldão não sei se você chegou a conhecer ele pra mim vir morar aqui no Umarizal naquela época que eu não morava aqui eu morava no Umarizal centro lá na Transcmetá e eu não aceitei, eu não tava fim de ir embora [...] então eu fui simplesmente avançando e participando, mas não tive aquele foco realmente de fazer como fulano faz não. Não tive esse exemplar pra mim, esse modelo”. (MEDEIROS, 2018, p. 65)

Retomando as discussões sobre os conflitos agrários, algumas vezes eles se tornavam físicos, como nos casos de execuções e chacinas de posseiros. Mortes a perder de vista, em sua maioria, coberta pelo manto da impunidade sob a cumplicidade de um judiciário parcial.

Para Santos se, por um lado, o aumento da organização dos trabalhadores evitou um embate direto com os fazendeiros ou pistoleiros contratados por eles, por outro, os órgãos de repressão aumentaram as prisões de trabalhadores (violência legal), ou seja, a disputa se tornou uma “disputa jurídica” (SANTOS, 1998). O Estado se fez mais presente atuando como mediador dos conflitos. Dados levantados por Treccani (2006) mostraram que em 1990 ocorreram no estado do Pará 585 despejos judiciais e 44 expulsões, o que confirmou a existência de um grande número de conflitos fundiários, principalmente no sudeste paraense.

Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo (2014), em “*A Comida que vem da mata- Aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista*

Ipau-Anilzinho (Amazônia, Brasil)” discorre sobre como as lutas desencadeadas a partir da construção da Transcmetá forçaram as várias comunidades quilombolas da região do Baixo Tocantins a rearmar novas estratégias de territorialidade, reafirmadas nos *Encontros Anuais de Anilzinho*. Isto porque, segundo o mesmo, em 1979, “grileiros” do Sul do país que entraram em conflitos com posseiros, causando a expulsão violenta de suas terras, na localidade de Anilzinho, município de Baião/PA, vizinhos à comunidade quilombola de Umarizal Beira.

O conflito surgiu devido à área ser rica em castanhais e, por ser devoluta, portanto, muita gente tinha interesse para explorar este produto e apropriar-se da terra de forma ilegal, a exemplo dos grileiros. Uma síntese retrospectiva da emergência desses conflitos pode ser observada no trecho da narrativa do Padre Thiago Poels:

“Com a abertura da estrada Transcmetá, apareceram grileiros do sul do país, com interesse de se apropriar desta região, lá existiam algumas pequenas propriedades à beira do rio Anilzinho e Ipau, tinha alguns estabelecimentos de comércio para a compra de castanha, as terras eram devolutas e a maior parte estava dentro do decreto da reserva. Apareceu um homem chamado Tião, querendo ocupar toda área, e não conseguiu porque o povo começou a resistir, então vendeu a área para um fazendeiro do sul, que deixou como capataz o Gustavo, que foi pedir apoio da juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jeeps com soldados armados de fuzis e metralhadoras que começaram a caçar os homens que estavam trabalhando. Através de ameaças embarcaram todos os homens nos caminhões e levaram para Tucuruí.” (FIGUEIREDO, 2014, p.23).

Segundo mesmo autor, os moradores mais antigos revelaram o uso de ameaças de mortes, prisões, violências, despejos e perseguições impostas por grileiros e fazendeiros que à época tentaram apropriar-se das terras, o que ocasionou reações diversas por parte dos expropriados, alguns aceitaram em silêncio, mas, outros se muniram de armas brancas, como facões, numa tentativa fracassada de intimidação das ações adversárias.

Após o referido acontecimento, os trabalhadores da região e seus parceiros promoveram o *I Encontro de Anilzinho*, onde foi formulada *A Lei dos Posseiros* (Figura 31). Tratava-se de um conjunto de leis e regulações norteadoras da ação política e ética do grupo, construídas por esses sujeitos e com a finalidade de proteger as pequenas propriedades do latifúndio. A cada ano os trabalhadores, “os posseiros”, como eram intitulados, de toda a região se reuniam para avaliar a Lei Anilzinho e também incorporavam as novas demandas a serem trabalhadas como forma de organização enquanto movimento. Segue a Lei criada durante o I Encontro de Anilzinho entre os dias 10 e 11 de julho de 1980:

“Nós camponeses da região Tocantina (Baião, Tucuruí, Marabá, Mocajuba, Cameté e Oeiras do Pará), reunimos nos dias 10 e 11 de julho de 1980, na comunidade de Anilzinho-Baião, em encontro que teve como tema: Terra para quem trabalha nela, depois de termos analisado a realidade em que nos encontramos: grilagem em massa

e violenta e as mais diversas formas de opressão cometidas pelas autoridades, deixando-nos em completo abandono, resolvemos tomar as seguintes resoluções: 1. Resistir na terra; 2. A terra é da comunidade; 3. A terra é para trabalhar nela [...]; 4. Fazer demarcação da área sem esperar pelo governo; 5. Defender a terra com armas se for preciso, machado terçado, espingarda, etc. reagir ao ataque da grilagem; 6. Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas [...] imprensa [...]; 7. Fazer oposição sindical e política. Troca de delegado sindical pelego [...]; 08. [...] Criar comissão de terra; 09. Constituir casa comunitária ou capela e exigir posto médico [...] para dar mais segurança na terra; 10. Organizar a comunidade [...] através de trabalho coletivo; 11. Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12. Lutar pela reforma agrária radical e imediata” (FIGUEIREDO, 2014, p.25).

Figura 31 – Capa da cartilha da Lei de Anilzinho ou “Lei dos Posseiros”, produzida durante o I Encontro de Anilzinho, em Baião/PA, em 1979 (A). Comunidade de Nova América, município de Cametá saudando os participantes do “III Encontro Anilzinho”, 1982 (B). Plenária do III Encontro Anilzinho, com presença do Bispo da Prelazia de Cametá D. José Elias Chaves (C).



Fonte: Adaptado de Wanzeller (2015).

A partir deste primeiro encontro sucederam-se outros dez, com a finalidade de aglutinar os trabalhadores rurais em prol de uma organização. O primeiro e segundo Encontros de Anilzinho ocorreram em 1980 e 1981, respectivamente, em Baião, com o tema “terra para quem nela trabalha”. O terceiro e quarto foram na Comunidade Cristã (CC) Nova América, respectivamente em 1982 e 1983. O quinto ocorreu na CC de Livramento (1985), o sexto foi na CC de Aranquembaua (1986), o sétimo foi na CC de Mupi (1987), o oitavo em Pacajá (1988), o nono foi em Limoeiro do Ajuru (1990) e, o décimo e último, em Tuerê-Pacajá (1991). Todos os locais pertencem ao território da prelazia de Cametá (SILVA, 2014). Além disso, foi em torno desses eventos, que se garantiu a posse da terra para a comunidade de Anilzinho e demais da região, como também foram brotando novas estratégias: plantações coletivas para sustentar

a organização, além de inúmeros encontros, reuniões, debates e cursos que ajudaram no fortalecimento de identidade coletiva. Em vista disso, foram surgindo à necessidade de organização progressiva, fazendo oposição partidária e as conquistas dos sindicatos dos trabalhadores rurais (SILVA, 2014).

A Lei de Anilzinho, portanto, se tornou um marco na história de lutas dos trabalhadores rurais pela preservação da posse de suas terras no Baixo Tocantins, entre eles, moradores de Umarizal. Não há dúvidas que as canções também foram instrumentos educativos e de formação, demonstrando a capacidade formativa pela via música e das cantigas que exaltavam a necessidade de luta e organização. Essa informação é ratificada na música criada por Francisco de Assis Contente (Chicão), liderança política da época:

Ai, ai, meus companheiros (BIS)

*Tenho pena daquele povo, de Anilzinho e Ipaú
Joana Peres e Varginha, está sofrendo a mesma dor
Lá está o fazendeiro, expulsando o lavrador
Ah! meus companheiros, vejam em que ponto chegou!*

*Tocou fogo em 11 casas, sua plantação tomou,
Levou porco e galinha, água do poço envenenou
Botou os pobres no seu carro, em Tucuruí soltou!
Ah! meus companheiros, veja o que meu irmão passou (BIS)*

*Isto está acontecendo, no nosso país inteiro:
Os pobres não tem direito, só quem tem é o fazendeiro.
Ah! Meus companheiros, este é um ponto verdadeiro. (BIS)*

*É uma falta de respeito, me escute, preste atenção:
Pro pobre já acabou a lei, dentro desta Nação.
Ah! Meus companheiros, que triste situação (BIS)*

*Perde terra, perde vida, perde tudo o que o pobre tem.
Se ele procurar o direito, é o que o pobre não tem.
Ah! Meus companheiros, não se acredita em ninguém (BIS)*

Canção: Anilzinho
Livro de Canto das comunidades cristãs, p. 11-12
Prelazia de Cametá, 1980
Site: <https://memoriasocialtucuruí.org/a-comunidade-canta>

Por todo exposto, observou-se que a estrada sufocou a floresta e, ao fazer isso, descortinou novas dinâmicas espaciais, econômicas, políticas e sociais sobre o território de Umarizal Beira, durante os anos 1970/80/90, bem como resistências diversas, numa tentativa de garantir a manutenção do mesmo.

5.2.2 Construção da UHE Tucuruí: Lutas, demandas e impactos às condições de vida e saúde na comunidade de Umarizal Beira.

*“Eu durmo e sonho com isso,
 Não sai do pensamento,
 Quando fecharam a barragem,
 Pro pobre aumentou o sofrimento.
 Eu vivo e tou preocupado,
 Com os projetos que estão por aí,
 A minha preocupação é,
 Com a barragem de Tucuruí.
 Coitados dos nossos amigos,
 Que moram, plantam e criam,
 Agora com a grande barragem,
 Não plantam, nem criam mais nada.
 Coitados dos pobres das ilhas,
 Eu não sei como é que vai ficar,
 Com a disparada das águas,
 Não sei pra onde vão mora.
 Os nossos peixinhos do dia,
 Camarão e mapará,
 A nossa frutinha gostosa,
 Tudo isso vai se acabar”.*

Canção: A crise da Barragem
Livro de Canto das comunidades cristãs, p. 03,

Prelazia de Cametá, 1980.

Site: <https://memoriasocialtucuruui.org/a-comunidade-canta>

Os versos sinalizam sentimentos de dúvidas e angústias vividas pelas populações ribeirinhas à montante e jusante da UHE Tucuruí durante período de construção da barragem, sem ter certeza dos reais impactos que ocorreriam em suas condições de vida e saúde.

Como já foi dito anteriormente, os impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da construção de barragens não se limitam à área inundada. Isso significa que também são afetadas as populações que vivem à jusante da barragem e que, de alguma maneira, se utilizam dos recursos - tais como rios, florestas, pastos, estradas - destruídos pelo projeto (MAB, 2005).

Segundo Silva (2014), em *“Reordenamento territorial e transformações socioecológicas e culturais: Lições adversas da construção da UHE Tucuruí/PA”*, transformações significativas socioecológicas e culturais ocorreram na região do Baixo Tocantins, área de jusante da UHE-Tucuruí, no sudeste paraense. Não é a água represada na

forma de reservatório da usina que caracteriza essa região, mas a dinâmica das transformações que ocorreram após o barramento do rio Tocantins e os conflitos que emergiram, a partir da segunda metade da década de 80.

Essas mobilizações sociais eclodiram reivindicando a efetivação das compensações pelo deslocamento compulsório de expropriados à montante, em conturbado processo de pressão e negociação que se prolongou ao longo de muitos anos, antes e depois de 1984, ano do fechamento das comportas e do enchimento do reservatório. Em Tucuruí, diferentemente do ocorrido em outras barragens, também a população a jusante da barragem se mobilizou, sobretudo a partir de 1986, quando o barramento do rio provocou a degradação da qualidade da água com repercussões na saúde pública, redução drástica da pesca e alterações no regime do rio, de que dependem as populações ribeirinhas para realizar sua agricultura de vazante, precarizando ainda mais suas condições de vida e saúde.

Na mobilização e organização dos trabalhadores no Baixo Tocantins tiveram papel de destaque os sindicatos dos municípios à jusante e montante, apoiados pela Igreja Católica e outras organizações, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). No início dos anos 1970 é que se encontram as raízes históricas do MAB, que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09). Nesse processo, o MAB emerge, concebido como:

(...) movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2005, p. 05).

Sérgio Roberto Moraes Corrêa (2020), em “*Movimento dos Atingidos por Barragens: interpelando debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia*”, cita entrevista com uma das lideranças do MAB, que fala do surgimento do mesmo na região amazônica, destacando o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Cametá e Tucuruí) e da Comissão Pastoral da Terra – CPT para a construção da ‘Comissão dos Atingidos’, um aspecto comum em relação às outras lutas e mobilizações que se desenvolveram em todo país, em função da construção destes empreendimentos energéticos. Todavia, a mobilização e luta contra o projeto de Tucuruí só se deu depois de iniciada a obra:

“(...) só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CATHU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais

e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região” (CORRÊA, 2020, p.431).

Segundo documento do MAB, em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí”, que encaminhou à empresa ELETRONORTE e à outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações. A partir daí, as mobilizações e pressões passaram a ser mais fortes, já que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz (MAB, 2005). Neste mesmo documento, os expropriados elencaram o passo-a-passo de suas reivindicações, conforme quadro 3.

Como exemplo dessas mobilizações, citam-se os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, ficaram em frente ao escritório da Eletronorte, na cidade de Tucuruí, onde se reuniram cerca de 400 pessoas (Figura 32). Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: *“terra por terra, vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos”*. Os trabalhadores rurais pleiteavam lotes de 21 alqueires em troca de suas terras desapropriadas, além da construção de vilas e casas estruturadas para os remanejados, bem como revisão das indenizações executadas e outras a executar.

Quadro 3 – Resumo dos eventos, documentos e mobilizações dos expropriados pela UHE Tucuruí, na década de 1980.

Data	Descrição do evento
9 de janeiro de 1980	Comunidades de Itupiranga elaboram, e publicam na imprensa, o documento "ELE TRONORTE" perguntando: a) Quando vamos ser indenizados? b) Quanto vamos ganhar? c) Onde estão os outros lotes? d) Quem vai ser e quem não vai ser indenizado?
Julho de 1980	Desapropriados da Vila de Repartimento (Km 1 57. Transamazônica) fazem abaixo assinado, enviando à ELETRONORTE, Governo de Estado e Prefeitura Municipal de Tucuruí e exigem a construção da nova Vila de Repartimento no Km 177 da Transamazônica e demarcação de lotes às proximidades
2 novembro de 1981	Lançado e posteriormente divulgado na imprensa, o "Documento dos Vazamentos de Itupiranga à ELETRONORTE"
12 dezembro de 1981	A população de Repartimento e adjacências se reúne em Assembleia, na Vila de Repartimento, e aprova o "DOCUMENTO I" exigindo: Lotes de 21 alqueires próximos à Novo Repartimento; casa por casa; indenizações justas e recuperação dos prejuízos dos anos proibidos de plantar.
15 de dezembro de 1981	Comissão de moradores de Repartimento vai até Brasília, entrega o "DOCUMENTO I" à altas autoridades do Governo Federal, através da

Data	Descrição do evento
	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG se reúne-com a Diretoria da ELETRONORTE. O documento é publicado na rádio, jornais e televisão do país.
23 de maio de 1982	É feito novo documento (DOCUMENTO II) pelos moradores de Repartimento e adjacências exigindo que fosse cumprido até o dia 30 de julho: a) demarcação dos lotes rurais; b) conclusão da infraestrutura dos novas Vilas de Repartimento e Breu Branco c) início da construção das novas casas, pela ELETRONORTE d) mapas das novas vilas e dos lotes rurais.
12 de agosto de 1982	Assembleia geral, em Repartimento, reúne representantes de toda a área do reservatório e, conjuntamente, decide dar o prazo até o dia 5 de setembro para que a ELETRONORTE cumpra com as reivindicações do DOCUMENTO II. Passado esse prazo e a empresa não satisfazendo as reivindicações, os atingidos acampam no Escritório do SPI/TUC.
8 a 11 de setembro de 1982	400 lavradores e lavradoras acampam no Escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário, da ELETRONORTE - SPI/TU

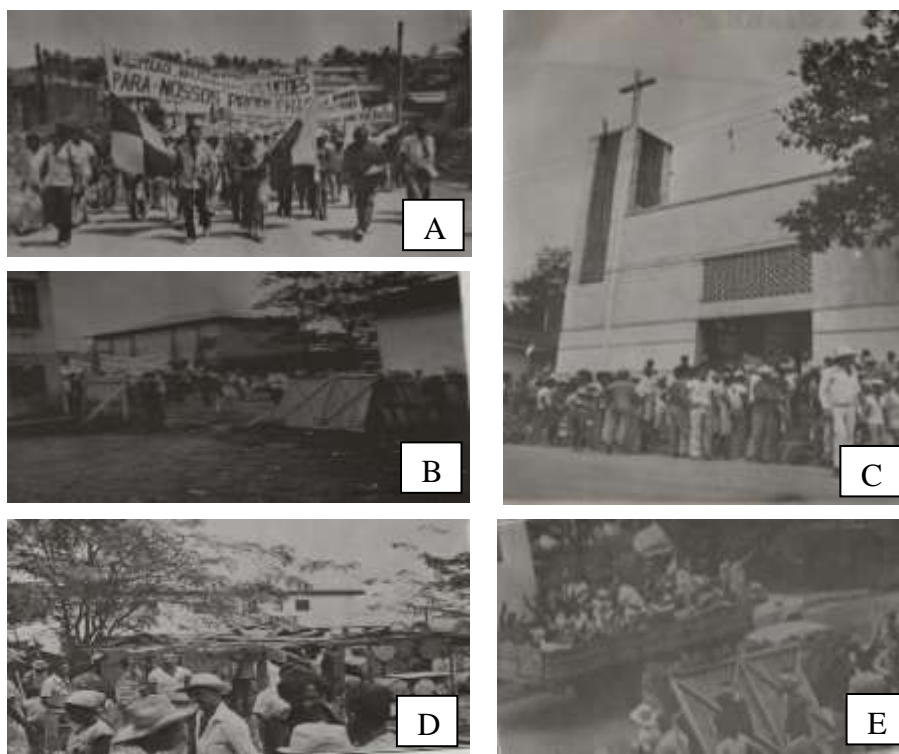
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A outra mobilização ocorreu em abril de 1983, durante o qual conseguiram reunir cerca de 2.000 pessoas e reabriram as negociações com a ELETRONORTE. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa, em Brasília. Enquanto essa Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento nascente. Para o Movimento: “*A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento*” (MAB, 2005).

Na dissertação de João Batista Wanzeller (2014) em “*Educação em movimento, trabalhadores rurais em formação: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90)*”, o autor cita uma entrevista com o engenheiro agrônomo Bernardo Krommendijk, que destaca que um dos pontos forte de organização dos trabalhadores no Baixo Tocantins foi a mobilização contra a Hidrelétrica de Tucuruí, confirmando a presença da Igreja Católica em comunhão na organização dos movimentos populares e trabalhadores rurais.

Figura 32 – (A) Mais de 300 lavradores saem em passeata, caminhando e levando faixas com suas reivindicações; cantando e anunciando ao povo da cidade de Tucuruí os motivos de sua luta. (B) Trabalhadores rurais acampam no escritório do SPI –Serviço de Patrimônio e Indenizações - da ELETRONORTE para negociar com a empresa suas reivindicações. Depois de alguns dias acampados, as negociações acontecem e é lavrada e assinada ATA pelos participantes, com a ELETRONORTE se comprometendo a atender às demandas. (C) Assembléia realizada na Igreja Nossa Senhora da Conceição

com os lavradores, que decidem em ATA aceitar os acordos firmados com ELN. (D) Trabalhadores levantando acampamento e desfazendo as barracas. (E) Em ônibus conseguidos junto à Eletronorte e caminhões, os 400 acampados voltam felizes para a casa, por causa do acordo conseguido.



Fonte: www.mab.org.br/boletim-arca-tucuruí

Bernardo Krommendijk foi engenheiro agrônomo e assessor da Prelazia de Cametá (1975 a 1985), e acompanhou todos os movimentos dos atingidos pela barragem na região do Tocantins, na condição de agente do processo educativo no Baixo Tocantins.

Segundo Bernardo, na época, o foco principal eram as reivindicações contra a UHE Tucuruí. Ele lembra que foram organizados através dos STTR-Cametá e Prelazia, a ida para Tucuruí, com objetivo de bloquear os trabalhos realizados pela Eletronorte, empresa responsável pelos serviços da construção da barragem. Que depois que os trabalhadores resolveram fazer o manifesto, foram para às ruas nas mediações da barragem, enfrentando dezenas de policiais, que bloqueavam a passagem dos trabalhadores, e “*após horas de espera no sol escaldante, informava que foi possível fazer uma negociação para deixar passar uma equipe de umas dez pessoas, representantes dos trabalhadores como a presença do Bispo D. José Elias, em que o objetivo era negociar com a Eletronorte*”. As imagens deste evento podem ser observadas na figura 33.

“(...) Na época toda a discussão girava em torno dos prejuízos causados pela construção da barragem. Para a população que morava na área da barragem foi feito um decreto de desapropriação por utilidade pública. No caso, o governo havia

mandado fazer um levantamento das famílias da área, onde o reservatório se encontrava, das quatro mil famílias, 3.600 entraram no levantamento e os 400 restantes ficaram de fora. Dessas famílias 2.700 eram agricultores. Na colônia destinada as famílias, os lotes eram de 50 hectares, mas era de conhecimento dos agricultores que na norma da reforma agrária essa medida deveria ser de 100 hectares, além do mais, nesta área não havia escolas com professores, postos médicos, nem entrada de estradas vicinais, ou de penetração. De acordo com os dados, foram destinados 640 lotes para 2.700 famílias(...) Diante destas situações as famílias envolvidas neste processo e os trabalhadores rurais da região começaram a se organizar e conseguiram muitas glebas de terras. (...) Além disso, a Eletronorte garantia que os danos iriam afetar apenas os que estavam acima da barragem [montante], tranquilizando o povo que morava abaixo [à jusante]. Mas não era o que se comprovava, informa Bernardo Krommendijk. Este foi o caso, lembra de 1984, quando secou praticamente todo o rio Tocantins no trecho de Tucuruí até na Vila de Itaquara. Que como consequências nunca voltou ao normal, pois muitos peixes desapareceram, o lodo verde que descia na água, contaminando sem condição de uso pelas populações ribeirinhas, obrigando-os a ter que buscar água na cidade. Lembra que também sobre isso escreveu várias cartilhas, alertando o povo sobre os danos da barragem.” (WANZELLER, 2015, p.102-103)

Ainda sobre a parceria da Igreja católica com os lavradores, Adriane dos Prazeres Silva (2014), em *“Trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, organização e parcerias com a Igreja progressista da Prelazia de Cametá (1979-1991)”*, ratifica esta parceria ao descrever um dos encontros de Anilzinho (quarto), ocorrido na CC de Nova América, em 1983, Km 57 da PA 156; localidade de Oeiras do Pará, nos dias 20 e 24 de outubro de 1983:

“(...) onde a população, trabalhadores rurais, operários, pescadores e funcionários públicos, representantes de 119 comunidades, denunciaram ao público e a todas as instâncias do governo, a insegurança que estes tinham em relação às consequências advindas do gigantesco projeto, lavradores, enfim as pessoas exigiam explicações do presidente da Eletronorte quais os efeitos que poderiam advir com a construção da hidrelétrica de Tucuruí?” (SILVA, 2014, p.59).

Esses atores sociais (posseiros, indígenas, caboclos, quilombolas e outros) exigiam dos dirigentes da Eletronorte explicações do que poderia acontecer em relação à poluição das águas do Tocantins, uma vez que a “Eletronorte teria se pronunciado na imprensa de Belém, através de seu presidente que mais de 180.000 hectares de mata iriam ficar sob as águas”. Esses sujeitos estavam amedrontados com o destino da pesca no rio Tocantins, pois, no período analisado, era uma das atividades básicas de grande parte da população à jusante da barragem de Tucuruí.

Figura 33 – (A e B) Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí e o bloqueio dos policiais militares, em 1984. (C) Pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Bernardo Krommendijk na manifestação dos atingidos da Barragem de Tucuruí. (D) Povo organizado contra a Hidrelétrica de Tucuruí, no mesmo evento.



Fonte: Adaptado de Wanzeller, 2015.

Em Umarizal Beira, segundo relatos de lideranças da comunidade, com apoio da CPT da Prelazia de Cametá, eles aderiram aos movimentos de reivindicação pelos impactos causados às suas condições de vida e saúde sem, no entanto, obter sucesso:

“(...)Sim, tivemos grande movimento. Na época, o movimento Sindical, que era inclusive auxiliado pela CPT, que era uma secretaria coordenada pela Prelazia de Cametá, tivemos apoio, real apoio da CPT através da Prelazia. Houve, realmente, um grande movimento aqui na região, só que não tivemos muito êxito, porque tivemos o apoio do movimento sindical e da Prelazia, mas, não tivemos apoio político, entende? Dos governantes da época. Por exemplo, o senhor Gerson Peres – que era governante de Cametá – era contra o movimento da Igreja. Ele dizia que era um movimento subversivo e tal... Isso prejudicou muito nosso trabalho (...) Antes do fechamento da barragem, fizemos um grande movimento, tivemos diversos encontros, inclusive. Antes e depois do fechamento, continuamos com apoio da igreja, tivemos muitos encontros, discutindo as problemáticas e mostrando a água podre aqui na jusante. Infelizmente, não foi levado em consideração tudo isso que nós lutamos. Até pra conseguir a energia pra cá foi a base de lutas, de movimento. Tivemos até que acampar em cima da barragem...” (Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho2021)

Em 1989, 5 anos após a inauguração da usina, ocorrida em 24 de novembro de 1984, constituía-se a CAHTU - Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, reunindo os expropriados de montante e os atingidos de jusante, para levar adiante suas lutas e reivindicações. Em virtude de um estudo realizado pela Comissão Mundial de Barragens, em 1999, e a ameaça da segunda etapa de Tucuruí, os atingidos realizaram várias reuniões e reiniciaram o processo de negociação com a ELETRONORTE. Em 2001, no 14 de março, mais de 1000 expropriados ficaram acampados em Tucuruí e fizeram marcha até a entrada da obra (MAB, 2005).

Embora a área de influência a Jusante reivindicasse desde os anos 80, por meio dos movimentos sociais e prefeituras, que a empresa assumisse uma política de compensação de impactos sócio-ambientais para 5 (cinco) municípios da área de influência a jusante da UHE - Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri - até 2003 tal política era inédita para todo o setor elétrico brasileiro. Até, aproximadamente, 1998, a área de jusante era invisibilizada, quer nos estudos acadêmicos, nos planos e programas de governo, quer nas medidas mitigadoras ou compensatórias do Setor, mesmo tendo sido identificadas empiricamente inúmeras formas de desestabilização sociocultural após construção da UHE.

Como resultado da pressão dos movimentos sociais do Baixo Tocantins, anos 2000, o Governo Federal, Estadual e Municipal, Eletronorte e Consórcio de municípios (CODESEI), iniciou uma articulação de uma série de políticas territoriais para área de jusante da barragem, dentre estes destaca-se o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável de Jusante (PPDJUS), o mesmo foi implantado em 2003 pela diretoria da ELETRONORTE, reconhecendo assim os impactos sócio ambientais causados a jusante e traçando políticas clara e articulada de compensação. Este plano consiste em uma gestão participativa, de forma a incluir a população atingida nas decisões referentes a compensação dos impactos causados com a instalação da UHE.

Os moradores da jusante da UHT, foram os primeiros deslocados *in situ* da jusante de uma barragem no Brasil a serem reconhecidos como atingidos pelo empreendimento. Fato importante para a população dessas áreas, já que, os grandes projetos hidrelétricos só reconheciam como atingidos os deslocados compulsoriamente *ex situ*.

A implementação do PPDJUS foi marcada por grandes seminários, que visava discutir e planejar o desenvolvimento dessa política pública, nos mesmos reuniam-se o os principais atores sociais a montante e a jusante da usina e uma gama de instituições governamentais com responsabilidades pelo desenvolvimento da região. Dentre estes o seminário de Cametá de julho de 2003 que se caracterizou como o marco para formalização das ações de inserção regional,

pois finalmente, os municípios beneficiados pelo plano (Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri) foram favoráveis a implementação do PPDJUS, servindo assim de base para ampliação da experiência para a região a Montante da UHE Tucuruí através do PIRTUC Participativo 2005.

Após sua criação, fundou-se o Conselho Gestor do PPDJUS (CONJUS) na cidade de Cametá, que juntamente com os conselhos municipais e câmaras técnicas seriam responsáveis pela gestão dos recursos disponibilizados pela ELETRONORTE. Carlos Yassuo Sudo (2006), em *“Plano popular de desenvolvimento sustentável a jusante da UHE Tucuruí”* descreve orçamento disponibilizado pela ELETRONORTE para execução do PPDJUS:

“Para execução das ações previstas pelo PPDJUS (R\$ 1,6 bilhões), a Eletronorte comprometeu-se, através de Resolução de Diretoria nº 75/04, pelo financiamento de 10% desses custos totais (R\$ 160 milhões), recursos alocados dentro de seu Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS). Essa mesma RD que criou o PIRJUS e definiu seus recursos financeiros para aplicação ao longo de vinte anos (sendo R\$ 27 milhões nos três primeiros anos), subordinou ao CONJUS a definição dos projetos a serem objeto de convênios PIRJUS entre Eletronorte, prefeituras e demais instituições públicas” (SUDO, 2006, p.5).

O PPDJUS se apresenta como um plano viável para o desenvolvimento sustentável da região à jusante da barragem de Tucuruí, se estendendo num horizonte de 20 anos. Implica em conhecer os dados, índices, valores, condições sócio-econômica e política do momento atual, que sob a ação dos agentes de transformação apontadas pelo Plano sofrerão modificações capazes de instaurar um novo cenário ao longo dos projetados 20 anos. Esse futuro novo cenário será atingido por etapas sucessivas, com mensuração e acompanhamento técnico que garantam a correta condução e direcionamento deste plano popular. É um plano em atualização permanente por órgãos de planejamento do desenvolvimento da Amazônia - ADA, pela principal instituição de ensino e pesquisa da Amazônia – UFPA, inserido em políticas de planejamento de longo prazo do MDA, MMA e Eletronorte (SUDO, 2006).

Em tempos recentes, diante dos graves impactos socioambientais causados pela instalação da UHE Tucuruí, as comunidades ainda procuraram meios para reivindicar seus direitos, e diversas mobilizações ainda acontecem, principalmente com apoio do MAB. Recentemente, outras organizações têm se juntado ao movimento, com intuito principal de defesa dos atingidos pela barragem. Em Umarizal Beira, segundo relatos dos moradores, as mobilizações estão ocorrendo com apoio da Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras do Rio Tocantins e Adjacências - A APOVO, criada em 2010:

“(...) Ha pouco tempo que criaram essa tal de APOVO um grupo ai... Criaram pra reivindicar indenizações, sobre a questão da barragem... Ela foi criada agora, eles

estão brigando para isso né, estão lutando ainda eu não sei se é só o nome para ganhar 5 reais de cada... eu não sei se é só para isso, porque assim como é que ela funciona? Ela pega o 4º distrito todo né, então daqui até a baixinha, se não de nada mas vai dá quase 5mil pessoas, se tu multiplicar isso vezes 5 todo mês aí tu vê quanto tem... então ...”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

O principal papel da APOVO é a defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais, indisponíveis ou não, das populações, comunidades tradicionais e indígenas, moradores urbanos e rurais das áreas de influência por obras executadas ou em execução no Rio Tocantins. Durante as entrevistas, os moradores informaram que pagam valor mensal para esta empresa e se queixaram que não tem tido retorno sobre as ações desenvolvidas pela empresa.

As barragens são consideradas, e “vendidas”, como empreendimentos de fonte de energia limpa e com impactos relativamente pequenos para o meio ambiente, especialmente pela visão de seus investidores. Contudo, as mesmas causam problemas nocivos diretos e indiretos de curto e longo prazo ao ser humano, a fauna e a flora (FEARNSIDE, 1995, 1997, 1999). No tocante aos impactos socioecológicos, culturais e à saúde observados em Umarizal Beira, a qualidade da água foi um dos principais problemas mencionados pelos moradores em suas narrativas. O impacto causado na mesma levou a grandes prejuízos na saúde de seus remanescentes, pois tornou-se um meio de veiculação e transmissão de algumas doenças:

“(...) Afetou muito a saúde da comunidade, deu muitos problemas de doença, deu diarreia, febre, na época deu demais.”

(Entrevistado 6, 72 anos, liderança da associação, julho/2021)

“Com certeza afetou! Como já te falei anteriormente, a água transformou totalmente, possivelmente uma diarreia poderia ser decorrente disso. Além disso, as pessoas passaram buscar alternativas para consumir água. Alguns dessas, chegaram a beber água de igarapés, onde não sabíamos também se poderia estar contaminado. Até passarem a ter um poço na comunidade!”

(Entrevistado 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

Para Queiroz e Mota-Veiga (2012) é necessário que seja realizada análises dos efeitos dos poluentes, que são produzidos com a instalação da hidrelétrica, na saúde. Os mesmos ainda destacam que no município de Tucuruí foram observadas altas taxas de doenças de veiculação hídrica, tais como diarreia e hepatite, ratificando assim o que foi dito pelos moradores durante as entrevistas.

Outro impacto que implicou na debilitação da saúde dos ribeirinhos está associado a perturbação no hábitat natural de vetores transmissores de doenças como a malária, que teve uma explosão no número de casos durante a implementação da hidrelétrica, conforme mencionado nas entrevistas dos moradores de Umarizal:

“Primeiro que eles combateram muitos casos de malária, tinha muito, na época era paludismo que eles falavam.”

(Entrevistado 3, 84 anos, aposentado, junho/2021)

“Malária algumas pessoas pegavam o que acontecia... Eles iam saiam o pessoal do comercio, quem tinha suas mercearias e comercializava com as pessoas que ia pro castanhal tirar castanha pra tirar borracha e essas pessoas que vinha de lá já vinha doente com a malária, não aqui dentro, trazia de lá pra onde eles iam dos castanhais ne.”

(Entrevistado 5, 76 anos, aposentada, junho/2021)

Na comunidade remanescente de quilombo de Calados, moradores como o Sebastião Souza, também relataram a malária como uma das doenças presentes na época, “peguei uma malária muito grande, passei três meses com ela, isso foi meu saldo. Saldo grande.” (MAB, 2005, p. 3)

O ambiente formado com o barramento do rio e a construção de reservatório tornaram-se verdadeiros criadouros para os mosquitos do gênero *Anopheles*, causando um aumento ou mantendo a população dos vetores para essa doença nas áreas circunvizinhas. Esse aumento associado a presença de indivíduos suscetíveis agravam a condição de saúde da população à jusante (FEARNSIDE, 1995, 1997, 1999; GRIFFING et al., 2015).

Outro problema relatado está relacionado às transformações dos aspectos da água, o que influencia e reflete, conseqüentemente, na sua qualidade e na saúde da população quilombola de Umarizal Beira:

“(...) A mudança foi muito grande sobre a água, porque nós tínhamos uma água quase que cristalina, uma água muito limpa e quando surgiu a barragem ai não prestou mais, a água ficou escura, ai a gente já teve que cavar poços, porque a gente ja não podia tomar água do rio, o impacto foi forte nessa época. A água também secou, depois que eles represaram a água ficou mais seca.”

(Entrevistada 5, 76 anos, aposentada, junho/2021)

“(...) Olha, eu sei que depois do fechamento dessa barragem ninguém pode mais beber água do rio! O banho no rio não era mais o mesmo, passou a dá coceira em muita gente, sem falar que a cor da água mudou! Eu nem tomo mais banho no rio, a água era tão clarinha, enxergava até o fundo do rio. E agora não se enxerga mais o fundo do rio! É triste!”

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021)

“(...) a barragem trouxe um malefício para nós. Por exemplo, eu tenho 47 anos, me criei na beira desse rio. Ituquara, o município onde nasci, fica na beira do rio, então no inverno e verão eu tomava água. Do meu primeiro ano até meus oito anos de idade tomando água do rio e eu nunca senti nada, eu nunca ouvi dizer lá, não sei se o organismo já estava acostumado, porque era no começo da década de 80 por aí até no meio da década de 80. Aí quando foi realmente fechada a barragem, nesse período aí a gente ia lá no rio com uma vasilha e colocava o pote e deixava a água encher. Quando aquela água tava bem paradinha, clara, a gente enchia e só colocava um panozinho para coar um pouquinho e jogava dentro do pote maior e a gente consumia aquela água do jeito que nós levava. E quando foi fechado essa barragem, o primeiro impacto que nos vimos lá nela foi a questão da “burra” (BORRA) que dá, aquela

burra d'água! Aquela quantidade de sujeira quem vem. Afetou a qualidade da água, a gente não toma mais a água. Deus o livre! Essa água faz mal para tomar banho.... A gente tá acostumado nessa água nossa, quando eu vou tomar banho nessa do rio, eu venho num pico (coceira) de lá! Tenho que ficar na frente do ventilador até secar para poder passar, não dá... E se passar álcool é pior, depois que seca passa um cremezinho para acalmar. Então foram esses os problemas seríssimos que deu aqui.”
(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da asociação, julho/2021)

Em outras comunidades no Baixo Tocantins, as modificações nos aspectos da água também foram percebidas e relatadas como mostra as falas de Rosaly Moreira e Tiago Siqueira, respectivamente:

“(...) E todos nós sofremos esse impacto, a redução, a poluição do nosso rio. O rio ficou mais escuro. Ele não tem mais aquela característica transparente, ficou uma água meio suja. Os peixes sumiram. As espécies diminuíram.” (MAB, 2005, p.2)

“(...) A água que ficou pra nós quando fizeram essa barragem aqui da cor do café”. (MAB, 2005, p.11)

As transformações visíveis e abruptas na água causaram receio nos moradores de diversas comunidades à jusante, que passaram a temer o seu consumo inclusive para afazeres domésticos como lavar a roupa ou até mesmo tomar banho. Essa preocupação ocorre em virtude da presença de resíduos de metais pesados como mercúrio, chumbo e alumínio na água, bem como o uso de agente laranja para “matar o mato” e dinamite para a construção do canal (MAB, 2005). Esses componentes são altamente prejudiciais à saúde dos ribeirinhos, uma vez que podem ser uma das origens do câncer, conforme registrado em suas falas:

“Uma das coisas, por exemplo, foi que cavaram aquele monstro daquele buraco lá pra fazer o canal. Ali, sol tavam a dinamite. Ali, escorria através de lama o chumbo da dinamite. A rocha quando estoura, ela cria uma lâmina, aquilo que a gente põe a mão na água e vê aquilo brilhoso na mão da gente, aquilo é uma lâmina da rocha. Depois que a dinamite estoura e a amônia quando é jogado lá o concreto, porque jogam o concreto com a amônia. Ele endurece em segundos, só que ele fica escorrendo. Aquilo lá era amônia que ficou escorrendo e eles pegaram tudo isso e jogaram no meio do rio Tocantins.” (Esmael Rodrigues Siqueira, Mesa de Debate em Calados) (MAB, 2005, p. 1).

“Na época, também, o homem falava: vai ter muito câncer, vai ter esquistossomose, vai ter barriga da água, cirrose. Aí, o câncer, quem diria que essa quantidade de câncer. Só aqui, nós temos três gente. Se nós falar, quem já sofreu de câncer aqui? Eu digo, a minha mulher, o Brito, entendeu? Por quê? Por causa dos grandes problemas, dos grandes impactos, da grande poluição. Pra nós discutir aqui que eles estão matando o mato com agente de laranja e nós sem nem saber o que era e eu não sei nem o que é hoje, um grande veneno. Enterraram grande parte porque não tiraram do lago e hoje já amoleceu e desceu e nós bebemos. A gente fazia campanha pra mulherada não lavar a roupa no rio quando vinha a borra grande na água, mas, infelizmente, nós não tinha água em terra. As nossas esposas, as nossas meninas iam pra lá lavar sentadas na água, naquela poluição imunda. Como é que não pode ser afetada, se aquilo a gente olha de olho nu na água está assim aquela borra. Não tinha água pra beber, o cara vai pro rio:vapi vapi, vapi. Manda pra lá pra dentro. Lá vem

mercúrio, lá vem chumbo, lá vem alumínio, lá vem tudo quanto é porcaria. Como é que nós vamos ter saúde?” (Sebastião Guimarães de Souza, Mesa de Debate em Calados) (MAB, 2005, p. 4).

Na comunidade de Umarizal Beira, de acordo com entrevistado 10, na época da construção chegou-se a escutar boatos de que a água estava causando câncer de útero nas mulheres, havendo até mesmo recomendações para a não utilização da água:

“(...) boatos que eu posso afirmar, que eu ouvi... Quando fizemos esse movimento todo e chegamos a trazer umas empresas aqui pra discutir, foi muito recomendado que as mulheres não lavassem roupa lá no rio, como antes, era comum elas colocarem bacia e lavar roupa aí na praia... Então, foi uma das recomendações, que não era mais, porque a água do jeito que estava, poderia causar câncer de útero(...)”
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Além da presença de metais na água, a decomposição da vegetação teve grande influência na qualidade da água, uma vez que a proliferação de macrófitas na superfície a tornam ácida e anóxica, sendo assim inadequada para muitas espécies de peixes (GARZON, 1984; FEARNSSIDE, 2001; IORIS, 2008). Em Umarizal Beira isso fica evidente ao ser mencionado pelos entrevistados que com a construção da barragem de Tucuruí os ambientes aquáticos foram alterados, impactando a diversidade de peixes:

“A pirabanha sumiu, jaraquí, o peixe galinha que é um peixe liso até o próprio filhote, a pirarara... todos esses peixes sumiram ou é muito raro puxar um peixe desse! E isso, foi desde o fechamento da barragem! Ainda me lembro que antes do fechamento da barragem era peixe que tu gostavas de ver! Pois é, depois do fechamento da barragem as pessoas que viviam do marisco ficaram mais enrascadas.”
(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021)

“Os peixes, aqui antes da barragem tinha o Jaraquí, que é primo do curimatã. Antes de fechar a barragem tinha também a cachorra, a ripá, o peixe galinha, a piramutaba, a praticadeira que é prima da jutuarana, a piabanha, o pintado, que é o surubim. Então todos esses peixes eu conheci aqui, e era peixe grande não era peixe pequeno, não tinha mais o que crescer. A gente via o desaparecimento quase que todo dia... Quando o cara chegava do rio dizia: rapaz eu não vi mais praticadeira por exemplo. E a praticadeira a gente pegava igual jutuarana aqui! Aí foi passando e olha não tem mais surubim, o pacú manteiga, aqueles peixes grandes.”
(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021)

Em sua dissertação intitulada “*Ecologia Humana da Pesca e Mudanças Ambientais no Baixo Rio Tocantins, Amazônia Brasileira*”, Hallwass (2011) entrevistou pescadores de nove comunidades no Baixo Tocantins a jusante da UHE-Tucuruí, dentre eles os pescadores umarizalenses, que corroboraram com o que foi relatado acima pelos líderes da comunidade. Para os pescadores entrevistados as espécies que tiveram uma maior redução após a formação da barragem foram: jaraquí, pacu, praticadeira, piabanha e pirapitinga.

Durante uma reunião ocorrida na comunidade quilombola de Calados, em que o objetivo foi discutir sobre os impactos do UHE-Tucuruí à jusante, alguns moradores de outras comunidades remanescentes de quilombo também relataram a desaparecimento de diversas espécies:

“Muitos peixes a gente nós não vimos mais. Nós saía de madrugada daqui. Quando dava uma hora, duas horas da tarde, nós estava aqui já com o peixe: tucunaré, tudo quanto era marca. E, hoje em dia, você vai, você não vê mais aquele pacu né, não tem mais pra cá. Ogeraquim não tem mais, também. Não tem a cachorra, também. Jeraqui não. Curimatã, ele sumiu” (Roberto Rodrigues Siqueira, entrevista em Calados) (MAB, 2005, p. 11).

Papai chegava numa caída que é dentro do rio, a gente pescava e puxava pela beira, puxava. Ali, onde nós passava em tal lugar ia puxar o tucunaré, puxava. Mas, agora não tem mais, não puxa mais. (José Omir Rodrigues Siqueira, presidente da Associação Quilombola de Calados, Mesa de Debate em Calados) (MAB, 2005, p. 9).

Para Leite e Bittencourt (1991), a diminuição na diversidade de peixes é consequência decorrente da construção de empreendimentos hidrelétricos, que pode levar ao predomínio de espécies em algumas regiões. Além disso, a mudança na abundância de espécies resulta em alterações nos mais diferentes níveis tróficos, que associado as variações do ciclo hidrológico como a chegada do inverno, acaba dificultando o acesso e até mesmo a escassez de peixes devido a sua maior dispersão nas áreas alagadas.

Em seu artigo intitulado *“Efeitos socioambientais da Hidrelétrica de Tucuruí em Açaizal, Baião-PA”*, Simões e Benassuly (2020) relatam a dificuldade dos pescadores da comunidade de Açaizal, também a jusante da UHE-Tucuruí, em encontrar pescado devido à diminuição na sua quantidade e variedade. Essa situação leva o pescador a realizar um maior esforço de captura, ou seja, percorrer distâncias maiores e, conseqüentemente, afastar-se mais da região onde sua comunidade está localizada.

Todavia, apesar da redução na sua abundância e diversidade, o pescado é a espécie que melhor se adaptou as transformações ocorridas após o barramento, sendo o principal peixe citado pelos pescadores entrevistados por Hallwass (2011) em nove comunidades no Baixo Tocantins no que diz respeito a espécie que aumentou (ou se sobressaiu) em relação as outras. Ainda segundo este autor, os hábitos da *Cynoscion spp.* (pescada) favorecem a sua adaptação ao novo ambiente, uma que vez são peixes que não realizam migrações, possuem hábitos alimentares carnívoros e desovam o ano todo.

As transformações e mudanças causadas pelo barramento de rios também afetam a alimentação das comunidades ribeirinhas, sobretudo quando o principal ingrediente do cardápio

alimentar das famílias é um dos mais afetados, como relata o atual líder da Associação Quilombola e a benzedeira da vila de Umarizal Beira:

“Prejudicou muito na época dos peixes, e aí o peixe fugiu, foram para o outro lado e a dificuldade sempre ficou no problema da alimentação, hoje em dia tem o peixe mas não como antes muitas caixas de peixe, a gente não vê mais, sumiu aqui no Tocantins, teve bastante impacto no problema da barragem, e até hoje tem as dificuldades.”
(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

“(…) Ficou difícil! Até para quem gosta de comprar peixe, você tem que ir pra Tucuruí comprar, ou pra Baião e Cametá. Para nós que não gosta de comer carne de boi ficou mais difícil! As vezes tem que ir longe quando se encontrar o peixe!”
(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021)

O ex-líder da Associação Quilombola, entrevistado 10, ratifica em sua fala as mudanças ocorridas na alimentação e suas consequências na saúde da população quilombola de Umarizal Beira:

“(…) a questão da alimentação foi um caos pra nós... Porque, por exemplo, por que que aumentou tanto o uso do frango? É justamente porque faltou peixe no rio! A população aqui é acostumada, o prato predileto, seria peixe... Não tem peixe, tem que apelar pro frango.

(…) a população também passou a se alimentar daquilo que não tinha nenhum costume de se alimentar... Então está aí, tanta obesidade, tanta criança com 10/12 anos pesando 60/70Kg.. Não posso afirmar que é consequência direta, mas indireta é com certeza! Porque acabou com nosso pescado!”
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

A dificuldade crescente e, muitas vezes, onerosa para capturar o peixe limitou a população de praticar a pesca, diariamente. A alternativa foi buscar por substitutos para a proteína mais consumida na vila de Umarizal Beira, bem como desenvolver outras atividades econômicas mais rentáveis para a comunidade, em virtude do declínio significativo da sua principal renda.

O uso da terra, por meio das atividades agroextrativistas, foi uma das alternativas encontradas para complementar a alimentação e a renda da população quilombola. Entretanto, os ecossistemas à jusante geralmente são fortemente prejudicados, uma vez que estes dependem não só da água barrada, mas também dos sedimentos que contêm os nutrientes necessários para a manutenção da ictiofauna, bem como para a preservação de terras férteis (FEARNSIDE, 1995, 1997, 1999).

Martins e Paschoarelli (2016) ressaltam que durante o processo de implementação e operação das hidrelétricas, por meio das mudanças no regime de vazão da água, há a ocorrência de erosão das margens e leito de rios a jusante. Isto ocorre em virtude da transformação de

ambientes considerados lóticos para lânticos em reservatórios, ou seja, ambientes mais lentos/parados que proporcionam tempo suficiente para a deposição dos sedimentos no fundo desses; conseqüentemente, a água que seguirá rio abaixo será mais pobre em nutrientes. Na tentativa de reestabelecer o equilíbrio no abastecimento de sedimentos, os rios a jusante acabam aumentando o processo de erosão no leito do rio, podendo ocasionar um aprofundamento e alargamento das margens (MAB, 2005; MARTINS; PASCHOARELLI, 2016).

Todo esse processo de retenção e deposição de sedimentos com nutrientes no reservatório torna as terras a jusante menos férteis, conforme observa-se na fala do ex-líder da Associação Quilombola de Umarizal:

“A terra aqui não é lá essas coisas, ela não é tão fértil(...) Nem tudo que planta, dá, paciência!!!”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Os moradores de outras comunidades a jusante da UHE-Tucuruí também relatam a dificuldade em encontrar terras firmes e férteis para o plantio, ou ainda, espécies de plantas que consigam se adaptar ao novo solo:

“Daqui uns dias, nós estamos espremidos aqui, indo pra dentro do rio Tocantins, porque não temos mais terra pra trabalhar.

A gente plantava tabaco que era uma cultura de plantar tabaco aqui, fazia o molde de tabaco, nem isso nasce mais porque a terra poluiu. Jusante poluiu. Os varzeadeiro não existe mais, já foi uma classe extinta que foi os varzeadeiro.” (Esmael Rodrigues Siqueira, Mesa de Debate em Calados) (MAB, 2005, p. 1).

“O guaraná aqui na nossa região, ele não se adaptou muito bem, não foi pra frente. O cacau que vai, mas a gente também não se adapta muito com ele na terra firme, só quem tem ilha” (Raimundo Dias) (MAB, 2005, p. 7).

A falta de terras firmes férteis para a agricultura, ocasionada pela alteração na paisagem, levou a modificações nas dinâmicas territoriais por meio do processo de migração compulsório e deslocamento *in situ*, sobretudo da população à jusante da barragem. Contudo, mesmo que estes movimentos expropriatórios tenham impactado e afetado muitas pessoas, para o governo e as empresas apenas aquelas deslocadas em virtude do enchimento do reservatório e que tinham o título da terra eram considerados como os verdadeiros atingidos pela construção de Hidrelétricas (CURVINA, 2019; SIMÕES; BENASSULY, 2020).

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2005) isso excluiu muitas comunidades que sofreram impactos diretos e indiretos, como relatado em seu relatório:

Assim, muitas pessoas, famílias e comunidades são deixadas de lado: a população a montante e a jusante da barragem: os posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados e trabalhadores assalariados da área inundada; as pessoas deslocadas

por causa de outras partes do projeto (como por exemplo, as linhas de transmissão, a casa de máquina, etc); as famílias que perdem suas terras ou parte delas, mas que permanecem com suas casas; as pessoas que utilizam as terras com uns para pastagem do gado, colheita de frutos, vegetais e madeira; as pessoas que têm seu acesso a escolas, hospitais e comércios obstruído em função da destruição e alagamento de estradas; as pessoas cujas atividades econômicas dependiam da população deslocada, como por exemplo, professoras de escolas inundadas, caminhoneiros que transportavam a produção, etc.

(Manual do Movimento dos Atingidos por Barragens, Parte III, pág. 4)

A Comunidade de Umarizal Beira encontra-se entre as famílias que perderam as suas terras ou parte delas, uma vez que durante a enchente de 1980 uma parte da reserva do castanhal de baixo, rica em seringueiras e de uso comunitário, foi inundado. Além disso, segundo Nilton Lopes (2021), diversas casas na comunidade também foram inundadas, forçando assim os seus moradores a se deslocarem para uma parte mais alta do terreno. Ratificando o que foi dito, os moradores relatam que:

“Com o crescimento dela, porque a água cresceu e não deixou o pessoal fazer casa pra lá, aquele lado de lá que, é a parte mais declinada, mais baixa pra lá. Aí o que foi que aconteceu? vinham para cá, como tava vindo pra cá o castanhalzinho, aqui aonde a gente juntava castanha.”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Para Zhouri, Oliveira e Mota (2013) não só a perda de terra, mas também as restrições dos direitos também são formas de deslocamento que trazem modificações nas condições de existência e posições sociais, sobretudo no aumento da vulnerabilidade e risco, podendo assim ser considerada como deslocamento *in situ*.

“O deslocamento in situ se refere, assim, a processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial as suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco” (ZHOURI; OLIVEIRA; MOTTA, 2013, p. 3).

A comunidade de Açaizal, também à jusante, assim como a vila de Umarizal Beira sofreu transformações que desencadearam em um deslocamento *in situ*, no qual uma das vilas que a integram (Vila Nova do Açaizal) foi formada em uma área uma pouco mais afastada em virtude das outras três (Vilas Medeiros, Corrêa e Puçã) ficarem inundadas no período de cheia. Esse deslocamento local busca manter a população próxima as suas terras de origem, possibilitando o sustento da sua identidade e reprodução social (SIMÕES; BENASSULY, 2020).

Diante do exposto, percebe-se que os deslocamentos locais expõem os processos de desterritorialização e reterritorialização de populações à jusante, com as suas conseqüentes perdas, seja ela do lugar, do domínio das águas; a perda da paisagem, dos antigos vínculos sociais, de parte da sua história, ou, ainda, a perda como “prejuízo” (SILVA, 2014).

5.2.3 Processo de Reconhecimento e Titulação do Território da Comunidade Quilombola de Umarizal Beira

Como referido nos capítulos anteriores, apesar do Art.68 das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal (CF) de 1988, ressaltar o direito ao título das terras ocupadas pelas comunidades quilombola ao afirmar: “(...) *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”, a legislação ainda se apresenta pouco prática.

Embora o Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 determine as competências de cada órgão pelas ações de regulamentação, procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas; bem como as etapas administrativas e metodológicas necessárias para os processos de titulação definitivos; as normas estabelecidas passaram a ser criticadas pelos quilombolas por resultar em um serviço mais burocratizado, pouco eficiente e mais oneroso do processo de titulação (BRASIL, 2003). Assim, apesar das mudanças na legislação brasileira, ainda é limitado o número de comunidades quilombolas beneficiadas com direito à titulação da terra, como vimos nos capítulos anteriores.

De acordo com Andrade (2009), os caminhos institucionais que levam ao reconhecimento do território quilombola consideram a necessidade de cumprimento de exigências formais e são orientados por legislações federais e estaduais. O órgão oficial responsável pelo processo de reconhecimento territorial na esfera federal é o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Pará quem assume a função é o ITERPA (Institutos de Terras do Pará). Os procedimentos para a titulação do território são comuns em todo o território brasileiro.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de

vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios.

Segundo Rosa Acevedo e Edna Castro (1999), em 1997, o governo do Estado criou um Grupo de Trabalho composto por representantes de instâncias governamentais relacionadas à questão da terra (ITERPA, SECTAM, SECULT e SAGRI) e por entidades que representavam o movimento negro (ARQMO e CEDENPA) e os remanescentes de quilombos do Pará. Um dos resultados do trabalho foi a realização de uma pesquisa que mapeou as comunidades negras rurais do Estado e indicou a alta incidência de territórios quilombolas no município de Baião desde o período colonial. Além disso, esses grupos de trabalho resultaram em “encontros”, como lugar de trocas de experiências e formulação de estratégias sobre a questão da identificação quilombola e processos de titulação do território.

Carla Joelma de Oliveira Lopes (2017) na dissertação *“O Território Quilombola de Araquembaua, Baião, Pará”* descreve sobre como os moradores da Região do Baixo Tocantins, nos anos 90, organizaram-se e passaram a refletir através de encontros e debates sobre sua ancestralidade negra, demarcada historicamente, e os direitos reservados às comunidades quilombolas.

Em Umarizal algumas lideranças narram estas mesmas experiências junto às organizações que vieram de fora ajudá-los, inclusive, membros de outras comunidades já certificadas, como de Oriximiná/PA. Ainda, reforçam que, a partir destes e outros debates, surgiu também a necessidade de se organizarem e fundarem a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU):

“(...) Na época teve toda uma mobilização, não só daqui da comunidade do Umarizal, mas de outras comunidades e de outras cidades também. Inclusive veio de Belém os institutos que faziam parte, e que sempre ajudaram a trazer algumas coisas para combater o racismo né, como o CEDENPA, o ITERPA e outras instituições de lá. Vieram também antropólogos, geógrafos, especialistas, teve um movimento de muita gente, enfim....

(...) E essa associação veio desde 99 e foi reconhecida em 2000, com CNPJ, e quando foi na ocasião de 2000 por conta de alguns problemas que teve internamente na comunidade, com perseguições políticas, enfim, o Narciso se afastou. E veio Seu Amadeu, que era o vice dele e assumiu.”

(Entrevistado 8, 47anos, liderança da associação, julho/2021)

“(..) Existia muita invasão... muita comercialização de terra, isso eu sempre fui contra. E, com isso, eu comecei a trabalhar uma outra possibilidade de titular essas terras coletivamente, até que chegou movimento quilombola, onde existe na lei a possibilidade de fazer a titulação coletiva ... Aí eu abandonei essa questão da titulação individual pra lutar pela titulação coletiva, que infelizmente até hoje, ainda não foi concretizado tanta coisa que aparece...”

(...) Em 99 eu consegui, com ajuda claro, de muitas pessoas, com ajuda de pessoas de outros Municípios, como o pessoal de Oriximiná tiveram aqui e nos deram total apoio, a gente conseguiu fundar a associação ai fizemos o requerimento da área do território, mas até hoje não conseguimos nada, né!”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Destaca-se aqui as importantes contribuições do Sr. Narciso, e sua referência como forte liderança política na comunidade na época. Não mediu esforços para ajudar os Umarizalenses na obtenção de reconhecimento/identificação enquanto quilombolas, bem como na fundação da Associação em Umarizal:

“(...) Olha minha querida, o Narciso lutou muito por essa certificação, viajou para vários lugares atrás disso. Meu marido pegou instrução em Oriximiná e andou nas associações mais antigas para trazer trabalho pra cá, foi em cima disso que ele trabalhou, cada família também passou a se organizar e graças a Deus deu tudo certo! Porque na época, as pessoas achavam difícil sair de suas casas para correr atrás disso, mas só ele saía e tinha que ir em reuniões, procurar prefeito e quem pudesse ajudar ele.”

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021)

Na dissertação intitulada *“Educação Quilombola, Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará”*, Oberdan Medeiros (2018) elenca dois diferentes motivos para criação da ACORQBU, em Umarizal – o primeiro, seria a necessidade de uma organização para lutar pela regulamentação das terras dos quilombolas; o segundo motivo estaria relacionado à captação de recursos:

“(...) O senhor Narciso percebeu pelos diferenciais culturais e pela realidade material desses grupos negros a necessidade de organização e de politização do local. Observe que o processo de constituição dele e de outros da comunidade se pauta na estruturação da Associação, ou seja, a criação de um instrumento legal para negociar, representar e agregar forças e poder (...) Observe que a criação da associação é resultado de uma intensa mobilização em meio à comunidade de Umarizal desencadeado por forças originárias da relação do Estado com as comunidades negras que caracteriza ao longo da história brasileira pela ausência de regulamentação das terras dessas comunidades. O processo de resistência e educação dessas lideranças tem continuidades e adquire mais visibilidade e poder de negociação com o poder local e com os entes federativos a partir da efetiva existência da associação.

(...) Consta na narrativa do Senhor Narciso Vieira, atual presidente da Associação, que além das ameaças, outro fator que impulsionou a criação da associação pelos moradores foi a necessidade de captação de recursos. Aqui se percebe, a busca pela autonomia, já que a criação dessa instituição, irá posteriormente, expressar, exigir e organizar as políticas públicas na comunidade. As ações coletivas que se constituem com a associação, ressignificam o poder, legitimando as possibilidades de negociação com a sociedade mais ampla..” (MEDEIROS, 2018. p71-72).

De maneira geral, uma associação quilombola surge como resposta ao crescimento das ameaças contra os territórios quilombolas na Amazônia e constitui-se como uma importante interlocutora entre as comunidades locais e o poder público, assumindo funções diversas, como

promover e apoiar iniciativas visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades, defender a conservação do meio ambiente, propor estratégias de desenvolvimento sustentado, lutar pela posse de terra, entre outros (LOPES, 2018). As lideranças na comunidade de Umarizal Beira reforçam a necessidade de fundar a associação na tentativa de proteção do território que, como mencionado anteriormente, estava sofrendo pressão de grileiros:

“(...) Como eu disse, em 99 nós fundamos a Associação e os maiores objetivos era a titulação do território, pois tinha muito fazendeiro e grileiro aqui, mas, até hoje não conseguimos(...) Sai da direção em 2002 já por perseguição, ... até certo ponto perseguição política. Fiquei fora da direção por uns 11 anos praticamente, porque eu retornei em 2013. Em 2013, nós retornamos com essa intenção pra ver se conseguia não só a titulação, como desenvolver realmente este lugar...”
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

A fundação da ACORQBU ocorreu às 10h da manhã, do dia 12 de outubro do ano de 1999, por meio de uma Assembleia com as demais comunidades quilombolas, no Salão Comunitário da Santíssima Trindade, da Vila de Umarizal Beira, como descreve sua ATA de fundação (Figura 34), tendo sido eleito como Coordenador Geral efetivo, o Sr. Narciso Vieira Ramos e, como suplente, o Sr. Divaldo Vieira.

Figura 34 – ATA de fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU), ano 1999.



Fonte: Cedido por Hélio Vieira, secretário ACORQBU, Maio/2021.

Em 22 de novembro de 2016, a Lei Nº 8.432 renomeia os integrantes da ACORQBU, em Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão (Figura 35 e 36).

Figura 35 – Lei que reconhece e renomeia a ACORQBU, em 2016.

LEI Nº 8.432, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão - ACORQBU.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão - ACORQBU, fundada no dia 13 de março de 2000, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 05.696.752/0001-27, sem fins lucrativos, com sede na Vila do Umarizal, Rua Beira Rio, s/n, Bairro Castanheira, Zona Rural, CEP 68.465-000, Município de Baião/PA.

Art. 2º Esta Lei outorga a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão - ACORQBU, habilitação em receber incentivos de qualquer natureza, através da celebração de convênios e/ou parcerias com órgãos do Poder Público Estadual de projetos sociais, econômicos, culturais, profissionalizantes, desportivos, ambientais e outros eventos de inclusão social.

Art. 3º Os direitos assegurados à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão - ACORQBU, neste diploma legal, serão mantidos enquanto perdurarem as atividades constantes em seu estatuto social.

Art. 4º Esta Lei obriga a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão - ACORQBU, ao fiel cumprimento do que dispõe a Lei Estadual nº 4.321, de 3 de setembro de 1970, alterada pela Lei nº 3.713, de 7 de janeiro de 1991, e, também pela Lei Nº 3.823, de 17 de fevereiro de 1994.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 22 de novembro de 2016.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

DOE Nº 33.287 DE 24/11/2016

Fonte: Cedido por Hélio Vieira, secretário ACORQBU, Maio/2021.

Seguem os objetivos da ACORQBU, definidos no Ato constitutivo e depois reformulados, em 2016, no artigo 3º do estatuto:

“(...) a ACORQBU tem como objetivos permanentes: I – Administrar as terras de propriedade das comunidades..IV – A celebração de convênios e parcerias contratos, projetos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômico de outras entidades, de empresas privadas, pessoas físicas, de autarquias e de todos os órgão esperas do governo, para aplicação em seus objetivos, em especial no que desrespeito a melhoria da qualidade de vida da população: saúde, educação, moradia, arte, cultura, assistência social, meio ambiente, saneamento básico, infraestrutura, agricultura, piscicultura e outras ações de interesse comunitário; V- A celebração dos financiamentos e empréstimos poderão ser individuais para cada associado ou de forma coletiva em nome da associação em benefícios dos associados; VI- A celebração do cumprimento das regras do regimento interno da presente associação; VII- A defesa e gestão ambiental e social dos recursos naturais renováveis e não renováveis dentro do território das comunidades 47 remanescentes de quilombo Tocantins com a promoção, busca implantação de projetos de desenvolvimento sustentável refluorescente, mineral, bem como do meio ambiente” (FARIAS, 2021, p46).

Após instituída, ainda em 1999, a Associação fez a solicitação da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombo, da Fundação Cultural Palmares (FCP), e teve certidão emitida 01/03/2004, sob registro nº 914 (Figura 37).

Figura 36 – Sede da Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão, localizada na Vila de Umarizal Beira, Baião, em abril/2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Figura 37 – Certidão de Autoconhecimento atribuída pela Fundação Cultural Palmares, à Comunidade de Umarizal Beira, ano 2004.



Fonte: Cedido por Hélio Vieira, secretário ACORQBU, Maio/2021.

Sob responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, a certificação é um passo importante para as comunidades quilombolas, tanto para acessar determinadas políticas públicas quanto para iniciar o processo de regularização fundiária, junto ao Incra ou Iterpa. A certidão de autoidentificação reconhece as origens, amplia os direitos, protege o patrimônio material e imaterial, assim como ratifica as manifestações culturais das comunidades quilombolas (MALCHER, 2017).

Durante a tramitação desse processo, a FCP poderá realizar visitas técnicas para levantamento histórico, documental e registro de costumes culturais, religiosos da comunidade. Ainda, tem-se mostrado um processo de suma importância para assegurar garantia de direitos e efetivação de políticas públicas afirmativas, além de ter um valor patrimonial e um sentido de preservação da história e da identidade cultural das comunidades quilombolas. O acesso a esses benefícios foi recorrente nas falas dos entrevistados:

“(...) Sei muito não... Mas, agora, somos reconhecidos como quilombolas e podemos receber Bolsa Família, né?”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

“(...) É a gente conseguiu a certificação, nós temos a bolsa dos estudantes, a gente conseguiu esses benefícios”

(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

“(...) Teve sim vários benefícios, já tem médicos, por exemplo daqui já saiu advogado, já saiu contadores e agora esse pessoal que está se formando, em uma família já tem doutores, contadores uma série de coisas, então já evoluiu muito através do quilombo, teve mudança”

(Entrevistada 5, 76 anos, aposentada, junho/2021)

Além dos benefícios, é importante destacar aqui que, de posse do Reconhecimento da área como território de Remanescentes de Quilombo, os moradores de Umarizal conseguiram uma certa “segurança” na disputa pela terra com outros atores externos, assim salvaguardando seu território:

“(...) O que mudou mesmo, foi que tinha muita tiração de madeira. A partir da certificação, as pessoas passaram a respeitar um pouco, passaram a não tirar tanta madeira”.

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021)

“(...) Olha professora, a minha avaliação nesse sentido foi positiva realmente, porque a Associação de quilombolas a partir da legalização da associação, que são duas coisas diferentes... Uma coisa é titulação do território, outra coisa é a legalização do grupo! Então... torna-se Associação e passa a ter personalidade jurídica. Houve sim mudanças, e creio que mudança para melhor, por quanto, no passado existia uma invasão dos grileiros desenfreada que a gente tinha muita dificuldade de barrar... Muita dificuldade mesmo, porque nós não tínhamos ferramentas suficientes pra provar ao contrário. Então, a partir da fundação da associação, da criação da associação, legalização e tal essa questão da grilagem e as invasões isso... não posso

nem dizer que reduziu, acabou! Porque só entra com consentimento, vamos dizer assim... Então isso foi uma vantagem, uma vitória que eu considero a partir da criação da associação, porque antes disso era uma ameaça cotidiana, era todo tempo tava entrando tava saindo, o pessoal não tinha nenhum respeito com ninguém(...)
(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Observa-se, a partir dos relatos dos moradores que, no passado, a questão agrária era um problema urgente, posto que a comunidade quilombola de Umarizal Beira enfrentou muitas tensões para garantir a manutenção das terras tradicionalmente ocupadas pelos seus antepassados. Destacamos aqui as pressões empregados por empresas como a madeireira Cikel Brasil Verde S.A (CIKEL) e a White Martins Gases Industriais do Norte S.A. (WHITE MARTINS).

Daiana Brito dos Santos (2015) na dissertação “*Economia Madeireira: dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélago do Marajó*” teve acesso a um relatório da empresa CIKEL intitulado “No relatório de Avaliação do Manejo Florestal e da Cadeia de Custódia da Empresa CIKEL Brasil Verde Madeiras LTDA – Fazenda Jutaituba na região de Portel”, que faz referência às comunidades quilombolas onde ela tem desenvolvido algum empreendimento e menciona Umarizal Beira, entre os “6 núcleos principais (Joana Perez, Umarizal, Bailique, Igarapé Preto, Tatiaguaquara e Balieiro), contendo 34 comunidades de remanescentes quilombolas presentes no entorno da Fazenda Jutaituba” (SANTOS, 2015, p. 80).

Figueiredo e Vanzin (2012), em “*Da escravidão à organização sociopolítica: situações emergentes na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião/PA*” também fazem referência a presença da empresa no quilombo de Umarizal, no passado:

(...) a cada ano a CIKEL avança sobre o território em questão sob o pretexto de extração madeireira com responsabilidade social, além de declarar que não há impedimentos para tal ação em função da não oficialização da demarcação territorial de Umarizal pelo ITERPA. Do mesmo modo, a WHITE MARTINS tem avançado sobre áreas comuns da comunidade que tem servido de base para as atividades industriais e medicinais da empresa, afetando importantes ecossistemas de castanhais da região. Em suma, estes conflitos se traduzem em perda das terras de morada e de trabalho comuns, isto é, de pertencimento, do grupo étnico (FIGUEIREDO; VANZIN, 2012, p.13)

O território quilombola de Umarizal Beira apresentava-se, portanto, como opção bastante atraente para as empresas, uma vez que é constituído por extensas áreas de floresta preservada e, em função de não ter sua situação fundiária regularizada.

Todavia, segundo as lideranças, só o fato da área ter sido demarcada e, depois, reconhecida a legitimidade da identidade quilombola, bem como a instituição da ACORQBU, como pessoa jurídica, na defesa dos interesses dos Umarizalenses, estes conflitos abrandaram-se, ou encerraram.

Durante as entrevistas em campo (maio/2021), quando questionados sobre a existência/permanência ainda de alguma dessas empresas no território de Umarizal, os moradores descreveram que algumas ainda localizam-se em áreas próximas, mas, existe um “acordo de cavalheiros”, com ambos os atores respeitando-se mutuamente, sem que ajam invasões ou agressões:

“Bom, eles continuam por aqui, sim... tanto a CIKEL quanto a WHITE Martins. Inclusive, eles reuniram um dia desses pedindo que a Associação quilombola não deixasse entrar na área para fazer colheita de castanha, de frutas, etc.”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

“(...)A empresa NOVACON, já foi embora da nossa área nos dias atuais, inclusive ela extraiu madeira anos atrás, mas hoje não tem nada disso. A WHITE MARTINS esteve na ACORQBU há uns dias atrás, para conseguir informações para um estudo sobre ‘sequestro de carbono’ que eles farão, mas, é dentro da ‘área deles’. Nossa relação tem sido boa.”

(Entrevistado 8, liderança da associação, julho/2021)

“(...) A CIKEL, por exemplo, ela faz divisa com a parte Sul da Comunidade de Umarizal, e tem um problema com Joana Peres. Eu nunca ouvi falar sobre o nosso pessoal ter problemas com a CIKEL, até porque o nosso pessoal nem sequer entra na área da CIKEL, fica bem distante, não tem nenhum acesso do nosso pessoal à área. Em relação à White Martins existe uma ‘divisa’, que está toda ‘legalzinha’, apesar de que a gente não concorda com o que foi feito, mas, foi feito pico e é mantida essa divisa limpa, e tal. Não temos problemas com eles. Existe um acordo de cavalheiros e nós respeitamos isso”

(Entrevistado 10, ex-liderança, julho/2021)

Umarizal e outras comunidades quilombolas do entorno, nos anos finais da década de 1990 e início de 2000, portanto, aderiram ao crescente movimento das comunidades rurais e a mobilização comunitária em prol da titulação das terras e, em 2000, um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), totalizando 26 pedidos. As localidades requerentes estavam situadas, em sua maioria, no município de Baião (LOPES, 2017).

Nilton Lopes de Farias (2021), em *“As Políticas Públicas Especiais de Acesso de Quilombolas às Universidades: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal”*, descreve que a primeira ação da Associação, enquanto instituição formal, foi

submeter o pedido de titulação coletiva junto ao ITERPA. Para tanto, o grupo requerente já contava com a certidão de reconhecimento da FCP:

“(...) Os primeiros passos logo após a constituição formal da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão- ACORQBU, foram levantar, através de mutirões de trabalho, os picos demarcatórios para delinear a área de terra coletiva do território unificado de posse das cinco comunidades acima destacadas. Como passo seguinte (2000), a ACORQBU protocolou junto ao ITERPA, requerimento solicitando demarcação oficial e a titulação de propriedade coletiva desta área de terra de sua posse” (FARIAS, 2021, p 42).

Em resposta ao ofício de solicitação de titulação junto ao ITERPA, encaminhado pela ACORQBU, em 21/03/2000, via Secretaria de Política Agrária Fundiária Quilombola e Meio Ambiente, o órgão emitiu parecer 14 anos depois, em 17/07/2014, concedendo Certidão de Reconhecimento de Ocupação Legítima para uma área de dimensão estimada em 17 mil hectares, que não foi aceita pelos moradores de Umarizal Beira (Figura 38).

A área pleiteada pelos remanescentes como território historicamente ocupado por eles tem 53mil hectares. Assim, após mais de 20 anos, o processo administrativo para titulação definitiva do território ainda está tramitando no ITERPA e, judicialmente, na Vara Agrária de Castanhal. Segundo Figueiredo e Vanzin (2012), apenas as terras que são ocupadas hoje pela comunidade foram tituladas, o que não inclui parte do território tradicionalmente ocupado e perdido ao longo do tempo para fazendeiros e empreendimentos privados, que cercaram a região.

Figura 38 - Certidão de Reconhecimento de Ocupação Legítima concedida pelo ITERPA/PA à Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, em 17 de julho de 2014.



Fonte: Cedido por Hélio Vieira, secretário ACORQBU, Maio/2021.

Em geral, os obstáculos para a efetivação das titulações em território quilombola podem ser de diversas ordens, como histórico de conflitos não solucionados entre grandes fazendeiros e quilombolas; questionamentos sobre herança e discordâncias quanto aos limites territoriais de cada um, provocando uma série de ações judiciais nas mais diferentes instâncias; as titulações, muitas vezes, contrariam interesses do governo; além de envolver a correlação de forças entre vários agentes que contribuem para a frequente demora nos procedimentos adotados por órgãos estaduais e federais.

Alguns destes cenários foram observados em Umarizal Beira e justificam o atraso na regularização fundiária do território. Além da já referida discordância entre a área pleiteada pelos quilombolas junto ao ITERPA e a efetivamente titulada pelo mesmo, as narrativas dos moradores de Umarizal Beira apontam para conflitos pela posse de terra dentro da área dos quilombolas. Segundo eles, um importante empresário da madeireira NOVACON, de Tomé-Açú, diz-se pretendo proprietário de lotes adquiridos de forma ilícita, o que tem causado impedimentos legais para a titulação da área e faz com que os quilombolas anseiem pelo encerramento do processo judicial:

“(.) A comunidade é só certificada não é titulada. Olha, uma coisa eu digo, o Saci que ainda não pode legalizar aqui quando foi prefeito é porque tem um senhor que tem uma área grande aí pelo Castanhal tudinho, aqui dentro da área, e aí tem uns que tem o título de aforamento de certas áreas, e isso não pode. Pra legalizar ela, e ela poder ter o título quilombola, tem que essas áreas ir pro grupo.... Dentre eles só um que entregou o título e o resto não, então, as embaraço da sociedade não ser

legalizado. O benefício é simplesmente esse: De estudar que já tem uns formandos aqui, eles pegam essa vantagem. Só que deveria ser igual do índio, eles têm tudo!”
(Entrevistado 3, 84 anos, aposentado, junho/2021)

Na atualidade, existe outro importante agravante na questão fundiária no território de Umarizal Beira. Segundo Farias (2021), o Estado tem priorizado a regulamentação de terras de grandes latifundiários (empresas como Martinslândia, Fazenda Garcia, entre outras), em detrimento do pedido de titulação da ACORQBU, cujo protocolo de recebimento no órgão tem data anterior ao das empresas.

Logo, garantir aos descendentes de quilombo o direito de posse de suas terras, não se trata apenas de lhes assegurar um local de moradia, mas também lhes garante a sobrevivência, a manutenção de sua cultura e costumes peculiares. Desta forma, a população continua se sentindo marginalizada e ameaçada pela falta da aplicação dos instrumentos legais que amparam seus direitos, portanto, é preciso dar prosseguimento aos procedimentos de regularização e titulação do território para garantir o fortalecimento da organização social do grupo envolvido.

5.3 CARACTERIZANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE EM UMARIZAL NA ATUALIDADE

Este tópico pretende caracterizar as condições de vida e de saúde na Comunidade Remanescente de Quilombo, a partir das narrativas dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades, problemas sociais e de saúde.

Para tanto, descreve-se, primeiramente, as diferentes dinâmicas desenvolvidas no território e como elas refletem na situação de saúde da comunidade na atualidade: quantidade de famílias na vila, condições de habitação e moradia, oferta de energia elétrica, serviços de internet, comércios, atividades econômicas principais, participação em escolas, esportes, bem como novas construções e objetos no território pós-transformações produzidas na década de 1970.

Outros aspectos considerados foram a religiosidade, a música, práticas de cuidados, entre outros que permeiam o cotidiano desta comunidade quilombola. Foram identificadas diversas práticas tradicionais de cuidados na Vila, prestada por parteiras, a utilização de plantas medicinais pelos erveiros e as práticas de cuidado que tem na religiosidade seu fundamento

principal e são prestadas pelas benzedeadas e rezadeiras. Práticas artísticas, como o samba de Cacete; e agrícolas, construídas historicamente pela comunidade de Umarizal Beira, ainda são preservadas na atualidade.

Finalmente, discute-se a oferta de serviços e recursos humanos na saúde, principais programas de saúde desenvolvidos na UBS, doenças e agravos identificados no território, bem como os principais problemas e as necessidades (demandas) referidas pelos moradores e profissionais de saúde.

5.3.1 Terra, trabalho e família em Umarizal Beira: um retrato da atualidade

Pertencente a região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, o quilombo de Umarizal-Beira, como descrito nos capítulos anteriores, sofreu consideráveis modificações em seu território, desde sua formação inicial no séc.XIX. Considerada uma referência para as comunidades remanescentes no seu entorno, sua população (fluxos) teve um crescimento expressivo e novos objetos geográficos (fixos) passaram a compor a nova configuração.

Comparando relatos referentes à década de 1970, novos elementos se somaram à paisagem da comunidade quilombola, entre eles as Igrejas Assembleia de Deus e Batista, Unidade Básica de Saúde Tiazinha, torre de telefonia, internet, ginásio esportivo, dois campos de futebol, salão comunitário destinado às atividades sociais e políticas dos moradores, um barco de transporte diário para a sede do município, várias casas, ruas, lojas, panificadoras, mercadinhos, entre outros, conforme mostrado na Figura 39 e quadro 4. Destaca-se que estes objetos podem ser um elemento favorecedor ou um obstáculo à organização de atividades econômicas, educativas, sociais, portanto que permeia diversos aspectos da vida material e social dos quilombolas. Atualmente, a vila possui vários comércios que dinamizam a atividade econômica na mesma.

Quadro 4 - Componentes da configuração espacial de Umarizal-Beira, na atualidade.

Item	Objeto Geográfico	Localização (Rua)
1	Reserva Castanhalzinho	Beira Rio, com Av. Castanhal e Rua Sinfrônio
2	Salão Arena Quilombolas Sinfrônio	Av. Castanhal, na praça Menino Jesus
3	Igreja Católica	Rua Santíssima Trindade. Na praça Santíssima Trindade.
4	Igreja Pentecostal Assembléia de Deus	Rua Beira Rio
5	Igreja Batista	Rua São Pedro

Item	Objeto Geográfico	Localização (Rua)
6	Igreja Assembléia de Deus Porta do Céu	Rua Nove de março, com a rua Fortaleza
7	Trapiche	Usado para Desembarque pesqueiros, para viagens da vila para cidade e para ambulancha
8	Porto do Arraial	Mesma função do trapiche. Localizado próximo ao trapiche
9	Porto do Sr. João da Balsa	Desembarque pesqueiro, ambulancha até Baião e desembarque de alunos
10	Academia	Rua São Raimundo. Atrás do bar do Bracalhe
11	Caixa água	Rua São Raimundo. Próximo do Pedral
12	Lixão	Ramal Paxiubal. 3.800m de distância da Vila de Umarizal e 1000m da Transcemetá.
13	Prédio Deolindo Melo da Escola Infantil Sorriso da Criança	Rua São Raimundo
14	Pousada Deus Ajuda (Jonas Vieira)	Rua São Raimundo
15	Posto	Rua Fortaleza
16	Cemitério	Rua Beira Rio. Aprox. 800m de distância da Vila
17	Praça de Esportes	Rua Nove de Março. Próximo à Escola Polo
18	UBS Tiazinha	Rua Nove de Março
19	Campo de Futebol do Castanhal	Entre a rua Beira Rio com Av. Castanhal
20	Arena Verde	Rua Beira Rio. Próximo do Campo Castanhal
Comércios		
21	Mercadinho Baião	Rua Carlos Igreja
22	Comércio da Praça	Rua Santíssima Trindade
23	Mercadinho Princesa	Rua Santíssima Trindade
24	Cyber do Assis	Rua Santíssima Trindade
25	Comércio do Lúcio	Rua Santíssima Trindade
26	Complexo Beira-Rio (Adiles)	Rua Santíssima Trindade
27	Armarinho da Geane	Rua Santíssima Trindade
28	Bar do Dorinaldo	Rua Santíssima Trindade
29	Loja Sthill Soares	Rua Beira Rio
30	Comercial Ramos	Rua Beira Rio
31	Açougue Cardoso	Rua Nove de Março. Próximo à Escola Polo.
32	Comércio do Sr, Miguel	Rua São Raimundo
33	Mercadinho Alonço	Rua São Raimundo
34	Comercial Vilhena	Rua São Raimundo
35	Mercadinho Vieira	Rua Fortaleza
36	Complexo Estrela-Bar	Rua São Raimundo. Próx à escola Sorriso da Criança
37	Padaria Milagre	Rua Merajuba. Próximo à praça Santíssima Trindade

Fonte: Elaborado pela autora. Observação direta e conversas informais com moradores, em 2021.

Figura 39 - Comércio existentes na Vila de Umarizal Beira, na atualidade.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

O croqui a seguir foi produzido em diversas etapas (Figura 40). Inicialmente começou-se com um esboço cedido por um dos entrevistados, um mapa produzido ainda para construção das primeiras edificações em alvenaria (cerca de 49), com recurso disponibilizado por um projeto do governo. Porém, era um esboço antigo e a comunidade crescera bastante nos últimos anos, como mencionado anteriormente. Então, usou-se como referência, mas, a observação e registro georeferenciado dos elementos cartográficos, durante as visitas em campo foram importantes para produção do croqui definitivo, bem como consulta ao google earth. E, finalmente, não menos importante, cada etapa que ele ia sendo construído, consultava-se alguns informantes-chaves da comunidade, por telefone, encaminhando as imagens, considerando a dificuldade de deslocamento até a comunidade por causa do COVID-19 e da logística.

Este momento de construção coletiva foi fundamental, pois, eles íam informando algum equívoco e dando sugestões de melhorias. Finalmente, também foram realizadas consultas à literatura, como por exemplo, o texto de Benedita Celeste Pinto (1999), onde foi possível observar as transformações com o tempo.

A análise do croqui permite identificar que a configuração espacial do território mudou, em comparação aos tempos passados. Em 1993, o povoado de Umarizal foi elevado à categoria de Vila e tornou-se sede do 4º Distrito de Baião - Projeto de Lei nº 0001/93 (FARIAS, 2021), formada pelos bairros: Trindade, Josefa Miranda, Matinha, Bairro Novo, Terra Firme e Castanhal. Assim, a área residencial cresceu e possui agora 14 ruas, 8 travessas, cerca de 347 casas e aproximadamente 2.500 moradores, segundo dados obtidos na Associação Quilombola e na UBS-Tiazinha. Diversos objetos diferentes estão presentes no território na atualidade (Figura 41), como descrito por Benedita Celeste Pinto (1999) na dissertação *“Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas”*:

“Na parte central foi recriado o novo Arraial - o Largo da Trindade, constituído pelo espaço público - a praça, o salão comunitário, a Igreja Católica, o mercadinho público e o porto da Arraial, onde fica o trapiche comunitário de embarque e desembarque da vila (...) Umarizal, nesta época de 1974, ganhou um pequeno motorizador de energia elétrica e um sistema de bica para abastecimento de água, a partir de duas bombas manuais acopladas ao poço artesiano: uma bica na primeira rua e outra na terceira rua, destas bicas água destinada principalmente para beber, já que o banho e outras utilidades como lavagem de roupa e louça continuavam sendo diretamente no Rio Tocantins.” (PINTO,1999, p. 71 - 81).

Figura 40 – Configuração atual da vila de Umarizal Beira.



Fonte: Próprio autor e moradores de Umarizal, 2022.

Figura 41 – Praça (A), Salão Comunitário (B) e Igrejas existentes (C, D e E) em Vila de Umarizal Beira, na atualidade, 2021.



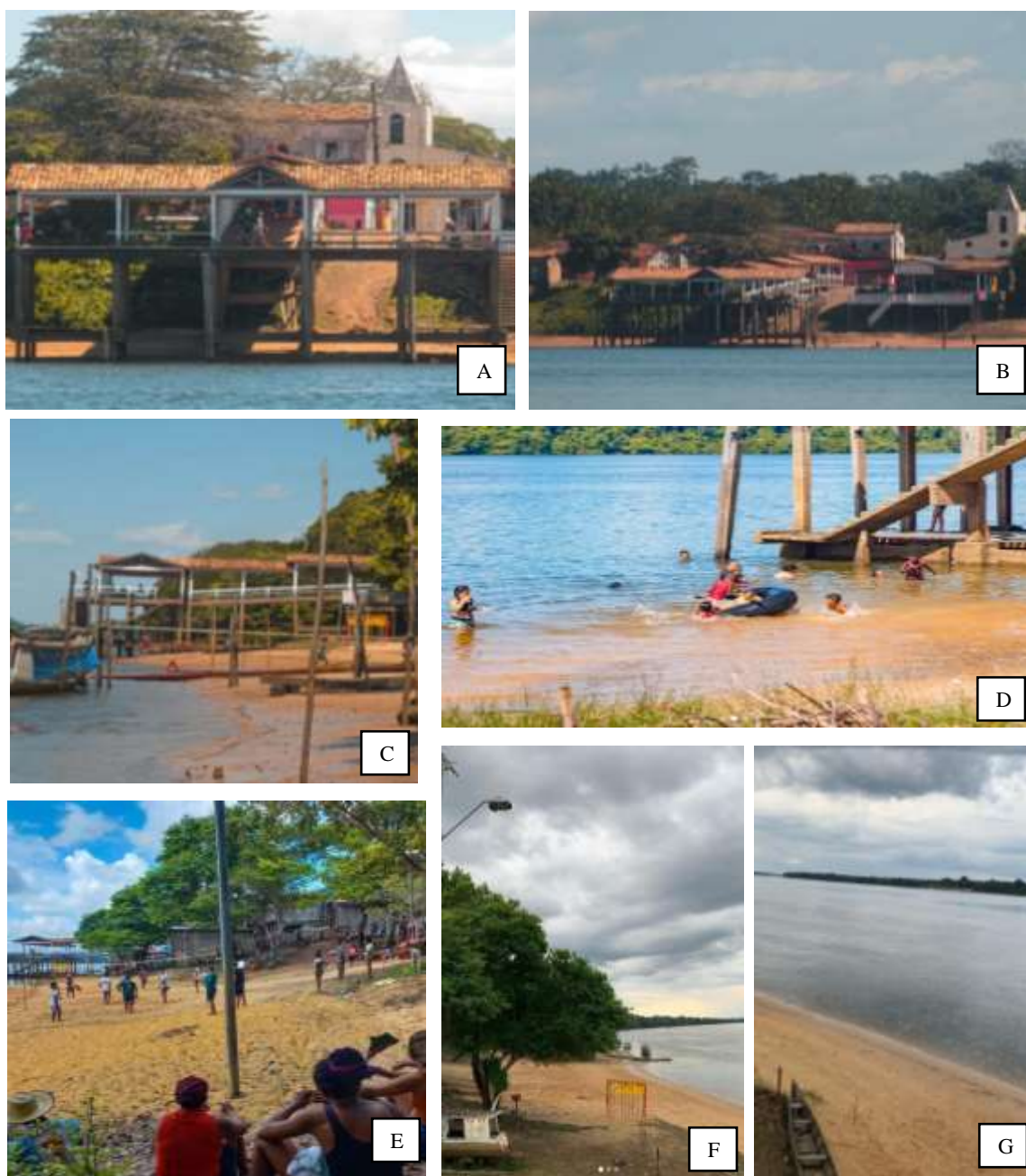
Fonte: Próprio do autor, 2021.

Em sua tese intitulada “*Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local*”, Correa (2021) ressalta que as praças, quadras esportivas, academia, trapiche e praias servem como locais de lazer e esporte para a comunidade (Figura 42). O banho no rio é um comportamento tipicamente dos habitantes das comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas. Prática herdada dos índios e que é utilizada até hoje pelos moradores de comunidades que vivem às margens de rios, como é o caso dos quilombolas de Umarizal Beira. Este momento é muito importante para a família, porque se configura em um momento de encontro, de conversas, de ensinamentos, de descobertas, de repasse de informação, de higiene pessoal, de intimidade com a natureza, e, fundamentalmente, de prazer e de lazer da família.

No território quilombola de Umarizal o lazer é realizado, ainda, pelo jogo de futebol. Estes se organizam em competição entre membros do “time” do próprio povoado, ou com um time visitante de comunidade vizinha. Também pode ocorrer de os times da comunidade se deslocarem jogar fora do território. O principal objetivo é incentivar e manter a integração entre as comunidades, através da prática desportiva, bem como incrementar as relações de solidariedade” entre os moradores.

Além do futebol, existem as festas dançantes que se constituem em lazer freqüente; estas acionam mecanismos de sociabilidade e reforçam vínculos familiares e afetivos. Principalmente, entre os mais jovens e contribuem para aprofundar o pertencimento étnico. Normalmente elas são realizadas com pequenas aparelhagens de som, compartilhando ritmos que se popularizam regionalmente como brega e tecno-brega.

Figura 42 – Orla da Vila com o Trapiche (A e B) e Praia (C a G) na Vila de Umarizal Beira, em 2021.



Fonte: https://www.instagram.com/quilombola_umarizal

Há também na Vila de Umarizal serviço de cartório civil, a delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais de Baião (STTR), a Coordenadoria de base da Colônia dos Pescadores Z-34 e a sede da Associação dos Quilombolas. Entretanto, faltam serviços de segurança pública, pois, a inserção desses novos objetos no território proporciona alterações nas dinâmicas sociais, aumento nas denúncias de roubos na comunidade, a intensificação do trânsito, o acontecimento de acidentes, circulação de drogas e pessoas suspeitas provocam uma análise mais crítica, por parte da população, acerca das transformações pelas quais vem passando. Essa percepção pode ser evidenciada na fala dos moradores quando indagados sobre a segurança local, como relata a diretora:

“A segurança aqui na comunidade ainda é bastante precária. Inclusive o vereador Marinaldo está com um projeto de colocar um posto policial nesse distrito, mas ainda não chegou. E nós estamos precisando muito nesse momento, porque a segurança é necessária! Somos uma comunidade com mais de mil habitantes! Que, principalmente durante os finais de semana, temos uma praça que lota e as vezes acontecem brigas e não tem onde recorrer. Tem que ligar toda vez pra Baião, até eles virem de lá...fica complicado!”

(Entrevistado 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

Algumas lideranças da Associação Quilombola também ressaltam a falta de segurança ao falar sobre o policiamento na vila:

“Às vezes nem quando tem problema, é distante! Mas hoje a polícia por ser Estadual, ela pode agir em qualquer canto, mas fica muito distante.... Por exemplo, já aconteceu de chamar a polícia e vim de Cametá, quer dizer que Cametá, olha onde a gente está, ta a mais de 100 Km daqui!!!”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

“Quando a gente pede de Baião é que vem, quando tem o movimento, a festa, essas coisas é que vem, e a segurança é a gente mermo que quando eles não respeitam a gente mante certas coisas, quando vê que o negócio tá pegando a gente reúne, chama o povo, e aí a gente vai aguentando assim, levando esse movimento.”

(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

Essa e outras dinâmicas sociais levam a uma nova situação geográfica em Umarizal-Beira que aponta, especialmente, para o diálogo do território com as políticas de Estado impostas ao município e a Amazônia; que vem sofrendo, no decorrer dos anos, o impacto da proximidade com os Grandes Projetos e com a iniciativa privada que representa o avanço do capitalismo na região. De acordo com Lopes (2017) isso pode ser percebido na resignificação da utilização dos recursos naturais na região da Amazônia, visto que, a inserção do capital atribui um ritmo externo e novo ao território, redimensionando assim as relações socioterritoriais construídas ancestralmente.

Como mencionado anteriormente, a comunidade de Umarizal Beira em tempos pretéritos era essencialmente agroextrativista, portanto, praticava agricultura (milho, arroz, mandioca etc.) e extrativismo (castanha, látex de maçaranduba ou seringueira; além da caça e pesca que eram frequentes em virtude da abundância de animais).

Atualmente, algumas dessas atividades ainda podem ser observadas, porém, de forma mais discreta. No tocante à agricultura de subsistência, não mecanizada, os quilombolas de Umarizal ainda plantam (arroz, feijão, mandioca e milho, principalmente) em suas roças, localizadas na área do “centro” (Umarizal Centro).

A roça é o espaço próximo da casa onde é feita a plantação. Nelas se cultivam várias espécies de frutos para subsistência da família que vive na área e para os que visitam a família nos fins de semana. Trata-se de plantio praticado por várias pessoas pertencentes a uma mesma família. Essas áreas agricultáveis são imprescindíveis para a sobrevivência e reprodução física e social dos moradores. Atualmente, em Umarizal Centro, apenas 8 famílias residem permanentemente ali. Todas as demais moram na “Vila” (Umarizal Beira), mas, mantêm seus “lotes” no Centro. Aqueles que não moram, mas mantêm seu lote coletivo para a roça, deve protegê-lo e constroem casas próximas ao roçado para vigiarem a plantação, contra furtos na lavoura, também os cachorros fazem a vigilância da plantação (SOUZA, 2018).

Os excedentes da plantação são vendidos “*in natura*” à marreteiros (comerciantes ambulantes que se deslocam por diferentes localidades), ou ainda trocados por outros produtos, seja na Vila de Umarizal Beira, na cidade de Baião, Cametá, Tucuruí e até mesmo na capital, Belém. Muitas vezes o valor recebido com a venda é uma parte em dinheiro e a outra dá-se por trocas mercantis, ou seja, por produtos que estejam necessitando no momento como charque, arroz, feijão, sal, ou ainda por vestuário.

Na atualidade ainda é preservada a produção de farinha, considerada uma atividade familiar, sendo beneficiada em casas de farinhas comunitárias. Parte da produção é para o consumo doméstico, sendo seu excedente vendido para fora da comunidade, também pelos marreteiros. Benedita Celeste Pinto (2004a) dá uma definição mais abrangente das atividades executadas por estes marreteiros:

“Na região tocantina denomina-se de marreteiro a pessoa que se desloca do seu lugar de origem para outros lugares com algumas variedades de objetos para serem vendidos ou comercializados. É uma versão mais atualizada do antigo regatão. Nas suas negociações, é bastante comum a troca de mercadorias com a produção do lavrador, como por exemplo, a troca de uma determinada mercadoria ou objeto por uma quantidade estipulada de farinha de mandioca, conforme o preço da mercadoria. Observei, durante a pesquisa, que os pequenos comerciantes de Umarizal, em média de cinco, também trabalham na agricultura de mandioca, milho e arroz; além de serem dependentes de comerciantes de fora de Umarizal. Na maioria das vezes os

comerciantes locais "compram" a produção das roceiras e roceiros de Umarizal, trocando por mercadorias." (PINTO, 2004a, p. 84).

Durante as visitas realizadas na comunidade, apenas poucos moradores relataram que a atividade agrícola já foi mais praticada em tempos passados pelo povoado de Umarizal, em comparação com o presente. Sobre isso, o entrevistado 10 reforça a importância de se manter a tradição agrícola na comunidade e manifesta sua insatisfação com aqueles que adquirem alguns produtos com comerciantes, ao invés de produzi-los por eles mesmos:

"Olha, na verdade eu não diria que ainda é forte... Agricultura aqui já foi muito forte, hoje existe alguns aqui que ainda praticam... Teve uma época, não faz muitos anos, não, há 10 anos atrás que quem tinha a produção agrícola aqui eram professores e aposentados, por incrível que pareça (...) então eu questiono muito essa questão da produtividade na comunidade (...) Com relação aos produtos que podem ser plantados, a própria mandioca por exemplo, tem de monte em cima da terra e as pessoas comprando farinha, isso é inadmissível, eu não sou capaz de aceitar uma situação dessas!"

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

A economia agrícola tradicional, que mantinha a equidade na distribuição de renda e bens e na produção e consumo compartilhados, atualmente passa por um declínio em virtude da gradativa invasão das terras por posseiros, o que reduz a área de plantio, como sugere Souza (2018), Segundo autor, esta mudança na prática agrícola em Umarizal pode estar relacionada à influência de agentes externos ao território, após a chegada dos grandes projetos” e novos atores mencionados anteriormente:

"A mudança nas práticas agrícolas tradicionais foi determinada pela influência das ações dos fazendeiros e outros moradores, sendo eles pequenos latifundiários, com outros modos de produção agrícolas e agropecuárias, diferentes dos quilombolas. Portanto, os moradores de Umarizal, muitas vezes, fazem contatos comerciais com esses vizinhos, encontrados nos arredores da comunidade, modificando, assim, suas práticas agrícolas" (SOUZA, 2018, p.47).

Essa mudança na prática agrícola, é resultado também da alteração no hábito alimentar na vila de Umarizal, em função da Modernidade. Sobre as mudanças nos hábitos alimentares, muitos autores sugerem ser possível e natural ocorrer, com o tempo. Segundo Pacheco (2008), é dentro do âmbito familiar que os primeiros costumes, normas, regras de sociabilidade, referentes ao ato de comer, são repassados e assimilados pelo indivíduo. Porém, Poulain e Proença (2003) afirmam que as condições sociais e econômicas podem modificar determinados hábitos. O acesso ou a restrição a um determinado alimento, a mudança para outros lugares, questões ambientais, podem influenciar nas práticas alimentares. Ainda, Peña e Molina (1999) afirmam que a mídia, os comerciais, as marcas e mudanças sociais e demográficas podem, de

alguma forma, influenciar e modificar as escolhas alimentares. Portanto, é possível atribuir as mudanças alimentares observadas em Umarizal a elementos da Modernidade, como a facilidade/praticidade de aquisição aos produtos industrializados, que será mencionada mais a frente.

O extrativismo vegetal ainda é praticado, como complemento da alimentação. Da mesma forma que a agricultura, em função das transformações ao longo do tempo no território, como aumento do desmatamento ou perda de terra para agentes externos, há uma redução na prática desta atividade. No entanto, ainda se observa a coleta de frutas e sementes comestíveis, tais como a castanha-do-pará, bacuri, uxi, mari, tucumã, piquiá, bacaba e açaí, no qual o suco é misturado à farinha de mandioca e se torna complemento básico na alimentação da população local e da região do baixo Tocantins.

A natureza representa para eles, sobrevivência, base de sustento material e sobretudo fonte de vida, ou seja infraestrutura, de onde os mesmos extraem os recursos naturais necessários para o sustento alimentar, econômico, medicinal e cultural de suas famílias. Como diria Wollf, “(...) *diversas espécies vegetais são usadas para a alimentação; remédios; construção de casas; (...) cestos e outros utensílios; combustível*” (WOLFF, 1999, p.172). Ainda, a utilização dos recursos naturais faz parte de todo um acúmulo de vivências, de saberes e de práticas culturais, pertencentes aos povos da floresta (índios, caboclos, mestiços e negros da Amazônia), adquiridas com seus antepassados e usadas para garantir a sobrevivência de suas famílias e de sua comunidade (CERTEAU, 2003).

No que diz respeito ao extrativismo animal, atualmente, poucos são os que seguem nesta atividade como um meio de renda, uma vez que não há muitos animais na região em virtude da caça predatória, por causa da construção da barragem, dentre outros empreendimentos na região, que reduzem as áreas florestais e extinguem os animais. O entrevistado 6, atual liderança na ARCOQBU, ratifica essa informação ao dizer que:

“O povo vivia da pesca, hoje já é mais difícil por causa do negócio da barragem, o peixe se afojeitou, acabou! os peixes saíram pro outro lado e aí ficou a dificuldade aqui no Umarizal.”

(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

Nos últimos anos a pesca artesanal, antes considerada como uma segunda atividade econômica, tem retornado como atividade de ocupação de uma grande parcela do povo umarizalense. Isso ocorre não porque há muitos peixes na região, pois já vimos que a construção da UHE Tucuruí reduziu a qualidade e quantidade de pescado na região à jusante, mas sim pelos benefícios governamentais dados durante o período de desova de diversas espécies

(FARIAS, 2021). Inclusive, segundo os relatos dos próprios moradores é necessário realizar um esforço de pesca, ou seja, ir mais longe do lugar em que residem para poder conseguir pescar.

Para a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião, Joana Serrão, isto deve-se a dois fatores: o primeiro é a busca de peixe para a alimentação da família e o segundo refere-se ao fato de que a dedicação à pesca dá o direito ao acesso do seguro defeso por parte do pescador. Este seguro é estabelecido pela Lei 10.779/03, que garante um auxílio no valor de um salário-mínimo para os pescadores durante os quatro meses do período de desova dos peixes (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro) no rio Tocantins. Sendo que, para muitos ela torna-se a maior receita da família no ano (FARIAS, 2021). A referida lei diz em seu Art. 1º que:

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. (BRASIL, 2003).

Ainda com relação aos aspectos econômicos, muitas famílias necessitam, para sua sobrevivência, de auxílios dos Programas do Governo Federal. Neste sentido, os programas governamentais como o Bolsa Família, Seguro Defeso, a Bolsa Universitária Quilombola, Aposentadoria Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) constituem-se, muitas vezes, como o único recurso para a maioria dos moradores de Umarizal. Há também na vila alguns funcionários públicos (principalmente professores, profissionais da UBS, etc).

Reconhecidamente, as comunidades quilombolas do Brasil se encontram vulnerabilizadas em suas condições de vida e saúde, fato que representa um relevante problema social e de saúde pública, não só pela precária condição socioeconômica, educacional e ambiental a que estão expostas, como também pelo impacto desses fatores na garantia de direitos sociais, culturais e políticos. Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) no ano de 2017 constatou que 75,6% das famílias quilombolas brasileiras estão em situação de extrema pobreza, e que 78% dependem de benefícios de transferência direta de renda do governo federal (BRASIL, 2017).

Mensalmente, em função da inexistência de agências bancárias na Vila para o recebimento destes benefícios, os moradores precisam se deslocar até a sede do município, em Baião. Em conversas informais com alguns moradores, destaco aqui um relato comovente sobre as dificuldades financeiras que alguns passam quando dependem unicamente deste auxílio:

“...quando preciso receber o benefício, minha filha, eu preciso pegar uma van pra sair da Vila e chegar até a balsa, pagar a balsa, quando chegar em Baião [SEDE] pegar o mototáxi até o banco, sacar o dinheiro, ir ao supermercado fazer as compras do mês [porque é mais barato do que na Vila] e fazer o caminho de volta. Assim, quando chego aqui o dinheiro acabou, o dinheiro já é pouco.”

(Conversa informal com moradora durante pesquisa realizada por Fernandes e Nunes, março/2021)

Essa informação pode ser ratificada nos estudos conduzidos pelos discentes do curso de especialização de Ciências Biológicas Aplicadas a Saúde do IFPA nos meses de março e abril de 2021, por Nunes e Fernandes (2021), intitulado “*Doenças Crônicas e os determinantes sociais de saúde em idosos quilombolas da comunidade de Umarizal-Beira, Baião/PA*”. Do total de 106 idosos em Umarizal que participaram da pesquisa, houve o predomínio de mulheres (58%), pretas (71%), com o ensino fundamental incompleto (69%) ou analfabetas (12%), aposentadas (71%) ou agricultores (15%) e com renda familiar de até no máximo um salário-mínimo (84%). Ou seja, evidenciou-se que a renda familiar (*per capita*) média das famílias quilombolas não ultrapassa um salário mínimo. Isso posto, fica evidente que o quesito renda deixa em desvantagem social a população afrodescendente, aparecendo como risco elevado para aquisição de doenças e adoecimento por um período mais prolongado. Pois, segundo Williams e Jackson (2005), os componentes do status socioeconômico mensurados pela renda, educação e ocupação são importantes preditores para avaliar as diferenças em saúde, sob o ponto de vista étnico/racial.

Esses autores apontam maior vulnerabilidade da saúde entre a população afroamericana de baixa renda, sendo maiores os fatores de risco para desenvolvimento de doenças coronarianas e câncer entre os negros, e maiores taxas de morte por doenças cardíacas entre os negros de qualquer nível de renda quando comparado aos brancos. Resguardado o contexto em que esses autores desenvolvem suas reflexões, esses dados sugerem algumas semelhanças com a realidade brasileira, assinalando que a população pobre e negra ainda apresenta péssimas condições de vida em geral, o que refletem em doenças e agravos à saúde provenientes do processo de marginalização a que estão expostos.

Aparentemente, muitas pessoas vulnerabilizadas na vila ainda se encontram desassistidas pelas políticas públicas existentes, inexistência por exemplo, de Programas de incentivo à agricultura/extratativismo/artesanato, entre outros, destinados à essa população, situação presenciada em outras comunidades quilombolas no país (BRASIL, 2017). Esse contexto demonstra, mais uma vez, a ineficácia das políticas públicas existentes para grupos

populacionais mais vulneráveis, que não tem alcançado a melhoria das suas condições socioeconômicas.

Em contraposição ao cenário de pobreza e de carência de algumas famílias em Umarizal, surgem iniciativas de generosidade e redes de apoio para mitigar as mazelas consequentes às péssimas condições de vida de alguns membros da vila. Durante as visitas em campo, alguns discursos surgiram neste sentido. Por exemplo, ao realizar visita domiciliar com a enfermeira da UBS em residências muito humildes, a mesma mencionou *“que eles eram os mais carentes e, para ajudá-los, sempre conseguiam doação de mantimentos e roupas nas visitas”*.

Em outro momento de vivência com os mesmos, a assessora jurídica da ACORQBU descrevia várias situações em que *“os vizinhos que tinham uma condição melhor, sempre visitam e doavam a quem não tem o que comer naquele dia”*. Em seu trabalho, Benedita Celeste Pinto (1999) relata que estes princípios são heranças da grande família do Quilombo de Paxibal, no qual era comum a troca ou partilha de alimentos entre os moradores, muitas vezes já preparado, para aliviar a fome.

Uma observação recorrente nesta pesquisa é o fato da maioria das pessoas na comunidade de Umarizal constituírem entre si redes familiares, onde o parentesco é conseguido através do casamento. Quase todos os entrevistados ressaltam os graus de parentesco e os casamentos, em geral, são realizados intra-comunidade, entrelaçando e formando estas redes familiares. Talvez esse fato também contribua para a unidade e solidariedade observada dentro da comunidade.

Outro aspecto avaliado nesta tese foram as condições de habitação dos moradores, no qual as informações desta foram investigadas a partir das condições gerais das habitações, abastecimento de água utilizado pela residência, tratamento de água utilizado para consumo no domicílio, esgotamento sanitário da residência e manejo e destinação do lixo.

Em relação ao local de residência, observou-se que muitos moradores possuem casa própria, sendo o número de residentes em cada domicílio de no mínimo 1 e máximo 8, e o número de cômodo entre 1 e 5. Atualmente, observa-se uma mudança no estilo das casas de Umarizal, que se assemelham muito as casas urbanas de outras cidades, sendo construídas de alvenaria e telhas de barro, embora ainda seja possível encontrar casas de construção mais tradicional no quilombo, ou seja, com paredes de madeira ou barro e cobertura de palha de ubim (Figura 43). O piso mais comum encontrado nas casas foi o de cimento, eventualmente algumas casas ainda utilizam chão batido.

Essas informações são corroboradas por Costa e Fernandes (2021) na monografia intitulada “*Avaliação das condições habitacionais, sanitárias e principais doenças na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará*”, que ao entrevistar 103 domicílios constaram que mais da metade (61%) das casas são construídas de tijolo e cerca de 34% de madeira. Ainda de acordo com estas autoras, 94% das coberturas são com telhas de barro, por outro lado, os pisos são em sua maioria de cimento (45,6%).

Figura 43 - Tipos de moradias (Madeira- A e B - e Alvenaria – C e D) na Comunidade de Umarizal Beira, em 2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Estas informações assemelharam-se aos de um estudo realizado por Azeredo e colaboradores (2007) que, ao avaliar as condições habitacionais e de saneamento básico das famílias adstritas no Programa de Saúde da Família de Teixeiras/MG, observaram a falta de reboco das paredes na grande maioria das residências, assim como a constituição dos pisos apenas com cimento e a telha de cerâmica para grande parte dos domicílios. Diante disso, os autores enfatizaram que essas condições habitacionais podem constituir um risco à saúde de seus moradores.

Cale ressaltar que, segundo relatos dos moradores, não há mais casas totalmente de palha na vila de Umarizal. Como mencionado anteriormente, os mais idosos ainda recordam em suas falas que antigamente as casas eram construídas com paredes de barro ou palha, cobertas de palha de ubim e piso de chão batido, e eram, ainda, distantes umas das outras.

No que se refere à origem da água utilizada nas residências, a maioria dos moradores fazem uso da rede pública, sendo que nenhum processo de tratamento é efetuado na mesma antes de chegar às residências. Em conversa informal com liderança da associação responsável pelo sistema de abastecimento de água da vila, explicou-me como se dá o fornecimento de água para os domicílios:

“O abastecimento de água é interligado diretamente na rua, direto do poço interligado. Não tem um procedimento para passar pela caixa, na hora que liga ela já sai direto na tubulação que desce direto para rua. Só que tem três divisões nessa água para poder abastecer todo mundo. A gente coloca um registro. Na segunda rua vindo de lá de cima em casa, tem um registro grande que a gente fecha. Aí quando liga a bomba ela distribui para aquele ponto lá em cima e lá para baixo, aí quando está com três horas de tempo fecha o registro que tá aberto e abre o grande que ela desce para cá. Aí abastece de lá até aqui onde tá o colégio velho, lá tem um outro abastecimento de água que supre a necessidade do pessoal que mora mais para baixo. Então é dividido nessas três etapas”.

(Conversa informal com responsável pelo abastecimento de água na vila de Umarizal, julho/2021).

Sobre o tipo de tratamento da água para consumo, muitos moradores fazem o uso do método da cloração. Conforme destaca o entrevistado 8 *“O tratamento da água é feito em casa, água de qualidade, água boa, aparentemente uma água limpa né, a gente coloca o hipoclorito para tratar”* (Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, Junho de 2021). Diante o contexto exposto, vale destacar que segundo a Funasa (2014) o método da cloração é bastante benéfico para a saúde humana, uma vez que são capazes de tornar inativos vários microrganismos patogênicos existentes na água.

Segundo Costa e Fernandes (2021), em Umarizal Beira 90% das residências são abastecidas com água distribuída pela rede pública, no entanto, alguns moradores ainda possuem a captação pelo poço comum (6,8%). Em relação ao seu tratamento para o consumo em domicílio, elas destacam que o uso da cloração é o mais frequente (78,6%), seguido da água sem tratamento (8,7%) e filtração (6,8%).

Na Comunidade de Umarizal Beira existe uma oferta permanente de hipoclorito pela Unidade Básica de Saúde, entregue aos moradores pelos ACS durante as suas visitas domiciliares. Os moradores relataram que as poucas vezes que não tratam a água com hipoclorito, ocorrem em função da demora nas visitas pelos ACS ou ausência deste produto na UBS.

De acordo o relato dos moradores, em muitas habitações a instalação sanitária estava presente dentro da casa, porém, em outras moradias estava fora. Nesta última, o que havia era uma estrutura improvisada pelos moradores denominada de “sentina” (vaso sanitário) e os

dejetos eram eliminados diretamente no solo (Figura 44). Não existe qualquer forma de coleta e tratamento dos dejetos além desta fossa rudimentar, que não atende às normas básicas, fato que pode propiciar a contaminação do solo, provocando prejuízos à saúde da população local. Além disso, podem haver a proliferação de microrganismos e vetores causadores de doenças endêmicas e de parasitoses, assim como a contaminação dos recursos hídricos, prejudicando a qualidade da água consumida pelos moradores (SILVA, 2007). Eventualmente, ainda, nem todas as estruturas construídas possuíam essa fossa rudimentar.

Figura 44 - Sentina (vaso sanitário) encontrada em algumas residências da vila de Umarizal Beira.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

Uma pesquisa realizada por Ferreira e Pantaleão (2016) que analisaram 306 famílias de seis comunidades quilombolas do estado do Alagoas, verificou que 81,15% dos banheiros ou sanitários ficavam fora da casa, algumas vezes dezenas ou centenas de metros distantes da residência. Esses achados também são concordantes com a pesquisa de Amorim e colaboradores (2013) que em 75,3% das moradias não havia sanitário, sendo a eliminação dos dejetos no peridomicílio.

Em muitas residências, as águas cinzas (água usada em processos domésticos, como o banho ou lavar a louça/roupa) e negras (água descartada que possui matéria fecal e urina) eram lançadas em fossas ou a céu aberto (Figura 45). Um estudo realizado por Aguiar e colaboradores (2020) que analisaram a ocorrência de gastroenterite em crianças menores de 5 anos atendidas pela Estratégia Saúde da Família de Ilha de Guaratiba/RJ, identificaram que a presença de

esgoto a céu aberto no domicílio fez com que crianças residentes nesses locais tivessem aproximadamente 4,5 vezes mais chances de apresentar diarreia. Além disso, do total de crianças avaliadas, aquelas que residiam em moradias nessas condições também apresentaram mais quadros de gastroenterite do que as demais.

Figura 45 – Águas cinzas lançadas à céu aberto pelos domicílios na vila de Umarizal Beira, Baião, Pará.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

O destino do lixo na maioria das habitações se dava por meio da coleta pública (98,05%), realizada por um morador conduzindo uma carrocinha em uma moto, até três vezes na semana. O descarte é feito em um lixão próximo a vila, na estrada que dá para Umarizal Centro (Figura 46). Nesse sentido, no discurso do líder quilombola a coleta de lixo é efetuada da seguinte forma:

“É coletado, tem a coleta! É a moto né. No caso tem uma carrocinha, aí nessa carrocinha eles vão coletando nos dias de segunda, quarta e sexta. São os três dias de coleta, aí eles levam esse lixo e deixa lá no lixão. Lá em cima, a prefeitura fez uma abertura lá, uma área que é para o destino desse lixo, lá eles jogam, o lixão é aberto.”
(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021).

Outros estudos realizados em comunidades remanescentes de quilombos espalhados pelo Brasil, todavia, apontam que um dos problemas sanitários mais prevalentes nessas populações é a prática da incineração dos resíduos, que resultam em riscos ao meio ambiente e à saúde dos moradores. Além disso, o ato de enterrar o lixo e a eliminação do mesmo a céu aberto favorece a propagação de vetores. Sendo assim, a destinação inadequada dos resíduos

propicia a contaminação do solo, da água e do ar (AZEREDO et al., 2007; AMORIM et al., 2013; MELO; SILVA, 2015; PINHO et al., 2015; FREITAS et al., 2018).

Figura 46 - Lixão da vila de Umarizal Beira, em 2021.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

Os problemas habitacionais encontrados na vila de Umarizal Beira estão relacionados à carência de oferta de serviços públicos, havendo a necessidade de algumas melhorias, tais como na estrutura da mesma, no tratamento da água que abastece o domicílio, na construção de rede coletora de esgoto e instalação sanitária.

De acordo Azeredo e colaboradores (2007), o conhecimento das condições sanitárias de uma determinada localidade é de total relevância no estabelecimento de medidas para a promoção da qualidade de vida da população, famílias e comunidades. Nesta pesquisa, a avaliação realizada nas residências permitiu conhecer melhor as condições de saneamento em que vive os seus moradores.

Em 2003, foi criado e implementado em diversas comunidades o Programa Luz para Todos, visto como uma política pública cujo principal papel foi permitir que as comunidades mais pobres tenham acesso à energia elétrica, promoveu transformações positivas na dinâmica de vida dessas comunidades (CARDOSO; KREIMER, 2007; FREITAS; ROMARCO, 2017).

Nesse sentido, na comunidade de Umarizal beira esse programa foi implementado apenas no ano de 2006 (Figura 47), mas essa conquista foi através de muitas lutas e manifestações por parte da comunidade, como relata o membro da ACORQBU, entrevistado 8:

“(...) houve uma pressão! Uma mobilização de Umarizal, Joana Peres, Balique e outras comunidades aqui. Foram lá pra Joana Peres a primeira vez, nos amontoamos muita lenha para tacar fogo num poste que tinha lá. Era daqueles postes grandes que tem do linhão né, aí a polícia veio negociar, negociou e marcou tudinho. Aí nós tiramos! Se não ia passar direto, só o linhão. Não ia entrar para deixar energia em vila nenhuma.”

(Entrevistado 8, 47 anos, liderança da associação, julho/2021).

O ex-líder da vila de Umarizal também ressaltou a mobilização realizada para que a população tivesse acesso à energia elétrica

“(...) a energia pra vir pra cá foi com manifestações e muita luta pra conseguir... Primeiro pra conseguir o linhão pra Cameté e, depois, pra conseguir o rebaixamento da energia...Fui tudo a base de pressão (...)”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, 70 anos, julho/2021)

Figura 47 – Distribuição da energia elétrica na vila de Umarizal Beira, em 2021.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

Contudo, essa conquista foi marcada por grande comemoração na vila, uma vez que a chegada de energia elétrica iria proporcionar grandes mudanças e avanços, nas condições de vida, na economia e funcionamento da comunidade de Umarizal. Corroborando com isso, Correa (2021) relata na sua monografia intitulada “*Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local*” que, na manhã do dia 06 de setembro, assim que as luzes

foram finalmente ligadas os moradores comemoraram soltando fogos de artifício, marcando assim o início de grandes avanços que estavam por vir.

A chegada da energia elétrica na comunidade promoveu alterações nas atividades econômicas. Essencialmente agroextrativistas, com a chegada da energia elétrica foi possível implementar na comunidade açougues, padaria e mercadinhos diversos (CORREA, 2021). Esse serviço também modificou os tipos de consumo, tanto de bens não duráveis - como alimentos (que passaram a ser armazenados em geladeiras); como de bens duráveis – como eletroeletrônicos em geral (aparelho de som, televisão e até mesmo computadores). Dessa forma, o Programa Luz para Todos proporcionou uma nova perspectiva e melhoria nas condições de vida para os remanescentes do quilombo, sendo uma das maiores conquistas dessas comunidades (FOURNIER; PENTEADO, 2008).

5.3.2 Educação Quilombola em Umarizal

A educação é considerada uma prática social com o objetivo de desenvolver o ser humano, seu potencial, as suas habilidades e competências, sendo um direito de todos assegurado na Constituição Federal de 1988. Para Medeiros (2018), esta foi um marco para várias minorias no Brasil, no qual despertou na sociedade uma motivação em torno dos direitos sociais e políticos. Dentre de estes o acesso de todos os brasileiros a educação escolar como uma premissa básica da democracia, como estabelece os Artigos 205 e 208 CF/88.

“Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

“Art. 208 § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” (BRASIL, 1988).

Contudo, apesar de estar garantida na Constituição Federal, a universalização da educação e a preocupação com a educação popular é um processo lento e longo que permanece como uma dívida social até os dias atuais (CARRIL, 2017). Neste aspecto, é importante ressaltar que a educação quilombola, a princípio, não constava claramente na Constituição, tão pouco era considerada como um dos principais motivos para a organização e mobilização das CRQ's no âmbito nacional, uma vez que estas lutavam principalmente pelas demarcações territoriais. Entretanto, aquela sempre esteve presente de uma maneira genérica em diversas

discussões realizadas no campo educacional a partir da década de 1980 (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Mesmo sem ainda estar presente oficialmente na Constituição Federal, havia nas comunidades quilombolas integrantes instruídos que eram responsáveis pela educação desta população. Em Umarizal Beira, segundo liderança cultural, entrevistado 7, este papel era do Sr. Manoel Sampaio:

“O primeiro professor na Vila foi Sr. Manoel Sampaio, que ensinou por muito tempo e teve seu nome homenageado na primeira escola fundada, em 1965(...)”
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Ainda segundo o entrevistado 7, a educação neste quilombo vem desde a sua formação como evidenciado em sua fala:

“A tradição educacional de Umarizal vem desde os primórdios da sua formação, pois sempre existiram pessoas de certa forma competentes para ensinar, fazendo com que pessoas de localidades vizinhas se deslocassem para esta Vila, em busca de uma boa educação para seus filhos.”
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Esta situação começou a ter outros olhares a partir das intensificações nos debates educacionais sobre a importância da valorização das pluralidades culturais e a sua representividade nos anos 80, que culminou no estabelecimento das Diretrizes Nacionais de Educação (Lei nº 9.394/1996). A reforma educacional advinda com esta lei proporcionou modificações importantes na abordagem da cultura na escola ao abrir espaço para uma revisão e debate daquilo que os livros didáticos chamam de “a formação do povo brasileiro”, não podendo assim mais excluir o tema das relações étnicas raciais dentro da história do Brasil. (ARRUTI, 2017).

Ratificando o que foi dito anteriormente, em 2003, o Congresso Nacional alterou a Lei das Diretrizes e Bases, estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial das redes de ensino públicas e particulares da temática história e cultura Afro-Brasileira, por meio da Lei nº 10.639:

“Art. 26 A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. (BRASIL, 2003)

A partir dessas lutas e reconhecimentos constitucionais, surge a necessidade de uma educação diferenciada que vá além de uma visão de superioridade em relação ao outro. Neste sentido surge a Educação Escolar Quilombola como uma nova modalidade de ensino no âmbito da Educação Básica, que possui entre as suas finalidades afirmar e valorizar os saberes históricos e culturais deste povo, que por muitos anos estiveram ausentes no currículo escolar (SOARES, 2016).

Por fim, somente em 2012, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foram aprovadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2012), os quais estabeleceram que os sistemas de ensino coloquem em prática a educação quilombola de acordo com a realidade social, cultural e política dessas comunidades (ARRUTI, 2017).

Segundo Miranda (2012), a implantação dessa modalidade de ensino insere-se em um conjunto amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo da história, a admissão subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, do sistema escolar. Ainda sobre a educação quilombola, a mesma é definida como unidades educacionais inseridas nas próprias comunidades, tendo uma pedagogia própria que leva em consideração à especificidade de cada quilombo (BRASIL, 2012; CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Isto significa que ao pensar sobre o currículo da Educação Escolar Quilombola, os docentes devem buscar nos diferentes tempos históricos as dimensões socioculturais e a inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, aquele deverá ser capaz de identificar a complexidade e a concretude dos fenômenos que caracterizam a história e a realidade das CRQ's (SOARES, 2016).

Diante de tantas mudanças, ressalta-se a importância do papel e da formação específica do quadro de docentes. Este muitas vezes sente-se inseguro com relação as condições dos estabelecimentos escolares, do uso dos recursos didáticos apropriados e, também, quanto a sua própria formação como docente. De acordo com Carril (2017), é evidente a insuficiência da formação dos professores na área rural onde estão mais de 90% dos estabelecimentos escolares quilombolas, ocasionando processos mais longos de escolarização e enraizamento dos afrodescendentes.

Corroborando com essas afirmações acerca da formação profissional destes docentes, Larchert (2013) afirma que:

“(...) os programas de formação precisariam possibilitar aos professores a apropriação dos conteúdos tidos como básicos não só com o necessário aprofundamento teórico como também o desenvolvimento de Políticas Educativas,

uma atitude crítica diante da sua cultura e da cultura dos nossos alunos para que possamos debater e apropriar-nos do conhecimento necessário ao reconhecimento da sua identidade étnica e a dos seus/as alunos/as” (LARCHERT, 2013. p.7).

Em conversas informais sobre o cumprimento da Lei nº 10.639 nas escolas de Umarizal Beira, foi relatado por alguns professores que o currículo utilizado atualmente na educação quilombola não segue o que preconiza a referida lei, ou seja, ainda não se encontra os debates sobre a história e cultura afro-brasileira e africana como percussores de suas origens. Ficando assim, a cargo da liderança e dos profissionais da educação da comunidade incluir por iniciativa própria as discussões étnico-raciais e culturais no cotidiano escolar dos alunos, como relata o entrevistado 7:

“Esses dias eu levei eles para debaixo da castanheira e falei sobre a tradição e história da vila, além da importância de preservar os castanhais.”
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

O não cumprimento das Diretrizes estabelecidas para a Educação Quilombola ameaça o autoconhecimento das próximas gerações em relação a sua identidade, tendo em vista que ao longo dos anos as suas histórias e cultura podem ser esquecidas e apagadas. Desse modo, espera-se que esse cenário sofra mudanças positivas rapidamente em virtude do crescente número de escolas quilombolas no país (MEDEIROS, 2018).

Atualmente, o Brasil possui 2.526 escolas quilombolas, sendo que 298 estão no estado do Pará, e destas, duas estão localizadas na Vila de Umarizal-Baião/PA. A primeira escola desta comunidade quilombola, fundada em 1965, tinha apenas o ensino fundamental I que corresponde da 1ª à 5ª série. Há relato de que os quilombolas de mais idade não estudaram por motivos diversos, mas hoje a escola é vista como um mecanismo de oportunidade de ascensão social. Em virtude disso, os poucos que possuíam condições financeiras enviavam seus filhos para estudar fora. Como relata a entrevistada 9:

“(...) por muito tempo a comunidade só tinha o ensino fundamental I da educação básica. Enquanto isso, quem tinha condições de dá continuidades aos estudos, tinha que ir para fora estudar. Nesse contexto, muitos largaram os estudos!”
(Entrevistada 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

Atualmente, existem na vila duas escolas em funcionamento: a Escola Municipal de Ensino Infantil Pré-Sorriso da Criança, que atende as crianças de 3 a 5 anos; e a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de Umarizal, chamada de “Escola Polo” pelos moradores, que atende ao ensino fundamental I (1º ao 5º ano), ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e ao ensino médio, este último, implementado em 2002 de forma modular, como esclarece entrevistada 9, profissional da educação em Umarizal:

“Foi somente no ano de 2002 que chegou o ensino médio, na modalidade modular aqui na vila. Atualmente, temos apenas duas escolas municipais. Uma de educação infantil, que são crianças de 3 anos a 5 anos. E, temos a escola polo, na qual sou diretora, onde funciona de 5 a 9 anos do ensino fundamental e adicionalmente funciona o ensino médio modular, de 1º a 3º ano, que é pelo estado. Essas duas modalidades funcionam no mesmo prédio.”

(Entrevistada 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

Além dos estudantes de Umarizal Beira, essas unidades educacionais atendem aos alunos de quatro comunidades anexas a esta, sendo: Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá-Miri e Florestão, contemplando 626 alunos. As comunidades ribeirinhas de Boa Vista e Paritá-Miri contam com o apoio de lanchas escolares e, as demais comunidades, cujo acesso à Vila de Umarizal Beira se dá por via terrestre, contam com o apoio de ônibus escolares. O número crescente de alunos reforça o viés de que a Educação Escolar Quilombola se constitui em uma ação afirmativa que mitigou as injustiças históricas, possibilitando uma reparação cultural e matéria à população negra (SOARES, 2016). Portanto, atualmente vem ocorrendo considerável melhora das condições da educação quilombola.

Nesse sentido, outra ação afirmativa que influenciou a educação quilombola, agora com enfoque no ensino superior, refere-se as cotas raciais nas universidades do país. Implementada pela Lei nº 12.711/2012, a conhecida “*Lei das Cotas*” visa garantir a reserva de vagas para alunos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Educação Superior por meio da reserva do preenchimento de no mínimo 50% das vagas nos cursos de graduação (CONCEIÇÃO; LIMA, 2019). Esta ação afirmativa contribuiu com a atenuação das discrepâncias socioeconômicas existentes entre negros e brancos (FARIAS, 2021).

Desta forma, entre as universidades federais da região Norte destaca-se a Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual em resposta a Lei das Cotas, criou a Resolução nº 4.309/2012 que estabelece a reserva de duas vagas para os estudantes quilombolas no Processo Seletivo Especial (PSE) para o acesso aos seus cursos de graduação (CONCEIÇÃO; LIMA, 2019). Ainda dentro da política afirmativa, tornou-se necessário a adoção de critérios para filtrar ainda mais os candidatos, visto que, apenas as autodeclarações baseadas na cor da pele não seriam o suficiente em virtude da dualidade que o termo “pardo” carrega (HAAS; LINHARES, 2012).

Em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “*Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local*”, Josielem Correa (2021) afirma que as conquistas proporcionadas pelas cotas raciais vieram através do autorreconhecimento que conferiu legalidade e a comprovação necessária aos remanescentes de quilombo da Vila de Umarizal-

Beira para ingressarem em institutos e faculdades públicas federais. Além disso, a mesma trouxe um fortalecimento no senso de identidade e orgulho de suas raízes.

Corroborando com Correa (2021), o senhor Domingo Vilhena, em entrevista a Nilton Farias (2021) relata este sentimento:

“Essa cota para estudante quilombola na universidade veio desavergonhar a gente preta daqui de Umarizal, desse pedaço de torrão, dessa comunidade. Meu nobre, antigamente por aqui a gente tinha era medo, tinha raiva, tinha muita vergonha de ser chamado de preto do quilombo. Acho que por conta de tanto sofrimento que era (...) agora não mais, até branco já gosta de ser quilombola eu imagino que seja por causa da universidade que veio pra essa terra da santíssima Trindade do Inocentes nossa padroeira e de todo esse povo. Eu já tenho três netos na Universidade, graças à Deus, as coisas estão melhorando aqui no Umarizal.” (FARIAS, 2021, p. 80)

Atualmente, seis cotistas umarizalenses concluíram o ensino superior, retornando à comunidade para servi-la e trazendo consigo melhorias. Sendo isto relatado pelo Prof.º Doriedson Vieira à Nilton Farias (2021):

“Percebo também que houve melhoria na educação quando muita gente daqui estão se formando nível superior, isso estimula nossos jovens estudar no ensino fundamental e no ensino médio, porque eles vejam a possibilidade de entrar na universidade através das Cotas universitárias quilombolas, a evasão escolar praticamente zerou [...] Na saúde melhorou muito com o retorno da Aurione Miranda enfermeira já formada, filha da terra, que está fazendo bom trabalho no atendimento da saúde do nosso povo na UBS Tiazinha, até no final de semana que antes não tinha porque os profissionais técnicos voltam pra cidade.” (FARIAS, 2021, p. 82)

Outros 108 alunos quilombolas de Umarizal ainda encontram-se cursando o nível superior. Vale ressaltar que os alunos quilombola, bem como as instituições de ensino, encontram dificuldades financeiras e de outros recursos necessários para a permanência destes alunos nas Universidades.

5.3.3 Identidade cultural da comunidade de Umarizal: memória, saberes e tradição

Meu quilombo

*A vila de Umarizal
É terra de gente guerreira
É terra de gente brasileira
É terra de gente bonita
De gente que brinca
De gente que dança
De gente que grita
De gente que samba*

*No dia vinte de novembro
 Você não pode faltar
 Pois nosso quilombo
 Vai comemorar.
 Com muito orgulho
 Estou a pensar
 No dia em que
 Ficamos livres
 Para viver e brincar
 E as pessoas em nossa
 Casa hospedar.
 Como quilombola é lá que quero estar.
 Pra crescer com consciência
 E me orgulhar do meu lugar
 No meu quilombo eu quero sempre morar.
 Fim!*

Autor: Ycaro, 4º ano

Fonte: www.instagram.com/quilombola_umarizal

A identidade é um o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 1999). Assim, compreende-se que a visão de cultura é considerada fonte de construção de identidade (CASTELLS, 1999).

Diante disso, a identidade social deve ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se percebem dentro da sociedade em que vivem e pela qual percebem os outros em relação a eles próprios (BRADLEY, 1996). Weeks (1990) define identidade como o sentimento de pertencer a um determinado grupo; é a identidade que define “o que você tem em comum com algumas pessoas e o que o torna diferente de outras” (WEEKS, 1990, p.88). Analogamente, Norton (2000) entende identidade como a forma “como a pessoa entende sua relação com o mundo, como essa relação é construída ao longo do tempo e do espaço, e como a pessoa entende possibilidades para o futuro” (NORTON, 2000, p. 5).

A identidade cultural é, portanto, um dos componentes da identidade social, o responsável pela vinculação cultural (CUCHE, 1999; HALL, 2003). Segundo Cuche (1999), a identidade social:

“exprime a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 1999, p. 177).

Conforme Tilio (2009), quando a identidade social passa a identificar um grupo, e não apenas cada indivíduo separadamente, ela distingue um grupo e seus membros dos demais grupos. Nesse contexto, a identidade cultural é um dos componentes da identidade social, uma modalidade de categorização baseada na diferença cultural (CUCHE, 1999).

Diferentes identidades culturais de diferentes culturas são absorvidas por um indivíduo e tornam-se partes de suas identidades sociais. Enquanto a cultura existe no âmbito dos processos inconscientes, sem consciência de identidade, a identidade cultural “remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 1999, p. 176).

As identidades sociais surgem em manifestações de discurso, pois “*embora a identidade possa ser construída de diversas formas, ela é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem*” (SARUP, 1996, p. 48). Assim como o discurso é construído pelos seus participantes, também são as identidades sociais. É através do discurso que as pessoas constroem suas identidades sociais e se posicionam no mundo (HALL, 1990). As identidades sociais são construídas “*no e através do discurso*” (SARUP, 1996, p. 47). Identidades sociais não são fixas e inerentes às pessoas; elas são construídas no discurso durante os processos de construção de significados (HALL, 2011).

Segundo Sarup (1996, p. 48), “*a identidade é, de certa forma, um efeito das instituições sociais. (...) Todas as identidades, sejam baseadas em classe social, etnia, religião ou nação, são construtos sociais*”. Nesse contexto, o patrimônio cultural nacional é composto não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Corroborando com isso, Halbwachs (2006) enfatiza que a Memória Coletiva faz-se através dos seres humanos que a carregam, vive mesmo dos grupos sociais que são os seus portadores, conforme registrado:

“(...) a memória é depósito de dados, naturalmente estática, pois configura um princípio de conservação, uma simples reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida animal superior; a Tradição é o respeito à continuidade dos hábitos, costumes e idéias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos; só a história é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento da sociedade.” (RODRIGUES, 1981, p.48)

Desse modo, define-se o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que seja portador de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, importando a categoria “*Identidade coletiva*” de um paradigma europeu (GOHN, 2012). O próprio artigo 215 da Constituição Federal de 1988 no § 1º estabelece a obrigação do

Estado de proteger todas as manifestações populares, indígenas, afro-brasileiras e de todos os outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, como destacado:

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”(BRASIL, 1988)

Em seguida, a Constituição Federal (1988) reconhece a história das comunidades quilombolas, expondo o seguinte: *“Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”* (BRASIL, 1988). Sendo importante ressaltar que, tratando-se da formação social dessas comunidades, os saberes são propagados através da transmissão de sua cultura, ainda que esses saberes tenham sofrido transformações em suas práticas ao longo do tempo.

Assim como todos os lugares possuem sua identidade e cultura, o povoado de Umarizal Beira é marcado pela religião, festividades, danças, lendas, rezas, saberes e tradições. No que diz respeito ao aspecto religioso, aproximadamente 90% é devota da Religião Católica. Dessa maneira, todos os anos acontecem às festividades ligadas a Igreja Católica, como a festa em homenagem a *Santo Agostinho* e o festejo da *Santíssima Trindade dos Inocentes*. Comemoram essas duas festas com novenas, missas, procissão, além das festas de rua com bandas e outras atrações. Segundo liderança cultural na vila, ainda no mês de julho, acontece a festividade de *Santo Agostinho* padroeiro dos lavradores *umarizalenses*:

“É o Santo protetor dos pequenos lavradores, pra quem os mesmos fazem promessas e fazem sacrifícios dos produtos retirados da roça. No cortejo do círio os pequenos lavradores carregam ferramentas típicas usadas no cultivo da roça de mandioca (peneira de timbuí, tipiti, enxada, machado, terçado, etc), como maneira de agradecer uma graça alcançada”.

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Enquanto, todo mês de setembro, comemora-se também, a festa da Santíssima Trindade, considerada padroeira na Vila de Umarizal. Segundo o relato de alguns moradores, no 1º dia da novena é realizado o grande círio da Santíssima Trindade:

“Sua festa é grandiosa e muito importante aos seus devotos, promovendo o reencontro de muitos familiares que voltam a Umarizal nesta época para as comemorações. Esta festa tem início com o círio, uma procissão que vem das localidades vizinhas, Florestão e Boa Vista. Na hora do cortejo as pessoas rezam, cantam e dançam em volta de um mastro enfeitado de flores e plantas medicinais cheirosas (estoraque, manjerição etc.). Ao chegar na vila a Santíssima Trindade é recebida com fogos de artifícios. Segue-se, então, a novena (9 noites de

comemorações). Na última noite (dia 10), tem a última comemoração chamada varrição, onde os habitantes se despedem da Santa''.
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

É importante destacar que o culto aos santos, nesses moldes, surgiu na Europa, mais especificamente na cidade portuguesa de Lisboa. Com o processo de colonização do Brasil, a prática de cultuar imagens de santos foi sendo disseminada e introduzida em nossa cultura (MAUÉS, 2005).

Percebe-se, então, que muitas tradições desenvolvidas nas comunidades quilombolas eram manifestações populares, as quais misturavam tanto a religiosidade da cultura afro, como de festividades santificadas da religião Católica, na Vila de Umarizal. Atualmente, além da Igreja Católica, a comunidade também possui três igrejas evangélicas: Congregação Cristã Batista e Assembleia de Deus. Mesmo com muitas festividades realizadas na comunidade, a população também celebra os dias da Semana Santa.

Nesse contexto, a mudança nos dogmas do catolicismo no território de Umarizal acabou alterando as práticas sociais da comunidade, a partir do momento que a Igreja Católica tomou para si a responsabilidade de organização das festividades religiosas, e logo retiraram o lado profano das manifestações, abrindo caminho para o surgimento dos festivais quilombolas, separadamente das questões religiosas, mas de certa forma interligados. Isto porque os festivais quilombolas, em sua maioria, sempre ocorrem na semana ou dia seguinte a festividade da padroeira local (FARIAS, 2021).

Contudo, mais do que falar detalhadamente sobre festividades e danças, interessa principalmente registrar o fato delas ainda estarem vivas na região e a espera de ampla valorização, não apenas por políticas públicas de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, mas também por cada pessoa disposta a reconhecer nessas práticas, meios genuinamente criativos de comunicação com valores e saberes desconhecidos (MELO, 2015).

Segundo Tinhorão (2008), as danças afro-brasileiras tiveram origem na África e chegaram ao Brasil através da imigração forçada de homens e mulheres do continente africano na condição de escravizados, onde o papel da dança, como forma de expressão desses povos, em suas diferentes modalidades: lundu, maxixe, jongo, coco, samba e entre outros, são manifestações típicas da cultura afro-brasileira e formas de expressão da vida em comunidade.

Nesse sentido, outro festejo importante no território é o *Festival Quilombola*, que ocorre há quase dez anos, sendo uma variação de um evento religioso da própria comunidade (Figura 48). É considerado o maior festival quilombola da região, várias comunidades quilombolas vizinhas prestigiam o evento:

“Mostramos ao mundo o fascinante povo que ali reside, por meio de vários espetáculos que a contecem em algumas noites”. “A nossa cultura vem de cultivar, de amar, aquela cultura que vem da arte, do conhecimento, das crenças, das leis, morais, costumes e todo esse complexo de hábitos que o homem adquire vivendo em sociedade e vai passando de geração em geração”

(Conversa informal com moradora, estudante universitária, 22 anos, maio/2022).

Figura 48 - Festival quilombola: eleição de Miss e mister, ocorrido em Umarizal Beira, Baião, 2021.



Fonte: Adaptado de www.instagram.com/quilombola_umarizal

Em 2021, o evento aconteceu nos dias 23 a 26 de setembro na praça da Santíssima Trindade e contou com as seguintes programações: uma noite gospel, noite cultural com o tema “diversidade”, baile dançante, eleição do Mister e Miss quilombola de Umarizal e no último dia, a comissão cultural do festival homenageou os *Mestres Samba de Cacete*, que carregam esta significativa memória cultural (Figura 49).

Figura 49 - Homenagem aos mestres e mestras do Samba de Cacete, ocorrida no Festival quilombola de Umarizal Beira, Baião, em 2021.



Fonte: Adaptado de www.instagram.com/quilombola_umarizal

Adicionalmente, no período da consciência negra, dia 20 de novembro, comemora-se também, o festival da *Fornada do Samba*. O festejo é exclusivo e dedicado a *cultura viva* do *samba de cacete*. No ano de 2021 ocorreu a 8º *Fornada do Samba* (Figura 50).

A origem da *Fornada do Samba* que tem se tornado tradição a cada ano, apresenta analogia com a produção da farinha de mandioca, uma fornada de farinha dura aproximadamente 1 hora para aprontar. Dessa maneira, conforme moradores locais de Umarizal, uma *fornada de samba* também dura em torno de 50 minutos:

“A gente fala fornada por causa da farinha... vou fazer tantas fornadas de farinha aqui o pessoal termina a festa... antigamente a festa aí até amanhecer até 6 horas da manhã quando o sol tava brilhando a banda tinha que ta tocando...(..)Quando a gente tava discutindo essa questão da festa, do Samba, querer fazer esse da consciência pra gente ter alguma coisa com relação à cultura. Aí como é o nome? Aí ficamos discutindo várias pessoas tal e aí surgiu lá... a fornada por que é uma hora, uma hora é uma fornada eralmente bate aqui mais ou menos uma hora de tempo, 50 minutos que faz!(..)Quando vai apresentar, quantas músicas é pra tocar? toca 3 músicas, 4 música e pronto porque se falar quando ele bate, bate uma fornada como diz o pessoal, e aí a gente tem saído muito... na época do Jatene ele deu bastante apoio para gente né a gente ir lá pra vê o Curro velho a gente foi várias vezes mesmo pra Belém, e na época que eu fui para Brasília apresentar o samba de cacete”
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Figura 50 - Fotos da 8ª Fornada do Samba ocorrida na Vila de Umarizal Beira, Baião, em 20/11/2021.



Fonte: Cedido por Camile Melo, 2021.

Souza (2018) ao analisar saberes tradicionais dos remanescentes de quilombolas da comunidade Umarizal (Baião/PA), evidenciou em suas narrações que o *samba de cacete* é visto como umas das principais atrações do *Festival quilombola* e da *Fornada do samba*. Nessas apresentações do samba de cacete, há a participação de indivíduos de diversas idades, que vai desde a infância até a terceira idade, e quem não participa dançando vai assistir às apresentações.

Corroborando com o exposto, Ramos (2020) aborda em seu trabalho as questões étnicoraciais na comunidade quilombola de Igarapé Preto, Baião-PA, as lideranças locais informam em seus relatos a respeito das tradições da cultura quilombola que são festejadas pela escola ou pela associação quilombola na comunidade, destacam-se dois festejos importantes realizadas na comunidade, que são o festival quilombola e a feira cultural, dentro desses festejos está presente o “*Samba de Cacete*,” como a maior força de expressão da cultura quilombola na região.

O estilo de dança de samba de cacete é uma “*prática da cultura paraense que conecta religião e diversão com símbolos e ritos importantes de afirmação de identidade*”. (MEDEIROS, 2018, p. 123). Portanto, é considerado pelos moradores do vilarejo de Umarizal como sendo uma tradição deixada por seus ancestrais afrodescendente.

O Samba do Cacete consiste fundamentalmente em danças e músicas instrumentalizadas com tambores e baquetas extraídos da natureza, são dois pedaços de paus batidos em um curimbó para dar cadência ao ritmo que possuem como temas do dia a dia do trabalho rural nos quilombos (Figura 51), os namoros entre homens e mulheres quilombolas, os quais tocavam, principalmente, no período da novena e no plantio da roça (PINTO, 2004b, 2007; FARIAS, 2021).

Figura 51- Samba de Cacete. (A) Batedores ou caceteiros do samba tocando tambor; (B e C) Dançarinas do samba e (D e E) tambores.



Fonte: https://www.instagram.com/quilombola_umarizal

Durante a pesquisa, esse saber, foi excepcionalmente relatado pela comunidade e participantes do grupo do samba. Segundo entrevistada 4, 78 anos, o *Samba do Cacete* teve sua origem ainda em *Paxiubal*, com a Festa de *Nossa Senhora do Rosário*, que era a Padroeira na época. No período da novena, a festividade era denominada como *Samba de Nossa Senhora*.

Esse povo é representado por negros que fugiram do regime escravista brasileiro. Nesse sentido, o grupo Recordação de Samba de Cacete do Umarizal é a mais pura representação afrodescendente Amazônico do município de Baião é uma tradição cultural do município, que já conta com aproximadamente 200 anos e foi desenvolvida pelos ancestrais remanescentes dos quilombos, conforme depoimento de liderança cultural:

*“De início nós fizemos o trabalho de resgatar a cultura né!
 (...) dá continuidade das atividades que eram feitas antigamente né! (...) Começamos assim incluir com o pessoal que vieram, mas assim, preocupado com jovem porque hoje no mundo da droga, muita droga muita coisa...
 (...) Então trazer para o grupo de samba que aí lá tem gente idoso, tem gente mais de meia idade tudo mais, e aí vai passando conversando vai mostrando que o mundo da droga não é o mundo pra eles tarem. Então tem esse perfil aí que a equipe faz esse tipo de transmissão.”*

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

O entrevistado 7, membro do grupo de samba de cacete, importante personalidade e Liderança na comunidade, tem trabalhado para resgatar a cultura e manter viva a tradição. Por influência disso, atualmente o grupo possui cerca de 95 integrantes. Desses, aproximadamente 40 são jovens e crianças:

“Eu tenho alguns nomes numa formação mais atual que posso lhe dar, mas não tem todos os integrantes ai: Manoel Camilo (mestre de tambor e cantor); Izauro Vieira (mestre de tambor e cantor); Doriedson Vieira (mestre de cacete); Marcos Cruz Serrão (mestre de cacete); Francivaldo Cruz Araújo (mestre de tambor); Panfilo Machado (mestre de tambor e cantor); Cantores (as) e dançarinos (as): Ermiraci, Deusalina, Joana Jonete, Cláudia Vieira, Anastácia, Candinha, eugenia, Eulalia, Jardelino, Vivaldo, Ermita, Agripino, Maria Marta, Terezinha, Maria Trindade, Raimunda Serrão, Marinildo, Maria Jacinete, aria Josinete, Maria de Jesus, Nilda, Arquina, Vandira, Jacirema, Tereza, Osmarina, Fátima, Carlistro, Letícia, Mailza, Luiz Paulo, Janilson, Márcio, Gleidosn, Marcelo Vieira, Jean, Raimunda Chaves, Deumetila, Sermirames, Ormindá, Zenobia, Adão Viera, Clauderina, Izrlene, Rosilene, Neriene, Letícia Samara, Romário, Lucídia, Bruno, Deunata, Adalice, Corina, Onorina, Maria de Nazaré, Nalva, Dilson, Jandira Vilhena, entre outros.”
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Pinto (2001) descreve em seu trabalho *‘Escravidão, Fuga, Memória de Quilombos na região do Tocantins’* sobre o samba de cacete não ser uma tradição cultural exclusiva do quilombo de Umarizal Beira, mas sua realização é muito comum na região Tocantina:

“No momento do samba, os batedores ou caceteiros, em número de 4, sentam-se em cima dos tambores, um de costas para o outro; o que fica do lado que tem couro, batuca com as mãos e o que fica da outra extremidade, bate com os cacetinhos. Os batedores ou caceteiros cantam as estrofes, enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons unissonantes, fazem o coro. A melodia, assim como a dança, começa em ritmo lento e vai evoluindo até tornar-se alucinante. A dança é solta, as mulheres geralmente giram em torno de si mesmas, gestualizando, conforme a letra da música, se esquivando para que os cavalheiros não consigam tocá-las. Estes, por sua vez, gingando ao ritmo da música, tentam, sem sucesso, tocar os pés das damas” (PINTO, 2001, p. 20).

“O Samba de Cacete também é conhecido na região do Tocantins como Siriá, devido ao fato de sua música mais "tradicional" intitular-se "Siriá". O traje dos dançarinos são roupas comuns, usadas no seu cotidiano e inspiradas nas roupas simples dos escravos do eito no Brasil pré-abolição. As mulheres vestem, de preferência, saias franzidas, bem rodadas para facilitar os gingados, com estampas floridas de cores quentes e vibrantes, blusas de cores mais suaves, soltas, com grandes decotes, deixando à mostra o colo. Os homens vestem camisas estampadas, como as saias das damas, presas na frente só por um nó, que faz a junção da camisa, uma espécie de abotoamento e calça, sem opção alguma”. (PINTO, 2001, p. 20).

Entrevistado 7, ratifica isso ao dizer: *“Eles puxam os versos, elas dançam e respondem. É uma dança que exige força, resistência e poesia na ponta da língua”*. Embora muitos versos sejam cantados há gerações, são também tirados de improviso, contando de eventos rotineiras, em situações política e social:

“Nós fizemos mobilização através do grupo de samba pra reivindicar várias questões, por exemplo, essa questão de teste de malária, hepatite, hanseníase, queríamos que tivesse pelo menos um microscópio, um aparelho para fazer teste aqui dentro”.
(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Ainda segundo o mesmo, além das apresentações culturais na comunidade, *o grupo do samba de cacete de Umarizal* tem sido utilizados para finalidades importantes, de cunho político e social, como manifestações, protestos e reivindicações através da *música* em favor da comunidade:

“A gente faz muitas apresentações nas escolas, universidades e em momentos de luta e reivindicações...por exemplo, em 2006, quando foi para fixar a energia para Vila de Umarizal, nós cantamos pro Jatene, governador na época. Cantamos assim: ‘Cadê doutor Jatene? Por ele pergunto eu...E a mulherada respondia: Cadê nossa energia? Que ele nos prometeu’. O Jatene tava lá! Desceu batendo palmas lá na Estação das Docas, aí pediu pra gente cantar de novo ela pra ele, aí depois ele veio liberou lá o que a gente quisesse o que o grupo quisesse podia liberar.... Assim, em 2006 na época, chegou a energia pra cá, logo no mesmo ano ele falou: em dezembro já vai sair lá no Umarizal! Realmente quando foi em dezembro, eles vieram implantar a energia na comunidade”.

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

A partir de relatos de moradores Umarizalenses, o samba também tinha no período de plantio, *“hoje vai ser o plantio da roça do Dori, vamos plantar! Levava esse negócio de tambor, essas coisas, tomava cachaça lá tudinho, terminava com samba, festejando o plantio o convidado que estava lá”*. Dessa maneira, o samba de cacete é considerado ritmo e dança de trabalho, ligado aos mutirões de plantio da mandioca na comunidade de Umarizal.

O principal exemplo disso é a prática dos *“convidados”*, comum na região, que consistia em trabalho em regime de mutirões. Wanzeler (2015) ao *“discutir sobre o trabalho rural em formação na região Tocantina”* relata se tratar de reunião em que diversas famílias se uniam para preparar os roçados:

“Nos “convidados” as famílias participantes da associação deslocavam-se para a residência daquele que teria o roçado preparado e realizavam grupalmente as atividades, sendo que esse processo era acompanhado anteriormente de uma festa dada pelo dono da casa com música (samba de cacete), dança, comida e bebida”
(WANZELER, 2015, p. 29).

O senhor Moraes, ex-secretário do STTR de Cametá lembra bem desse movimento em suas propriedades, quando afirma que seus convidados *“faziam aquela festa, aquele troca-troca”*, citava a presença da corneta que tocava de um dia para outro para que todos ficassem avisados que estavam *“no momento de entrar na batalha”*. *“Servia-se o almoço, tomava-se café, beiju com farinha de tapioca, sendo que “todos iam por conta do referente”, nome que*

se dava ao dono da festa que arcava com todas as despesas, também conhecido como dono do convidado'' (WANZELER, 2015, p. 29).

Entrevistada 4, moradora mais antiga de Umarizal, relatou que muitas das letras tradicionais do samba, são homenagens aos períodos de plantios e vivências na roça. Mediante a entrevista com a mesma, plenamente lúcida aos 89 anos de idade, me recebeu em sua casa, cantando em bom tom uma das músicas tradicionais do samba de cacete da vila de Umarizal:

*“Na minha roça
Na minha roça não se racha mariquinha,
na minha racha, na minha racha (...)
Na minha roça não pica lenha mariquinha,
na minha pica, na minha pica
Racha, racha lenha mariquinha, na minha, na minha racha
Pica, pica lenha mariquinha, na minha pica, na minha pica...”
(Trecho de uma música do samba).*

Segundo o líder da Cultura de Umarizal, a música *Na minha roça* retrata uma conversa entre duas senhoras na roça, uma falava que roça dela rachava lenha, enquanto outra, na roça picava a lenha. São falas com o mesmo sentido, mas com pronúncias diferentes. Sob a luz das manifestações culturais, das músicas e danças na comunidade quilombola de Umarizal Beira, verificamos que essas são carregadas de significados próprios, elementos que permitem a estes serem identificados por danças, músicas, festejos e costumes.

Não obstante, para Melo (2015) a dança com o corpo curvado, simboliza o gesto de plantio da mandioca, pois no passado era feito com as mãos e não com os pés, como é hoje. O coração levemente voltado para o chão, é também um gesto de gratidão à terra por gerar o alimento tão importante e sagrado para a mesa do povo do norte e do brasileiro, em geral (MELO, 2015).

Ademais, tratar de processos rituais na comunidade de Umarizal Beira constitui-se em um momento único de grandes reflexões, estudos e questionamentos. Relatos de conversas informais e entrevistas realizadas com os atores sociais da comunidade de Umarizal, a maioria enfatizou que a dança representa uma tradição a cultura desse povo, apontaram que o samba representa movimento corporal, divertimento, descontração, resistência, expressão e identidade.

Nesse contexto, as festas e danças possibilitam a inclusão e elementos culturais de seus ancestrais. Assim, os processos rituais nas festas permitem aos atores sociais se reconhecerem como sujeitos históricos do seu processo de construção, bem como sujeitos de experiências que vão elaborando e reproduzindo sua própria cultura (SANTOS, 2013).

Desta forma, entende-se que pelas danças tradicionais dos povos, revisitamos o passado, a memória cultural de nossas comunidades e toda a sabedoria intuitiva. De acordo com o exposto, Melo (2015) define que *experimentamos no corpo, movimentos que ‘falam’ do ambiente natural onde nasceram essas danças, da importância do Céu, da Terra, da Água, do Fogo e do Vento para a sobrevivência humana nos níveis material e espiritual, dos ciclos naturais do plantio, crescimento e colheita, dançando interpretamos em nosso corpo todas essas narrativas, é sobretudo, um meio de reconhecer e fortalecer essas culturas e os valores humanos nelas contidos, agonizantes na humanidade deste século.*

Sendo assim, a música e danças para as sociedades tradicionais constitui-se num dos aspectos mais enfáticos e importantes para a identidade cultural de um povo, principalmente no que diz respeito a ritos e festas (MOURA; ZANNONE, 2010). Como bem se observa, a humanidade dessas culturas nos oferece oportunidades únicas para clarear e ampliar nossa visão de mundo a enxergar e reconhecer outras possibilidades de expressão da voz, do corpo e da imaginação, para além da lógica racional.

Nesse âmbito, o imaginário é uma importante memória coletiva que permite ao ser humano, enquanto um ser social, elaborar os seus próprios pensamentos a respeito de si mesmo e da realidade que o cerca. Considerado uma herança cultural de uma certa comunidade, sendo composto por valores, imagens e outros signos, bem como pelas relações entre si, as quais possibilitam a concatenação das ideias sobre o real (BREGUEZ, 2004). Para Lima (2015), o imaginário pode ser visto como uma memória coletiva mais ampla, que contém a própria ideologia enquanto um conjunto de crenças, valores e normas sobre uma dada realidade.

O imaginário, sendo uma criação coletiva, uma representação social que possibilita a comunicação entre os homens, está povoado por visões de mundo, por mitos e por valores. É a ferramenta básica de que dispõe o homem para construir-se enquanto um ser social para adentrar na intersubjetividade (MEDEIROS, 2002).

Os mitos, entretanto, podem ser considerados como uma das diferentes formas de organização do imaginário social, e os homens, ao se utilizarem de explicações sagradas e míticas para os fenômenos naturais, os quais temiam e fugiam de seu controle racional, organizaram suas instituições, construíram seus impérios e concretizaram suas ações.

A relação entre Mito e Memória não é recente e tem suas raízes nas sociedades arcaicas. *“O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”* (LE GOFF, 1996, p. 370). Para o autor, a memória nestas sociedades

funcionava segundo uma “*reconstrução generativa*”, ou seja, eram expressas pelos seus guardiões por meio de cantos dos mitos de origem, dando, assim, mais liberdade e mais possibilidades criativas.

Assim, a memória mitológica era essencial para a sobrevivência do grupo, já que, por meio dela, fundamentava-se o passado histórico da sociedade, o saber técnico, a religião e, por conseguinte, a cultura (MASLOVA, 2018). Diante disso, compreende-se que a Memória, o Imaginário também mantém estreita relação com o Mito, ele é um elo essencial para a construção das narrativas mitológicas. É nesse contexto que se insere a rede de informação mitológica do *imaginário Umarizalense*, pois a linguagem é o grande fio condutor do mito.

Não obstante, na Amazonia, a relação do homem com a natureza é muito estreita. A floresta e os rios formam o cenário de convivência entre o homem e os seres que povoam as águas e escondem-se nas matas. Das experiências das pescas diárias ou noturnas, das caçadas ao trabalho nas roças, o homem amazônico aprendeu o que é normal e o que é anormal nas matas e nos rios. Daí essa forte relação entre mitos e lendas, entre seres encantados e sobrenaturais, com quem mantém uma relação que parece tão familiar, como destaca Loureiro (2016), no artigo intitulado “*Meditação devaneante: entre o rio e a floresta*”:

“Diante do rio e da floresta, o homem, incapaz de franjar os seus vastos limites, insere-se nessa desmedida através de um gesto que o faz superior a essa natureza: ele cria os encantados, mantendo a grandiosidade esmagadora que o envolve sob seu controle. Ele passa a ser a razão primeira de tudo. O caboclo: um ser criador das origens. Essa poética do imaginário não faz dele um poeta. Mas o mantém envolvido em uma atmosfera estetizada que torna o imaginário a encantaria da sua alma”. (LOUREIRO, 2003, p. 127).

Enfatiza-se, portanto, que os mitos e lendas da região amazônica são fundamentais, não apenas para manter a cultura regional, mas também como forma de alcançar melhor o público-alvo (ribeirinhos, caboclos e indígenas) e assim, numa linguagem apropriada, mitigar as ações predatórias sobre essa espécie ameaçada (ANAISSE, 2019).

Mediante a isso, conhecimentos tradicionais dos povos amazônicos são valores, estilos de vida, já enraizados no cotidiano das populações, transmitidos oralmente, ensinados informalmente (CALVIMONTES, 2009), que são influenciados por seus ancestrais, pelo local e pela relação entre o ser humano e natureza. Muito da cultura e tradição dos povos que habitam a bacia Amazônica é contado através de lendas, ditados e mitos (CALVIMONTES, 2009).

Nesse contexto, a lenda da cobra grande é um dos principais mitos amazônicos. No entanto, esta lenda apresenta variações em sua narrativa, nos remete a outras versões encontradas em contos orais e em mitos por toda região. Quando se fala em mito da Cobra

Grande no âmbito da escritura amazônica, é importante destacar alguns autores que fazem referência ao tema, entre eles: Cobra Norato (1931), de Raul Bopp; no conto Acauã (2008), de Inglês de Sousa, que faz parte do livro Contos Amazônicos; Três casas e um rio (1994), de Dalcídio Jurandir; Dicionário do Folclore Brasileiro (1998), de Câmara Cascudo, e o Roteiro de Macunaíma (1987), de Manuel Cavalcanti.

Em Umarizal Beira, Baião-PA, o mito da cobra encantada é bem conhecido por toda comunidade. Segundo narrativas de moradores locais, a lenda da Cobra encantada de Umarizal, chama-se *Cobra Norato*:

“No rio Jacundá, uma senhora deu à luz a duas cobrinhas, as quais foram jogadas no referido rio. Uma cobra foi batizada com o nome de ‘Cobra Norato’ e outra, como ‘Maria Caninana’. Com o passar dos tempos, as duas cobras cresceram tanto que o rio se tornou pequeno para abrigá-las, por isso, as duas cobras irmãs brigaram. Então, Norato matou sua irmã e acabou ficando desnoratado!

Norato cada vez mais crescia, e com isso, resolveu subir por terra para descer no Rio Tocantins pelo lugar chamado ‘Paritá’, local denominado pelos moradores de Umarizal como ‘Rego da Cobra Grande’. Entretanto, ao chegar no Rio Tocantins, deparou-se com um peixe enorme chamado ‘Espadarte’, o qual enciumou-se com a sua presença. (...) Certo dia, um misterioso pretinho encontrou um caçador nas redondezas da Vila de Umrizal, o qual falou para o caçador avisar em sua comunidade e comunidade vizinhas que era para todos se prepararem, isto é, enchendo a água do rio em todas as vasilhas que tivessem. Porque durante três dias, as águas do Rio Tocantins não iriam prestar para nada, pois a mesma ficaria ‘Tipitinga’ e ‘Pitiú’ por causa da briga da cobra Norato com o Espadarte.”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Conforme entrevistada 4, durante três dias houve grande agitação no Rio Tocantins. Nesse período, a água do rio ficou suja e impossível de utilizá-la para o consumo. Entrevistado 7 também evidencia a preocupação da comunidade ao dizer: *“Conta-se que a população ficou muito preocupada com o que estava acontecendo. No meio da briga, o Espadarte furou o olho da cobra Norato e acabou desta forma a briga”*.

“Certa noite, em sonho, um pescador foi avisado que seria recompensado se ‘desencantasse’ a cobra Norato. Então, em sonho foi devidamente orientado como deveria ‘desencantá-lo’. No entanto, sem coragem, chamou um bravo soldado dizendo cortar o rabo de uma gigantesca cobra, a qual se transformaria em um rapaz. Este ‘bravo soldado’ fez conforme instruído, assim, quebrou o ‘encantamento’ da cobra Norato. Os moradores antigos contam que o jovem rapaz (cobra Norato), cego de um olho, foi morar no estado do Amazonas, casou-se e teve filhos.”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Sobre o exposto, Maués (1995) enfoca que o ‘desencantamento’ seria uma concepção de corpo, como um processo que ocorre uma troca de aparências. Diz ainda que nas populações tradicionais, a concepção do encante traz consigo a necessidade de desencantar o sujeito através

de rezas e trabalhos feitos por pajé, curador, benzedor ou quem se comprometa a realizar todo o trabalho de desencantamento.

Todavia, no que tange a visão dos moradores do território de Umarizal, a lenda da *cobra encantada Norato* é um elemento mítico que permanece vivo na cultura da comunidade. Até os dias atuais, ainda é presente e preservado o ‘*Rego da cobra Grande*’, todos na vila conhecem com exatidão o dito local, onde a cobra Norato desceu para o Rio Tocantins. Pereira (2001) acentua que esta incomum serpente habita nos fundos de grandes lagos, rios e igarapés, num lugar chamado de “*boia-çuquara*” ou “*morada da cobra grande*”, seu corpo escamoso é brilhante e ela assume a forma de um navio iluminado, podendo engolir embarcações inteiras.

Assim, Lima (2015) ao estudar o personagem do imaginário amazônico, a cobra grande, descreve a lenda da *Cobra Norato* como um dos principais mitos que vem sendo difundido geração após geração, não somente a partir da oralidade, mas também no domínio da literatura:

“A personagem aparece com evidência no livro de Bopp, ‘Cobra Norato’, no contexto do Modernismo brasileiro, sob a inspiração do mito amazônico. Cobra Norato, depois de estrangular a Cobra Grande, enfia-se na sua pele e sai à procura de sua amada, a filha da Rainha Luzia com quem deseja se casar. Norato sai pelos confins da floresta amazônica em direção à cidade de Belém do Pará, onde sua amada estaria.” (LIMA, 2015, p.72).

Para a autora, já foram encontradas 6 narrativas referentes à Cobra Grande, sendo que 3 delas trazem em seus enredos elementos invariantes do mito da Cobra Norato e 3 das demais cobras da Amazônia mítica (LIMA, 2015). Corroborando com o exposto, Oliveira (2013) em sua dissertação “*O imaginário artístico-cultural nas lendas Tocantinenses*”, identificou a lenda “Cobra Norato” entre as mais populares tradições paraenses da região do Tocantins.

De acordo com Pinto (2007), os rios da Amazônia, enquanto rios míticos têm um mar de significados de imagens e reflexão:

“Um dos sinônimos possíveis para decifrar a Amazônia é a água, porque os rios exercem uma grande influência sobre seus habitantes. À imensidão das águas corresponde um caudaloso fluxo de imagens - reflexão do que foi imaginado pelos homens desde os tempos arcaicos. Navegar sob esse mar de significados é procurar conhecer o habitat dos personagens fantásticos que povoam este universo aquático” (PINTO, 2007, p. 1-2).

A sonoridade dos rios, como mencionado, nos conta histórias, narram mitos e lendas e criam significados poéticos como continuidade da linguagem humana. Portanto, a água além de fonte de vida, é portadora de grandes mistérios, de histórias épicas, trágicas ou amorosas, elemento ligado à passagem e libertação, portal dos mundos (OLIVEIRA, 2013). No caso do Rio Tocantins, o mito ou lenda da cobra grande encontra-se vivo não apenas na comunidade

Quilombola de Umarizal, como também em outras comunidades que vive na região, estando ligados direta ou indiretamente às águas do rio Tocantins.

No entrelaçamento de valores, o sagrado e o sobrenatural seguem de perto os limites do mundo habitado. As crenças dos caboclos da Amazônia não diferenciam o mito da lenda: confundem-se no simbólico das águas e das matas, ambos caminham e navegam na linguagem quase que poética, construída pelos fios do imaginário numa revocação do passado e na contemplação do presente, bem como destaca Paes Loureiro: *“Entre o rio e a floresta, a experiência transcendente resulta de experiências vividas* (LOUREIRO, 1995, p.14).

Assim, na cultura tradicional amazônica e de muitos povos do mundo, encontramos as figuras, geralmente pessoas mais velhas da comunidade, responsáveis pela prática, proteção, transmissão e promoção de saberes que integra natureza, espiritualidade, arte e medicina nativa.

Nessa perspectiva, o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais sobre os poderes terapêuticos das plantas confunde-se com a própria história da humanidade. Pois *“[...] certamente surgiu à medida que tentava suprir suas necessidades básicas, através da casualidade, tentativas e observações, conjunto de fatores que constituem o empirismo”*. (ALMEIDA, 2011, p.35).

De acordo com Lacerda (2017), nas memórias acerca do aprendizado e primeiras experiências com as plantas medicinais, a partilha dos conhecimentos pelos mais velhos sempre aparece como caminho de iniciação. A entrevistada 1 afirma: *“Eu nasci com esse dom! Fora isso, sempre trabalhei no mato e por isso sempre fiz remédio pro o povo(...)na verdade, meu pai era benzedor, foi ele que me ensinou!”*. A reserva quilombola não só associada apenas às terras, mas a toda vegetação encontrada dentro dela, ou seja, ao território que são os espaços necessários à reprodução social, econômica e cultural dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, o conhecimento das formas de utilização envolve todo o processo, desde o plantio, cultivo, até a partilha. Segundo a moradora de Umarizal, figura bastante procurada por carregar conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais na comunidade quilombola de Umarizal:

“Eu tenho e planto no meu quintal diversas qualidades de prantas! Você aprende a fazer um chá tão fácil, sendo que você pode ficar bom com coisas que você tem no seu quintal de casa. Por exemplo, a folha laranja, você come fruta, e só! Mas não sabe se folha ou se casca da fruta é remédio! Você não sabe! A laranja cura gastrite, cura pressão alta e nervoso! Pode tomar direto o chá da folha da laranja ‘da cina que nos fala’ que fica boa de ataque dos nervos, que é quando a pessoa fica só tremendo. Assim, quando o povo da vila me procura, eu sempre faço o remédio e ensino a receita”.

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

Lacerda (2017) quando estudou a *Territorialidade, Saúde e Meio Ambiente em Comunidades Quilombolas*, evidenciou que o uso das plantas medicinais nas comunidades estudadas vai muito além do uso para prevenir problemas de saúde, são essencialmente conexões com a natureza e a memória dos antepassados. Portanto, a transmissão de saberes no remanescente se torna um meio indispensável à sua continuidade, contribuindo para a manutenção da cultura local.

Corroborando com isso, Souza (2018) analisou os saberes tradicionais do quilombo de Umarizal, e demonstrou que os remédios caseiros se configuraram em sua pesquisa como o saber com maior ênfase dentro da comunidade de remanescente de quilombo de Umarizal. Segundo o autor, o remédio caseiro faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade.

Durante entrevista com moradora (entrevistada 1), observei enquanto ela coletava as plantas e preparava seus remédios (Figura 52), alguns moradores de Umarizal de outras Vilas vizinhas, vieram em buscar de seus conhecimentos e remédios para tratar problemas de saúde. Souza (2018) ratifica que a busca pela cura, através das plantas, tem provocado intenso movimento dentro da comunidade de Umarizal. Conforme Neto e Caetano (2005, p. 03), “*o ser humano tem empregado plantas como fonte de medicamentos para os males que o assolam, sendo bastante difícil ser encontrada uma civilização da antiguidade que não tenha se utilizado do grande poder de cura de diversas plantas*”.

Figura 52 – Moradora preparando remédios caseiros enquanto estava sendo entrevistada, em Umarizal Beira, Baião-PA.



Fonte: Próprio do autor, 2021.

Conforme Souza (2018), desde muito cedo os moradores do remanescente quilombola de Umarizal já manifestavam suas aptidões por diversos tipos de trabalho, que eram acumulados através da vivência com situações que os levavam a sobressair-se em meio às dificuldades que eram obrigados a enfrentar. Desse modo, os saberes transmitidos de geração em geração tornaram-se um fator contributivo para a sobrevivência dos quilombolas do remanescente de Umarizal Beira.

Na preocupação de transmitir tais conhecimentos para as próximas gerações, a entrevistada 1 mencionou que comunidade está criando a Organização de mulheres produtoras de medicamentos naturais:

“Algumas mulheres da comunidade querem criar uma associação para produzir e ensinar remédios naturais, temos a Diva, mulher do moreno, a Jacirema que organiza as plantas. Até então, estávamos com uma equipe de mulheres para arrecadamos plantas e criarmos uma horta. Mas primeiro a gente precisa construir o espaço, uma casa pequena para nossa associação!”

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

Voeks (2007) em estudo na Chapada Diamantina (BA) observou que as mulheres são mais familiarizadas com a identificação e reconhecimento dos valores medicinais da flora local do que os homens. Nesse sentido, há a constatação que o entendimento elevado entre as mulheres é devido a divisão histórica entre homens e mulheres nas relações espaciais e de trabalho e ao papel das mulheres, principalmente as mais velhas, como responsáveis pelos cuidados primários em saúde nas suas famílias e comunidades, situação comum em outras regiões do mundo em desenvolvimento (VOEKS, 2007).

A entrevistada 1 diz que os remédios caseiros já ajudaram a curar muitos, como pode-se perceber em sua fala: *“O remédio que faço desde criança é para acudir as pessoas, quero que elas tenham saúde e vida! Não cobro nada! Já curei muitas mulheres de Umarizal e de outros lugares.* Atualmente, a mesma é produtora de medicamentos naturais e relatou que, com o auxílio dos mais jovens, está escrevendo um livro sobre as plantas para uso de remédios naturais (Figura 53). Além disso, me descreveu brevemente os tipos doenças que frequentemente utiliza remédios para tratá-las (Quadro 5).

Quadro 5 - Diferentes tipos de remédios utilizados para tratar diferentes tipos doenças.

DOENÇA	REMEDIO USADO
Malária	Casca de pracaxi, carapanã e pauperera (banho) Casca de cedro, castanheira e pau-paratudo (banho) Folha de capim-santo, pauperera e jatobá (banho) Folha de quina, casca de cedro (chá)

DOENÇA	REMEDIO USADO
	Folha de eucalipto, vergamorta e hortelã (chá)
Anemia	Folha seca de cacau, abacateiro, juquiri e café (banho)
Remédio pra tratar mulher parida	Salvia, alecrim e cena (garrafada) Casca do mato, jatobá, mumuré e unha de gato (tônico) Outras plantas: Terramicina, rosa cumaca e palma de Santa Rita
Pra curar umbigo de recém-nascido	Pomada de andiroba com enxofre
Feridas crônicas (lecho)	Casca de acapú, jenipuarana (lavar), pomada de pós de carvão com barro (remédio). Leite de banana e sola de sapato de couro queimado e coado, para polvilhar em cima.
Hemorragia pós-parto	Folha de urtiga, casca de acapu e 3 caroços de açai queimado (chá)
Dor de cabeça para mulher parida	Remédio de Buiucu no álcool, pílula contra, limãozinho (6 gotas, infusão) – molhar o centro da cabeça.

Fonte: Próprio autor, 2021.

Fatores como distância, falta de atendimento básico de saúde, falta de farmácia no vilarejo, dentre outros, influenciam o consumo de ervas medicinais para tratamento de doenças. Esse saber é característico de classes populares pobres, pois constitui-se um meio pelo qual as doenças são curadas. E, como em um ritual, as plantas são escolhidas com muito cuidado, pois, segundo relatos, há plantas que curam e há plantas que matam. Para Pinto (2004), as doenças são:

“(...) como fruto de uma ação sobrenatural e a visão mágica do corpo as induzia numa imensa constelação de saberes sobre a utilização de plantas, minerais e animais, com os quais fabricavam remédios que serviam aos cuidados terapêuticos que administravam. Além desses conhecimentos, havia os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de curas indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira.” (PINTO, 2004, p. 04).

Figura 53 – Registro do protótipo do Livro das Plantas Medicinais em Umarizal, em 2021.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Nessas páginas do livro eu coloco nome da planta, para que serve e todos os ingredientes necessários para o preparo do remédio. Tem mais 200 qualidades de plantas para serem preenchidas nas páginas do livro”

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

A comunidade é formada, também, pelas ações sociais culturais, em que os grupos tramitam entre si os saberes tradicionais, sendo estes elementos fundamentais para a continuação, mesmo havendo evolução de ritos religiosos, práticas de curandeirismo, artes corporais, fabricação de objetos, como utensílios, instrumentos musicais, a prática de parteira, remédios com plantas medicinais e outras atividades, sendo perpassadas pelas pessoas do remanescente de quilombo.

No cotidiano de Umarizal, as práticas de reza e benzeduras, tem um papel central na manutenção do equilíbrio físico, espiritual e social das pessoas das comunidades. Conforme entrevistada 1, uma das principais rezadeira e benzedeira de *Umarizal*, a pessoa que não se benzi tem o corpo aberto para atrair coisas ruins: *Uma pessoa que anda de corpo aberto não pode andar só!* (Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

Na construção das identidades, a relação com o sagrado é central na perspectiva da experiência afro-brasileira. A organização social, os rituais, as formas de relacionamento intracomunitário e relação homem e natureza são orientadas por valores que transcendem a dimensão física dos fenômenos (LACERDA, 2017). Em Umarizal as rezadeiras/benzedadeiras possuem um papel de destaque na organização social da comunidade e mesmo após a chegada da assistência à saúde com a instalação de UBS, a comunidade continua prestando um importante serviço de acolhida, escuta e tratamento de doenças.

Para entrevistada 1, rezar e benzer são, portanto, expressões religiosas e práticas tradicionais de cuidado entre o equilíbrio físico e espiritual:

A pessoa que não se benze, não é contrito a Deus, as vezes os pais não ensinam o crendeuspai, então a criança que não tem devoção nenhuma e anda de corpo aberto fica à mercê das coisas ruins!

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

Na práxis do cuidado quilombola, os saberes não são enquadrados enquanto “capital” que confere poder a quem o detém. Os saberes são bens comuns a serviço do bem-estar coletivo (COSTA-FILHO, 2010). O (a) cuidador(a) é generalista, todas as pessoas que “rezam” possuem e utilizam saberes acerca das plantas medicinais (COSTA-FILHO, 2010), como relata a benzedeira da comunidade de Umarizal Beira:

‘Minha vida é essa, é tratar de doentes, qualquer benção, puxação de barriga, remédios’. Já fiz muito parto nessa comunidade, desde os 16 anos de idade faço parto em Umarizar’’

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

Nesse contexto, uma atividade importante que se matem por gerações em Umarizal, é prática das ‘parteiros’. É um conhecimento utilizado com frequência pelas “parideiras” de Umarizal. As parideiras de Umarizal, longe dos recursos de atendimento médico e sem condição financeira de se locomover da comunidade, tinham a alternativa de realizarem o parto em casa, com a ajuda de uma parteira que, por intermédio de suas experiências, puderam contribuir com o ato de perpetuação da vida (SOUZA, 2018). Em seus relatos, entrevistada 1 conta como aprendeu a “fazer” o parto e, assim, ajudar outras mulheres da comunidade e de outras localidades do seu entorno:

“(...) Antigamente quando uma mulher estava no ‘perigo’ para ter a criança, tudo era escondido nenhuma criança da casa podia saber. Então quando eu era criança, ficava alerta e curiosa para saber das coisas, minha irmã mais velha foi parteira e me ensinou fazer parto...

(...) Me tornei parteira desde um dia que fui fazer chá para mulher do meu tio que estava grávida do primeiro filho, era a velha minha irmã que fazia parto. Mas nesse dia que ela estava no ‘perigo’ para ter a criança a parteira estava embriagada, tive que pegar essa criança e desde lá passei a fazer parto. Minha irmã me ensinou a puxar barriga, cortar o umbigo e cuidar do acesso da limpeza da criança. Eu tinha uma lista de quase duzentos e cinquenta partos que já fiz em Umarizal e redondeza’’

(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).

As mulheres rurais do povoado de Umarizal, no Pará, compactuando com as demais, que vivenciam e testemunham o isolamento, o abandono e a pobreza de lugares longínquos do

imenso território brasileiro, ainda continuam criando e recriando alternativas próprias, tecendo teias de resistência para sobreviver, como registrado na fala de uma de suas moradoras:

*“Só aqui na vila de Umarizal já peguei mais de cem crianças!
Elas falam, quero meu parto normal com a tia marciana, não quero parir em Baião!”
(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).*

Entretanto, atualmente, acredita-se encontrar maior facilidade de deslocamento, as mulheres se restringem da atividade de parteira, mas ainda se encontram parideiras que preferem “*dar à luz*” na comunidade. Essa atitude induz à continuidade desse saber que há muito vem estabelecendo uma identidade cultural na comunidade de Umarizal (SOUZA, 2018). Contudo, mesmo esta prática ainda sendo muito comum na vila de Umarizal, quando a parteira percebe que a mulher necessita de maiores recursos a encaminha para o município mais próximo, como relata entrevistada 1:

*“Eu não faço toque em mulher nenhuma, eu sei a hora e data certa que a criança vai nascer e quando vejo que aquela mulher não vai da conta de parir normal, eu logo despacho e aviso, mando ir pra cidade de Baião ou Cametá”
(Entrevistada 1, 72 anos, benzedeira, junho/2021).*

Diante disso, pode-se perceber a influência da prática das ‘*parteiras*’ é bem observado na cultura e comportamento dos moradores de Umarizal Beira, Baião-PA. No Brasil, uma Portaria do Ministério da Saúde, no ano de 2006, criou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), normatizando a oferta de tratamentos complementares no Sistema Único de Saúde (SUS), como acupuntura, homeopatia, plantas medicinais, fitoterapia e termalismo. Eis que *saberes milenares* do Oriente e do Ocidente começam a ser reconhecidos e praticados conjuntamente em nosso país.

Assim, a vida dos Povos e das pessoas que carregam e sustentam as tradições culturais é real e concretamente intensa; são capazes de feitos extraordinários para viver, se considerarmos as circunstâncias que além de serem adversas, por razões diferentes da do passado; hoje são também contraditórias, porque estes povos são os verdadeiros *guardiões das riquezas material e imaterial* desta região, mas não são reconhecidos e valorizados como tal.

Sendo assim, os aspectos da história das comunidades quilombolas de Umarizal Beira demandam a necessidade de preservação da memória cultural das danças afro-brasileiras e das festas tradicionais, como bens imateriais, através do tombamento, com a finalidade de compartilhar e preservar as tradições dessas comunidades, para que seja cumprido um papel integrador entre a comunidade e a sociedade.

Nessa perspectiva, segundo a liderança da associação da comunidade quilombola de Umarizal, a associação e o grupo da cultura estão organizando um espaço com peças e memórias históricas da Vila de Umarizal. O espaço de valorização e conservação contará a história da comunidade e elementos da territorialidade quilombola. Portanto, a identidade cultural dos povos quilombolas devem ser preservada para as gerações futuras para que os mais jovens possam conhecer suas origens e identidades.

Dessa maneira, deseja-se que as Culturas Tradicionais sejam promovidas e valorizadas por Políticas Públicas. Vontades mobilizadas pelo esforço coletivo da Sociedade civil e, sobretudo, pelo comprometimento de pessoas que honram a causa como propósito de vida.

5.3.4 Saúde em Umarizal: ofertas de serviços, problemas e necessidades de saúde

Segundo as narrativas dos profissionais de saúde, a Unidade Básica de Saúde (UBS Tia Zinha), da vila de Umarizal Beira, foi inaugurada no ano de 2015, substituindo o pequeno posto de saúde que antes funcionava. A UBS é mantida por recursos da prefeitura municipal de Baião. Atualmente nessa UBS são atendidas 348 famílias, e um total de 1.336 moradores.

“Atualmente no nosso cadastro, nós estamos com 348 famílias, só que tem ACS que tá com 98 famílias, outro com 164 e outro com 86, isso são famílias, só que pela nova PNAB não é mais dividida a área por família, e sim por pessoas. Por exemplo, se uma casa residi 10 pessoas, todas as 10 tem que fazer esse cadastro. Um cadastro pra cada pessoa, é individual, ou seja, é multiplicado e dá no total mais ou menos. Cada cadastrante tem que trabalhar com 700 pessoas, né!. E, no caso, nós estamos atualmente com 348 famílias, dando o total de 1336 pessoas, esse é quantitativo de pessoas que nós temos!!!”

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

No entanto, o número total de famílias e moradores da vila de Umarizal Beira ainda não foi atualizado, um novo cadastro deverá ser realizado, para incluir todos os residentes da referida vila quilombola. Conforme as narrativas dos profissionais de saúde a UBS atende toda a população local e os anexos que são: Umarizal Centro, Florestão, Boa vista e Paritá Mirí, além de outras localidades vizinhas.

“Os anexos, como Umarizal Centro, Florestão, Boa vista e Paritá Mirí, não tem ACS! Essa área está descoberta, é como a gente fala, entendeu? Mas, eles vem ser atendidos na UBS Tiazinha, quando precisam. Então, a gente não atende só aqui a vila, a gente atende muito mais do que esse número.”

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

Nessa UBS atualmente trabalham a coordenadora da UBS, um médico, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, três Agentes Comunitárias de Saúde e a atendente administrativa.

Os serviços prestados pela UBS são consultas médicas, pequenas suturas, curativos, pré-natal, serviço de enfermagem, controle de hipertensão arterial e diabetes, prevenção e tratamento de verminose, distribuição de preservativos e aplicação de injetáveis.

“Nós trabalhamos na orientação, na prevenção, orientação... distribuindo hipoclorito, que a gente distribui pras nossas famílias, nós acompanhamos nossas gestantes se tá em dia com o pré-natal dela, nossas crianças também, os hipertensos.”
(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)

“Aqui, a gente quando vem o paciente a gente verifica os sinais vitais, peso, altura, temperatura, saturação e coloca tudo no prontuário e encaminha para o médico e ele faz avaliação. Se houver necessidade, se ele passar medicação pra gente administrar ou via oral ou na veia ou intra-muscular ele já manda a receita e a gente já administra.

(Trecho da entrevista com a R. B. V, Téc. enfermagem, 48 anos, agosto de 2021)

“Aqui na UBS eu faço sutura simples, se não for da minha competência eu encaminho pra Baião. Por exemplo, são situações que não tem jeito aqui, se um paciente chega aqui com um corte muito grande, que afetou um osso ou que afetou o nervo, eu não posso ficar com um paciente desses. Se o paciente chega aqui com a pressão muito alta também encaminhamos. Por exemplo. Hoje eu tive uma paciente que chegou aqui e estava com a pressão 200 por 130... Então, a gente fica aqui, ela fica na sala de repouso, ministramos a medicação anti-hipertensivo para ver se baixa, depois de meia hora, verificamos novamente a pressão e, se não baixar, a gente encaminha. A gente não pode ficar com paciente desses”

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

“Aqui a gente faz de tudo na UBS, sutura a gente faz aqui na unidade, faz pré-natal, trabalha com hipertensos com diabéticos e hiperdia. faz acompanhamento deles.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021).

Os programas do governo ofertados pela UBS da Vila de Umarizal são: Programa Nacional de Hipertensão e Diabetes mellitus (Hiperdia), puericultura e planejamento familiar.

“Aqui na unidade é atenção básica, atendimento de atenção primária, a gente atende os programas da atenção básica. Quais são esses programas? Puericultura, planejamento familiar e hiperdia. A puericultura é a consulta da criança uma vez no mês. O planejamento familiar é como o nome sugere, você vai se planejar justamente para não ter uma gravidez indesejada. Assim, tu tem uma família que já tem 5 filhos, aí tu não quer operar, se tu não usa nenhum tipo de contraceptivo ou de barreira ou hormonal, o que vai acontecer? Gravidez!!! Então, a gente oferece o método contraceptivo. E a Hiperdia, então são esses programas que são ofertados pela unidade (...) Além disso, aqui na unidade, desde a gestão do Saci, foi criado o sobreaviso, isso porque a demanda é muito grande, porque assim nos finais de semana acontecia às emergências e essas pessoas migravam para Baião, e então sobrearregava a cidade de lá! Como aqui no Umarizal é uma comunidade grande, criou-se o sobreaviso. Como funciona o sobreaviso?... É como se fosse “um plantão” você está disponível 24 horas, entendeu? Pra caso aconteça alguma urgência e emergência você está lá, e se for da sua competência também você está ali e atende o paciente (...) A promoção em saúde a gente fazia através de campanhas! Porque todo mês nós temos um tipo de ação. Cada mês é um tema que a gente escolhe para debater junto com a comunidade, faz café da manhã... convida-os. Nós fizemos o Outubro rosa e Novembro Azul, que foi realizado aqui na unidade.... Também fizemos um café, para o Hiperdia, diabético e hipertenso... fizemos campanha sobre alimentação, sobre o que eles poderiam ou não comer... Aí compramos várias coisas

como frutas, fizemos suco de frutas naturais, pão, café, leite e falamos sobre a alimentação saudável... E quando é assim o dia, né! a gente sempre avisa com antecedência os ACS e cada um vai avisar na sua área”.

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

“A UBS, cada mês ela tem uma cor, que diz né?! Da prevenção do suicídio, tabagismo, o Outubro rosa, Novembro azul, Dezembro vermelho, aí cada mês é uma cor que é voltada para uma doença vai fazer palestra.”

(Entrevistada 20, 48 anos, Téc. enfermagem, agosto/2021)

O Programa Hiperdia foi criado pela Portaria nº 371/GM de 4 de março de 2002 pelo Ministério da Saúde e consiste no cadastramento e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus a fim de estabelecer ações de prevenção, tratamento e controle dessas doenças (BRASIL, 2002a).

A puericultura refere-se à consulta periódica da criança a fim de avaliar seu crescimento e desenvolvimento visando à promoção e proteção da saúde. Outro programa é o planejamento familiar, que em 1996 um projeto de lei foi aprovado pelo Congresso Nacional, estabelecendo que as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os seus níveis, estão obrigadas a garantir à mulher, ao homem ou ao casal assistência à concepção e contracepção como parte das demais ações que compõem a assistência integral à saúde (BRASIL, 2002b).

Os profissionais de saúde informaram que em situações de adoecimento os moradores procuram o téc. enfermagem e/ou enfermeiro, haja vista que eles estão mais frequentemente na Unidade Básica de Saúde (UBS), inclusive em plantões durante os fins de semana. Isto porque o médico não reside na comunidade, e permanece na mesma apenas de segunda a quinta-feira. Para a assistência médica os moradores procuram à UBS para atendimento, uma vez que é o único tipo de serviço de saúde disponível na Vila. Em casos de média e alta complexidade em saúde, entretanto, os moradores são conduzidos prioritariamente ao hospital de Baião, ou Belém e Barcarena, conforme demonstrado nas narrativas dos profissionais de saúde da referida comunidade quilombola:

“Se não for da minha competência, a gente encaminha para Baião e assim por diante. Se também não for resolvido lá é mandado para unidade de média e alta complexidade, que é Belém e Barcarena. É assim que funciona, finais de semana sábado e domingo, 24 horas. É uma semana para cada profissional. No caso, tá tirando nós três o sobreaviso, eu e mais as duas técnicas de enfermagem. É uma semana pra cada uma, entendeu? (...) E aí, a gente vai sair, mas se acontecer alguma coisa, depois que fechar aqui, a responsabilidade é minha, aí tenho que atender esse paciente, se tiver que prescrever medicação prescrevo, se for pra fazer uma sutura, eu faço, se não tiver nada da minha competência, não tiver como, não tiver jeito, aí eu encaminho pra Baião. Tem barco aqui (ambulância), que é pago pela prefeitura, aí eu faço o encaminhamento e o paciente vai (...) São situações que não tem jeito aqui, por exemplo, mordida de cobra, não tem soro antiofídico aqui. Aí tem que ir para Baião!!!. Porque não tem né! Encaminha para Baião.”

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

“Abaetetuba... Barcarena... Por exemplo, as pessoas que precisam fazer mamografia não faz em Baião, Rx não faz assim de lombar, não faz nada disso lá..... Ano passado eu precise fazer uma mamografia, então, eu fui fazer lá em Barcarena. A gente saiu daqui , dormiu em Baião pra viajar de madrugada ai ,quando deu umas 4 horas da tarde a gente retornou de Barcarena pra Baião dormiu lá , e voltou só no outro dia pra cá! Pelo Município a referência em atendimento é Baião, Barcarena, Abaetetuba e Belém. Tudo depende, como disse, do grau da doença do paciente.”

(Entrevistada 20, 48 anos, Téc. enfermagem, agosto/2021)

No tocante à função do Agente Comunitário de Agente (ACS), conforme estabelecido na Lei de criação nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 suas atribuições são: realizar o mapeamento da sua área de atuação; cadastrar e atualizar as famílias de sua área; identificar os indivíduos e famílias expostos a situações de risco; acompanhar mensalmente todas as famílias que estão sob sua responsabilidade; coletar dados para análise da situação das famílias acompanhadas; desenvolver ações básicas de saúde com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças; promover educação em saúde e mobilização comunitária visando uma melhor qualidade de vida mediante ações de saneamento e melhorias do meio ambiente; orientar os moradores quanto á utilização apropriada dos serviços de saúde; fornecer informações para os membros da equipe de saúde sobre a dinâmica social da comunidade, bem como suas necessidades em saúde; e participar no processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da unidade de Saúde da Família, com vistas a superação dos problemas identificados (BRASIL, 2006a). Essas atribuições são corroboradas com os discursos dos ACS da vila de Umarizal Beira:

“Nós temos uma ficha, que quando você vai na casa da pessoa, e conversa lá com ela, faz sua visita e eles assinam pra gente, uma ficha que a gente tem. Nós fazemos acompanhamento de gestantes, idosos, hipertensos, diabéticos, pessoas que tomam remédios controlados; nós avisamos sobre a vacina, levamos hipoclorito para o morador. O que acontece aqui dentro da UBS o ACS tem que sair pra avisar... sai de casa em casa, o nosso trabalho é esse (...) Então, o agente de saúde ele vai na casa da pessoa vê se está doente, se precisa de consulta a gente orienta ...Passe lá na UBS com o médico... vai orientando, se for uma coisa que ele não de jeito aqui, o médico vai encaminhar pra cidade, pra Baião de Baião pra outro lugar. Além disso, toda informação que tem como de bolsa família tudo é o agente de saúde que informa.... O que eles precisam... Por exemplo, eles estão precisando fazer um recadastramento do bolsa família? Aí essa declaração quem tem que dá é o agente de saúde, a gente faz a declaração, assina e entrega pra eles.”

(Entrevistado 16, 48 anos, ACS, agosto/2021).

“Os ACS, eles fazem buscas ativas, mapeamento na área fazendo busca ativa de doenças crônicas identificando por exemplo, pacientes que estão precisando fazer uma consulta ...ah o paciente idoso, não tem como vir aqui, ele já marca aqui, consulta de visitas domiciliar, pra gente tá indo até esse paciente, que não pode vir na unidade. Então, eles fazem essas visitas, domiciliares diárias”.

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

“É isso que eu faço, quando chego na casa de gestante eu vejo se está atrasada a consulta de enfermagem e já oriento ela... porque você não foi? Nós temos aqui ... na nossa unidade tem médico, tem enfermeira, por que você não foi na sua consulta de gestante?...Aí ela fala... esqueci, ah já até passou... Então, eu procuro ...você quer que eu agende? A gente vem agendar, aí ela vem no outro dia...Quando é criança que eu chego, a gente conhece... Eu conheço cada família... se é criança aí eu peço também o cartão, vou olhar se a vitamina A dela está em dia, se a vacina da criança está em dia, se está atrasada... Porque nós não trabalhamos com vacina aqui na nossa unidade, tem que ir para Baião, aí eles atrasam um pouco a vacina.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)

Em Umarizal Beira são três dias de visitas domiciliares que os ACS realizam (seg, qua e sex); e dois dias de trabalho interno na UBS (ter e qui). Segundo a portaria nº 750, de 10 de outubro de 2006, “Área”, na Estratégia de ACS - é o conjunto de microáreas cobertas por uma equipe de ACS (01 instrutor/supervisor e, no máximo, 30 Agentes Comunitários de Saúde) dentro de um mesmo segmento territorial. Neste caso, embora as microáreas sejam referenciadas geograficamente, elas nem sempre são contíguas (BRASIL, 2006b).

O croqui (figura 54) foi produzido a fim de especificar as microáreas de atuação dos três ACS atuantes vila de Umarizal Beira. A área em amarelo corresponde à microárea número 4, que atende a 88 famílias (300 pessoas); a área pintada em verde corresponde à microárea 1, que atende a 164 famílias (655 pessoas); por último, a área pintada em vermelho corresponde à microárea 5, que atende a 100 famílias (350 pessoas). A área pintada em azul no mapa estava sem a cobertura do ACS, porém, já estava finalizando o processo de contratação de duas ACS para essa área, que corresponde aos anexos Umarizal Centro, Paritá-Miri, Florestão e Boa vista.

Figura 54 - Microáreas de ação dos ACS na vila de Umarizal Beira, Baião-PA.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Como referido anteriormente, o entendimento da saúde como “bem-estar físico, mental e social, não se limitando apenas à ausência da doença” revela a complexidade do assunto em questão e a importância de que este seja trabalhado com as demais particularidades que o envolvem. Tal conceito, demanda que a avaliação das condições de vida e saúde da comunidade quilombola de Umarizal Beira, leve em conta as determinações sociais de saúde como trabalho, renda, habitação, educação e alimentação, responsáveis pela consolidação e dinamicidade do seu processo saúde-adoecimento.

Analisar a concepção de saúde de uma determinada população na perspectiva da determinação social da saúde requer, portanto, compreender o processo de formação destes povos, a história de vida individual das pessoas e como parte integrante de um coletivo. Aspectos que dão significado à saúde na medida em que se relacionam diretamente com as vivências de iniquidade para essa população.

Durante as entrevistas, solicitamos aos moradores de Umarizal Beira que falassem o que era saúde para eles. Dessa forma, a concepção de saúde construída foi a seguinte:

“(...)Saúde é você viver bem, se alimentar bem, é você ter uma diversão, é você ter um lazer, você poder sair... a educação, então, saúde tá ligada também a várias áreas.”

(Entrevistado 2, 77 anos, aposentado, junho/2021)

“(...) Saúde é a gente se cuidar né? Se toma medicamento, procurar tomar nas horas certas...a gente se cuidar, se alimentar bem, ir ao médico com frequência.”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

“(...) Nós entendemos aqui, principalmente, se está doente toma um remédio pra ficar bom, mas a saúde tem que cuidar de fundo como deve ser, se prevenir, não é só na hora que tá doente, eu entendo isso.”

(Entrevistado 3, 84 anos, aposentado, junho/2021)

Portanto, para a maioria dos entrevistados, a compreensão de saúde dos quilombolas está relacionada ao conceito de saúde integral, considerando a totalidade dos elementos que se relacionam e modificam o estado de saúde das pessoas.

Em alguns momentos, mesmo fazendo referência às doenças, eles compreendem que ela é menor do que a sua saúde, ou seja, a doença é apenas um desequilíbrio em um dos aspectos da saúde, o biológico/fisiológico, e não no todo. Como falamos anteriormente, a saúde aqui foi conceituada em sua complexidade, portanto, não é o oposto de doença, ela é apresentada como parte de uma compreensão ampliada de mundo, um mundo no qual os moradores quilombolas se conectam, se reconhecem e se vinculam.

Em particular, um dos entrevistados deu uma definição mais completa sobre o entendimento da sua saúde:

“(...) Essa questão da saúde para mim tem uma relação direta com a vida como um todo, se a gente tem uma boa alimentação a gente é capaz de usufruir de uma melhor saúde né?! Se a gente tem um estilo de vida mais saudável não tem tanta preocupação... Agora quando se fala da assistência... acho que em todo o Brasil a situação é uma só, tem uns lugares mais avançados e outros muitos mais atrasados e nós estamos justamente nessa faixa do mais atrasado.

Como a senhora falou, as vezes nem os primeiros-socorros se encontram. No mandato passado, por exemplo, até na cidade, nem os primeiros-socorros estava se encontrando, tinha que correr pras farmácias mesmo ne?!

A nossa política de saúde até hoje, na minha opinião ela não é prioridade para o governo... Nós não temos um governo que possa priorizar a saúde, educação, agricultura sei l’a o que, mas não tem prioridade nenhuma a prioridade maior é o bolso: embolsar, embolsar...”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Outro elemento importante presente nos discursos dos moradores foi a saúde relacionada com o trabalho e a sua alimentação. O trabalho está presente na vida dos quilombolas desde muito cedo, o trabalho na agricultura, na casa de farinha, com a venda de seus produtos na feira da cidade. O trabalho é estruturador do modo de vida quilombola, e poder trabalhar é sinônimo de saúde, como observamos na fala:

“(...) Veja o exemplo, vc viu, da Deusa, do Tino, ou do papai... por exemplo vai todo dia de bicicleta né, vai e volta pra roça dele... mesmo com a idade avançada tem uma saúde melhor que a minha... Eu vejo assim né, não sei se por causa da alimentação que a gente acaba adquirindo por exemplo, lá em casa, na família nenhum tem diabetes... Eu já tive, eu tava fazendo caminhada tudo, acompanhamento com médico, perdendo peso, perdia em média 3Kg e meio por semana, toda semana final de semana eu me pesava... Aí depois ele passou para mim fazer o exame geral, aí eu fiz aí tava 190 a glicemia, daí ela endoidou... Aí passou uns 2 anos depois normalizou, como eu ficava monitorando 80, 92 baixava depois passar um período ela subia de novo até 190 depois baixou fiquei tomando remédio.”

(Entrevistado 7., 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Todavia, alguns dos entrevistados, ao serem questionados sobre a sua concepção de saúde, ainda a entendem por meio do olhar biomédico, ou seja, quando a sua saúde se encontrava fragilizada, observou-se uma tendência ao deslocamento da responsabilidade pelos cuidados com a própria saúde aos profissionais e serviços da área, em uma lógica biomédica. Esta visão restrita do cuidado, encontra bases nos moldes contemporâneos de atenção à saúde, que valorizam as práticas e ações desfragmentadas de acordo com a condição ou doença, comprometendo a promoção da saúde:

“(...) Olha a saúde a gente vê uma parte que é boa e outra que não é muito boa, mas a graças a Deus a gente vai levando, a saúde a gente vai controlando... Falta mais médicos suficiente pra gente ter uma saúde boa, ter o remédio na UBS, isso é o a gente exige mais, serviços.”

(Entrevistado 6, 65 anos, liderança da associação, julho/2021)

Quando questionados sobre como eles avaliam a saúde na comunidade, na atualidade, a maioria dos moradores percebem uma evolução e melhora, principalmente em termos de ofertas de serviços de saúde, em detrimento dos tempos passados:

“(...) Olha, depois que foi criado o programa de agente de saúde, melhorou muito a saúde, porque antes tinha muitas doenças. Por exemplo, sarampo... aquela tosse que a gente chama aqui, tosse de Guariba na nossa língua, uma tosse braba que dá em criança... que crescia o umbigo assim,... ficava Grande de tanto tossir... Hoje não tem mais essas coisas, não tem mais sarampo, não tem mais a tosse de Guariba e várias e várias doenças. A dengue muito difícil da aqui...melhorou muito! Também outra coisa, morria muitas mulheres quando era pra ganhar bebê... Até Baião tinha dificuldade para atender a gestante... tinha que ir pra Cametá, pegava barco e ia pra Cametá. Ai morria muitas mulheres assim, nesse trajeto.”

(Entrevistado 16, 48 anos, ACS, agosto/2021)

“(...) Atualmente a saúde está muito avançada, antigamente não tinha nem enfermeiro, qualquer serviço de assistência ou emergência a saúde tinha que correr para Baião ou para Tucuruí. Depois de alguns avanços, serviços de emergências e consultas já podem ser feitas por aqui mesmo. Já temos enfermeiro e médico...”

(Entrevistada 9, 32 anos, profissional da educação, julho/2021)

“(...) Por exemplo, como eu digo, eu já me mudei a muito tempo, mas agora a saúde ela tá boa porque tem médico, tem enfermeira, até formada mesmo pessoas daqui, que trabalha aqui, tem o posto. Então melhor do que muito tempo, que a gente não tinha ne, agora tem...”

(Entrevistada 5, 76 anos, aposentada, junho/2021)

Entretanto, muitos moradores referiram a necessidade de melhorias nos serviços de saúde:

“(...) Olha... Ela não é boa, boa, boa, a saúde aqui em Umarizal[falou que era regular]....Tem uns casos aí, né! Pra mim ela não é boa assim! Olha, eu acho que falta de ... mais recursos, pra medicamentos ... falta muito medicamento. Agora mesmo, negócio de medicamento de hipertenso não tá vindo... Tem que ser comprada, né! Ai, aquele que tem condição de comprar, compra, e quem não tem?”

(Entrevistada 19, 56 anos, ACS, agosto/2021)

“(...) Tem muita coisa que melhorou, né! Mas tem coisas que ainda falta melhorar.”

(Entrevistado 16, 48 anos, ACS, agosto/2021)

“(...) É uma tristeza não ter ambulância aqui vila! Consigo enxergar isso porque a comunidade necessita e depende toda vez da ambulância de Igarapé Preto (comunidade próximo a Umarizal). Percebo que falta um mercado bom na comunidade, para quem quiser vender ou comprar seu peixe, carne, verduras, legumes, remédios naturais... Outra demanda que falta é uma farmácia, quando as pessoas precisam desses serviços é só em Baião que se encontra.”

(Entrevistada 5, 76 anos, aposentada, junho/2021)

Conforme referido anteriormente, problema de saúde caracteriza-se como sendo um estado de saúde considerado deficiente pelo indivíduo ou grupos sociais, já necessidade (demanda) está relacionada como a expressão das carências geradas pelo modo de produção e organização da sociedade (SILVA; BATISTELLA; GOMES, 2007). Nesse sentido, o quadro 6 sumariza as necessidades e os problemas de saúde da comunidade quilombola de Umarizal Beira, de acordo com as narrativas dos profissionais de saúde e moradores.

Quadro 6- Problemas e necessidades na visão dos moradores e profissionais de saúde da vila de Umarizal Beira, em 2021.

Problema	Relato dos entrevistados	Necessidade
Falta de saneamento básico	<i>“(…) Nosso lixo é jogado numa área ali na estrada, não é enterrado” (…) lançamo a água na rua”</i>	Construção de rede publica de esgoto e disposição correta do lixo
Falta de segurança pública	<i>“(…) estamos precisando muito nesse momento, porque a segurança é necessária! (…) as vezes acontecem brigas e não tem onde recorrer.”</i>	Policiamento fixo na vila
Estradas ruins	<i>“(…) nossa estrada nem sempre esta em bom estado, principalmente durante as chuvas”</i>	Melhoria da estrada
Falta de vacina na comunidade	<i>“(…) Olha, o que a gente luta aqui, já faz tempo, é sobre ... a gente tá querendo que venha para cá as vacinas.”</i>	Estufa para condicionar as vacinas
Falta de profissional odontólogo	<i>(…) “Precisamos de um dentista também.” (…) “Tá faltando dentista para nós.”</i>	Contratação de um odontólogo
Falta de psicólogo	<i>(…) “Vem ocorrendo sempre alguns casos de depressão na comunidade, acho que falta palestras, eventos e profissionais (psicólogo?) que atuem nisso!” (…) “a gente tem muitas pessoas que precisam de psicólogo... Tem os casos de pessoas que tem esquizofrenia.... outros com problemas psiquiátricos mesmo, que toma medicação, precisa de uma orientação de psicólogo, se tivesse ... uma vez no mês, uma vez por semana já tá ajudando as pessoas.”</i>	Contratação de um psicólogo
A falta da prática de exercício físico	<i>(…) “acho que falta uma academia pública, ao ar livre, a fim de estimular atividades físicas para as pessoas. Tem muitos aqui na vila que gostariam ou precisam fazer caminhada, mas falta um espaço público para isso. Existem muitos hipertensos e sedentários nessa comunidade”.</i>	Dispor de um espaço gratuito, uma academia publica, para o uso dos moradores da comunidade.
Necessidade de um médico fixo na comunidade e algumas especialidades médicas	<i>(…) “falta um médico fixo na comunidade, um que não vá embora aos finais de semana. Mas que fique aqui a semana inteira! A comunidade também precisa de Ginecologista, que pudesse vir pelo menos uma vez por mês na comunidade, porque muitas mulheres têm apresentado problemas no útero, como miomas, cistos, câncer.”</i>	Possibilidade de realização de exames mais específicos como os preventivos

	<i>(...) “um médico que fique aqui direto , porque a comunidade não adoce só de dia , de noite ela também adoce!.”</i>	
Escassez de equipamentos para os agentes comunitários de saúde (ACS) trabalharem.	<i>(...) “falta materiais pra gente trabalhar antes nós tinha um aparelho de P.A , trabalhava com eles, agora nós não tem, não tem balança, a nossa bandalhou que nunca mais conseguimos, né!.” (...) “a gente trabalha e a gente não tem o aparelho de P.A.”</i>	Equipar os agentes comunitários de saúde para melhor atendimento da comunidade
Desprovimento de soro contra picada de animais peçonhentos	<i>(...) “mordida de cobra, não tem soro antiofídico aqui.”</i>	Fornecimento de medicamentos
Falta de ambulância fixa na comunidade para fazer o transporte dos pacientes.	<i>(...) “Aqui nós precisamos de uma ambulância, nós não temos, ambulância que permaneça aqui!.” “(...)Então a gente, precisa de um barco que permaneça aqui! Uma Ambulância que leve pra Tucuruí pra Cametá, melhorias!”</i>	Contemplar a comunidade com uma ambulância ou ambulância própria para o transporte dos pacientes
Excesso de alcoolismo entre jovens e adultos da comunidade	<i>(...) “O alcoolismo aqui no Umarizal ... eles consomem bem, tem pessoas alcoólatra mesmo de todo tarem bebendo, todo dia”.</i>	Oferecer práticas de lazer para esses jovens e adultos para diminuir a o número de pessoas ociosas na comunidade
Falta de hábitos alimentares saudáveis	<i>(...) “Paciente chegou aqui, com a glicemia de 300, mas tu fala, fala, fala e não adianta. Chega na casa deles eles comem as farinhas que eles estão acostumados a comer.... Porque também a gente vive da roça. Entendeu? Já estão acostumados a farinha, a goma que eles fazem o “bejú” (tapioquinha), aí não fazem dieta não”.</i> <i>(...) “Então assim,... é isso assim o que eu vejo muito aqui na comunidade , que as coisas que a gente pode evitar essas doenças... como é através da alimentação saudável e a prática de exercício físico ... e eles não fazem. Então é isso que eu vejo entendeu? Tem muito hipertensos, diabéticos nós já temos o fator e predisposição....mas, não acontece.”</i>	Implementação de alimentação mais saudável por parte da comunidade

Fonte: Próprio autor, 2021.

Os problemas de saúde mais recorrentes nas narrativas dos moradores foram a falta de profissionais de saúde psicólogo, odontólogo e o fato do médico da UBS permanecer na unidade somente de segunda a quinta feira (até as 15:00), semanalmente. O médico da unidade faz parte de programa mais médicos, e, com a justificativa de estudar às sextas feiras, estabeleceu residência na sede do município, em Baião. Desse modo a unidade fica descoberta no fim de semana,

necessitando assim que a enfermeira e os técnicos de enfermagem necessitem ficar de plantão durante esse período, ainda assim, não é possível realizar todos os procedimentos, encaminhando os casos mais graves para serem tratados na cidade de Baião.

Ainda nesse sentido, a falta do odontólogo gerou muitos discursos de lamentação, considerando que a UBS está equipada com todos os materiais necessários para este profissional atuar, segundo os profissionais de saúde. Outro problema mencionado de forma recorrente nos discursos de alguns moradores diz respeito a falta de oferta de medicamentos pela UBS, forçando os moradores a comprar a preços exorbitantes, dentro da vila, nas mãos de revendedores.

Considerando que nem sempre o que é percebido como problema de saúde para uns, seria para os outros (TEIXEIRA, 2002), alguns moradores de Umarizal não entendem a falta de medicamentos como um problema de saúde e, preferem fazer o uso de plantas medicinais:

(...) O pessoal faz muito uso de medicação caseira...tem gente que as vezes critica né? "Ah, porque os remédios caseiros não são cientificamente comprovado". Eu falei assim mesmo: "Mas logico! Cientificamente não são, mas a gente tem que respeitar as pessoas que utilizam remédios caseiros e as que não utilizam". Tem gente que só quer remédio de farmácia, como eles falam no popular aqui! " Tu só quer remédio de farmácia (...) Eu, particularmente, utilizo remédio caseiro, me sinto bem com eles. Não sou de tomar medicamento, não gosto de tomar remédio. Não tomo porque não gosto! Mas eu já vi muitos relatos, muitas situações... Agora a gente tá aqui numa UBS mas, antes, era um posto de saúde, lá embaixo, perto da praça. E tinha gente, as vezes, que pegava cortes grandes e aí a gente falava assim mesmo: "Como foi pra tu estacar o sangue na roça? No mato não tem hospital, é diferente de tu numa cidade, que qualquer coisa a ambulância te leva! No mato, tu tá sangrando, o que tu vais fazer?... Ai eles falavam "cortei folha de bananeira e coloquei, estancou o sangue!!!". Aí tu te pergunta: ah, mas isso é proibido?" A gente sabe que pode correr o risco de infecção alguma coisa assim, mas, funcionou? Não morreu? Ficou bem?... Beleza!... "Não é melhor tratar um local contaminado do que um paciente morto!?"
(Entrevistada 20, 48 anos, Tec. Enfermagem, agosto/2021)

Foi unanime entre ACS entrevistados a demanda (necessidade) por compra de aparelho portátil para aferir pressão arterial (P.A) e balança mecânica, inclusive referindo que eles faziam uso desse instrumento na gestão passada. Com as alterações da PNAB (Política Nacional de Atenção Básica), os agentes podem realizar o procedimento de aferição de pressão arterial, porém, a gestão atual da UBS não lhes disponibiliza.

Outro problema mencionando pelos profissionais de saúde e moradores foi o excesso do uso de álcool na comunidade. De fato, durante as visitas em campo, observou-se uma convivência cotidiana de jovens e adultos com o álcool, onde se reuniam quase todas as noites na praça central da Vila para fazer uso do mesmo. Segundo relato de profissionais de saúde esse consumo aumenta durante o fim de semana, muitas vezes resultando em brigas com agressão física. A constatação de quilombolas consumindo tabaco e álcool sugere a necessidade de se

investigar, de modo mais abrangente, se esse comportamento é adotado por outros integrantes da comunidade, por ser um problema de risco social e à saúde. Como estratégia de intervenção, os profissionais de saúde já realizaram algumas campanhas sobre o tema na UBS ou na praça (local onde ele se reúne para confraternizar e beber), todavia tiveram baixíssima adesão:

“(...) Não, é tranquila. Eles bebem muito final de semana, mas... as vezes tem uns socozinhos aí ...mas não assim negócio de tiro, faca...matar não tem. Só brigou deu uns socos por lá umas garrafadas. ..Aí vem suturas e termina por lá mesmo... (risos) (...) Para alcoolismo, já veio um tempo para fazer tratamento sobre tabagismo, colocava até adesivo e tinha roda de conversa... Vieram a primeira reunião, aí quando foi na segunda veio só um.... Aí depois não fluiu.... Aí, eles não vem participar....Foi a enfermeira que foi até! ... fazemos campanhas também na UBS... se a gente chamar pra dentro da unidade eles não vem participar.... já fizeram em praça, a gente participa junto com eles, sempre a enfermeira que fala, orienta,... o médico.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ASC, agosto/2021)

Outra questão levantada na narrativa dos profissionais de saúde e moradores foi a baixa prática de exercício físico dentro da comunidade. Em Umarizal, observou-se que além da inexistência de hábito dos moradores de maneira geral na prática de exercício físico, também não existe oferta gratuita deste tipo de serviço na Vila, haja vista que não há academias ou praças com equipamento de ginástica para prática ao ar livre, o que poderia contribuir como estímulo à realização de atividades físicas regulares. Durante as observações em campo, constatou-se que existe uma única academia, recentemente inaugurada na vila, todavia, por ser particular, nem todos tem condições socioeconômicas para fazer uso da mesma. A imagem abaixo retirada da página do Instagram de Umarizal mostra alguns alunos da academia se exercitando ao ar livre (Figura 55).

Nos estudos conduzidos em campo por discentes da Especialização em Saúde do IFPA, durante o mês de maio/2021, na pesquisa intitulada *“Doenças Crônicas e os Determinantes Sociais de Saúde em idosos quilombolas da Comunidade de Umarizal Beira- Baião/PA”* (NUNES; FERNANDES, 2021), ao investigar a prática de atividade física entre 106 idosos quilombolas de Umarizal Beira, a maioria informou não possuir este hábito (71%), principalmente entre os homens (82%).

Figura 55 – Alunos da academia particular de Umarizal, realizando exercício ao ar livre.



Fonte: [www.instagram.com/ quilombola_umarizal](http://www.instagram.com/quilombola_umarizal)

Outros estudos revelam que moradores de comunidades rurais corriqueiramente apresentam menor adesão às recomendações globais de prática de atividades físicas e sugerem que esta disparidade estaria relacionada às condições estruturais impostas a essas pessoas, como isolamento geográfico, restrito acesso a serviços de saúde, de educação, aos serviços de transporte e à renda (BICALHO et al., 2010; PEGORARI et al., 2015). Ainda, Bezerra e colaboradores (2015), ao investigar atividade física entre quilombolas de um município do sudoeste baiano, indicou que estes são mais ativos no próprio domínio ou no trabalho, do que no seu tempo livre (ou de lazer), com 42,1% e 13,1%, respectivamente. Ratificando os achados de Bezerra e colaboradores, também em Umarizal alguns idosos referiram que se exercitam mais na roça, do que como atividade de lazer, durante as entrevistas.

Além da falta da prática regular de atividade física como mencionado anteriormente, os hábitos alimentares ruins na atualidade foram referidos como importante problema que influencia nas condições de saúde da comunidade.

Considerando que as práticas e hábitos alimentares são socialmente construídos, as escolhas e o consumo dos alimentos são, influenciados por diversos fatores, como os saberes locais, os costumes, a cultura, a disponibilidade e o acesso ao alimento (PEÑA; MOLINA, 1999; NASCIMENTO; GUERRA, 2016). A alimentação das famílias da comunidade de Umarizal Beira tem como base produtos obtidos localmente, como a pesca/caça, a farinha de mandioca e frutos, como a castanha-do-pará, recursos de maior disponibilidade na região, refletindo, dessa forma, na construção de uma prática alimentar influenciada pelo meio e pelos recursos disponíveis. Entretanto, na narrativa dos moradores, ao comparar o tempo de outrora (dos seus pais), justificaram os hábitos mais recentes de consumo de alimentos industrializados,

dada a facilidade de obtenção em comércios locais ou mesmo a escassez, como a falta de caça ou de peixes no Rio Tocantins, na atualidade:

“(...) Porque assim, antigamente eu vejo por aí, não sei se meu ponto de vista tá errado, antigamente eles [idosos quilombolas] duravam muito mais do que a gente hoje, a média de vida deles era muito mais longa que a nossa. Não comiam nada com ‘composição’ [se referindo aos industrializados], por exemplo, peixe era um peixe natural, o frango era só galinha natural, carne, usavam muita carne de caça que não tem nenhum tipo de hormônio de nada, então, assim eu acredito que era mais saudável a alimentação deles do que agora, agora tem muito mais diabetes. Veja o exemplo, vc viu, da Deusa, do Tino, ou do papai... por exemplo vai todo dia de bicicleta né, vai e volta pra roça dele... Tem algumas pessoas que tentam cultivar a terra, produzir alguma coisa que é muito mais saudável na parte da alimentação né?!”

(Entrevistado 7, 52 anos, liderança cultural, julho/2021)

Esse discurso mostra a importância de uma alimentação regrada para a saúde, seja referente à quantidade do alimento ingerido, como na procedência do alimento, prezando pela qualidade da alimentação e sua consequência direta na saúde. Outro elemento importante é a relação de pertencimento do alimento ao território ao qual eles fazem parte, para “*não só comer os da feira*”:

“(..)A própria mandioca por exemplo, tem de monte em cima da terra e as pessoas comprando farinha, isso é inadmissível, eu não sou capaz de aceitar uma situação dessa! Se eu não tenho para mim vender, para mim comercializar, mas eu deixo de comprar eu tenho meu consumo...eu posso produzir! Hoje diminuiu a quantidade de pessoa que comprava farinha por causa de críticas, inclusive me parece que pegou!!! Tem bastante gente hoje, que tem roça aqui!! Tem gente que tá saindo da vila pra morar já no seu pedacinho de terra”

(Entrevistado 10, 70 anos, ex-liderança, julho/2021)

Ainda na pesquisa realizada por Nunes e Fernandes (2021), ao avaliar os tipos de alimentos consumidos entre idosos de Umarizal Beira, observaram que a maioria dos entrevistados (51%) optou pelo consumo preferencial de alimentos naturais (feijão, farinha, arroz, frutas e verduras), extraídos ou produzidos localmente, provenientes da floresta, dos quintais e da roça. No entanto, quase metade dos idosos referiram fazer o consumo de ambos os tipos de alimentos (49%), naturais e industrializados, como sucos industrializados ou refrigerantes, mortadela, salsicha e outros, acarretando aumento dos gastos com alimentos adquiridos nos mercados locais (mercearias e mercadinhos existentes na comunidade).

Esse último tipo de alimentação pode refletir negativamente da saúde dos idosos quilombolas, apontando a necessidade de priorizar ações de educação nutricional, dirigidas ao incentivo da elevação do consumo de alimentos saudáveis destes grupos de idosos (MALTA; PAPINI; CORRENTE, 2013).

Alguns problemas foram menos recorrentes nas falas dos moradores, talvez porque poucos o percebam como problemas de saúde, ainda assim foram mencionados e dizem respeito à falta de saneamento básico, falta de policiamento fixo na vila e infra-estrutura ruim da estrada.

Como referido anteriormente, a maioria das residências possui sanitário, entretanto não possuem fossas biológicas, por esse motivo os dejetos são despejados em buracos abertos no solo. Quando a residência estava localizada na beira do rio, as fezes eram, em geral, despejadas no próprio rio.

Outro problema crítico diz respeito à infraestrutura. A Rodovia Trancametá (BR422) e vicinal de acesso à Vila de Umarizal não são asfaltadas, assim, o péssimo estado das estradas e a baixa qualidade do transporte pioram na estação de chuva. O transporte de pessoas e produtos é realizado de segunda a sábado para os povoados mais próximos da sede municipal, em Baião ou Cametá, por ônibus e micro-ônibus, circulando pela BR 422. Um pequeno número de moto-táxi também está a disposição na BR422 e, adentra na vila, se necessário. Dentro da vila de Umarizal (distante 5Km da BR422) não há serviço de moto-táxi fixo. Outro meio de transporte utilizado pelas comunidades é o moto-taxi, que faz o transporte para pequenos trajetos. A maioria das famílias dispõem de bicicleta ou moto para fazer o percurso dentro da vila, ou de um povoado a outro. Poucos moradores possuem carros próprios.

Por fim, os moradores reivindicaram pela presença de um Posto Policial fixo no Território, visto que ocorrem roubos e pequenos furtos (considerados raros), mas, principalmente em função das brigas que ocorrem na vila por causa do consumo de álcool, principalmente nos finais de semana, o que traz prejuízos à vida comunitária. Em outros anos, já tiveram viaturas que faziam vistoria em Umarizal mas, por estar lotada em Baião, e não na vila, era pouco frequente, até que deixaram de ir. Atualmente, os policiais só frequentam a vila quando acionados pelos moradores.

No que diz respeito às principais doenças referidas na população de crianças, jovens e adultos da vila de Umarizal Beira, a mais frequente foi à diarreia. Os profissionais de saúde da referida vila quilombola em seus discursos relacionaram os casos desta doença à água contaminada, sobretudo em períodos de enchentes que aumenta o risco de várias doenças infecciosas. A diarreia também foi associada a não adesão do tratamento adicional da água pelos moradores, que mesmo com a entrega do hipoclorito de sódio pelos ACS alguns habitantes não fazem uso do mesmo, justificando o gosto ruim da água após a adição do cloro. Além disso, há aqueles que fazem uso de forma incorreta:

“Aqui na nossa comunidade dá muitos casos de diarreia, vômito, principalmente assim, na mudança de clima, agora que a água esta cheia ... Que água cresce, nel!, aí

dá muita diarreia e vômito...A diarreia pode está relacionada com a água, com as enchentes, ela atrás muita contaminação. Ai quando vai baixando a água e vai deixando aquelas impurezas, a nossa população usa o rio para tomar banho, não para beber.... A gente vai para tomar banho, mesmo que tenha água pela rede pública, a gente usa bastante o rio. Assim, mais pra banho né!, e como ela é uma água bem escuracom certeza na hora que a gente esta tomando banho introduz e ai... tempo chuvoso mesmo, a chuva vem trazendo tudo... e as crianças andam descalço eu acredito que é disso , né?!”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)

“Os ACS que distribuiu cloro para cada família um vidro de cloro, esse cloro é duas gotas para um litro de água que é colocado, aí tem pessoas que coloca ou coloca erradamente ou não coloca, ai automaticamente vai adoecer.

há muita queixa de criança com dor de barriga. Então, por exemplo, nossa água, ... cada um tem que tratar sua água, colocar o cloro.. e tem pessoas que não tomam uma água com cloro, porque diz “que dá gosto de remédio!”. Ai, com isso, pessoa que não toma água tratada vai adoecer ...dá dor de barriga. Geralmente, quando faz exame de fezes dá muita giárdia e ameba eu falo que é através da água não tratada.”

(Entrevistada 20, Téc. enfermagem, agosto/2021).

Diante o exposto, é importante investigar se o hipoclorito está sendo usado em dosagens apropriadas, pois segundo a Portaria Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, estabelece em seu Art. 34 que é obrigatório a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre ou 2 mg/L de cloro residual combinado (BRASIL, 2011). Portanto, é importante destacar que muitos micro-organismos são veiculados pela água, por este motivo a água para consumo humano deve receber o tratamento adequado, dentre os quais a desinfecção se destaca (FUNASA, 2014).

Um estudo que foi realizado na Vila de Umarizal por Costa, Araújo e Fernandes (2018) em que se investigou a prevalência de infecções por enteroparasitas no público infantil escolar, constatou-se que somente 25,39% das crianças estudados apresentaram resultados positivos para um ou mais parasitos intestinais. Todavia, no período do estudo houve a realização de ações em saúde na referida comunidade quilombola, com distribuição de fármacos antiparasitários, o que pode ter influenciado na baixa prevalência de infecções causadas por protozooses e helmintíases na ocasião do estudo.

Outras doenças infectocontagiosas mencionadas foram sífilis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) e hanseníase:

“A gente tem bastantes casos de sífilis... já tive aqui vários.... faz o tratamento aqui, a enfermeira faz, mais mesmo é sífilis que a gente sempre...que eles acionam nós ACS, a gente vai conversa com a família, só que as vezes o marido não quer vir fazer o tratamento.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021).

Diante o discurso da ACS, é importante enfatizar que as dificuldades em tratar o parceiro influenciam no aumento do número de casos sífilis, sendo assim, todos os parceiros sexuais expostos devem ser tratados, uma vez que a ausência do tratamento do mesmo se constitui como um desafio quanto à educação em saúde e tratamento adequado (OLIVEIRA; NASCIMENTO; SILVA, 2021):

“Aqui durante eu trabalhar na UBS teve pouquíssimos casos de pessoas portadoras do HIV, Graças a Deus! Nós tivemos numa comunidade anexa, um caso que já veio até a óbito, teve uns dois casos só. A gente ver comunidades menores com mais casos.”

(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)

Em um estudo sobre a vulnerabilidade dos jovens às doenças sexualmente transmissíveis em uma comunidade quilombola do Jmary dos pretos, município de Turiaçu/MA, constatou-se que a baixa escolaridade, desemprego e renda familiar inferior a 1 salário-mínimo, impossibilitam o acesso dos jovens aos meios de proteção e prevenção à AIDS, acarretando no aumento de doenças sexualmente transmissíveis, além de vários outros agravos à saúde (CARDOSO, 2011).

A hanseníase foi mencionada como uma das doenças que mais necessita de atenção e acompanhamento do profissional de saúde, uma vez que os portadores sentem vergonha de procurar atendimento médico em virtude do preconceito e estigma contra a doença, o que implica diretamente no diagnóstico tardio:

“O pessoal gosta de esconder a hanseníase... quando eles pegam hanseníase eles chamam que é uma doença diabólica. Quando a pessoa está com hanseníase ela quer se esconder, não quer mostrar. A gente percebe. aí a gente “vai para cima”, fala o com médico, faz exame, constata...aí a pessoa vai tomar o remédio. Tem pessoas que passa, porque a cura dela é seis meses, se tiver no começo. Tem pessoa que pega até mais de ano, porque não toma o remédio direito. O agente de saúde tem que tá em cima falando ... “tem que tomar o remédio todo dia assim, assim...”

(Entrevistado 16, ACS, 48 anos, agosto de 2021).

Vale ressaltar que as enfermidades infecciosas ainda são bastante preocupantes em comunidades quilombolas, visto que algumas doenças tais como hanseníase, contribuem para o processo de morbimortalidade dentro dessas Comunidades, estando relacionadas geralmente à pobreza e às péssimas condições sanitárias e ambientais (RAMOS, 2019).

Outra doença mencionada foi à malária, que é mais frequente durante o inverno amazônico (janeiro a março), praticamente desaparecendo durante o resto do ano. A UBS da vila de Umarizal oferece o teste rápido para o diagnóstico dessa doença, que se baseia no encontro de parasitos no sangue:

*“Malária sempre dá, esse ano já deu dois casos na minha área”
(Entrevistado 16, 48 anos, ACS, agosto/2021).*

*“A gente já passou esse período aí da malária. Ultimamente a gente não tá tendo casos, fiz recentemente dois testes e não era... fazemos Teste rápido, fura o dedo colhe a gota e coloca o diluente e espera 15 minutos, teste rápido.”
(Entrevistada 20, Téc. enfermagem, agosto/2021).*

*“Agora esses tempos tá parado malária, mas tivemos uns anos aí que...2019 bastante casos 2019 para 2020 bastante casos de malária.... E sempre é assim de Oeiras eles vão para essa mata, né! Aí quando eles vêm de lá.... Eu falo assim que a malária importada né? Porque vem de outro município!!!!”
(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)*

Outra doença referida foi o câncer que, conforme mencionado pelos profissionais de saúde, os pacientes com suspeita são diagnosticados quando encaminhados para outros municípios:

*“Esses pacientes a gente encaminhava pra Barcarena, foram descobertos uns três câncer de mama, através dessas solicitações que o médico fazia, né! ... Elas duas estão fazendo tratamento até em Tucuruí. E tem outras, né... que tão fazendo acompanhamento, que deu policista... Ele descobriu bastante casos de câncer, né? Tem um senhor que tá de tratamento de próstata também. Nós temos isso na nossa Vila.”
(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)*

Durante os discursos dos profissionais de saúde, destacou-se também a ocorrência de acidentes em ambientes de trabalho na comunidade quilombola de Umarizal Beira:

*“Aqui tem muito acidente de trabalho, assim da zona rural, por exemplo, em trabalhos na roça em roçagem eles se cortam de machado, de terçado... No Rio, é acidente de peixe entrando na mão, mordendo, esse tipo de procedimento, em curativos, a gente tem.... de sutura a gente tem bastante!”
(Entrevistada 18, 49 anos, ACS, agosto/2021)*

*“Tem o período também de ferimento de corte, período de roçagem, geralmente entre agosto e setembro, que as pessoas vão roçar e, as vezes se acidentam pra lá.”
(Entrevistada 20, Téc. enfermagem, agosto/2021).*

Teixeira e Freitas (2003) avaliando os casos de acidentes ocorridos no meio rural do interior paulista, concluiu que 49,9% dos acidentes no trabalho agrícola foram causados por instrumentos de trabalho, o que corrobora com os achados do presente estudo, visto que, foram relatados alguns incidentes pelos profissionais de saúde, principalmente por meio dos corte com machado, enxada e facão.

As informações desta pesquisa corroboraram com os dados encontrados no trabalho de Costa e Fernandes (2021) sobre *“Condições habitacionais, sanitárias e as principais doenças nos moradores da vila quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará”*, em que foram realizadas 103 entrevistas por meio de um questionário aplicado aos moradores com faixa etária de 18 a

60 anos de idade, e constatou-se que as doenças mais prevalentes foram diarreia (80,58%), e parasitoses intestinais (72,81%), hipertensão arterial (39,80%), artrite/artrose/reumatismo (33%), malária (24,27%), problemas de glaucoma/catarata (16,50%), doenças respiratórias como asma (14,56%), diabetes (12,62%), problemas cardíacos e dengue (6,79%), câncer (4,85%), hepatite (2,91%), osteoporose (1,94%), Derrame cerebral/AVC (1,09%) e tuberculose (0,97%).

Ainda nesse estudo os moradores relataram que a maioria dos residentes dessa vila quilombola utiliza o Sistema Único de Saúde – SUS, porém alguns também fazem uso dos serviços de saúde particulares, quando não conseguem obter atendimento pelo SUS. Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Amorim e colaboradores (2013), sobre condições de saúde e habitação dos residentes da comunidade quilombola Boqueirão, município Vitória da Conquista/BA, que dentre os moradores entrevistados, a grande maioria declarou utilizar o SUS para atenção à saúde. Na pesquisa de Silva (2015) ao avaliar a situação da saúde de comunidades quilombolas no Estado da Paraíba, observou que para estas comunidades o SUS é o principal responsável pelo financiamento da utilização dos serviços de saúde.

No tocante às principais doenças crônicas entre os moradores idosos da vila de Umarizal Beira, as mais frequentes foram hipertensão arterial, diabetes e artrite/artrose/reumatismo.

Olha, aqui na unidade o que mais chega para gente é paciente com crise hipertensiva, paciente com pressão alta, pacientes com hiperglicemia, com diabetes, com açúcar no sangue alta. Essas são as principais demandas que vem para nós. Os demais são tranquilos. A maior concentração aqui é os mais os idosos que vem com crise hipertensiva, porque às vezes eles não têm alguém pra esta dando apoio, né, suporte pra tomar direitinho a medicação. Aí ele chega aqui com pressão muito alta, com a hiperglicemia, diabetes muito alta.

Assim, aqui no Umarizal para morrer uma pessoa demora bastante. Nos últimos três anos que eu já parei mais para cá, o que eu vejo de causa de mortes... foram algumas pessoas portadoras de doenças crônicas mesmo, por complicações. Por exemplo, recentemente morreu uma senhora que era hipertensa, aí deu um AVC hemorrágico. Ela estava no banheiro caiu bateu a cabeça no vaso rachou crânio, e acabou falecendo. O que eu vejo é isso... ou cardiopatas, porque como eu te falei, tem muito hipertenso e diabéticos, fora aqueles que não fazem acompanhamento com a gente.

(Entrevistada 17, 27 anos, enfermeira, agosto/2021).

Em relação à hipertensão arterial, segundo os estudos de Santos e colaboradores (2019) que investigou a prevalência dessa doença crônica em comunidades quilombolas do estado de Sergipe, observou uma prevalência de quase 30% de HAS na população. Diante disso, os autores atribuíram tais achados aos números de casos de obesidade abdominal, inatividade física, diabetes Mellitus (DM), além de outros fatores como acesso inadequado aos serviços de

saúde e fatores étnicos. Portanto, sugere-se, que estes fatores também estão relacionados aos elevados casos de hipertensos na Vila de Umarizal.

Existem evidências de associações entre raça-cor e desigualdades para o adoecimento, sendo as situações de fragilidade social e de saúde associada à questão étnico-racial (BEZERRA et al., 2013; PEREIRA; MUSSI, 2020). A prevalência da hipertensão em comunidades quilombolas tem representado um índice percentual maior, quando comparada às estimativas da população geral do Brasil (IBGE, 2010). Estudo de base populacional mostrou que aproximadamente 45% dos remanescentes de quilombos apresentaram-se hipertensos (BEZERRA et al., 2013) contra 35,7% identificada na população adulta brasileira (CHOR; LIMA, 2005).

Outra doença mencionada pelos idosos quilombolas foi a Diabetes Mellitus (DM). Existem evidências de que minorias étnicas, como as populações afrodescendentes, apresentam maior risco para desenvolvimento de DM e suas complicações, além de menor acesso às ações de saúde (OLDROYD et al., 2005). A busca ativa de potenciais novos casos de DM, através da identificação de indivíduos apresentando fatores de risco durante as visitas domiciliares pelos ACS nas comunidades é que possibilita o encaminhamento para avaliação e diagnóstico precoce dos pacientes. Estudos demonstram que a realização da glicemia de jejum para triagem oportunista de DM tem se mostrado uma intervenção custo-efetiva (SHEEHY et al., 2011). Em Umarizal, entretanto, vários idosos reportaram que raramente existe esse tipo de exame na UBS, impossibilitando a identificação precoce de novos casos ou o acompanhamento desses idosos diagnosticados.

A artrite/artrose/reumatismo que também foi referida pelos entrevistados idosos da vila de Umarizal Beira, bem como dores de coluna e no corpo. Segundo Brasil (2011b) as doenças reumáticas são um grupo de doenças que afetam o aparelho locomotor, isto é, as articulações, ossos, músculos, cartilagens, tendões e ligamentos. O termo inclui mais de cem doenças, geralmente de caráter crônico, que causam dor, rigidez articular, além da incapacidade física, afetando, sobretudo, idosos.

Essas alterações na saúde podem estar associadas às atividades econômicas desenvolvidas pela população quilombola de Umarizal Beira, como o trabalho na agricultura/lavoura, que exige um grande esforço físico. De acordo com Oliveira e colaboradores (2015), aspectos relacionados à mobilidade podem estar associados ao aparecimento das referidas enfermidades, uma vez que exigem um grande empenho físico durante o trabalho.

No estudo de Oliveira e colaboradores (2021) sobre Condições de trabalho e saúde de populações quilombolas do recôncavo Baiano, os autores observaram que houve uma elevada prevalência de dores musculoesqueléticas entre a população de trabalhadores quilombolas, em que a maioria apontou apresentar esse desconforto em mais de um segmento do corpo tais como tronco, Membros Inferiores (MMII) e Músculos dos Membros Superiores (MMSS), podendo existir uma relação direta com o tipo de trabalho, uma vez que mais da metade da população afirmou que esses desconfortos são decorrentes das suas funções exercidas.

Outros estudos feitos em comunidades quilombolas evidenciaram a alta prevalência de problemas musculoesqueléticos como artrite e dores articulares (MMSS, MMII e coluna vertebral) e problemas na coluna (MUSSI; TEIXEIRA; FIGUEIREDO, 2016; TEIXEIRA et al., 2019), corroborando com os achados do presente trabalho.

Finalmente, a Glaucoma e Catarata também foram referidos pelos idosos. De maneira geral, comprometimentos visuais prejudicam as atividades e a participação social dos idosos, uma vez que geram menor comunicação visual, dependência e restrição de mobilidade. E, em função da perda de equilíbrio, aumenta assim o risco de quedas nessa população. Idosos nesta condição, com dificuldades de se manter estável frente a ambientes e tarefas complexas, apresentam duas vezes mais chances de cair (MENEZES; BACHION, 2012).

Em publicação sobre causas de cegueira e baixa visão em áreas urbanas da América Latina, a catarata foi a principal causa de cegueira bilateral em pessoas de mais de 50 anos (LIMBURG et al., 2008). Vargas e Rodrigues (2010), ao estudar o perfil da demanda em oftalmologia na atenção primária na Unidade Mista de Saúde de Luiz Antônio/SP, relataram a prevalência de 4,9% de catarata senil. A prevalência de glaucoma foi baixa no estudo de Couto e colaboradores (2013), ao avaliar a prevalência de ametropias e oftalmopatias no quilombo São José da Serra – Valença/RJ, tendo encontrado somente 1,09%, semelhante ao 1,3% relatado por Vargas e Rodrigues (2010), na Unidade primária de Saúde de Luís Antônio/SP. E atribuiu à pequena amostragem populacional para explicar esta pequena prevalência.

Muitos são os fatores que explicam por que a população com glaucoma e catarata não vem sendo diagnosticada ou o faz tardiamente. A população geral tem dificuldade de acesso ao Sistema de Saúde. Isto faz com que os pacientes não cheguem, ou cheguem muito tarde ao oftalmologista, quando o dano resultante já é extenso. Sugere-se que a prevalência aumentada de ambas, catarata e glaucoma, no Quilombo de Umarizal Beira, devem-se ao fato da inexistência de médico oftalmologista no município de Baião/PA, o que dificulta o diagnóstico precoce de doenças oftalmológicas e, mais ainda, o acompanhamento, haja vista que os idosos necessitam se deslocar para outros municípios distantes, dando descontinuidade ao tratamento.

Esses resultados foram corroborados com os achados na pesquisa de Nunes e Fernandes (2021) que investigou as doenças crônicas em idosos quilombolas de Umarizal Beira, e constatou que dentre as principais doenças crônicas referidas pelos idosos, destacaram-se como mais prevalentes, Hipertensão arterial (71%) sendo 66% nos homens e 67% em mulheres, seguidas de Reumatismo (46%), Diabetes (25%) e Glaucoma (24%).

Os aspectos sociais, políticos, econômicos estão associados à prevalência de doenças crônicas que acomete a população idosa da comunidade quilombola. Adicionalmente, alimentação inadequada e ausência de hábito na prática de atividade física regular, também foram encontradas com frequência nesse estudo, o que reforça a necessidade de estratégias que estimulem a adoção de um estilo de vida mais saudável. Vale destacar que a pobreza nessas comunidades aumenta o acesso a alimentos industrializados, altamente energéticos e de baixo valor nutricional.

Diante o contexto exposto sobre as principais doenças em populações quilombolas, faz-se necessário um olhar ainda mais atento para o processo do adoecimento nesses grupos, uma vez que muitos são os aspectos envolvidos na ocorrência de enfermidades. Além disso, todas as questões conflitantes e emergenciais enfrentadas por populações quilombolas influenciam diretamente nas condições vida dos sujeitos, tornando-o deficiente, desgastante e preditor de doenças (BRASIL, 2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o *escopo principal* analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade. Para tanto, buscou-se responder aos seguintes *objetivos específicos*: 1) Descrever os processos sócio-históricos de formação e as principais dinâmicas de do território quilombola de Umarizal Beira, identificando as principais transformações nas suas condições de vida; 2) Compreender as diferentes estratégias territoriais desenvolvidas pelos moradores de Umarizal Beira a partir da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” no território, a partir da década de 1970, identificando elementos relativos aos problemas socioambientais e de saúde decorrentes da construção dos mesmos; e 3) Caracterizar as condições de vida e de saúde no território quilombola de Umarizal da Beira na atualidade, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde.

Elementos como *determinação social da saúde, território e territorialidades* foram fundamentais pois, olhar para a saúde dos quilombolas de Umarizal Beira através da modelagem sistêmica proporcionada pela perspectiva da determinação social da saúde contribuiu para a compreensão de como os processos de proteção e danos à saúde se desenvolveram naquele território, nos modos e estilos de vida, e em como estes estão integrados em diferentes dimensões. Foi necessário, portanto, compreender o processo de formação dos umarizalenses, a história de vida individual das pessoas e como parte integrante de um coletivo, bem como aspectos políticos, econômicos, sanitários, etc. Aspectos que dão significado à saúde na medida em que se relacionam diretamente com as vivências de iniquidade para essa população.

A história da fundação da comunidade tem sido partilhada entre seus moradores e confirma a intensa presença de negros na região do Baixo Tocantins a partir do séc XVIII, já referida por outros autores, como palco de “*fugas, levantes escravos e deserção que originaram vários redutos de aquilombamentos ou mocambeiros (...)*” (PINTO, 1999.p.86). As primeiras famílias de negros vieram de Maracú e Putirí, descendo o rio Tocantins, depois se embrenhando na mata, sob a liderança do negro Sinfrônio Olímpio de Vilhena, por volta do século XIX, e vieram constituir o primeiro quilombo, chamado de *Novo Destino* e, em seguida, Paxibal. Em anos mais recentes, os inúmeros conflitos entre indígenas na região bem como questões

estratégicas de sobrevivência e trocas mercantins, promoveram uma nova migração, da floresta para a beira do rio Tocantins, para formar o então quilombo de Umarizal Beira.

Essas e outras histórias, percebidas tão vividas nas narrativas e memórias dos descendentes de Umarizal, reforçam a importância da transmissão dos saberes entre as diferentes gerações para assegurar a valorização e manutenção de sua identidade cultural.

Sobre as dinâmicas de ocupação do território de Umarizal Beira até as décadas de 1970, observou-se que a comunidade desenvolveu práticas que expressam a unidade entre terra-trabalho- família, marcada pela pequena propriedade, pelo uso comum, pela renda proveniente predominantemente do trabalho na terra e, eventualmente, pela extração de recursos da floresta e das águas amazônicas; práticas que demonstram as formas como o território vêm sendo usado ao longo dos anos em Umarizal, ou seja, a base de sustentação econômica das famílias era a produção agro-extrativista, mantendo dessa forma as características de uma população camponesa. As principais culturas produzidas eram: maniva (para colher a mandioca), arroz e milho, sendo esta mandioca beneficiada em casas de farinhas comunitárias ou particulares. Eventualmente, havia extração de outros recursos da floresta, como castanha-do-pará, látex da borracha e maçaranduba, entre outros.

Como forma de complementação da subsistência, caça e pesca também eram realizadas, com um discurso de fartura e abundância pelos moradores mais antigos. Todos esses produtos permitiam a manutenção da segurança alimentar dos umarizalenses, pelo consumo direto ou pela venda e obtenção de um pequeno rendimento financeiro. Entretanto, seus moradores enfrentavam dificuldades com a infraestrutura, como saneamento básico, saúde, educação, transporte, segurança pública e estradas em péssimas condições, já naquela época.

Apesar disso, as pessoas rememoraram um tempo em que as práticas eram regidas por acordos mútuos, por uma racionalidade coletiva e por solidariedade. Em Umarizal, essas terras onde plantavam, moravam, festejavam, trabalhavam, caçavam, coletavam era o lugar onde estão seus laços afetivos, onde a sua história e a de seus familiares foram construídas. Essas terras têm sentidos e significados que garantem o sentimento de pertença e a identidade do grupo. Os objetos foram sendo construídos com o esforço coletivo, as dificuldades e os desafios de todo tipo, inclusive nas questões relacionadas a saúde, eram enfrentados a partir da ajuda mútua.

Isso acontece porque as famílias que moram no território quilombola de Umarizal Beira estão em suas áreas há pelo menos 102 anos e as que nasceram em Paxibal, há 138 anos. De acordo com Leite (2000, p. 116) “(...) *esses fatores reunidos engendram um sentimento de pertencimento e solidariedade entre os membros de uma mesma coletividade*”. Os quilombolas

compartilham este território e trajetórias comuns. Nele tem produzido durante mais de um século meios de vida, relações comunitárias étnicas e patrimônios imateriais.

Esse modo de vida simples, no entanto, passou a ser ameaçado. A partir dos anos 1970, chegam na Amazônia empreendimentos mobilizados pela lucratividade e abundância de recursos para exportação. O Estado pelo monopólio da violência aparece, portanto, legitimando politicamente o denominado “novo modelo”. Neste, o capital passa a se apropriar da natureza como matéria-prima (PORTO GONÇALVES, 2001). Assim, os conflitos surgem porque o Estado, ao implantar estes “projetos de desenvolvimento” na região, desconsidera os moradores do lugar, ou seja, sob a visão hegemônica de modernidade, que pensa o desenvolvimento a partir do ocidente.

Na proposta inicial desta tese não havia considerado a possibilidade de discutir todos estes “projetos de desenvolvimento” que, sob a lógica do capital, foram pensados para a região do Baixo Tocantins. Nem tinha ideia de quais seriam eles, focando-me apenas na instalação da UHE-Tucuruí e seus impactos à saúde dos Umarizalenses. No entanto, à medida que percorria as leituras e ao me aproximar do objeto desta pesquisa – durante as conversas informais e entrevistas realizadas no campo –, percebi a necessidade de aprofundar estas questões, já que pretendia olhar para a saúde da comunidade com a ampla dimensão dada pela determinação social. Afinal, a saúde não é produto somente da produção social, mas também, das lutas e resistências desses povos. A luta contra a opressão produz sofrimento, mas também produz saúde. Assim, formulei um novo objetivo, dito *segundo objetivo específico*, e questionei-me: Que tipos de “projetos” foram implantados na região a partir da década de 1970? Que tipos de conflitos surgiram? Quais os atores envolvidos? Quais os interesses e motivos que impulsionam os conflitos entre os agentes? Quais as estratégias dos quilombolas para proteger seus interesses? De que maneira este modelo de desenvolvimento interferiu nas condições de vida e saúde da Comunidade de Umarizal Beira?

Durante os anos 1970/80, os quilombolas de Umarizal iniciam a convivência com os conflitos, devido à instalação de grandes projetos, como a construção da Rodovia Transcamaeté e a UHE-Tucuruí, provocando mudanças profundas na região. A partir de 1975, a região foi ocupada por fazendeiros e por camponeses, que a tornaram um lugar de muitos conflitos, fruto do crescimento do capitalismo no campo e da defesa, pelos camponeses, indígenas e quilombolas, da terra ocupada. Nesse cenário vários atores com forças bastante desiguais atuam na região.

Outros camponeses que chegaram à região para trabalhar nas terras consideradas “devolutas” que passavam a disputar com fazendeiros/investidores, ou mesmo as comunidades

rurais que tradicionalmente ocupavam este território, como os quilombolas de Umarizal Beira, gerando violentos conflitos e estabelecendo uma nova configuração socioeconômica-espacial. Nas disputas pela terra, observou-se a prática da “grilagem”, expulsões, perseguições e até mesmo assassinatos daqueles que defendiam o seu território.

Em razão dos conflitos com fazendeiros, grileiros e empresas, os quilombolas acabaram por agregar novos aliados na luta em defesa do território. As mobilizações que emergiram em Umarizal se deveram, principalmente, à ação da Igreja Católica que passou a conscientizar os grupos através de reuniões e encontros sobre seus direitos e possibilidades de introduzir pleitos jurídicos. Frente às injustiças sociais cometidas na América latina, principalmente após a conquista do poder pelos militares, a Igreja tomou uma posição diante das injustiças e decidiu optar pelos “carentes e oprimidos”, num gesto que fortalecia o novo movimento que estava nascendo dentro da Igreja Católica. Assim, a Igreja Católica foi uma importante força que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais, como o STTR-Cametá, que atuava em conjunto com a igreja na formação dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais na região do Baixo Tocantins.

Em Umarizal, a Igreja Católica teve papel muito importante em tempos pretéritos na constituição e organização política de seus moradores. Ao redor dela, configuravam-se práticas de socialização, de formação de lideranças, de adensamento de lutas em defesa do território. As lutas desencadeadas a partir da construção da Transcametá e da UHE-Tucuruí forçaram as várias comunidades quilombolas da região do Baixo Tocantins a rearmar novas estratégias de territorialidade, reafirmadas nos Encontros Anuais de Anilzinho, que se tornou um marco na história de lutas dos trabalhadores rurais pela preservação da posse de suas terras no Baixo Tocantins, entre eles, moradores de Umarizal. Todas essas transformações provocaram a ressignificação nas condições de vida, ou seja, nas atividades cotidianas dos quilombolas que lutaram para resistir à lógica capitalista que se permeou naquele território.

A partir da década de 1980, emergiram transformações significativas socioecológicas e culturais na região do Baixo Tocantins, área de jusante da UHE-Tucuruí, no sudeste paraense, quando o barramento do rio provocou a degradação da qualidade da água com repercussões na saúde pública, redução drástica da pesca e alterações no regime do rio, de que dependem as populações ribeirinhas para realizar sua agricultura de vazante, precarizando ainda mais suas condições de vida e saúde, entre eles, os remanescentes quilombolas de Umarizal Beira.

À época, surgiram várias mobilizações sociais reivindicando a efetivação das compensações prometidas pela ELETRONORTE e outras demandas dos expropriados e moradores afetados pelo empreendimento. Em Tucuruí, diferentemente do ocorrido em outras

barragens, também a população a jusante da barragem se mobilizou, sobretudo a partir de 1986. Na mobilização e organização dos trabalhadores no Baixo Tocantins tiveram papel de destaque os sindicatos dos municípios a jusante e montante, apoiados pela Igreja Católica e outras organizações, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

As pressões passaram a ser mais fortes, já que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz (MAB, 2005). Neste processo, Umarizal não obteve sucesso em suas reivindicações. Em tempos recentes, diante dos graves impactos socioambientais causados pela instalação da UHE Tucuruí, as comunidades ainda procuraram meios para reivindicar seus direitos e diversas mobilizações ainda acontecem, principalmente com apoio do MAB e APOVO, criada em 2010. Encontrei em Umarizal apenas uma estrutura geográfica construída com financiamento da ELETRONORTE, a Escola Pólo, com recurso do PPDJUS. Assim como a ausência do Estado é percebida pelos moradores em diversas áreas da saúde, educação, segurança etc, em muitas narrativas também há um grande sentimento de injustiça, por não terem ainda hoje reconhecidos os impactos promovidos às suas condições de vida e saúde em função da construção a UHE-Tucuruí.

E, sobre esses impactos socioecológicos, culturais e à saúde observados em Umarizal Beira, a qualidade da água foi um dos principais problemas mencionados pelos moradores em suas narrativas, pois tornou-se um meio de veiculação e transmissão de algumas doenças (tais como diarreia, hepatite e malária). Transformações na qualidade da água também foram referidas, tornando-a imprópria para consumo direto da beira do rio ou para banhos. Danos à saúde, percebidos de maneira indireta, como a associação de metais pesados (mercúrio, chumbo e alumínio) nessa água ao aparecimento de muitos casos de câncer também foram referidos.

Além da presença de metais na água, a decomposição da vegetação teve grande influência na qualidade da água, uma vez que a proliferação de macrófitas na superfície a tornam ácida e anóxica, sendo assim inadequada para muitas espécies de peixes (GARZON, 1984; FEARNSSIDE, 2001; IORIS, 2008). Em Umarizal Beira isso fica evidente ao ser mencionado pelos entrevistados que, com a construção da barragem de Tucuruí, os ambientes aquáticos foram alterados, impactando a diversidade de peixes. Um “passado de fartura e abundância” contrasta com a escassez da atualidade, pós-construção deste empreendimento, trazendo enormes prejuízos às condições de vida da comunidade de Umarizal e demais comunidades à jusante. Os moradores relatam a dificuldade dos pescadores em encontrar pescado devido à diminuição na sua quantidade e variedade, resultando na necessidade do mesmo realizar um maior esforço de captura, ou seja, percorrer distâncias maiores, às vezes, sem sucesso. A dificuldade crescente e onerosa para capturar o peixe, limitaram a população de

praticar a pesca, diariamente tendo que, alternativamente, buscar por substitutos para o que era a proteína mais consumida na vila de Umarizal Beira, em tempos pretéritos.

A partir destes relatos, portanto, vê-se confirmada a necessidade de incorporação do espaço à jusante de barragens como área de influência da obra. Até quando as comunidades situadas em áreas de jusante das barragens estarão excluídas no escopo das compensações? As populações ribeirinhas da Amazônia têm consciência de sua dependência de ecossistemas saudáveis, dependência esta grandemente observada nos países tropicais onde se localizam grandes sistemas fluviais, com vastas áreas de planícies de inundação. A importância da preservação ambiental destes ecossistemas, bem como a sua restauração, torna-se uma questão chave que vai além da riqueza biológica em si mesma. Comunidades acostumadas a ter na planície sua base produtiva tem na interrupção do fluxo natural do rio uma grave ameaça à sua subsistência, às suas condições de vida e saúde.

Para um grupo tradicional como os quilombolas, o território é o principal elemento de construção da identidade do grupo, assim, ele não pode ser entendido apenas como uma porção de terra, pois neste espaço está acrescido toda configuração sociológica, geográfica e histórica construída ao longo do tempo pela vivência de seus membros. É a partir desse território, físico e simbólico, que seus membros se reproduzem física e socialmente, sendo eles uma parte desse todo que é o território.

Esta categoria geográfica foi escolhida, como referido, pois a saúde, em sua complexidade, possui íntima relação com o território quilombola e com seu modo de vida tradicional. É nesse território que eles reproduzem seus modos de vida, residem, trabalham, se encontram, produzem seus alimentos, suas plantas medicinais, etc. Assim, não existe saúde quilombola, sem território, sem terra para plantar e criar animais. Dessa forma, a luta pelo território quilombola se faz presente nos discursos e no cotidiano desses sujeitos, pois a luta pelo território é também a luta por sua sobrevivência, física, política e cultural.

As ameaças sobre seu território, portanto, intensificaram-se com o estabelecimento da rodovia Transcarnatá, na década de 1970, e também com a criação da UHE-Tucuruí, na década de 80. A condição de vulnerabilidade atingiu principalmente aquelas comunidades que não possuíam o título ou outro documento que comprove a propriedade da terra, mesmo que este direito seja garantido pelo Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988. A necessidade de uma terra, de um espaço, de uma local para sua fixação e, portanto, para a produção do sustento e da reprodução familiar refletem a importância do território como ferramenta de existência, mas, reforça também a importância do reconhecimento dos seus territórios como instrumento que garanta a preservação e manutenção de uma cultura.

Como forma de garantir a seguridade do mesmo e preservação das suas condições de vida, os moradores da Região do Baixo Tocantins, nos anos 90, organizaram-se e passaram a refletir através de encontros e debates sobre sua ancestralidade negra e os direitos reservados às comunidades quilombolas. Assim, nos anos 2000, a Comunidade de remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, inicia processo de certificação e titulação coletiva junto com outros quilombolas do Baixo Tocantins.

A fundação da ACORQBU ocorreu em outubro de 1999. E, em 2004, a Comunidade de Umarizal Beira teve certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Essa certificação foi um passo importante à medida que permitiu acessar determinadas políticas públicas, bem como permitiu o processo de regularização fundiária junto ao ITERPA. A certidão de autoidentificação reconhece as origens, amplia os direitos, protege o patrimônio material e imaterial, assim como ratifica as manifestações culturais das comunidades quilombolas. Neste sentido, observa-se que a ação da FCP no território foi bem mais rápida que a de outros órgãos, portanto, questiono por que este agente público possui funções tão reduzidas e limitadas nas etapas de titulação da terra, confinada apenas ao reconhecimento das comunidades?

A questão agrária era um problema urgente e ainda permanece na atualidade, posto que a comunidade quilombola de Umarizal Beira enfrenta muitas tensões para garantir a manutenção das terras tradicionalmente ocupadas pelos seus antepassados, contra as pressões de empresas na região, como a madeireira Cikel Brasil Verde S.A, White Martins Gases Industriais do Norte S.A., Martinslândia, Fazenda Garcia, entre outras. Apesar da existência de normas jurídicas tratando do direito ao território, ainda não se efetivou a regularização fundiária pelo ITERPA na comunidade Umarizal, constituindo-se uma de suas maiores demandas. Então, o sonhado título definitivo significaria a garantia da autonomia da comunidade e a conquista do direito pelo território ancestral.

A área pleiteada pelos remanescentes como território historicamente ocupado por eles tem 53mil hectares, no entanto, obtiveram um reconhecimento provisório do ITERPA para uma área de apenas 17mil hectares. Assim, após mais de 20 anos, o processo administrativo para titulação definitiva do território ainda está tramitando no ITERPA e, judicialmente, na Vara Agrária de Castanhal. Recentemente, um importante empresário da madeireira NOVACON, de Tomé-Açú, diz-se pretense proprietário de lotes adquiridos de forma ilícita, o que tem causado impedimentos legais para a titulação da área e faz com que os quilombolas anseiem pelo encerramento do processo judicial. Quanto tempo mais os remanescentes de Umarizal terão que aguardar pela titulação definitiva de seu território? Por que o ITERPA se apresenta pouco efetivo quanto aos procedimentos burocráticos e lento na emissão do título definitivo das terras ocupadas

pelos remanescentes de Umarizal Beira? Que outros interesses podem estar interferindo na resolução deste conflito?

O avanço dos conflitos agrários nesses territórios de negritude também pode estar relacionado à inércia de outros órgãos do governo. Durante algumas entrevistas escutei de alguns moradores que, enquanto eles não tiverem a ocupação de seus territórios legitimada pelos órgãos responsáveis, eles se sentem de “mãos atadas”, “posseiros nas próprias terras ocupadas” secularmente. Muitas vezes eles questionam: Como fazer esse enfrentamento contra um invasor, que na maioria das vezes, está armado? Qual o poder de ação da própria ACORQBU diante do invasor no território? Que outros órgãos poderiam registrar e acolher as denúncias? Em que medida eles têm poder de questionar e impedir a venda irregular ou a apropriação de terras dentro da comunidade, enquanto ela não está oficialmente legalizada, junto ao Ministério Público ou à polícia?

A demora na titulação desses territórios acarreta em uma situação de vulnerabilidade das comunidades negras, deixando-as suscetíveis às pressões externas e às tentativas de tomada dos seus territórios. Ainda, a falta de titulação pode gerar violações ao direito de manutenção à cultura quilombola, insegurança alimentar, proibição de livre circulação no território, falta de acesso às políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico e transporte, entre outras violências; ou seja; está intimamente ligada à preservação das condições de vida e saúde destas comunidades. Logo, garantir aos descendentes de quilombo o direito de posse de suas terras, não se trata apenas de lhes assegurar um local de moradia, mas também lhes garante a sobrevivência.

Em Umarizal, a população continua se sentindo marginalizada e ameaçada pela falta da aplicação dos instrumentos legais que amparem seus direitos, portanto, é preciso dar prosseguimento aos procedimentos de regularização e titulação do território para garantir o fortalecimento da organização social do grupo envolvido. Entendo que o reconhecimento efetivo do território dos remanescentes de quilombos de Umarizal é um importante passo para a superação das diversas situações de desigualdades, preocupações e angústias que incide sobre essa população rural.

Finalmente, para responder ao *último objetivo proposto* - que era caracterizar as condições de vida e de saúde no Território Quilombola de Umarizal da Beira, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde, na atualidade, foi fundamental estreitar relações com a comunidade. Nos seis meses (março até agosto/2021) em que estive no território de Umarizal Beira, foi o período em que pude participar, progressivamente do cotidiano dos quilombolas, das suas

atividades/uso/relações com o território. A convivência com esse universo do qual pude desfrutar, trouxe-me ainda uma maior percepção de seus anseios, concepções, valores, problemas e necessidades, tão importantes para o fortalecimento de uma identidade quilombola.

Considerando que a saúde é a síntese de múltiplas determinações, portanto, para compreendê-la foi necessário refletir sobre a dimensão biológica, a cultura, política, economia e as formas de organização dos diferentes moradores de Umarizal, por isso, procurei descrever e entender as diferentes dinâmicas desenvolvidas no território na atualidade: quantidade de famílias na vila, condições de habitação e moradia, oferta de energia elétrica, serviços de internet, comércios, atividades econômicas principais, participação em escolas, esportes, novas construções, além de aspectos relacionados à religiosidade, a música, práticas de cuidados, entre outros que permeiam o cotidiano desta comunidade quilombola. Por fim, discuti a oferta de serviços e de profissionais de saúde na vila, principais programas de saúde desenvolvidos na UBS, doenças e agravos identificados no território, bem como os principais problemas identificados e as necessidades (demandas) referidas pelos moradores e profissionais de saúde.

Observei que o quilombo de Umarizal-Beira sofreu consideráveis modificações em seu território após a década de 1970, com incremento populacional e a introdução de diversos novos objetos geográficos vieram dinamizar as relações cotidianas naquele território, como: as Igrejas Assembleia de Deus e Batista, UBS-Tiazinha, torre de telefonia, internet, ginásio esportivo, dois campos de futebol, salão comunitário destinado às atividades sociais e políticas dos moradores, um barco de transporte diário para a sede do município, várias casas, ruas, lojas, panificadoras, mercadinhos, entre outros. Umarizal foi elevada à categoria de vila, em 1993 e possui atualmente 14 ruas, 8 travessas, cerca de 347 casas e aproximadamente 2.500 moradores, segundo dados obtidos na Associação Quilombola e na UBS-Tiazinha.

A inserção desses novos objetos no território, bem como a maior oferta de serviços, proporciona alterações nas dinâmicas sociais, aumento nas denúncias de roubos na comunidade, a intensificação do trânsito, o acontecimento de acidentes, circulação de drogas. Neste sentido a população tem pleiteado a instalação de um posto policial dentro da vila, a fim de garantir a segurança dos moradores.

Além destes, outros elementos da modernidade estão cada vez mais presente no cotidiano da comunidade de Umarizal, na atualidade, por exemplo a presença de equipamentos e novas tecnologias, como TV, serviço de internet, antena parabólica, fogão à gás, forno elétrico, microondas, entre outros. A única operadora de telefonia celular que dá cobertura em todo território é a VIVO. A oferta desses serviços tem modificado, ainda, os tipos de consumo de alimentos, processados e ultraprocessados, amplamente divulgados na mídia moderna.

Portanto, a população vem se adaptando às mudanças na sua cultura tradicional ao longo dos anos, assumindo comportamentos, hábitos e costumes de outras culturas, reflexo e/ou influência de uma invasão simbólica e cultural, provocada pela imitação de uma sociedade pós-moderna, que interfere nas suas condições de vida, adquirindo e a assimilando pouco a pouco a cultura do outro. Para Stuart Hall, este comportamento social praticado pela comunidade pode ser entendido, a partir da relação que:

“(...) Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “ identidades partilhadas” – como “ consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “público” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da a infiltração cultural. As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “terceiro mundo”, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou rádios portáteis, que as prendem à “aldeia global,” (HALL, 2011, p. 74).

O processo a assimilação e de reprodução de outras culturas, está presente no cotidiano das pessoas da localidade, nas falas de alguns moradores: *“(...) hoje a vida ficou mais fácil pra nós, nós temos televisão, antena parabólica, celular e até internet”*. *“(...) a gente aprende muita coisa, hoje as coisas tão muito diferente de antes (...) do tempo dos meus avós”*.

Todas essas mudanças em relação a questão cultural-histórica, tem contribuído de certa forma, para o processo desvalorização da cultura local, a qual passa a incorporar novos valores e desprestigiar os valores construídos pela comunidade ao longo desses anos. Por outro lado, a entrada de novas informações na comunidade local abre também a possibilidade de reflexão acerca de toda a cultura da comunidade, podendo despertar em alguns moradores, um processo social de valorização e conservação da cultura quilombola.

No entanto, muitas tradições ainda são mantidas dentro da vila de Umarizal como, por exemplo, a tradição agrícola e extrativista, apesar de mais discreta, na atualidade. No que se refere ao modo de produção para subsistência, as famílias vivem do trabalho agrícola, da coleta de produtos da floresta e da criação de pequenos animais (xerimbabos), como galinhas, patos e porcos. Pescam artesanalmente no rio Tocantins e as plantações são feitas em lotes individuais e/ou familiares, isto é, quando se reúnem dois ou mais irmãos; ou pai/mãe e filhos(as), trabalham juntos(as), plantando e colhendo e são de responsabilidade de cada família. Também existem alguns lotes coletivos, onde predomina seu uso comum para plantação.

Conforme o interesse, as condições e a disponibilidade plantam o que consideram necessário, podendo haver diferenças nos produtos plantados em cada lote, mas algo comum

entre as famílias é que a plantação basicamente destina-se à sua alimentação, uma plantação de subsistência como: arroz, mandioca, feijão, milho, principalmente. Eventualmente, conforme a necessidade, plantam abóbora, gergelim, quiabo, jiló, inhame, entre outros. Pelo território da Comunidade é possível encontrar plantação de frutas, como: castanha-do-Pará, bacuri, uxi, Mari, tucumã, piquiá, bacaba e açaí. Em algumas casas há hortas, plantadas para o consumo próprio onde plantam: cebolinha, coentro, tomate, quiabo, chicória, pimenta, entre outros temperos.

Essa mudança na prática agrícola, é resultado da alteração no hábito alimentar na vila de Umarizal, em função da Modernidade. Sobre as mudanças nos hábitos alimentares, muitos autores sugerem ser possível e natural ocorrer, com o tempo. Peña e Molina (1999) afirmam que a mídia, os comerciais, as marcas e mudanças sociais e demográficas podem, de alguma forma, influenciar e modificar as escolhas alimentares. Portanto, é possível atribuir as mudanças alimentares observadas em Umarizal a elementos da Modernidade, como a facilidade/praticidade de aquisição aos produtos industrializados, que será mencionada mais a frente. Os jovens têm investido mais intensamente na formação intelectual e tem buscado alcançar postos de trabalho remunerados e, nesse sentido, o território vem incorporando objetos que configuram postos de trabalho como as lojas, as padarias, as casas comerciais, entre outros.

Outra explicação a ser considerada para o recente declínio na prática agroextrativista da comunidade seria a gradativa invasão das terras por posseiros, o que reduz a área de plantio, como sugere Souza (2018), bem como a influência de agentes externos ao território, como a instalação e operação da UHE Tucuruí. Como referido anteriormente, no que diz respeito ao extrativismo animal (caça e pesca), atualmente, poucos são os que seguem nesta atividade como um meio de renda, uma vez que não há muitos animais na região em virtude da caça predatória, por causa da construção da barragem, dentre outros empreendimentos na região, que reduzem as áreas florestais e extinguem os animais.

Ainda com relação aos aspectos econômicos, observou-se que muitas famílias necessitam, para sua sobrevivência, de auxílios dos Programas do Governo Federal. Neste sentido, os programas governamentais como o Bolsa Família, Seguro Defeso, a Bolsa Universitária Quilombola, Aposentadoria Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) constituem-se, muitas vezes, como o único recurso para a maioria dos moradores de Umarizal. Há também na vila alguns funcionários públicos (principalmente professores, profissionais da UBS, etc).

Aparentemente, muitas pessoas vulnerabilizadas na vila ainda se encontram desassistidas pelas políticas públicas existentes, inexistência por exemplo, de Programas de

incentivo à agricultura/extrativismo/artesanato, entre outros, destinados à essa população, situação presenciada em outras comunidades quilombolas no país (BRASIL, 2012). Esse contexto demonstra, mais uma vez, a ineficácia das políticas públicas existentes para grupos populacionais mais vulneráveis, que não tem alcançado a melhoria das suas condições socioeconômicas.

Na contramão deste cenário de pobreza e necessidade de alguns, surgem iniciativas de generosidade e redes de apoio na comunidade realizadas para mitigar as mazelas consequentes às péssimas condições de vida de alguns membros da vila. Segundo Cárcamo (2013), no território as respostas sociais acontecem no âmbito da solidariedade, principalmente em situações de grande precariedade material e de condições de vida como a que experimentam alguns moradores de Umarizal Beira. Assim, o apoio social entre vizinhos e familiares, torna-se importante e eficaz para resolver necessidades mais urgentes.

Em relação ao local de residência, observou-se que muitos moradores possuem casa própria, sendo o número de residentes em cada domicílio de no mínimo 1 e máximo 8, e o número de cômodo entre 1 e 5. Atualmente, observa-se uma mudança no estilo das casas de Umarizal, que se assemelham muito as casas urbanas de outras cidades, sendo construídas de alvenaria e telhas de barro, embora ainda seja possível encontrar casas de construção mais tradicional no quilombo, ou seja, com paredes de madeira ou barro e cobertura de palha de ubim. O piso mais comum encontrado nas casas foi o de cimento, eventualmente algumas casas ainda utilizam chão batido.

Com relação ao abastecimento de água, observou-se que a água é captada no rio Tocantins, armazenada em duas caixas d'água comunitárias e distribuída para os moradores da vila, todavia, não há nenhum processo de tratamento desta água antes dela chegar às residências. A grande maioria dos moradores fazem uso de hipoclorito, distribuído pelos ACSs da UBS Tiazinha, para tratamento da água que chega à suas casas. Alguns referiram o uso de filtro e pote de barro. Com relação aos aspectos sanitários, a maioria das residências possuem banheiro instalado dentro da moradia, todavia, em outras moradias estava fora. Não existe qualquer forma de coleta e tratamento dos dejetos além desta fossa rudimentar, que não atende às normas básicas, fato que pode propiciar a contaminação do solo, provocando prejuízos à saúde da população local. Além disso, as águas cinzas (água usada em processos domésticos, como o banho ou lavar a louça/roupa) eram lançadas a céu aberto, contaminando o solo. O lixo produzido pelos quilombolas é coletado semanalmente e descartado em uma área próximo a estrada transcametar.

Atualmente, existem na vila duas escolas em funcionamento: a Escola Municipal de Ensino Infantil Pré-Sorriso da Criança que atende as crianças de 3 a 5 anos; e Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de Umarizal, conhecida como “Escola Polo” pelos moradores. Além dos estudantes de Umarizal Beira, essas unidades educacionais atendem aos alunos de quatro comunidades anexas a esta, sendo: Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá-Miri e Florestão, contemplando 626 alunos. As comunidades ribeirinhas de Boa Vista e Paritá-Miri contam com o apoio de lanchas escolares e, as demais comunidades, cujo acesso à Vila de Umarizal Beira se dá por via terrestre, contam com o apoio de ônibus escolares. O número crescente de alunos reforça o viés de que a Educação Escolar Quilombola se constitui em uma ação afirmativa que mitigou as injustiças históricas, possibilitando uma reparação cultural e matéria à população negra. Atualmente, seis cotistas umarizalenses concluíram o ensino superior, retornando à comunidade para servi-la e trazendo consigo melhorias. Outros 108 alunos quilombolas de Umarizal ainda encontram-se cursando o nível superior.

Em conversas informais sobre o cumprimento da Lei nº 10.639 nas escolas de Umarizal Beira, foi relatado por alguns professores que o currículo utilizado atualmente na educação quilombola não segue o que preconiza a referida lei, ou seja, ainda não se encontra os debates sobre a história e cultura afro-brasileira e africana como percussores de suas origens. Ficando assim a cargo da liderança e dos profissionais da educação da comunidade incluir as discursões étnico-raciais e culturais no cotidiano escolar dos alunos. O não cumprimento das Diretrizes estabelecidas para a Educação Quilombola ameaça o autoconhecimento das próximas gerações em relação a sua identidade, tendo em vista que ao longo dos anos as suas histórias e cultura podem ser esquecidas e apagadas. Desse modo, espera-se que esse cenário sofra mudanças positivas rapidamente em virtude do crescente número de escolas quilombolas no país (MEDEIROS, 2018).

É importante compreendermos que para fazermos uma educação diferenciada, é necessário levar em consideração as histórias de vida e as linguagens das culturas, entendendo que elas não são homogêneas. Compreender que o currículo escolar não deve ser visto como um espaço unitário, harmonioso e homogêneo, e sim como um campo cultural de contestação e conflitos, onde a reprodução, produção, resistência e passividade, façam parte dele. Pois, a educação deve ser caracterizada por suas diversidades de sentidos e de significados na vida do sujeito. O que para (FOUCAULT, 2005, p.13) “(...) trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los” (FOUCAULT, 2005, p.13).

Portanto, o que se percebe, é que as políticas públicas federais voltadas para a educação das comunidades tradicionais quilombolas, como a comunidade de Umarizal Beira, ainda não estão de fato direcionadas de forma satisfatória para a reconstituição das práticas e dos saberes das mesmas e, também porque os currículos escolares instituídos nacionalmente desconsideram as vivências cotidianas locais, plurais e múltiplas, quando implicitamente são o modelo único, uniforme e linear de educação formal aceita como válida e universal.

Assim como todos os lugares possuem sua identidade e cultura, o povoado de Umarizal Beira é marcado pela religião, festividades, danças, lendas, rezas, saberes e tradições. No que diz respeito ao aspecto religioso, aproximadamente 90% é devota da Religião Católica. Dessa maneira, todos os anos acontecem às festividades ligadas a Igreja Católica, como a festa em homenagem a *Santo Agostinho* e o festejo da *Santíssima Trindade dos Inocentes*. Atualmente, além da Igreja Católica, a comunidade também possui três igrejas evangélicas: Congregação Cristã Batista e Assembleia de Deus.

Outro festejo importante no território é o *Festival Quilombola*, considerado o maior festival quilombola da região, que ocorre há quase 10 anos, onde várias comunidades quilombolas vizinhas prestigiam o evento, que possui atividades como uma noite gospel, noite cultural, baile dançante, eleição do Mister e Miss quilombola de Umarizal, entre outros. Além deste, o festival da *Fornada do Samba*, ocorre há 8 anos no território. Em ambas as festividades, *o samba de cacete* é visto como umas das principais atrações. O estilo de dança de samba de cacete é uma “*prática da cultura paraense que conecta religião e diversão com símbolos e ritos importantes de afirmação de identidade*”. (MEDEIROS, 2018, p. 123). Portanto, é considerado pelos moradores do vilarejo de Umarizal como sendo uma tradição deixada por seus ancestrais afrodescendente. O grupo “*Samba de Cacete- Recordação de Umarizal*” possui cerca de 95 integrantes, desses, aproximadamente 40 são jovens e crianças.

Foram identificadas diversas práticas tradicionais de cuidados na comunidade quilombola de Umarizal Beira. Algumas dessas já são bem documentadas na literatura sobre povos e comunidades tradicionais, como as práticas de cuidado prestadas por parteiras, a utilização de plantas medicinais pelos erveiros e as práticas de cuidado que tem na religiosidade seu fundamento principal e são prestadas pelas benzedeadas e rezadeiras. Com a preocupação de transmitir tais conhecimentos para as próximas gerações, a comunidade está criando a Organização de Mulheres Produtoras de Medicamentos Naturais

Contudo, mais do que falar detalhadamente sobre festividades e danças, interessa principalmente registrar o fato delas ainda estarem vivas na região e a espera de ampla valorização, não apenas por políticas públicas de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial

Brasileiro, mas também por cada pessoa disposta a reconhecer nessas práticas, meios genuinamente criativos de comunicação com valores e saberes desconhecidos (MELO, 2015).

Quanto à saúde, na comunidade de Umarizal beira funciona uma unidade básica de saúde (UBS Tia Zinha), inaugurada no ano de 2015, mantida com recursos da prefeitura municipal de Baião e que presta atendimento a 348 famílias, num total de 1.336 moradores. Além disso, atende moradores dos anexos que são: Umarizal Centro, Florestão, Boa vista e Paritá Mirí. Na mesma, atualmente, trabalham a coordenadora da UBS, um médico, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, três Agentes Comunitárias de Saúde e a atendente administrativa. Os serviços prestados pela UBS são consultas médicas, pequenas suturas, curativos, pré-natal, serviço de enfermagem, controle de hipertensão arterial e diabetes, prevenção e tratamento de verminose, distribuição de preservativos e aplicação de injetáveis. Casos de média e alta complexidade são encaminhados a hospitais da região.

Os problemas de saúde mais recorrentes nas narrativas dos moradores foram a falta de profissionais de saúde psicólogo, odontólogo e o fato do médico da UBS permanecer na unidade de segunda a quinta feira, semanalmente. Outros problemas mencionados foram o excesso do uso de álcool na comunidade, falta da prática regular de atividade física e hábitos alimentares ruins, influenciando de forma negativa nas condições de saúde da comunidade.

Essa mudança no hábito alimentar com o tempo, fica evidente a partir do desenvolvimento de diversos agravos à saúde dos Umarizalenses. O grande número de pessoas com sobrepeso, diabéticas e hipertensas na comunidade, mencionada nas entrevistas com profissionais de saúde da UBS Tiazinha, bem como através da pesquisa de minhas orientandas durante o mês de março a maio/2021, evidencia o ganho de peso intimamente relacionado à determinações diversas, como falta de prática de atividade física, hábito alimentar ruim, etc. E reforça a preocupação com a saúde deste povo. Neste sentido, sugere-se que estudos sobre in/segurança alimentar devam ser executados posteriormente, bem como sejam pensadas alternativas para assegurar a saúde alimentar dos mesmos.

Outro problema crítico diz respeito à infraestrutura. A Rodovia Trancametá (BR422) e vicinal de acesso à Vila de Umarizal não são asfaltadas, assim, o péssimo estado das estradas e a baixa qualidade do transporte pioram na estação de chuva. Ainda, os moradores reivindicaram pela presença de um Posto Policial fixo no Território, visto que ocorrem roubos e pequenos furtos (considerados raros), mas, principalmente em função das brigas que ocorrem na vila por causa do consumo de álcool, principalmente nos finais de semana, o que traz prejuízos à vida comunitária. Problemas de saneamento também foram referidos.

No que diz respeito às principais doenças observadas na população de crianças, jovens e adultos da vila, a mais frequente foi à diarreia, sinalizando a importância da melhoria no saneamento básico da vila e, como medidas profiláticas (o que não é o ideal, posto que são paliativas), campanhas para conscientizar sobre a forma de contágio e disseminação das parasitoses intestinais; orientação acerca de tratamento e uso profilático de antiparasitário periodicamente e cuidado com o tratamento da água em Umarizal Beira, posto que alguns moradores informaram não fazer uso do hipoclorito porque este deixa um gosto ruim na água. Essas ações podem melhorar a qualidade de vida e indicadores de saúde da Comunidade. As doenças infectocontagiosas são raras, mas, quando mencionadas foram sífilis, Síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), hanseníase e malária. No tocante às principais doenças crônicas entre os moradores idosos da vila de Umarizal Beira, as mais frequentes foram hipertensão arterial, diabetes e artrite/artrose/reumatismo.

Apesar de todos os problemas de saúde acima referidos, quando questionados sobre como eles avaliam a saúde na comunidade, na atualidade, vários moradores entrevistados percebem uma evolução e melhora (em alguns outros serviços gerais da vila, mas, principalmente em termos de ofertas de serviços de saúde), em detrimento dos tempos passados. Todavia, acusam que ainda se tem muitas necessidades/demandas/carências em suas Condições de vida e saúde.

O processo de saúde e as estratégias de enfrentamento dos seus agravos observadas em Umarizal Beira, estavam baseadas em estratégias individuais, redes de apoio (familiares e vizinhos) e recursos coletivos (profissionais de saúde). A comunidade apresentou dificuldades de acesso e na qualidade aos serviços públicos básicos, no entanto, as redes sociais de parentesco e vizinhança e os costumes tradicionais do grupo tem, ao longo do tempo, garantido a reprodução física-cultural-social-econômica do grupo há pelo menos 102 anos, em Umarizal.

A questão da precarização dos serviços em geral é histórica e evidencia o pouco investimento e compromisso político com a população pobre brasileira. Portanto, reforça-se a necessidade urgente dos quilombolas de Umarizal serem inseridos efetivamente nos programas sociais voltados à saúde e que há uma necessidade de mudanças na realidade de vida para que conheçam as vulnerabilidades que os rodeiam e os cuidados que devem tomar para cuidar da saúde. No passado, algumas alternativas de produção para implantação de pequenos projetos comunitários foram pensadas a fim de dinamizar a economia de Umarizal Beira, segundo referidos pelos moradores, como a “Casa da Farinha” e a “Casa do Açaí”. Todavia, eles não obtiveram sucesso na continuidade destes projetos, devido, segundo Figueiredo e Vanzin (2011), à *“fraca capacidade de gestão e envolvimento comunitário no tocante ao*

desenvolvimento de atividades em geral”, bem como “à carência de assistencialismo governamental, posto que estes dependem de um conjunto de ações integradas para se desenvolverem” (FIGUEIREDO; VANZIN, 2011, p.13).

Portanto, as reflexões sobre as condições de vida na Comunidade quilombola de Umarizal Beira permitiram identificar que as preocupações dos moradores diante da saúde não apresentam um fim em si mesmo (ter ou não saúde), mas estão constituídas por outros aspectos materiais e subjetivos que influenciam as condições de vida desses quilombolas e determinam a reprodução física, econômica e cultural da comunidade. A partir dos resultados encontrados, é preciso pensar sobre como as diferenças étnico-raciais e econômicas ainda são fontes de iniquidades sociais nessa comunidade. A luta por melhores condições de vida entre os quilombolas e a superação da discriminação é histórica e necessita de mudanças significativas para superarem a exclusão e diferenças a que estão expostos em relação à sociedade.

A pesquisa apresentou as Condições de vida e saúde da comunidade de Umarizal Beira, porém não esgota o tema. E abre possibilidade para a reflexão e novos estudos na comunidade que ainda possui muitas fragilidades políticas, sócias, econômicas, sanitárias, entre outras, que precisam ser apresentadas e discutidas.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia: Questões de Escala e Método. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 4-20, 1989.
- ACSELRAD, H. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Revista Estud. Soc. e Agric**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p.158-192, 2010.
- AGUIAR, K. C. G. D.; COHEN, S. C.; MACIEL, E. M. G. D. S.; KLIGERMAN, D. C. Fatores de risco para ocorrência de diarreia em crianças residentes na Ilha de Guaratiba (RJ). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 205-220, 2020.
- ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, 2014.
- ALENCAR, E. Questões de Gênero em Projetos de Manejo de Recursos Pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *In*: LEITÃO, M. (ed.): **Pesca, turismo e meio ambiente**. Recife: EDUFRPE, 2014. p.123-143.
- ALENCASTRO, L.F. **O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos do Naea**, Belém, n.10, p.163-96, 1989.
- ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. *In*: Fundação Cultural Palmares. Quilombos no Brasil. Brasília: Revista Palmares, v 5, 2000.
- ALMEIDA, C. S. F.; LAROQUE, L. F. S. Territorialidade, identidade e cultura da comunidade remanescente quilombola Ilha de São Vicente/Tocantins. **Geosul**, v. 34, n. 73, p. 333-357, 2019.
- ALMEIDA-FILHO, N.; ROUQUARYOL, M.Z. **Introdução à epidemiologia**. Rio de Janeiro: Editora Medica e Científica, 2002.
- ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. **Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá, práticas e conhecimento das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ALMEIDA, M.Z. **Plantas Medicinais**. 3.ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- ALMEIDA, N. J. L.; CAÑETE, V. R. Recursos naturais e cotidiano: população ribeirinha e a gestão da RDS Alcobaça – UHE Tucuruí/PA. **Rev. de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 191-207, 2015.
- ALMEIDA, R H. Fragmentos sobre as pelejas pela terra na região do Araguaia-Tocantins. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 115-134, 2022.

- ALVES, D.; TIMMIS, C. D. **Social exclusion and the two-tiered healthcare system of Brazil**. 2001. Documento de Trabalho do BID nº 148. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1814695> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1814695>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- AMARAL, G. B.; PEREIRA, C. M. R. B. Interseções entre território e identidade étnica: estudo sobre a comunidade quilombola Barra da Aroeira–TO. **Rev. Produção Acadêmica**, Tocantins, v. 2, n. 1, p. 65-74, 2016.
- AMORIM, M. M.; TOMAZI, L.; SILVA, R. A. A.; GESTINARI, R. S.; FIGUEIRÃO, T. B. Avaliação das condições habitacionais e de saúde da comunidade quilombola boqueirão, Bahia, Brasil. **Bioscience Journal**, v. 29, n. 4, p. 1049-1057, 2013.
- ANAISSE, C. P. **Peixe-boi da Amazônia: lendas, mitos e crenças como meios para etnoconservação**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193668/TCC%20Caroline%20P.%20Anaissi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ANDRADE, D. A.; LACERDA, R. S.; SILVA, T. C.; VOICI, S. M. Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. **Segur. Alimentar. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 125-140, 2017.
- ANDRADE, E. C.; LEITE, I. C. G.; VIEIRA, M. T.; ABRAMO, C.; TIBIRIÇÁ, S. H. C.; SILVA, P. L. Prevalência de parasitoses intestinais em comunidade quilombola no município de Bias Fortes, Estado de Minas Gerais, Brasil, 2008. **Epidemiol Serv Saude**, v. 20, n. 2, p. 337-44, 2011.
- ANDRADE, L.M.M. **O caminho da titulação**. Boletim terra de quilombo Nº 5. São Paulo: Comissão Pró-índio, 2009.
- ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. de B. A economia da saúde no Brasil. In: **Microeconomia e Sociedade no Brasil**, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- ANJOS, R. S. A. **Quilombos: geografia africana, cartografia étnica e territórios tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARANTES, R. C.; MARTINS, J.L.A.; LIMA, M.F.; ROCHA, R.M.N.; SILVA, R.C.; VILLELA, W.V. Processo saúde-doença e promoção da saúde: aspectos históricos e conceituais. **Revista APS**, v. 11, n. 2, p. 189-198, 2008.
- ARAÚJO, E.A.D. **Estudo do impacto socioeconômico da piscicultura em tanques-rede no reservatório da UHE Tucuruí PA: o caso do projeto Ipirá**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.
- ARAÚJO, O.R.A. **Os Territórios protegidos e a Eletronorte na área de influência da UHE Tucuruí/PA**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ARELLANO, O. L.; ESCUDERO, J. C.; CARMONA, L. D. Los determinantes sociales de la salud. Una perspectiva desde el Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud, ALAMES. **Medicina Social**, v. 3, n. 4, p. 323-335, nov. 2008.

ARIAS, J.R.; FREITAS, R.A.; NAIFF, R.D.; NAIFF, M. Impacto do reservatório sobre as doenças endêmicas da região. *In*: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. **Estudos de Ecologia e Controle Ambiental na Região da UHE de Tucuruí-PA**: Sub-Projeto: Estudos do Impacto do Reservatório de Tucuruí no aumento das doenças endêmicas da região. Manaus: INPA, 1981.

ARREDONDO, A. Análisis y reflexión sobre modelos teóricos del proceso salud-enfermedad. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 254-261, 1992.

ARRUDA, J.C.; SILVA, C.J.; SANDER, N.L.; PULIDO, M.T. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 13, n. 2, p. 315- 329, 2018.

ARRUTI, J.M.A. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006. 370p.

ARRUTI, J.M.A. Quilombos. *In*: OSMUNDO, Pinho (Org.). **Raça**: perspectivas antropológicas. São Paulo: EDUFBA, 2008.

ARRUTI, J.M.A. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-143, 2017.

ASIBEY, E. O. A. Wildlife as a source of protein in Africa south of the Sahara. **Biological conservation**, v. 6, n. 1, p. 32-39, 1974.

ASSIS, W.S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2007. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/684>. Acesso em: 10 jul. 2022.

AZEREDO, C.M.; COTTA, R.M.M.; SCHOTT, M.; MAIA, T.M.; MARQUES, E.S. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 743-753, 2007.

BARATA, R. A. Epidemiologia social. **Rev. Bras. Epidemiol**, v. 8, n. 1, p. 7-17, 2005.

BARBOSA, J. O. F. **Narrativas orais: performance e memória**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2340/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Joaquim%20On%C3%A9simo%20Ferreira%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BARCELLOS, C.; SABROZA, P.C.; PEITER, P.; ROJAS, L.I. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: A análise espacial e o uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, v. 11, n. 3, p. 129-138, 2002.

BARCELLOS, C.; QUITÉRIO, L. A. D. Vigilância ambiental em saúde e sua implantação no Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 40, n.1, p. 170-177, 2006.

BARCELLOS, C. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: Uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. In: BARCELOS C (Org.) **A Geografia e os contextos dos problemas de saúde**: Rio de Janeiro: ABRASCO, EPSJV, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 118p.

BARHAM, J.; CAUFIELD, C. The problems that plague a Brazilian dam. **New Scientist**., v.1, n. 11, 10p, 1984.

BARROS, F. Etnoecologia da pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio-Terra do Meio, Amazônia, Brasil. Belém: **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 286-312, 2012.

BARROS, J. D. A. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BARROSO, S. M.; MELO, A. P. S.; GUIMARÃES, M. D. C. Depressão em comunidades quilombolas no Brasil: triagem e fatores associados. **Rev Panam Salud Publica**, v. 35, n. 4, p. 256- 63, 2014.

BARROSO, S. M.; MELO, A. P. S.; GUIMARÃES, M. D. C. Fatores associados à depressão: diferenças por sexo em moradores de comunidades quilombolas. **REV BRAS EPIDEMIOL**, v. 18, n. 2, p. 503-514, 2015.

BATISTA, E. C.; ROCHA, K. B. Sentidos e Práticas em Saúde Mental em Comunidades Quilombolas no Estado de Rondônia. Brasília: **Psicologia - Ciência e Profissão**, v. 39, [s.n], p. 22-37, 2019.

BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. A cor da morte: causas de óbito segundo as características de roça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Revista Saúde Pública**, v. 38, n.5, p. 630-635, 2004.

BATISTELLA, C. Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D'A. (orgs.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, p. 25-50, 2007.

BAXTER, R. Environmental effects of dams and impoundments. **Annual Review of Ecology and Systematics**, n. 8, p. 255-283, 1977.

BEATY, S. **O movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí**: uma história oral. Providence: Brown University; 2008.

BECKER, B. **Amazônia. Série Princípios**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

BELFORT, I. K. P.; AVELAR, M. F. A.; NUNES, J. D. C.; MONTEIRO, S. C. M. Elevação de níveis pressóricos em uma comunidade quilombola. **Rev Bras Prom Saúde**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 1-8, 2017.

BENTES, E. S.; SANTANA, A. C.; HOMMA, A. K. O.; GOMES, S. G. Valoração econômica da jusante da barragem de Tucuruí. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 4, p. 102-110, 2014.

BEZERRA-NETO, J.M. Hitórias urbanas de liberdade: Escravos em fuga na cidade de Belém (1860-1888). **Afroasia**, v28, p.221-260, 2002.

BEZERRA-NETO, J.M. **Escravidão negra na Amazônia: séc. XVII-XIX**. 2ª Ed. Belém: PakaTatu, 2012.

BEZERRA, V. M.; ANDRADE, A. C. D. S.; CESAR, C. C.; CAIAFFA, W. T. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: hipertensão arterial e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1889-1902, 2013.

BEZERRA, V. M.; ANDRADE, A. C. S.; CÉSAR, C. C.; CAIAFFA, W. T. Desconhecimento da hipertensão arterial e seus determinantes em quilombolas do sudoeste da Bahia, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 3, p. 797-807, 2015.

BEZERRA, V. M.; ANDRADE, A. C. S.; MEDEIROS, D. S.; CAIAFFA, W. T. Pré-hipertensão arterial em comunidades quilombolas do sudoeste da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 10, p. 1-14, 2017.

BEZERRA, V. S. O Inajá (Maximiliana maripa (Aubl.) Drude) como fonte alimentar e oleaginosa. Macapá: **Embrapa Amapá-Comunicado Técnico**, 2011.

BICALHO, P. G.; HALLAL, P. C.; GAZZINELLI, A.; KNUTH, A. G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. Atividade física e fatores associados em adultos de área rural em Minas Gerais, Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 44, n. 5, p. 884-93, 2010.

BIDINOTTO, A. B.; D'ÁVILA, O. P.; MARTINS, A. B.; HUGO, F. N.; NEUTZLING, M. B.; BAIRROS, F. S.; HILGERT, J. B. Autopercepção de saúde bucal em comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul: um estudo transversal exploratório. **Rev Bras Epidemiol**, v. 20, n. 1, p. 91-101, 2017.

BIRLEY, M. Water resource development. In: **Health impact assessment: principles and practice**. New York: Eathscan, p. 237-268, 2011.

BOFF, L. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOOP, R. **Cobra Norato**. 28ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

BORDE, E.; HERNANDEZ-ALVAREZ, M.; PORTO, M. F. P. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 841-854, 2015.

BRADLEY, H. **Fractured identities**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRANDÃO, F. C; DA SILVA, L. M. A. Conhecimento ecológico tradicional dos pescadores da Floresta Nacional do Amapá. **Scientific Magazine UAKARI**, v. 4, n. 2, p. 55-66, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18ed. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20.12.96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 371, de 04 de março de 2002**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002a.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher**. 4a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2002**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002c.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003**. Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: Senado Federal, 2003a.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 09.01.03: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”. Brasília: Senado federal, 2003b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 16, de 24 de março de 2004**. Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: Senado, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006**. Dispõe sobre atividades do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Endemias. Brasília: Senado, 2006a.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 750, de 10 de outubro de 2006**. Institui as fichas de cadastro usadas pela Equipe Estratégia saúde da família e Estratégia dos ACS. Brasília: Senado, 2006b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Chamada nutricional quilombola**. Brasília: Senado, 2006c.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Senado, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Secretaria de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas**. Brasília: 2017.

BRASIL. **Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Brasília: Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF), 2013.

BREGUEZ, S. Folkcomunicação: Resistência Cultural na Sociedade Globalizada. Belo Horizonte: **Intercom**, 2004.

BREILH, J.; GRANDA, E. **Investigação de saúde na sociedade: guia pedagógico sobre o novo enfoque do método epidemiológico**. São Paulo, Instituto de Saúde, 1986. 215p.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. Tradução: Luiz Roberto de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP/Hucitec, 1991.

BREILH, J. De la vigilancia convencional al monitoreo participativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 937-951, 2003.

BREILH, J. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación de la vida y de la salud. In: NOGUEIRA, R. P. (org.). **Determinação social da saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, p. 87- 125, 2010.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, v. 31, supl 1, p. 13-27, 2013.

BRYMAN, A. **Quantity and quality in social research**. Londres: Unwin hyman, 1988.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CABRAL-MIRANDA, G.; DATTOLI, V.C.C.; DIAS-LIMA, A. Enteroparasitoses e condições socioeconômicas e sanitárias em uma comunidade quilombola do semiárido baiano. *Revista de Patologia Tropical*, v. 39, n. 1, p. 48-55, 2010.

CALVIMONTES, J. **Etnoconhecimento, uso e conservação do peixe-boi amazônico *Trichechus inunguis* na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, Brasil.** 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Conservação De Recursos Florestais) - Universidade Nacional Agraria La Molina, Lima, Perú, 2009. Disponível em: repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4678/1/Dissertacao_EtnoconhecimentoPeixeboiAmazonico.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

CAMPOS, M.A.A. **Cruzando ecologias com os caçadores do Rio Cuieiras: saberes e estratégias de caça no Baixo Rio Negro, Amazonas.** 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) – Universidade Federal do Amazonas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/11826>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CAMPOS, M.G.; GALLINARI, T.S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. *Revista NERA*, v. 20, n. 35, p. 199-217, 2017.

CÁRCAMO, M.I. **Configuração territorial e problemas de saúde e ambiente em uma periferia metropolitana: o caso do bairro Jardim Gramacho – Duque de Caxias.** 113f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

CARDOSO, A.M.; SANTOS, R.V.; COIMBRA, C.E.A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cad Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1602-1608, 2005.

CARDOSO, E. S.; KREIMER, J. **A Energia que Desenvolve o mundo.** Escelsa Energias do Brasil. História da Energia Elétrica do Brasil. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/cardoso.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CARDOSO, L. G. V.; MELO, A. P. S.; CESAR, C. C. Prevalência do consumo moderado e excessivo de álcool e fatores associados entre residentes de Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 3, p. 809-20, 2015.

CARDOSO, R. L. S. **Vulnerabilidades às DSTs/Aids entre jovens de uma comunidade quilombola do município de Turiaçu-MA.** 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

CARRIL, LFB. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017.

CARVALHO, J.L.; MERONA, A.B. Estudos sobre dois peixes migratórios do baixo Tocantins, antes do fechamento da barragem de Tucuruí. *Revista Amazoniana*, v. 9, n.4, p.595-607, 1986.

CARVALHO, J.J. A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. *In:* CARVALHO, José Jorge de; DÓRIA, Sígla Zambrotti; OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo (orgs.). *O Quilombo de Rio das Rãs: História, Tradições e Lutas*. Salvador: Ceao/EDUFBA, 1996. p. 13-69.

CASCUDO, C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10^o. Ed. São Paulo: Global, 2001.
CASTRO, E.M.R. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. **Cadernos NAEA**, Belém, p.41-70, 1989.

CASTRO, E. M. R. Belo monte e efeito sobre o aumento no desmatamento no Pará e na Amazônia. *In:* MAGALHÃES, S.B.; HERNANDEZ, F.M. (Org). **Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 2009, p. 55-59.

CASTRO, H.M.M. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista da USP**, v. 68, p. 104-111, 2006a.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLANOS, P. L. Sobre el concepto de salud-enfermedad. Descripción y explicación de la situación de salud. **Boletín Epidemiológico**, v. 10, n. 4, p. 1-7, 1990.

CASTELLANOS, P. L. **Sistemas nacionales de vigilancia de la situación de salud segun condiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar**. Washington: Organización Panamericana de la Salud (OPAS/OMS), 1991. 50p.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, Saúde Pública, Situação de Saúde e Condições de Vida: Considerações Conceituais. *In:* BARATA, Rita Barradas (org.). **Condições de Vida e Situações de Saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997. p31-75.

CELESTE, R. K. **Desigualdades socioeconômicas e saúde bucal**. 338f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2009.

CERTEAU, M. O tempo das histórias. *In:* CERTEAU, Michel de. **A invenção cotidiano**. 9^aed. Petrópolis: Ed.Vozes, 2003.

CHOR, D.; LIMA, C. R. A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1586-1594, 2005.

CINTRA, I.H.A; FLEXA, C.E; SILVA, M.B; ARAÚJO, M.V.L.F; SILVA, K.C.; ARAÚJO, A. A pesca no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Amazônia, Brasil. **Rev. Actapesca**, v. 1, n. 1, p. 57-78, 2013.

CIRQUEIRA JÚNIOR, H.; GROSSMANN, S. M. Camargo.; MURTA, N. M. G.; DIAS, J. V. L.; PIRES, H. H. R. Saúde em comunidade quilombola: caracterização ambiental e ocorrência de enteroparasitoses. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 603-612, 2015.

COIMBRA, C.E.A.; SANTOS, R.V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p.125-132, 2000.

COIMBRA, C.E.; SANTOS, R.V.; WELCH, J.R.; CARDOSO, A.M.; SOUZA, M.C.; GARNELO, L.; RASSI, E.; FOLLÉR, M.; HORTA, B.L. The First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results. **BMC Public Health**, 13: 52, 2013.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **II Tribunal Internacional das Águas**. Caso: As Hidrelétricas na Amazônia Brasileira. São Paulo, 1991. 172p.

COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CDSS). **Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais**. Lisboa: OMS, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**: Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens. 2000.

CONCEIÇÃO, A. M.; LIMA, M. S. A. **Contando das cotas – sua significância para uma comunidade remanescente de quilombo**. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Enfermagem) - Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS - CONAQ, 2009. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 set. 2019.

COOKE, R. G. Los habitos alimentarios de los indigenas precolombinos de Panama. **Revista Médica de Panamá**, v. 6, n. 1, p. 65-89, 1981.

CORDEIRO, M. M, MONEGO, E. T, MARTINS, K. A. Overweight in Goiás'quilombola students and food insecurity in their families. **Rev Nutr.**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 405-412, 2014.

CORREA, J.R. **Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local**. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1688>. Acesso em: 2 jul. 2022.

CORRÊA, S.R.M. O Movimento dos Atingidos por Barragens: interpelando o debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, p. 423-467, 2020.

COSTA, A.F. **Quilombos e Povos Tradicionais**. Belo Horizonte, 2010.

COSTA, E.S.; PEREIRA, E.N. Palavra patrimônio: narrativas orais no Assentamento Rose. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 5, n. 14, p. 593-611, 2020.

COSTA, H.S.D.; VICTORA, C.G.O. O que é “um problema de saúde pública”? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 9, n. 1, p. 144-146, 2006.

COSTA, J. N.; ARAUJO, B. V.; FERNANDES, L.M. **Ocorrência de Infecções por Enteroparasitos e Rotavírus de Escolares de uma Comunidade Quilombola, Município de Baião-PA**. 2018. 34 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará, Tucuruí/Pará, 2018. Trabalho não publicado.

COSTA, J. N.; FERNANDES, L. M. **Avaliação das condições habitacionais, sanitárias e as principais doenças nos moradores da vila quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará**. 2021. 63 f. Monografia (Pós-Graduação em Ciências Biológicas Aplicadas à Saúde) – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará, Tucuruí/Pará, 2021. Trabalho não publicado.

COSTA, M. S.; DENADAI, W. Parasitas intestinais e poliparasitismo: doenças negligenciadas em crianças e adolescentes de Comunidades Quilombolas – Estado do Espírito Santo, Brasil. **Perspectivas Médicas**, v. 25, n. 1, p. 5-10, 2014.

COSTA-NETO, E. Restrições e preferências alimentares em comunidades de pescadores do município de Conde, Estado da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 13, n. 2, p. 117-126, 2000.

COSTA, R. **Hidroelétricas de grande escala em ecossistemas amazônicos**: a Volta Grande do Xingu, 2002. *In*: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/energia/Reinaldo%20Correa%20Costa.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

COSTA, W.M.A Geografia Política Clássica. *In*: **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o Território e Poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, cap. 2, p.29-53, 1992.

COUTO, R.C.S. **Hidrelétricas e saúde na Amazônia**. Um Estudo sobre a tendência da malária na área do lago da hidrelétrica de Tucuruí (PA). 127 F. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.

COUTO, R.C.S. Saúde e projetos de desenvolvimento: o caso das hidrelétricas. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 205-215, 1999.

COUTO, R.C.S. Malária: o custo social da hidrelétrica de Tucuruí-PA, Brasil. *In*: COUTO, R.C.S.; CASTRO, E.R.; MARIN, R.E.A. (Org). **Saúde, trabalho e Meio ambiente**: política pública na Amazônia. Belém: NAEA, 2002. p. 107-121.

COUTO, R.C.S; MARIN, R.E.A. **Hidrelétrica Belo Monte: impactos na saúde**. Belém: Editora Amazônica. Bookshelf, 2018. 272p.

COUTO JR, A. S.; OLIVEIRA, D. A. D.; CARDOSO, I. A. G.; AMARAL, J. M.; MEDRADO, M. D. O.; GOBETTI, T. C.; PORTES, A. J. F. Prevalência de ametropias e oftalmopatias no quilombo São José da Serra-Valença-RJ. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 72, p. 400-405, 2013.

COX, K.R. Comment: Redefining ‘territory’ Political Geography. **Quarterly**, v. 10, n. 1, p.5-7, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto** – 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, M. C. **Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradias: saber e história nas favelas da Penha**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. Disponível em: file:///C:/Users/lucia/Downloads/Grotao_Parque_Proletario_Vila_Cruzeiro_e.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

CURVINA, E.J.S. **“Do alagado, ao menos o chapéu”**: deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA). 136 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, 2019.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A.M. O conceito de Espaço na Epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1. 16 n.3, p. 595-617, 2000.

CZERESNIA, D.; O conceito de saúde e a diferença entre a prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DAMAZIO, J.; MEDEIROS, A.; ABREU, J.; MACEIRA, M.; MELO, A.; CIMBLERIS, A.; OLIVEIRA, A.; MILAZZO, M.; SANTOS, M. Análise de Dados de Campanhas de medição de emissões e remoções de gases de efeito estufa em aproveitamentos hidrelétrico no Brasil. **Rev. pesquisa e desenvolvimento da ANEEL**, p. 98-101, 2017.

DIAS, S. **Zoneamento ecológico econômico do Estado do Pará**. Belém: IDESP, v. 1, 1991.

DIEGUES, A.C.S. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 211 p., 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/750>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

DIEGUES, A.C.S. Populações tradicionais e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, J.P.R. et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, A.C.S. **A pesca construindo sociedades: a história ecológica da tainha no Litoral Sudeste-Sul brasileiro**. São Paulo: NUPAUB (USP), 2004.

DRUMMONT, E.; NASCIMENTO, J. **Amazônia: Dinamismo econômico e conservação ambiental**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003. 336p.

ELETRONORTE. **Aproveitamento Hidrelétrico de Tucuruí**: Estudos de Viabilidade, Vol. I--Texto. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Brasília: Irregular pagination, 1974.

ELETRONORTE. **Análise dos dados fluviométricos da bacia do rio Tocantins. Rio de janeiro**: EngevixThemag, nov. v.3, 1979.

ELETRONORTE. Plano 2010: Relatório Geral. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (Dez.1987)**. Centrais Elétricas do Norte do Brasil. Brasília, 1987. 269p.

ELETRONORTE. **Usina Hidrelétrica Tucuruí**: Memória Técnica. Diretoria Técnica (DT), Departamento de Projetos (TPR), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Brasília, 1989. 681p.

ELETRONORTE. **Manual do sistema de gestão ambiental – UHE Tucuruí**. Brasília: Eletronorte; 2010.

ESSER, J. The importance of wild animals for utilization of marginal regions in the tropics and subtropics. **Animal Research and Development**, p. 121-127, 1979.

FABRINI, J. E. Os camponeses e suas diferentes práticas coletivas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 4, p. 21, 2015.

FARIAS, N. L. **As políticas públicas especiais de acesso de quilombolas às universidades: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará**. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: [Dissertação%20Politica%20de%20COTAS%20em%20Umarizal%20-%20NILTON%20LOPES%20DE%20FARIAS%20-%202021.pdf](#). Acesso em: 20 mar. 2022.

FARIAS, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da Saúde no Brasil. **Rev. O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 17, p.31-41, 2009.

FARIAS, R. M.; BORTOLOZZI, A. Território e saúde na geografia de Milton Santos: Teoria e método para o planejamento territorial do sistema único de saúde no Brasil. **Rev. O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 38, p. 291-320, 2016.

FAVACHO, V.B.C.; CÁRDENAS, A.M.C.; PENA, F. P. S.; PENA, J.L.C.; SENA, C.F.; OLIVEIRA, M.A.F. Qualidade de vida e uso abusivo de álcool: relação em moradores da comunidade quilombola Lagoa dos Índios. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v. 15, n. 1, p. 14-22, 2019.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Balbina Dam: Environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia. **Environmental Management**. v. 13, n. 4, p. 401–423, 1989.

FEARNSIDE, P.M; TARDIN, A.T.; MEIRA FILHO, L.G. **Deforestation rate in Brazilian Amazonia**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 1990.

FEARNSIDE, P. M. Hydroelectric dams in the Brazilian Amazonia as sources of 'greenhouse' gases. **Environmental Conservation**. v. 22, n. 1, p. 7–19, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Wood density for estimating forest biomass in Brazilian Amazonia: **Forest Ecology and Management**. 90:59-87, 1997.

FEARNSIDE, P. M. 'Cattle, Deforestation and Development in the Amazon: an Economic, Agronomic and Environmental Perspective' by Merle D. Faminow. **Environmental Conservation**. v.26, n.3, p.238, 1999a.

FEARNSIDE, P. M. Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. **Environmental Management**. v. 24, n.4, p.485-495, 1999b.

FEARNSIDE, P.M. Greenhouse gas emissions from land use change in Brazil's Amazon region. **Advances in Soil Science**, 2000.

FEARNSIDE, P.M. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Management**, v. 27, n. 3, p. 377-396, 2001.

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FEARNSIDE, P.M. Impactos Ambientais da Barragem de Tucuruí: Lições ainda não Aprendidas para o Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia. p. 53-74, 2015. *In: Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras*. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015, 296 p.

FERREIRA, E.P.; FERREIRA, J.T.P; PANTALEÃO, J.F; FERREIRA, Y.P.; ALBUQUERQUE, K.N; FERREIRA, T.C. Abastecimento de Água para consumo humano em comunidades quilombolas no Município de Santana do Mundaú – AL. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 07, n. 06, 2014.

FERREIRA, E.P.; PANTALEÃO, F. S. Saneamento básico em comunidades quilombolas no estado de alagoas. **GEOTemas**, Rio Grande do Norte, v.6, n.2, p.71-82, 2016.

FERREIRA, H.S.; LAMENHA, M.L.D.; XAVIER JÚNIOR, A.F.S.; CAVALCANTE, J.C.; SANTOS, A.M. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 30, n. 1, p. 51- 8, 2011.

FERREIRA, J. N. **Condições de saúde de população negra remanescente de quilombo em Alcântara-MA**. 150f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo. Rio Preto, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-08052015-145912/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FIGUEIREDO, M. C.; BOAZ, C. M. S.; BONACINA, C. M.; FABRICIO, F. K.; SILVA, K. V. C. L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **RFO**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 130-135, 2011.

FIGUEIREDO, N. Presença africana na Amazônia. **Revista Afro-Ásia**, UFBA, Salvador, Nº 12, 1976.

FIGUEIREDO, M.C.; BENVENÚ, B. P.; SILVEIRA, P. P. L.; SILVA, A. M.; SILVA, K. V. C. L. Saúde Bucal e Indicadores Socioeconômicos de Comunidades Quilombolas Rural e Urbana do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Faculdade de Odontologia de Lins/Unimep**, v. 26, n. 2, p. 61-73. jul./dez. 2016.

FIGUEIREDO, R.A.A.; VANZIN, M.M. **Da escravidão à organização sociopolítica: situações emergentes da comunidade quilombola de Umarizal, Baião/Pa.** In: II Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito. Niteroi, 2012.

FIGUEIREDO, R.A.A. **A comida que vem da mata: Aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil).** 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_ma fds/Rodrigo%20Augusto%20Alves%20Figueiredo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FIGUEIREDO, R.A.A.; BARROS, F.B.A Comida que vem da mata: conhecimentos tradicionais e práticas culturais de caçadores na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. **Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 25, n. 2, p. 193-212, 2015.

FIGUEIREDO, R.A.A; BARROS, F.B.A. Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.

FLEURY-TEIXEIRA, P.; BRONZO, C. Determinação social da saúde e política. In: NOGUEIRA, R. P. (Org.). **Determinação social da saúde e reforma sanitária.** Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p. 37-58.

FLEXA, C.E.; SILVA, K.C.A.; CINTRA, I.H.A. Pescadores artesanais à jusante da usina hidrelétrica de tucuruí, amazônia, Brasil. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo. v. 42, n. 1, p. 221–235, 2016.

FOURNIER, A.C.P; PENTEADO, C. L. P. **Eletrificação Rural: desafios para a Universalização da energia elétrica.** Anais do XII Congresso brasileiro de Energia (CBE) – Desafios do Setor Energético Brasileiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/eletrificacao_rural_XII.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREITAS, D. **Escravos e senhores de escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

FREITAS, I.A.; RODRIGUES, I.L.A.; SILVA, I.F.S.; Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Revista cuidarte**, v. 9, n. 2, p. 2187-2000, 2018.

FREITAS, G. F.; ROMARCO, M. L.O Uma análise do programa Luz para Todos do Governo Federal. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 6, n. 2, p. 143–155, 2017.

FRIAS JÚNIOR, C. A. S. **A saúde do trabalhador no Maranhão uma visão atual e proposta de atuação**. 137f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - ENSP/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5279>. Acesso em: 12 jan.2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 02 ago. 2020.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Cloração de Água em Pequenas Comunidades Utilizando o Clorador Simplificado Desenvolvido pela Funasa**. Brasília: MS; 2014.

FUNES, E. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese (doutorado em História) – Curso de Licenciatura em História. São Paulo: USP, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645536>. Acesso em: 12/02/2022.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAÚJO, M. Determinantes sociais da saúde: o “social” em questão. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1173-1182, 2014.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAÚJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, 2017.

GARZON, C.E. **Water Quality in Hydroelectric Projects: Considerations for Planning in Tropical Forest Regions**. Washington: World Bank Technical Paper, n. 20, 1984, 33 p.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. *In*: BAUER, M, W. GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GEGENSTRÖMUNG, L. **Dam construction in Turkey and its impact on economic, cultural and social rights**. Submission to the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights for its 46th Session, 2, 2011.

GERMANO, C. M.; LUCAS, F.C.A.; MARTINS, A.C.C.T.; MOURA, P.H.B.; LOBATO, J.M. Comunidades ribeirinhas e palmeiras no município de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Scientia plena**, v.10, n.11, 2014.

GIANNINI, I.V.; SOUSA, C.I. **Diretrizes para políticas públicas e práticas empresariais para instalação e operação de grandes empreendimentos na Amazônia**. Documento final do grupo de trabalho sobre direitos humanos, com foco em povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombos. Brasília, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/74415532->

Diretrizes-para-politicas-publicas-e-praticas-empresariais-na-instalacao-e-operacao-de-grandes-empresendimentos-em-territorios-na-amazonia.html. Acesso em: 12 jan. 2019.

GILL, S.; GOODSON, I. Métodos de história de vida e narrativa. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Org.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel: pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1992.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Loyola, 2012.

GOLDSMITH, E. ; HILDYARD, N. **The social and environmental effects of large dams**. Volume 1: overview. Wadebridge Ecological Centre, Camelford, Cornwall, 1984.

GOMES, F.S. Para matar a hidra: uma história de quilombos no Rocôncavo Guanabara-século XIX. **Textos históricos**. v.2, n.2, 1994.

GOMES, F.S. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro-século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, F.S. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. **Revista da USP**, São Paulo, n.28, dezembro/fevereiro 1995/96.

GOMES, F.S. **Na fronteirada liberdade: mocambos, fugitivos e escravos na Amazônia colonial**. Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: Secult,1996.

GOMES, F.S. **A hidra e os pântanos: quilombos no Brasil (séc.XVII-XIX)**. Tese (doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997. Disponível em: http://lareferencia.info/vufind/Record/BR_704b05c541aa353310474114586bcddf. Acesso em: 13 jan. 2019.

GOMES, F. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. **História Unisinos**, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006.

GOMES, F.S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed Claro enigma, 2015.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisas qualitativas. In: MINAYO, M. C. S (Org). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, C.; BECKER, B.J.; POL, D. Atividade física e corporeidade e as ciências do esporte: uma trama epistemológica transdisciplinar. In: BECKER, B.J.; GONÇALVES, J. S. **Fronteiras em ciências da atividade física e do esporte**. Porto Alegre: Nova Prova, p. 126-128, 2006.

GONDIM. G.M.M.; MONKEN, M.; ROJAS, L.I.; BARCELLOS, C.; PEITER, P. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.C.; MONKEN, M. (org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 183-203, 2008.

GONZALEZ, D; KILINC, A; WEIDMANN, N. **Renewable Energy Development Hydropower in Norway**. Georg Simon Ohm University of Applied Sciences Nuremberg, 2013.71p.

GOODLAND, R.J.A. **Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, Rio Tocantins, Amazonia, Brazil**. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), Brasília, 1978, 168 p.

GUERRERO, A.F.H, SILVA, D.O, TOLEDO, L.M, GUERRERO, J.C.H, TEIXEIRA P. Mortalidade Infantil em Remanescentes de Quilombos do Município de Santarém – Pará, Brasil. **Saúde Soc**, São Paulo, v.16, n.2, p.103-110, 2007.

GUIMARÃES, R.C.R.; SILVA, H. P. Estado nutricional e crescimento de crianças quilombolas de diferentes comunidades do Estado do Pará. **Amazônica, Rev. de Antrop. (Online)**, v. 7, n. 1, p.186-209, 2015.

GRAF, W. Dam nation: a geographic census of American dams and their large-scale hydrologic impacts. **Rev. Water resources research**, v. 35, n. 4, p. 1305-1311, 1999.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRIFFING, SM; TAUILL, PL; UDHAYAKUMAR, V; SILVA-FLANNERY, L. A historical perspective on malaria control in Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 110, n. 6, p.701-18, 2015.

HAAS, C.M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p 836-863, 2012.

HAAS, L. **Introducing local benefit sharing around large dams in West Africa**: drawing on regional and international experience. Global Water Initiative and International Institute for Environmental and Development. London, 2009.

HALBWACHS, M. **Memorie di Terrasanta**. Trad. de Marta Cardini. Veneza: Ed. Arsenale, 1988. Tradução de: La topographie légendaire des Evangiles en Terre Sainte. 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro.11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALLWASS, G. **Ecologia humana da pesca e mudanças ambientais no Baixo Rio Tocantins, Amazônia Brasileira**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29992>. Acesso em 4 jul. 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, R. Des-caminho e perspectiva do território. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004b.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAMPATÉ BÁ, A. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, J. **História Geral da África – Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: Unesco, 167-212 p., 2010.

HERNANDEZ, F. M. Energia firme versus potência instalada, descrições imprecisas do projeto, áreas impactadas invisibilizadas no EIA. *In*: MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. D. M. (Orgs.). **Painel de especialistas**: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

HESS, C.; RIBEIRO, W.; WIEPRECHT, S. Avaliando a Justiça Ambiental em grandes projetos hidrelétricos: o caso de São Luiz do Tapajós, no Brasil. **Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 37, p. 91-109, 2016.

HESSA, C.; FENRICH, E. Socio-environmental conflicts on hydropower: The São Luiz do Tapajós project in Brazil. **Rev. Environmental Science & Policy**, n. 73, p. 2 -28, 2017.

HINO, K. **Influência da barragem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí nos teores de oxigênio dissolvido a jusante, Rio Tocantins (PA)**. Brasília: ELETRONORTE, 1987.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

IBGE. **Percepção do estado de saúde, estilo de vida e doenças crônicas**. IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IEA. **International Energy Agency. Environmental and health Impacts of electricity generation**. 239p., 2002. Disponível em: <http://www.ieahydro.org/media/b9067994/A%20Comparison%20of%20the%20Environmental%20Impacts%20of%20Hydropower%20with%20those%20of%20Other%20Generation%20Technologies%20.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

IEA. International Energy Agency. **Technology Roadmap Hydropower**. 68p. Paris, 2012.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório das Comunidades Quilombolas tituladas no Brasil até 2018**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria Nº 307, de 22 de novembro de 1995**. Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed4.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.
- INPA. Projeto Tucuruí/ ELETRONORTE. **Rev. Acta amazônica**, v.10, n.2, p.243-244, 1980.
- IORIS, A. A. R. Águas que não correm mais pro mar. **Revista Interações**, v. 9, n. 1, p. 9-17, 2008.
- IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, nº 13. Brasília IPEA. 2007.
- ITERPA. Instituto de Terras do Pará. **Comunidades de remanescente de Quilombos tituladas no Pará até 2018**. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>. Acesso em: 11 set. 2019.
- JACCOUD, L.; OSÓRIO, R., SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Mário Theodoro (org.). Brasília: IPEA, 2008.
- JENSEN, P.D.; ARAUJO, A.L. In: **XIX Seminário Nacional de Grandes Barragens**, 1981.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- JUNK, W. J.; ROBERTSON, B. A.; DARWICH, A. J.; VIEIRA, I. Investigações limnológicas e ictiológicas em Curuá-Una, a primeira represa hidrelétrica na Amazônia Central. **Rev. Acta Amazonica**. v. 11, n. 4, p. 689-716, 1981.
- JUNK, W. J.; MELLO, J.A.S.N. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. p. 367385, 1987. In: G. KOHLHEPP & A. SCHRADER (eds.) **Homem e Natureza na Amazônia**. Tübinger Geographische Studien. Alemanha: Geographisches Institut, Universität Tübingen, 1987. 507 p.
- JURANDIR, Dalcídio. **Três casas e um rio**. Belém: CEJUP, 1994.
- JURAS, A.A.; CINTRA, I.H.A.; LUDOVINO, R.M.R. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará. **Bol. Tec. Cient. Cepnor.**, v. 4, n.1, p. 77-88, 2004.
- KRIEGER, N. Epidemiology and Social Sciences: towards a critical reengagement in the 21st century. **Epidemiol Reviews**, v. 22, n. 1 p, 155-63, 2000.
- LACERDA, R. D. S. **Territorialidade, saúde e meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe**. 2017. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7928>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- LAMARÃO, S.K.M.; ALBERTO, A.A.D.; CARVALHO, A.P.; ASSIS, D.F. OLIVEIRA.A.; MOREIRA, D.C. Prevalência de excesso de peso em adolescentes de escolas quilombolas e

os fatores associados. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 13. n. 81. p.750-758, 2019.

LARAIA, R. B.; MATTA, R. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. Belém: Paz e terra, 1978.

LARCHERT, J.M. **Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural Quilombola do Fojo – BA**. 2013. 220f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2331?show=full>. Acesso em 3 jul. 2022.

LA ROVERE, E.L.; MENDES, F.E, **Tucuruí Hydropower Complex, Brazil**. WCD; 2000.

LAUREL, A.C. La política de salud en los ochenta. **Cuadernos Políticos**, México, n. 23, p. 89-97, 1980.

LAUREL, A.C. A saúde-doença como processo social. *In*: NUNES, E. D. (Org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, p. 133-158, 1983.

LE GOFF, J. Memória. *In*: **História e Memória**, São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

LEAVEL, H., CLARK, E. G. **Medicina Preventiva**. São Paulo, Megraw-Hill, 1976, 744p.

LEES, A.; PERES, C.; FEARNSIDE, P.; SCHNEIDER, M.; ZUANON, J. Hydropower and the future of Amazonian biodiversity. **Rev. Biodiversity and Conservation**, v. 25, n. 3, p. 451-466, 2016.

LEINO, T.; LODENIUS, M. Human hair mercury levels in Tucuruí area, State of Pará, Brazil. **The Science of the Total Environment**, v. 175, p. 119-125, 1995.

LEITE, F. M. B.; FERREIRA, H. S.; BEZERRA, M. K. A.; ASSUNÇÃO, M. L.; HORTA, B. L. Consumo alimentar e estado nutricional de pré-escolares das comunidades remanescentes dos quilombos do estado de Alagoas. **Rev. paul pediatr**, v. 31, n. 4, p. 444-51, 2013.

LEITE, I.B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Rev.Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, R.A.N.; BITTENCOURT, M.M.. Impacto de hidrelétricas sobre a ictiofauna amazônica: O exemplo de Tucuruí. p. 85100, 1991. *In*: A. L. Val, R. FIGUOLO.; E. FELDBERG (eds.) **Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas**. Vol. 1. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, AM. 440 p.

LIMA, K.T.C. **Era uma vez... A Cobra Grande na voz dos pequenos intérpretes cametaenses**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/08/kezya_thalita_cordovil_lima.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

LINARES, O. F. Garden hunting in the American tropics. **Human Ecology**, v. 4, n. 4, p. 331-349, 1976.

LIMBURG, H.; VON-BISCHHOFFSHAUSEN, F. B.; GOMEZ, P.; SILVA, J. C.; FOSTER, A. Review of recent surveys on blindness and visual impairment in Latin America. **British Journal of Ophthalmology**, v. 92, n. 3, p. 315-9, 2008.

LIRA, E. R.; NETO, O. B. R. O território e a identidade quilombola: O caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo. **Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários**, v. 2, n. 2, p. 36-56, 2016.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOPES, C.J.O.; NAHUM, J. S. Um território quilombola Amazônico: estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA). **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 3, p. 152-168, 2015.

LOPES, C.J.O. **O território quilombola de Araquembaua Baião-PA**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017a. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9406>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LOPES, C.J.O. O território quilombola de Araquembaua: titulação, mudanças e permanências. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1 p. 196-213, 2017b.

LOPES, C.J.O. Direito ao território e grandes empreendimentos: lutas e resistências dos povos quilombolas no município de Baião – PA. **Rev. Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 12 p. 84-107, 2018.

LOPES, E.D.S.; PAIXÃO, C.F. Os Cansaços e Golpes da Vida: Os Sentidos do Envelhecimento e Demandas em Saúde entre Idosos do Quilombo Rincão do Couro, Rio Grande do Sul. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, [s.n], p. 85-100, 2019.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, 2005.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.

LOUREIRO, J. J. P. **Meditação devaneiante: entre o rio e a floresta**. UFPA, Belém: ica, n.3, p.126-132. 2016.

MAGALHÃES, S.B. Tucuruí: A relocation policy in context. In: SANTOS, L.A.O.; ANDRADE, L.M.M. (eds.) In: **Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples**. Massachusetts: Cultural Survival, p. 105-114, 1990.

MAGALHÃES, S.B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J.S. et al (Orgs.). In: **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MAGALHÃES FILHO, F.J.C.; PAULO, P.L. Abastecimento de água, esgotamento doméstico e aspectos de saúde em comunidades Quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 103-116, 2017.

MALCHER, M.A.F. **Identidade quilombola e território**. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. p. 399-421, 2009.

MALCHER, M.A.F. **O olhar Geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São José do Guamá, Pará**. 191f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, CE. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30808>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MALTA, D.C.; CAMPOS, M.O.; OLIVEIRA, M.M.; ISER, B.P.M.; BERNAL, R.T.I.; CLARO, R.M.; MONTEIRO, C.A.; SILVA, J.B.; Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos residentes em capitais brasileiras. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. 2015, v. 24, n. 3, p. 373-387, 2013.

MALTA, M. B.; PAPINI, S. J.; CORRENTE, J. E. Avaliação da alimentação de idosos de município paulista: aplicação do Índice de Alimentação Saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 377-384, 2013.

MANYARI, W. V. **Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas**. O caso de Tucuruí, PA. 222 f. Tese (Doutorado de Ciências em Planejamento Energético e Ambiental) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2007. Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Waleska_Valen%C3%A7a_Manyari.pdf. Acesso em: 23 jan.2019.

MARIN, R.E.A Amazônia: o custo ecológico das hidrelétricas. *In*: MAGALHÃES, S.M.; BRITO R.C.; CASTRO, E.R. (Org.) **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ. V. II, 1996.

MARIN, R.E.A.; CASTRO, E.M.R. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2ª edição, Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1998.

MARIN, R.E.A.; CASTRO, E.M.R. Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais: Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos cadernos NAEA**, v.2, n.2, p.73-106, 1999.

MARIN, R.E.A. **Campesinato negro na Ilha de Marajó**: Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará. Belém: UNAMAZ/SEJU/NAEA, 2004.

MARQUES, F.C.; MENASCHE, R.; TONEZER, C.; GENESSINI, A. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. *In*: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 154-176, 2007.

MARTINS, D.F.G; PASCHOARELLI, R.S.L.B. **Impactos ambientais da construção de uma barragem de um reservatório para abastecimento de água na cidade de Caratinga-MG**. 2016. Monografia (Curso de Engenharia Civil) - Instituto Tecnológico de Caratinga, 2016. Disponível em: <http://dspace.doctum.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/628>. Acesso em 3 jul. 2022.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª Ed. São Paulo:

HUCITEC, 1991.

MASLOVA, I. **Tradução comentada de mitos e lendas amazônicas do Nheengatu para o russo**. 207f. Tese (Doutorado em Filosofia e Letras) - Universidade de São Paulo. 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-22022019-175350/publico/2018_IrinaMaslova_VCorr.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

MATOS, H.M. Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. **Revista de Estudos Históricos**, v. 37, p. 167-189, 2006.

MATOS, O. As formas modernas de atraso. **Folha de São Paulo** 27 Set; p. 3, 1999.

MAUÉS, R.H. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia**. Belém: Cejup, 1995.

MAUÉS, R.H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos avançados**, v. 19, p. 259-274, 2005.

MAY, J. M. **The Ecology of Human Disease**. New York: M D Publications, 1958.

MAY, J. M. Medical geography: its methods and objectives. **Social Science and Medicine**, v.11, [s.n], p715-730, 1977.

MAY, J. M. History, definitions and problems of medical geography: a general review. **Social Science and Medicine**, 12D:211-219, 1978.

MEDEIROS, A., MEDEIROS, C. Os raios no imaginário popular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 2, n. 3, 2002.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FASE, v. 1, 215 p., 1989.

MEDEIROS, L. S. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-16, 2021.

MEDEIROS, O. S. **Educação Quilombola - Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará**. 145 f. (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Derivaldo%20M.%20Farias/Downloads/Dissertação_Oberdan_Medeiros_Final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

MELO, D.S. **Comunic-Ação criativa: narrativa, vivência e imagem com danças circulares e tradições dos povos da Amazônia em diálogos**. Belém: Ed. da Autora, 2015. 250p.

MELO, M.F.T.; SILVA, H.P. Doenças crônicas e os determinantes sociais da saúde em comunidades quilombolas do Pará, Amazônia, Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 16, p. 168-189, 2015.

MELO, M.F.T. **As apreensões do universo da caça: Uma etnografia entre os quilombolas do Bairro Alto, Ilha do Marajó/PA**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://ppga.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/disserta%C3%A7%C3%B5es2017/MAIRA%20FERNANDA%20TAVARES%20DE%20MELO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MELLO, J.A.S.N. **Estudos de Ecologia e Controle Ambiental na Região da UHE de Tucuruí**, Relatório Setorial, Sub-Projeto Esquistossomose, Período Julho/Dezembro 1985. Manaus: INPA, 1985.

MENEZES, R.L, BACHION, M.M. Condições visuais autorrelatadas e quedas em idosos institucionalizados. **Rev Bras Oftalmol**, v. 71, n. 1, p. 23-7, 2012.

MERONA, B. Les peuplements de poissons et la pêche dans le Bas Tocantins avant la fermeture du barrage de Tucuruí. **Verh. Internat. Verein. Lomnol.** 22: 2698-2703, 1985.

MERONA, B. Aspectos ecológicos da ictiofauna no baixo Tocantins. **Rev. Acta Amazônica**, Manaus/INPA, v. 16/17, n. único, 1987.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Rio de Janeiro: **Ciência & Saúde Coletiva**. N17, v3. 621-626p. 2012.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, M.C.S.; COSTA, A.P. **Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa qualitativa em ação**. 1ªed. Portugal: Ludomedia, 2019.

MIRANDA, S.A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 369-498, 2012.

MOL, J.; MÉRONAIL, B.; OUBOTER, P.; SAHDEW, S. The fish fauna of Brokopondo Reservoir, Suriname, during 40 years of impoundment. **Rev. Neotropical Ichthyology**. v. 5, n. 3, p. 351-368, 2007.

MONEGO, E.T.; PEIXOTO, M.R.G.; CORDEIRO, M.M.; COSTA, M.R. (In)segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 37-47, 2010.

MONKEN, M.; BARCELLOS C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 898-906. 2005.

MONKEN, M.; PEITER, P.; BARCELLOS, C.; ROJAS, L. I.; NAVARRO, M.; GONDIM, G. M. M.; GRACIE, R. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: CARVALHO, A. et al (Org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MONOSOWSKI, E. Lessons from the tucuruí experience. Water Power and Dam Construction. *In: Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais sobre grandes obras.* p.29-34, 1990.

MOUGEOT, L.J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie: Les premières leçons de Tucuruí, Pará. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 22, n. 3-4, p. 401-417, 1986.

MOUGEOT, L.J.A. **O reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil:** Uma avaliação do programa de reassentamento populacional (1976-85). p.387-404. *In:* KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A. (eds.) **Homem e Natureza na Amazônia.** Tübinger Geographische Studien. Alemanha: Geographisches Institut, Universität Tübingen, 1987, 507p.

MOUGEOT, L.J.A. Future hydroelectric development in Brazilian Amazonia: Towards comprehensive population resettlement. *In:* D. Goodman & A. Hall (eds.) **The Future of Amazonia: Destruction or Sustainable Development?** Reino Unido: MacMillan, 1990, 419p.

MOUGEOT, J.L. **Planejamento Hidroelétrico e Reinstalação de Populações na Amazônia:** Primeiras Lições de Tucuruí. Aubertin C, organizador. Brasília: UnB/ORSTOM; 1998.

MOURA, C. **Rebeliões na senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, P.P.C.; ZANNONE, C. A música dos povos indígenas do Maranhão. **Revista Caderno de Pesquisa**, São Luis, v. 17, n. 3, 2010.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Manual do atingido – Águas para vida não para morte.** Fundação Ford Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, 2005. Disponível em: <https://www.mab.org.br/publicacao/manual-do-atingido/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MÜLLER, A.C. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 1. ed. São Paulo: Editora Itaipu. Binacional, 1995.

MUNIZ, P. **Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios.** Belém: Revista do Conselho Estadual de Cultura, 1973. 700p.

MURRIETA, R.S.S. A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. **Horizontes antropológicos**, v. 7, p. 113-130, 2001.

MURRIETA, R.S.S.; BAKRI, M. S.; ADAMS, C.; OLIVEIRA, P. S. S.; STRUMPF, R. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 123s-133s, 2008.

MUSSI, R.D.F.; TEIXEIRA, E.P.; FIGUEIREDO, A.C.M.G. Problem/joint pain and physical activity of free time in a Quilombo Community in Bahia State, Brazil. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 15, n. 1, p. 68-72, 2016.

MUSSI, R.; ROCHA, S.; ALVES, T. Transtornos mentais comuns em quilombolas baianos, nordeste brasileiro. **Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde – SPPS**. v. 20, n. 3, p. 698-710, 2019.

MUSSI, R.F.F.; PETRÓSK, E. L. Indicadores de obesidade: capacidade preditiva para síndrome metabólica em adultos quilombolas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2471-2480, 2019.

NAHUM, J.S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. Campo Território. **Revista de geografia agrária**, v. 6, n.12, p. 79-103. 2011.

NAHUM, J.S. **Formação territorial e rural da Amazônia**. Projeto de Pesquisa. Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFPA. Belém, 2017.

NARVAI, P. C. Saúde bucal coletiva, bucalidade e antropofagia. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 11, [s.n], p.18-9, 2006.

NARVAI, P.C.; PEDRO, P.F.S. Práticas de saúde pública. *In: Saúde Pública: bases conceituais*. São Paulo: Atheneu, 2008. p.269-297.

NASCIMENTO, E.C.; GUERRA, G.A.D. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 225-241, 2016.

NASCIMENTO, F. S.; SOUSA, F. C.; PINHEIRO, A. O.; OLIVEIRA, F. B. M.; LANDIM, L. A. S. R.; CALDAS, D. R. C Estado sociodemográfico e condição de saúde de crianças remanescentes de quilombo. **ReonFacema**, v. 2, n. 4, p. 279-284, 2016.

NETO, J. D. Vivências e resistências quilombolas contemporâneos: notas sobre a identidade e a territorialidade da comunidade Quartel do Indaiá em Diamantina/MG. **Revista Idealogando**, v. 2, n. 1, p. 5-17, 2018.

NETO, P.A.S.P; CAETANO, L.C. **Plantas Medicinais: do popular ao científico**. Alagoas: Edufal, 2005.

NOGUEIRA, I.C.G. **Segregação socioespacial urbana no entorno de Hidrelétrica: produção do espaço em Tucuruí-Pa**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbana) - Universidade da Amazônia, Belém, 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/segregacao-socioespacial-urbana-no-entorno-de-hidreletrica-producao-do-espao-em-tu>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NOGUEIRA, R.P. Determinantes, determinação e determinismo sociais. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 397-406, 2009.

NOGUEIRA, R.P. **Determinação social da saúde e reforma sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. 200p.

NORTON, B. **Educação e aprendizagem de idiomas: gênero, etnia e mudança educacional**. London: Pearson Education, 2000.

NOSSA, P.N. Linhas de investigação contemporâneas na Geografia da Saúde e a noção holística de Saúde. In: BARCELLOS, C. (Org.) **A Geografia e os contextos dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, EPSJV, 2008.

NUNES, R.D.A.P.; FERNANDES, L.M. **Doenças crônicas e os determinantes sociais de saúde em idosos quilombolas da comunidade de Umarizal Beira- Baião/PA**. 2021. 71 f. Monografia (Pós-Graduação em Ciências Biológicas Aplicadas à Saúde) – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará, Tucuruí/Pará, 2021. Trabalho não publicado.

ODINETZ-COLLART, O. La pêche crevettière de *Macrobrachium amazonicum* (Palaemonidae) dans le Bas-Tocantins, après la fermeture du barrage de Tucuruí (Brésil). **Revue d’Hydrobiologie Tropicale**, v. 20, n.2, p.131-144, 1987.

ODINETZ-COLLART, O. Ecologia e potencial pesqueiro de camarão-canela, *Macrobrachium amazonicum*, na Bacia Amazônica. p. 147-166, 1993. In: E.J.G. Ferreira, SANTOS, G.M.; LEÃO, E.L.M.; OLIVEIRA, L.A. (eds.). **Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia**, Manaus, v. 2, 435p, 1993.

O’DWYER, E. C. **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

OLDROYD, J.; BANERJEE, M.; HEALD, A.; CRUICKSHANK, K. Diabetes and ethnic minorities. **Postgraduate medical journal**, v. 81, n. 958, p. 486-490, 2005.

OLIVEIRA, A.R.S.; SILVA, C. H. Identidade Territorial da Comunidade Remanescente Quilombola de Água Morna de Curiúva-PR: uma análise após 10 anos de certificação. **Rev. O Espaço Geográfico em Análise**, v. 45, n. 1, p. 58-73, 2019.

OLIVEIRA, D. A.; NASCIMENTO, M. G.; SILVA, C. T. X. Situação clínica e epidemiológica da sífilis congênita em Anápolis-Goiás. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, n. 4, 2021.

OLIVEIRA, L.A.B.; CARVALHO, E.S.S.; CARVALHO, L.S., SILVA, J.S.; RIBEIRO, S.B. Condições de trabalho e saúde de populações quilombolas do Recôncavo Baiano. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 9, n. 1, p. 76-87, 2021.

OLIVEIRA, M.D.S.J. **O Imaginário artístico-cultural nas lendas Tocantinense**. 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3181>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, R. M.; VALLA V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.17, p.77-88, 2001.

OLIVEIRA, R.; ALMEIDA, R.; REBELO, G.; RODRIGUES, M.; BARROS, B.; MAGALHÃES, J.; GAVINA, J.; FORLINE, L. **Avaliação Socioambiental da População Humana do Entorno da UHE Curuá-Una-Santarém/PA**. II Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica. p. 621-626. Salvador, 2003.

OLIVEIRA, S.K.M.; PEREIRA, M.M.; GUIMARÃES, A.L.S.; CALDEIRA, A.P. Autopercepção de saúde em quilombolas do norte de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2879-2890, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS/WHO). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**, 1946. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organizacao-Mundialda-Saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude_omswho.html. Acesso em: 5 mar. 2020.

PACHECO, S.S.M. O hábito alimentar enquanto um comportamento culturalmente produzido. *In*: FREITAS, M. C. S; FONTES, G. A; OLIVEIRA, N. (Orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, p. 217-238, 2008.

PADILHA, B. M.; DINIZ, A. SILVA.; FERREIRA, H. S.; TOMIYA, M. T. O.; CABRAL, P. C. Preditores antropométricos de hipertensão arterial sistêmica em mulheres afrodescendentes. **Sci Med**, v. 27, n. 3, p. 1-9, 2017.

PAIM, J.S. Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão e ação. *In*: Barata RB (org). **Condições de vida e situação de saúde: Saúde e movimento**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997.

PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. **Saúde coletiva: teoria e prática** 1.ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014, 720p.

PARÁ. **Constituição Estadual de 1989**. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/228>. Acesso em: 28.02.2020.

PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.5, 1945, 248p.

PAULI, S.; BAIROS, F.S.; NUNES, L.N.; NEUTZLING, M.B. Prevalência autorreferida de hipertensão e fatores associados em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3293-3303, 2019.

PAVLOVSKY, E. **Natural nidity of transmissible diseases**. Moscou, Peace Publishers, 1939.

PEGORARI, M.S.; DIAS, F.A.; SANTOS, N.M.F.; TAVARES, D.M.D.S. Práticas de atividade física no lazer entre idosos de área rural: condições de saúde e qualidade de vida. **Rev EducFis/UEM**, v. 26, n. 2, p. 233-41, 2015.

PENNA, D. S. F. **O Tocantins e o Anapú**: relatório do secretário da província. Rhossard. 1864.

PEÑA, M.; MOLINA, V. **Food-based dietary guidelines and health promotion in Latin America**. Washington: Pan American Health Organization/Institute of Nutrition of Central

America and Panama (INCAP), 1999. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pah-27969>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PEREIRA, F.K. **Painel de Lendas e Mitos da Amazônia**. Belém, 2001.

PEREIRA, R. N.; MUSSI, R. F. F. Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. **Odeere**, v. 5, n. 10, p. 280-303, 2020.

PEZZUTI, J.C.B. **Ecologia e etnoecologia de quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil**. 2003. 149 f. Campinas, Tese (Doutorado em Ecologia) - Universidade de Campinas, São Paulo, 2003.

PICANÇO, M.N.B. **Na roça, na mesa, na vida: uma viagem pelas rotas e desvios da mandioca ao fazer-se coisas de comer, no e além do nordeste paraense**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Universidade do vale do rio dos sinos, São Leopoldo, 2018.

PINHO, L.; DIAS, R.L.; CRUZ, L.M.A.; CRUZ, L. M. A.; VELLOSO, N. A. Condições de saúde de comunidade quilombola no norte de Minas Gerais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 1, p. 1847-1855, 2015.

PINTO, B.C.M. **Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas**. 1999. Dissertação (Mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/S P, São Paulo, 1999.

PINTO, B.C.M. Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 22, 2001.

PINTO, B.C.M. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Paka Tatu: Belém, 2004. 251p.

PINTO, B.C.M. **Parteira, experientes e poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta**. 360 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2004.

PINTO, B.C.M. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico**. Cametá: BCMP Editora, 2007. 177p.

PINTO, B.C.M. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Açai, 2010.

PINTO, E.A.; SOUZAS, R. Etnicidade e saúde da população negra no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n.5, p. 1144-1145, 2002.

PINTO, L.F. **Tucuruí, a barragem da ditadura**. Editora Smith produções gráficas Ltda. Belém, 2011.

PINTO, S.S.R. **Organização Política de trabalhadores rurais e a questão ambiental: um estudo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Baião/PA**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal do Pará.

Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7537673/sandolene-do-sodorro-ramos-pinto>. Acesso em 16 de junho de 2022.

PIOLA, S.F.; VIANNA S.M. **Saúde no Brasil**: algumas questões sobre o sistema único de saúde (SUS). Texto para Discussão, n. 1391, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PORVARI, P. Mercury levels in fish in Tucuruí hydroelectric reservoir and in River Moju in Amazonia, in the state of Pará, Brazil. **Science of the Total Environment**, v. 175, p. 109-117, 1995.

POULAIN, J.; PROENÇA, R. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Rev. Nutr.**, vol.16, n. 3, p.245-256. 2003.

PUTTINI, R.F.; PEREIRA JUNIOR, A.; OLIVEIRA, L. R. Modelos explicativos em saúde coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2010.

PRANDI, R. Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins. **Debates do NER**, v. 1, n. 19, p. 11-28, 2011.

PROENÇA, M.C. **Roteiro de Macunaíma**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

QUEIROZ, A.R.S.; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.6, p.1387-1398, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, S.C. **Baião, a história de um município**. Belém: Valente, 2009.

RAMOS, N.J.M.M. **Caracterização socioepidemiológica em comunidades quilombolas do nordeste do Pará-Amazônia, Brasil**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em estudos antrópicos na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Castanhal-Pa, 2019. Disponível em:
http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13159/1/Dissertacao_CaracterizacaoSocioepidemiologicaComunidades.pdf. Acesso em: 5 fev. 2022.

RAMOS, M.M.P.R. **A importância da educação em comunidades quilombolas do território afro na área de fronteira dos municípios de Baião e Oeiras do Pará**: as relações entre escola, comunidade e cultura afrodescendente. Tese (Doutorado) – Ciências da Educação da Universidade de San Lorenzo/PY - Faculdade de Educação e Humanidades, 2020.

RIBEIRO, G.; MORAIS, F.M.O.; PINHO, L. (In) Segurança alimentar de comunidade quilombola no norte de Minas Gerais. **Cienc Cuid Saude**, v. 14, n. 3, p. 1245-1250, 2015.

RIBEIRO, M.S.; NAHUM, J.S. Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato no município de Baião (PA). **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014.

RICOEUR, P. **Entre mémoire et histoire**. Paris: Project, n 248, 1996.

ROCHA, G. M. A dinâmica territorial da malha político – administrativa municipal da região norte do Brasil (1988 – 2010). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

ROCHA, G.M.; FORTE, R.S.; GONÇALVES, S. Considerações sobre a Federalização e a Gestão compartilhada do território na Amazônia Brasileira. **Revista Franco Brasileira de Geografia**. n.30, 2017.

ROCHA, P.R.; DAVID, H.M.S. Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 1, p.129-135, 2015.

RODRIGUES, J. H. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSA, L.P.; SIGAUD, L.; LA ROVERE, E.; MAGRINI, A. **Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. 184p.

ROSA, L.P. **O Apagão: Por que veio? Como sair dele?** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. 128 p.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

ROSENBERG, D.; MCCULLY, P.; PRINGLE, C. Global-scale environmental effects of hydrological alterations: Introduction. **Rev. BioScience**, v. 50, n. 9, p. 746-751, 2000.

ROSINE, G. D.; ROSINE, I. O.; RIBEIRO, F.; SCHRÖDER, N. T. Prevalência de parasitose intestinal em uma comunidade quilombola do semiárido baiano. **Aletheia**, v. 51, n.1-2, p.97-107, 2018.

SABROZA, P. C. **Concepções de Saúde e Doença**. Rio de Janeiro: EAD, Ensp, 2001.

SABROZA, P. C. **Espaço e Produção de Endemias**. II taller de La Asociación Latinoamericana de Medicina Social, Caracas, 1991.

SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SALLES, V. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 1ªed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SALLES, V. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 2ª ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

SALLES, V. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 3ª Ed. Belém: IAP, 2005.

SAMAJA, J.; COUTINHO, D. **A reprodução social e a saúde: Elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das relações entre saúde e condições de vida**. Salvador: Editora Casa da Qualidade, 2000, 103p.

SANTANA, A.C.; BENTES, E. S, HOMMA, A.K.O.; OLIVEIRA, F.A.; OLIVEIRA, C.M. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. São Paulo: **RESR**, v. 52, n.2, p. 249-266, 2014.

SANTOS, D.B. **Economia madeireira: dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélago do Marajó**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7863>. Acesso em 25 de junho de 2022.

SANTOS, D.M.S.; PRADO, B.S.; OLIVEIRA, C.C.D.C.; SANTOS, M.A.A. Prevalência da Hipertensão Arterial Sistêmica em Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 113, n. 3, p. 383-390, 2019.

SANTOS, E.C.; SCALA, L.C.N.; SILVA, A.C. Prevalência de hipertensão arterial e fatores de risco em remanescentes de quilombos, Mato Grosso, Brasil. **Rev Bras Hipertens**, v. 22, n. 3, p. 100-5, 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. (Texto apresentado na Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15 de março). **GEOgraphia**. Ano. 1 – nº 1, 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. 17ª. Ed. São Paulo: Editora Records, 2001.

SANTOS, M.; DAMÁZIO, J.; ROGÉRIO, J.; AMORIM, M.; MEDEIROS, A.; ABREU, J.; MACEIRA, M.; MELO, A.; ROSA, L. Estimates of GHG emissions by hydroelectric reservoirs: The Brazilian case. **Energy**, 133: 99-107, 2017.

SANTOS, M. **Inventário de emissões de gases de efeito estufa derivadas de hidrelétricas**. 154 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, M.; ROSA, L.; MATVIENKO, B.; SANTOS, E.; ROCHA, C.; SIKAR; SILVA, M.; BENTES Jr, A. Emissões de gases de efeito estufa por reservatórios de hidrelétricas. **Oecologia Brasiliensis**, v.12, n.1, p. 141-154, 2008.

SANTOS, M.; ROSA, L. Centrais Hidrelétricas. *In: Fontes de energia nova e renováveis*. p.179-192. SANTOS, M (Orgs). Rio de Janeiro: Editora LTC, 2013. 216p.

SANTOS, M.A.; NASCIMENTO, J.A.S. A inserção regional de empreendimentos hidrelétricos: uma discussão acerca da tecnologia, o espaço e o meio ambiente. **Cadernos de Geociências**, 14: 29-37, 1995.

SANTOS, J.V.T. **Conflitos sociais agrários**. Relatório de pesquisa. Projeto de cooperação técnica. MEPP-INCRA/FAO, 1998.

SANTOS, R. C. **O processo ritual nas festas da comunidade Kalunga de Teresina de Goiás**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília. Disponível: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16090/1/2_RosireneCampelodosSantos. Acesso em 20 de junho de 2022.

SANTOS, V. C.; BOERY, E. N.; PEREIRA, R.; ROSA, D. O. S.; VILELA, A. B. A.; ANJOS, K. F.; BOERY, R. N. S. O. Condições sócioeconômicas e de saúde associadas à qualidade de vida de idosos quilobolas. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 1–9, 2016.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. *In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, 2006.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org's.). Territórios e Territorialidades: teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SARDINHA, A.H.L.; ARAGÃO, F. B. A.; SILVA, C.M.; RODRIGUES, Z.M.R.; REIS, A. D.; VARGA, I.V.D. Qualidade de vida em idosos quilombolas no nordeste brasileiro. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, v. 22, n. 3, p. 1-10, 2019.

SARUP, M. **Identidade, cultura e o mundo pós-moderno**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SERRANO, R. O. P. **Regeneração e estrutura populacional de *Bertholletia excelsa* H. B. K. em áreas com diferentes históricos de ocupação no vale do Rio Acre (Brasil)**. 59 f.

Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Florestais) – Universidade Federal do Acre - UFAC. Rio Branco, 2005.

SILVA, A. P. Trabalhadores rurais do baixo Tocantins, organização e parcerias com a igreja progressista da prezalía de Cametá (1979-1991). **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 2, p. 56-66, 2014.

SILVA, C.; LIMA, R.; SILVA, J. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari, Amapá-Brasil. **Rev. Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 2, p. 123-140, 2016.

SILVA, D. O.; GUERRERO, A.F.H.; GUERRERO, C.H.; TOLEDO, L.M. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Rev. Nutr**, Campinas, v., p.83-97, 2008.

SILVA, E; REIS, J. J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SILVA, G.F.F.; SARAIVA, L.J.C. Terra, território e territorialidades em Jurussaca. **Revista EDUCAmazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 18, n. 2, p. 179-201, 2017.

SILVA, L. J. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 4, p. 585-593, 1997.

SILVA, J.A.N. Condições Sanitárias e da Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. São Paulo: **Saúde soc**, v.16, n.2, p.111-124, 2007.

SILVA, J.A.N. Condições de moradia e de saúde em três comunidades quilombolas do estado da Paraíba. **Cadernos Imbondeiro**, v. 4, n. 1, p. 59-70, 2015.

SILVA, J.P.V.; BATISTELLA, C.; GOMES, M. L. Problemas, necessidades e situação de saúde: uma revisão de abordagens para a reflexão e ação da equipe de saúde da família. *In*: Fonseca AF, organizadora. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; p. 159-76, 2007.

SILVA, M.G. Reordenamento territorial e transformações socioecológicas e culturais: lições adversas da construção da UHE Tucuruí/PA. **Sentidos da Cultura**, v. 1, n. 17, 2014.

SILVA, O.M.J. **Empreendimentos de geração hidrelétrica na Amazônia**: desmatamento em áreas de uso restrito e gestão de áreas protegidas. Tese (Doutorado em planejamento energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, P. Usinas hidrelétricas do século 21: empreendimentos com restrições à hidroeletricidade. **Rev.Engenharia**, n.619, p.83-90, 2014.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Reflexões sobre o uso do álcool entre jovens quilombolas. **Psicologia & Sociedade**, v, 28, n. 1, p. 84-93, 2016.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV, n. 1, p.04-12, 2011.

SIMÕES, A.; BENASSULY, M. Efeitos socioambientais da hidrelétrica de Tucuruí em Açaizal, Baião-PA: violação de direitos, conflitos e recomposição territorial. Maranhão: **InterEspaço- Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, p. 01-18, 2020.

SOARES, D. A.; BARRETO, S. M. Sobrepeso e obesidade abdominal em adultos quilombolas. **Cad. saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 341-354, 2014.

SOARES, E.G. **Educação escolar quilombola: reafirmação de uma política afirmativa**. In: XI Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFPR - Curitiba/Paraná, 24 a 27 de julho, 2016.

SOARES, D. A.; KOCHERGIN, C. N. Fatores associados à obesidade em idosos quilombolas, Bahia, Brasil. **Rev. APS**, v. 20, n. 2, p. 174 – 184, 2017.

SOLAR, O.; IRWIN, A. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**. Social Determinants of Health. Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: WHO, 2010.

SOUSA, N.R.; CANETE, V.R.; SOUZA, C.L. **Lições não Aprendidas: Hidrelétricas, Atores Sociais, Impactos Socioambientais e a Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia**. In: IV Encontro Nacional da Anppas, Brasília – DF- Brasil, 2008.

SOUSA, J.S. **Saberes tradicionais dos remanescentes de quilombolas da comunidade Umarizal (Baião/PA)**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018. Disponível em: Especialização/TRABALHOS/ESPECIALIZAÇÃO/TCC/ARTIGOS%20PARA%20PESQUI SA/joatan.pdf.). Acesso em: novembro de 2021.

SOUZA, I. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2017.

SOUZA, C. L.; BARROSO, S. M.; GUIMARAES, M. D. C. Oportunidade perdida para diagnóstico oportunista de diabetes mellitus em comunidades quilombolas do sudoeste da Bahia, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v. 19, n. 6, p. 1653-62, 2014.

SUDO, C. Y. **Plano popular de desenvolvimento sustentável a jusante da UHE Tucuruí**. ELETORNORTE, v. 1, p.1-6, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/361>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SOUZA, M. C. M. Abuso de direito sindical. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v.68, n. 3, p. 196-220, 2002.

SOUZA, M.C.; FILHO, J.D.; FERREIRA, J.G.; MENDONÇA, K.C.; OLIVEIRA, R.B. O gênero Genoma willd na Região do Alto Juruá, Extremo Ocidental do Brasil. Goiânia: **Enciclopédia Biosfera**, v.14 n.25; p.961-976, 2017.

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Contested Frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

SCHMIT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Rev. Ambiente & Sociedade**, ano V n. 10, p. 129-136, 2002.

SCLIAR, M. O nascimento da saúde pública. **PHYSIS: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 21, n. 2, p. 87-88, 1988.

SHEEHY A, PANDHI N, COURSIN DB, FLOOD GE, KRAFT SA, JOHNSON HM, SMITH MA. Minority status and diabetes screening in an ambulatory population. **Diabetes Care**, v. 34, n. 6, p. 1289-1294, 2011.

SHEPARD JR, G. H. Hunting in Amazonia. *In*: SELIN, H (Ed.). **Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures** Springer, p. 1-7, 2014.

STOTZ, E. N. **Necessidades de Saúde: mediações de um conceito** – contribuições das ciências sociais para a fundamentação teórico-metodológica de conceitos operacionais da área de planejamento em saúde. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1991.

SZWARCWALD, C. L.; BASTOS, F.I.; ESTEVES, M.A.P.; ANDRADE, C.L.T.; PAEZ, M.S.; MEDICI, E.V.; DERRICO, M. Desigualdade de renda e situação de saúde - o caso do Rio de Janeiro. **Caderno Saúde Pública**, v. 15, p. 15-28, 1999.

TAMBELLINI, A. M. T.; SCHÜTZ, G. E. Contribuição para o debate do CEBES sobre a Determinação Social da saúde: repensando processos sociais, determinações e determinantes da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 371-379, set./dez. 2009.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBOAS, A. L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, v. 7, n. 2, p. 7-28, 1998.

TEIXEIRA, C. F. Modelos de Atenção voltados para a qualidade, efetividade, equidade e necessidades prioritárias de saúde. *In*: TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILLASBÔAS, A. L. (Orgs.) **Promoção e Vigilância da Saúde**. Salvador: ISC, 2002.

TEIXEIRA, C. F.; PINTO, L. L.; VILLASBÔAS, A. L. **O Processo de Trabalho da Vigilância em Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV/ PROFORMAR, 2004.

TEIXEIRA, E. P.; MUSSI, R. F. D. F.; PETROSKI, E. L.; MUNARO, H. L. R.; FIGUEIREDO, A. C. M. G. Problema crônico de coluna/dor nas costas em população quilombolas de região baiana, nordeste brasileiro. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 26, p. 85-90, 2019.

TEIXEIRA, M.G.C. **Energy Policy in Latin America**. Reino Unido: Ashgate Publishing, Aldershot, 1996.

TEIXEIRA, M. L. P.; FREITAS, R. M. V. Acidentes do trabalho rural no interior paulista. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, p. 81-90, 2003.

TILIO, R. C. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009.

TINHORÃO, J. R. **Os sons dos negros no Brasil**: cantos, danças, folguedos, origens. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31-45, 2009.

TUNDISI, J. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n.59, p.109-117, 2007.

TRAVASSOS, C.; VIACAÇA, F.; PINHEIRO, R.; BRITO, A. Utilização dos serviços de saúde no Brasil: Gênero, características familiares e condição social. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 11, p. 365-373, 2002.

TRAVASSOS, C.; WILLIAMS, D. R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 660-678, 2004.

TRECCANI, G.D. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. 22. Ed. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, Programa Raízes, 2006.

UNGLERT, C.V.S. Territorialização em Sistemas de Saúde. *In*: MENDES, E. V (Org.). **Distritos Sanitários**: processo social de mudança nas práticas sanitárias para o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1993.

UNGLERT, C.V.S. **Territorialização em saúde**: a conquista do espaço local enquanto prática do planejamento ascendente. Tese (Doutorado em livre docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. O território: Diferentes Abordagens e conceitos chaves para compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, p. 11-26, 2005.

VARGAS, M. A.; RODRIGUES, M. L. V. Perfil da demanda em um serviço de Oftalmologia de atenção primária. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 69, p. 77-83, 2010.

VELHO, G. O. **A luta pela Terra. Frentes de expansão e Estrutura Agrária**: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELTHEM, L. H. V. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **Revista de Antropologia**, v. 50, n. 2, p. 606-631, 2007.

VIDAL, I.; SOUZA, C.I. Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos Povos Indígenas, Populações Tradicionais e Quilombolas. *In*: Grandes Obras na Amazônia: Aprendizados e Diretrizes. FGV/IFC, 2016. 7p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18597>. Acesso em: 5 set. 2019.

VIEIRA, V. K.; LAZAROTTO, A. K.; ANTES, D. C.; SILVA, J. C.; MOTTER, N. S.; TELÓ, V. L. B.; TRECO, I. C.; LUCIO, L. C. Prevalência e preditores do excesso de peso e

do risco cardiovascular em mulheres quilombola de Palmas, PR. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba v. 5, n. 12, p. 32277- 32299, 2019.

VIEIRA JUNIOR, I. R. Quando a memória é patrimônio: a expressão da territorialidade por comunidades quilombolas. **Geografia em Questão**, v. 8, n. 1, 2015.

VIRGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A.N. **A presença africana na Amazônia Colonial**: uma notícia histórica. 1ed. Belém, p.280, 1990.

VIRGOLINO-HENRY A.; SILVA, C. **Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia**. Belém, Museu Paraense E. Goeldi, 1968.

VIRGOLINO-HENRY A.; SILVA, C. **O negro no Pará**: a noticia histórica. Antologia da Cultura Amazônica. 1ed. Belém, Ed. Culturais, v. 6, 1971.

VOEKS, R. A. As mulheres são reservatórios de conhecimento tradicional das plantas? Gênero, etnobotânica e globalização no Nordeste do Brasil. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 28, n. 1, p. 7-20, 2007.

VOLOCHKO, A.; VIDAL, N. P. Desigualdades raciais na saúde: mortalidade nas regiões de saúde paulistas. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 12, n. 2, p. 143-153, 2010.

VON SPERLING, E. Hydropower in Brazil: overview of positive and negative environmental aspects. **Energy Procedia**. n. 18, p. 110-118, 2012.

WANZELER, J. B. **Educação em movimento, Trabalhadores rurais em formação: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90)**. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/169-2014>. Acesso em: 20 mar. 2022.

WEEKS, J. O valor da diferença. *In*: RUTHERFORD, J. (Ed.). **Identidade**: comunidade, cultura, diferença. London: Lawrence & Wishart, p. 88-100. 1990.

WILLIAMS, D. R.; JACKSON, P. B. Social sources of racial disparities in health. **Health Affairs**, Bethesda, v. 24, n. 2, p. 325-334, 2005.

WOLFF, C.S. **Mulheres da floresta**: uma história do Alto Juruá - Acre (1980-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

WCD. World Commission on Dams. **Dams and Development**: A New Framework for Decision Making. London: Earthscan, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; MOTA, L. **Deslocamentos múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares**. *In*: XXXI Internacional Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM MEMBROS MAIS ANTIGOS E LIDERANÇAS SOBRE OS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE UMARIZAL/BAIÃO-PA, COM ÊNFASE NOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DA UHE TUCURUÍ

Data: ___/___/___ Período de início: _____ Entrevista nº _____

End: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: Masc () Fem ()

Local de nascimento: Estado/cidade _____ / _____

Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () União estável

III. QUESTIONAMENTOS

- 1- Há quanto tempo reside em Umarizal?
- 2- Porque a comunidade tem este nome?
- 3- Qual a diferença entre Umarizal Centro e Beira?
- 4- Você sabe como se formou a comunidade?
- 5- Quem foram os primeiros a chegar aqui?
- 6- Existiam indígenas no território? Quais etnias? Houve conflitos com eles?
- 7- Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas no território no momento da sua formação?
- 8- Houve mudanças com o tempo?
- 9- Você pode falar um pouco sobre a construção da estrada transcametá e como ela impactou na vida de vcs?
- 10- E com a instalação da UHE Tucuruí, o que mudou na atividade econômica?
- 11- Quais impactos socioambientais você identificou à época da instalação da UHE? E hj, o que mudou? Recorreu a algum órgão ou representante legal para uma possível compensação por perda material em função da construção da UHE de Tucuruí?
- 12- Como a construção da UHE de Tucuruí afetou a saúde de vocês? Quais foram na época às formas/opções que vocês encontram para enfrentar este problema?
- 13- Vocês poderiam falar um pouco do lugar onde vocês moram?
- 14- Quando se formou a Associação quilombola da vila? Quem são as lideranças?
- 15- Como foi o processo de certificação junto a Fundação Palmares? E a titulação? O que mudou a partir destas conquistas?
- 16- O que é saúde pra você?
- 17- Na sua opinião, quais os principais problemas de saúde na comunidade? E as demandas?
- 18- Não tenho mais perguntas. Vocês gostariam de falar ainda sobre algum assunto que não conversamos?

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE.

Data: ___/___/___ Período de início: _____ Entrevista nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: Masc () Fem ()

Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () União estável

Qual sua categoria profissional? () Auxiliar de enfermagem () Técnico de enfermagem ()

Enfermeiro () Fisioterapeuta () Médico () Outro _____

II. CONDIÇÕES DE SAÚDE

1- Qual o número de famílias atendidas?

2-Quais os tipos de atendimento e serviços oferecidos na unidade de saúde?

3-Como são tratados os serviços de alta complexidade? Para onde os pacientes são encaminhados (fluxos)?

5-Como você avalia os serviços de saúde prestados? Alguma sugestão de melhoria?

4-Quais as principais doenças e agravos registrados?

7-Como é o atendimento às famílias?

8-Em que condições ocorrem os atendimentos?

9-Como é a marcação de consultas e exames no posto de saúde?

10-Quais são as ações de saúde desenvolvidas na comunidade quilombola?

11-Como você avalia a saúde na comunidade de Umarizal Beira?

12-De acordo com os dados disponíveis na unidade de saúde, quais foram as principais causas de mortalidade nesses últimos anos entre a população?

13- Quais as doenças mais comuns na comunidade de vocês?

14- Quais as doenças exigem mais atenção dos profissionais de saúde?

15 – O que é saúde pra você?

16- Na sua opinião, quais os principais problemas de saúde na comunidade? E as demandas?

17- Não tenho mais perguntas. Vocês gostariam de falar ainda sobre algum assunto que não conversamos?

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES JOVENS
SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE.

Data: ___/___/___ Período de início:_____ Entrevista nº _____

End: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: Masc () Fem ()

Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () União estável

Grau de Instrução e ocupação

() Analfabeto/ nunca frequentou a escola

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Ensino Superior Incompleto

Formação profissional: _____ Ocupação: _____

Há quanto tempo você mora na comunidade de Umarizal? _____

Onde você viveu antes de vim morar em Umarizal? E por quanto tempo _____

É praticante de alguma religião? (Qual)? _____

II CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE

II A. INFORMAÇÕES RELACIONADAS Á BIOLOGIA HUMANA.

Antecedentes familiares

Pai vivo ()	Morto ()	Causa da morte:
Mae viva ()	Morta ()	Causa da morte:
Irmãos vivos ()	Mortos ()	Causa (s) da morte:
Nº de filhos vivos ()	Mortos ()	Causa (s) da morte:

Alguma vez você ou alguém de sua família já teve alguma dessas doenças?

Parentesco	Entrevistado			Pai			Mãe			Irmãos			Outros
	S	N	NS	S	N	NS	S	N	NS	S	N	NS	
Doença													
Pressão alta (hipertensão)													
Diabetes													
Problema cardíaco													
Derrame cerebral (AVC)													
Doenças respiratórias													
Artrite/artrose/ reumatismo													
Tumor benigno													
Tumor maligno													
Hepatite													
Tuberculose													
Malária													
Dengue													
Diarreia													
DST' s													
Osteoporose													
Glaucoma/Catarata													
Outras doenças													

Legenda: S= Sim; N= Não; NS= Não Sabe.

Como você considera a sua saúde?

Muito boa	Boa	Regular	Ruim

Por quê? _____

II B. INFORMAÇÕES SOBRE AMBIENTE SOCIAL E FÍSICO.

- AMBIENTE SOCIAL

Quantas pessoas moram no domicílio? _____

Quantas pessoas contribuem com a renda familiar? _____

Qual a renda familiar em salários mínimos?

- () Menos de um salario mínimo
 () 1 a 2 salários mínimos
 () 3 a 4 salários mínimos
 () mais de 5 salários mínimos

- AMBIENTE FÍSICO – HABITAÇÃO E MORADIA

Tipo de construção	Tipo de cobertura
Taipa revestida	Telha de barro
Taipa não revestida	Telha de amianto
Madeira	Palha
Alvenaria	Outro:
Nº de Cômodos	Energia Elétrica
Abastecimento de água utilizado pela residência	Tratamento de água utilizado para consumo no domicílio
Rede geral	Filtrada
Poço	Fervida
Nascente	Cloração
Outro	Sem tratamento
	Outros:
Qual o sistema de esgoto	Como é feito o manejo e destinação do lixo
Fossa	Coleta pública
Céu aberto	Queimação
Coleta	Enterrado
Outro:	A céu aberto
	Outros:

1. Quantas escolas tem na vila? Igrejas? Posto de saúde? Posto policial?
2. Quais as principais atividades econômicas que vc identifica na vila?

II C. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO ESTILO E VIDA.**Práticas de atividade física**

1. Tendo em conta os fatores idade, peso e género, como avalia a sua atual condição física?

() Muito boa () Boa () Razoável () Ruim

2. Por quê? _____

3. Você pratica alguma atividade física? () Sim () Não

4. Quais atividades diárias você comumente realiza? _____

Consumo de bebidas alcoólicas

5. Faz uso de bebidas alcoólicas? () Sim () Não

Tipo de bebida? data de início? Quantidade? Frequência?

6. Foi consumidor de bebida alcoólica anteriormente? () Sim () Não

Qual o tipo de bebida? Por quanto tempo fez uso? Há quanto tempo parou? Quais os motivos da desistência?

Uso de cigarro

7. Atualmente é fumante? () Sim () Não

8. Com que idade começou a fumar?

Tipo de fumo? Há quanto tempo fuma? Quantidade de cigarros por dia?

9. Você já fumou alguma vez? () Sim () Não

Tipo de fumo? Há quanto tempo parou? Motivo da desistência? Por quanto tempo fumou?

Alimentação

10. Quantas refeições diárias você faz habitualmente?

11. Quais? () Café da manhã () lanche () almoço () lanche () jantar () ceia

12. Você consome verduras, legumes e frutas diariamente?

Estresse

13. Alguém já lhe disse que você é estressado, muito preocupada ou nervosa? () Sim () Não

14. Quais as situações que mais lhe provoca estresse?

15. Como classifica o nível de estresse a que, em geral, está sujeito na sua vida diária, casa e no local de trabalho?

() Muito baixo () Baixo () Razoável () Elevado () Muito elevado

16. Comparado com os últimos doze meses, o nível de estresse a que hoje está sujeito em casa e no trabalho, aumentou, diminuiu ou manteve-se?

() Aumentou muito Aumentou () Manteve-se () Diminuiu () Diminuiu muito

Lazer

17. Você realiza alguma atividade de lazer? () Sim () Não . Se sim, qual?

18. Quantas vezes por semana você realiza essas atividades?

19. Quais os principais espaços de lazer na comunidade? E atividades realizadas pela maioria?

Cultura

20. Quais as religiões que você identifica na comunidade?

21. Algum festejo durante o ano? Qual? Em homenagem a que santo?

II D. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**Utilização dos serviços de saúde**

22. Você utiliza algum serviço de saúde? () Sim () Não Qual? _____

23. Com que frequência?

() Regularmente para prevenir doença

() Regularmente quando necessito de tratamento médico

() Somente em casos de urgência

() Outro. Especificar _____

24. Vocês costumam visitar esses serviços?

25. Quais os motivos que te levam a procurar os serviços (unidades ou estabelecimentos) de saúde?

26. Como é o contato com o médico, enfermeiro e outros profissionais da saúde durante o atendimento?

27. Você recebe as visitas em domicílio de agentes comunitários de saúde? Se sim, com que frequência?

28. Quais as doenças resolvidas na própria comunidade?

29. Já fez uso de plantas medicinais ou práticas religiosas para lidar com a doença? Conte-nos como foi?

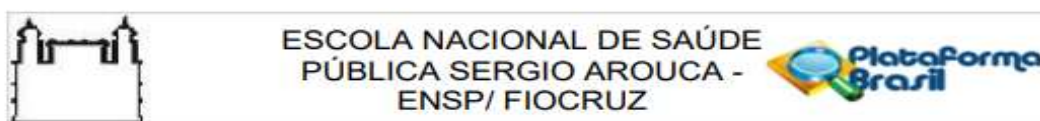
30. Qual o local para a obtenção de medicamentos?

31. O que é saúde pra você?

32. Na sua opinião, quais os principais problemas de saúde na comunidade? E as demandas?

33. Não tenho mais perguntas. Vocês gostariam de falar ainda sobre algum assunto que não conversamos?

APÊNDICE E - APROVAÇÃO PARECER CEP ENSP/FIOCRUZ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Condições de Vida e Situação de Saúde no Território Quilombola de Umarizal Beira, Baião, Pará.

Pesquisador: LUCIANA MENDES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 42293120.0.0000.5240

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.702.388

Apresentação do Projeto:

Este parecer refere-se a análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/ENSP no parecer consubstanciado número 4.619.692, emitido em 29/03/2021.

A apresentação do projeto está descrita no primeiro parecer consubstanciado.

"Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com ênfase em um estudo de caso na comunidade quilombola de Umarizal Beira, município de Baião-Pará. Para coleta de dados serão utilizados os seguintes instrumentos: revisão da literatura nas bases de dados on-line/portais Pubmed/Medline, Scielo, LILACS e Google acadêmico, para discutir criticamente os estudos científicos já realizados no campo da Saúde Pública e da Geografia sobre Condições de Vida e Saúde de Comunidades Quilombolas no Brasil, com ênfase em território quilombolas da Amazônia Paraense; documentos disponíveis na Associação das comunidades remanescentes de quilombos Umarizal Centro (ACORQBU), na Prefeitura Municipal de Baião, e na Unidade Básica de Saúde da comunidade quilombola Umarizal para adensar os dados sobre o tema; busca de dados secundários utilizando o

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sites do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e Fundação Cultural Palmares (FCP); observação participante para o registro das informações sobre o ambiente físico, o espaço, condições sanitárias, habitacionais, entre outros; entrevistas em profundidade com membros de famílias mais antigas e lideranças da comunidade

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 10 de Maio de 2021

Assinado por:
Jennifer Braathen Saigueiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Lideranças Comunitárias

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**”, desenvolvida por Luciana Mendes Fernandes, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Daniele Moraes (FIOCRUZ), e co-orientação da Professora Dra Rosely Magalhães (FIOCRUZ), atendendo aos critérios da Resolução 466/2012 e 510/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser uma liderança dentro da comunidade, com participação ativa na mesma e provavelmente conhecedor de vários aspectos da gestão da vila (políticos, econômicos, sociais, de infraestrutura e habitação, sanitários, etc), desde o funcionamento das escolas, igrejas e da Associação Quilombola ACORQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão). Ainda, por ser residente da comunidade há muito anos, será capaz também de responder questões relativas à história de formação da mesma.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não colaborar com a pesquisa, bem como se retirar dela a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira por causa de sua desistência. Contudo, sua participação é muito importante para a pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa, você responderá perguntas em um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. Durante a entrevista a pesquisadora lerá as perguntas e explicará, quando necessário. A mesma será gravada em áudio, se você autorizar. Caso não aceite a gravação, a entrevista não será realizada. Toda entrevista será realizada em um único encontro, com duração entre 60 minutos a 120 minutos. Caso, em algum momento da entrevista, você deseje interromper a gravação, basta solicitar à pesquisadora e sua solicitação será atendida. É importante lembrar que as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, bem como orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.

Esclarecemos que não haverá despesas/custos para os participantes da pesquisa e, caso ocorra algum dano, comprovadamente decorrente do presente estudo, você terá direito a solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os riscos em pesquisas que fazem uso de entrevistas geralmente estão associados à possíveis desconfortos e constrangimentos. Estes constrangimentos podem ocorrer pois algumas perguntas serão realizadas com o objetivo de resgatar a sua memória de fatos passados ou provocar uma reflexão acerca de situações difíceis de sua condição de vida e saúde, que podem lhe causar alguma comoção. Além disso, pode haver algum constrangimento profissional, dada a sua participação como informante na pesquisa.

Estes riscos serão minimizados da seguinte forma: haverá o esclarecimento prévio sobre os mesmos, ainda assim, caso ocorra algum desconforto, a entrevista será interrompida. Após o seu restabelecimento, ficará a seu critério continuar imediatamente a entrevista, ou continuar em outro momento oportuno, ou ainda, interrompê-la definitivamente, com a finalidade de evitar/ minimizar o dano emocional que esta entrevista possa lhe causar. Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas por você: para garantir sua privacidade, a entrevista será realizada em ambiente reservado ou em sua casa, onde achar mais apropriado, só com a sua presença e da pesquisadora. Para preservar sua identidade, você será identificado por meio de um código ou registro numérico nos questionários, bem como seu nome será substituído por um fictício, caso seja necessário, durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Reforça-se que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa são indiretos, sobretudo para a coletividade, contribuindo para a descrição e construção das condições de vida e saúde, assim como os principais problemas e necessidades em saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira, o que poderá subsidiar a prefeitura do Município de Baião de informações para planejamento, ações e políticas públicas voltadas para o bem-estar geral das condições de vida e saúde desta comunidade.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados por meio de relatório à Secretaria Municipal de Saúde de Baião/PA, bem como por meio de palestras dirigidas ao público participante (moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, etc). Além disso, os dados serão divulgados em artigos de revistas, eventos científicos e na tese. Este termo está redigido em duas vias, que será assinada pela pesquisadora, e você receberá uma via do termo com a assinatura. Ademais, todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, sendo a última página assinada por ambos.

Sempre que achar necessário, você pode fazer perguntas a respeito da pesquisa. Caso queira mais esclarecimentos sobre a mesma ou surgir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora através dos meios de contato explicitados no final deste termo de consentimento, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos

direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Baião, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br



APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Membros de famílias mais antigas

Este termo pode conter palavras que o (a) senhor (a) não entenda. Caso isso aconteça, peça a pesquisadora que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Prezado (a) senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**”, desenvolvida por Luciana Mendes Fernandes, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Daniele Moraes (FIOCRUZ), e co-orientação da Professora Dra Rosely Magalhães (FIOCRUZ), atendendo aos critérios da Resolução 466/2012 e 510/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

O convite a sua participação se deve ao fato do (a) senhor (a) ser membro de uma das famílias mais antigas na comunidade, com tempo mínimo de residência na mesma de 35 anos e provavelmente conhece como se deu a formação da Vila de Umarizal Beira. Além disso, deve recordar a época de instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, os diferentes problemas socioambientais decorrentes de sua construção e operação, bem como eles afetaram nas condições de vida e saúde da sua comunidade.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória e o (a) senhor (a) tem plena autonomia para decidir se quer ou não colaborar com a pesquisa, bem como se retirar dela a qualquer momento. O Sr (a) não será penalizado de nenhuma maneira por causa de sua desistência. Contudo, sua participação é muito importante para a pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa, responderá perguntas em um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. Durante a entrevista a pesquisadora lerá as perguntas e explicará, quando necessário. A mesma será gravada em áudio, se o (a) Sr (a) autorizar. Caso não aceite a gravação, a entrevista não será realizada. Toda entrevista será realizada em um único encontro, com duração entre 60 minutos a 120 minutos. Caso, em algum momento da entrevista, o (a) senhor (a) deseje interromper a gravação, basta solicitar à pesquisadora e sua solicitação será atendida. É importante lembrar que as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, bem como orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.

Esclarecemos que não haverá despesas/custos para os participantes da pesquisa e, caso ocorra algum dano, comprovadamente decorrente do presente estudo, o (a) Sr (a) terá direito à

solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os riscos em pesquisas que fazem uso de entrevistas geralmente estão associados à possíveis desconfortos e constrangimentos. Estes constrangimentos podem ocorrer pois algumas perguntas serão realizadas com o objetivo de resgatar a sua memória de fatos passados ou provocar uma reflexão acerca de situações difíceis de sua condição de vida e saúde, que podem lhe causar alguma comoção.

Estes riscos serão minimizados da seguinte forma: haverá o esclarecimento prévio sobre os mesmos, ainda assim, caso ocorra algum desconforto, a entrevista será interrompida. Após o seu restabelecimento, ficará a critério do (a) Sr (a) continuar imediatamente a entrevista, ou continuar em outro momento oportuno, ou ainda, interrompê-la definitivamente, com a finalidade de evitar/ minimizar o dano emocional que esta entrevista possa lhe causar. Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas pelo (a) Sr (a): para garantir sua privacidade, a entrevista será realizada em ambiente reservado ou em sua casa, onde achar mais apropriado, só com a sua presença e da pesquisadora. Para preservar sua identidade, o (a) Sr (a) será identificado por meio de um código ou registro numérico nos questionários, bem como seu nome será substituído por um fictício, caso seja necessário, durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Reforça-se que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa são indiretos, sobretudo para a coletividade, contribuindo para a descrição e construção das condições de vida e saúde, assim como os principais problemas e necessidades em saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira, o que poderá subsidiar a prefeitura do Município de Baião de informações para planejamento, ações e políticas públicas voltadas para o bem-estar geral das condições de vida e saúde desta comunidade.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados por meio de relatório à Secretaria Municipal de Saúde de Baião/PA, bem como por meio de palestras dirigidas ao público participante (moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, etc). Além disso, os dados serão divulgados em artigos de revistas, eventos científicos e na tese. Este termo está redigido em duas vias, que será assinada pela pesquisadora, e o (a) Sr (a) receberá uma via do termo com a assinatura. Ademais, todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, sendo a última página assinada por ambos.

O (a) Sr (a) pode fazer perguntas a respeito da pesquisa, sempre que achar necessário. Caso queira mais esclarecimentos sobre a mesma ou surgir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora através dos meios de contato explicitados no final deste termo de consentimento, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Baião, ____ de _____ de 2021.



Assinatura do participante da pesquisa

Digital

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br



APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Moradores Adultos e Jovens

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**”, desenvolvida por Luciana Mendes Fernandes, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Daniele Moraes (FIOCRUZ), e co-orientação da Professora Dra Rosely Magalhães (FIOCRUZ), atendendo aos critérios da Resolução 466/2012 e 510/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser jovem ou adulto, ter residência permanente na comunidade, conhecimento sobre as necessidades e problemas sociais e de saúde, bem como as estratégias para enfrentamento dos mesmos. Você poderá ainda contribuir com informações sobre as condições do ambiente físico e social, atividade econômica, condições de moradia, religiosidade, aspectos sanitários, tipos de serviços de saúde disponíveis e condições de acesso, bem como as principais enfermidades e seus agravos em Umarizal Beira.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não colaborar com a pesquisa, bem como se retirar dela a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira por causa de sua desistência. Contudo, sua participação é muito importante para a pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa, responderá perguntas em um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. Durante a entrevista a pesquisadora lerá as perguntas e explicará, quando necessário. A mesma será gravada em áudio, se você autorizar. Caso não aceite a gravação, a entrevista não será realizada. Toda entrevista será realizada em um único encontro, com duração entre 60 minutos a 120 minutos. Caso, em algum momento da entrevista, você deseje interromper a gravação, basta solicitar à pesquisadora e sua solicitação será atendida. É importante lembrar que as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, bem como orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.

Esclarecemos que não haverá despesas/custos para os participantes da pesquisa e, caso ocorra algum dano, comprovadamente decorrente do presente estudo, você terá direito a

solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os riscos em pesquisas que fazem uso de entrevistas geralmente estão associados à possíveis desconfortos e constrangimentos. Estes constrangimentos podem ocorrer pois algumas perguntas serão realizadas com o objetivo de resgatar a sua memória de fatos passados ou provocar uma reflexão acerca de situações difíceis de sua condição de vida e saúde, que podem lhe causar alguma comoção. Além disso, pode haver algum constrangimento profissional, dada a sua participação como informante na pesquisa.

Estes riscos serão minimizados da seguinte forma: haverá o esclarecimento prévio sobre os mesmos, ainda assim, caso ocorra algum desconforto, a entrevista será interrompida. Após o seu restabelecimento, ficará a critério de você continuar imediatamente a entrevista, ou continuar em outro momento oportuno, ou ainda, interrompê-la definitivamente, com a finalidade de evitar/ minimizar o dano emocional que esta entrevista possa lhe causar. Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas por você: para garantir sua privacidade, a entrevista será realizada em ambiente reservado ou em sua casa, onde achar mais apropriado, só com a sua presença e da pesquisadora. Para preservar sua identidade, você será identificado por meio de um código ou registro numérico nos questionários, bem como seu nome será substituído por um fictício, caso seja necessário, durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Reforça-se que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa são indiretos, sobretudo para a coletividade, contribuindo para a descrição e construção das condições de vida e saúde, assim como os principais problemas e necessidades em saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira, o que poderá subsidiar a prefeitura do Município de Baião de informações para planejamento, ações e políticas públicas voltadas para o bem-estar geral das condições de vida e saúde desta comunidade.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados por meio de relatório à Secretaria Municipal de Saúde de Baião/PA, bem como por meio de palestras dirigidas ao público participante (moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, etc). Além disso, os dados serão divulgados em artigos de revistas, eventos científicos e na tese. Este termo está redigido em duas vias, que será assinada pela pesquisadora, e você receberá uma via do termo com a assinatura. Ademais, todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, sendo a última página assinada por ambos.

Sempre que achar necessário, você pode fazer perguntas a respeito da pesquisa. Caso queira mais esclarecimentos sobre a mesma ou surgir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora através dos meios de contato explicitados no final deste termo de consentimento, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Baião, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br



APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Profissionais de Saúde

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**”, desenvolvida por Luciana Mendes Fernandes, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Daniele Moraes (FIOCRUZ), e co-orientação da Professora Dra Rosely Magalhães (FIOCRUZ), atendendo aos critérios da Resolução 466/2012 e 510/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser profissional da saúde na Vila de Umarizal, com tempo de serviço mínimo de 3 anos, nível técnico (agente comunitário de saúde - ACS ou técnico de enfermagem), nível superior (médico ou enfermeira), bem como possuir conhecimento sobre as necessidades e problemas sociais e de saúde, e as estratégias para enfrentamento dos mesmos. Você poderá ainda contribuir com informações sobre tipos de serviços de saúde disponíveis e condições de acesso, além das principais enfermidades e seus agravos em Umarizal Beira.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não colaborar com a pesquisa, bem como se retirar dela a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira por causa de sua desistência. Contudo, sua participação é muito importante para a pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa, responderá perguntas em um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. Durante a entrevista a pesquisadora lerá as perguntas e explicará, quando necessário. A mesma será gravada em áudio, se você autorizar. Caso não aceite a gravação, a entrevista não será realizada. Toda entrevista será realizada em um único encontro, com duração entre 60 minutos a 120 minutos. Caso, em algum momento da entrevista, você deseje interromper a gravação, basta solicitar à pesquisadora e sua solicitação será atendida. É importante lembrar que as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, bem como orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.

Esclarecemos que não haverá despesas/custos para os participantes da pesquisa e, caso ocorra algum dano, comprovadamente decorrente do presente estudo, você terá direito a solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os riscos em pesquisas que fazem uso de entrevistas geralmente estão associados à possíveis desconfortos e constrangimentos. Estes constrangimentos podem ocorrer pois algumas perguntas serão realizadas com o objetivo de resgatar a sua memória de fatos passados ou provocar uma reflexão acerca de situações difíceis de sua condição de vida e saúde, que podem lhe causar alguma comoção. Além disso, pode haver algum constrangimento profissional, dada a sua participação como informante na pesquisa.

Estes riscos serão minimizados da seguinte forma: haverá o esclarecimento prévio sobre os mesmos, ainda assim, caso ocorra algum desconforto, a entrevista será interrompida. Após o seu restabelecimento, ficará a critério de você continuar imediatamente a entrevista, ou continuar em outro momento oportuno, ou ainda, interrompê-la definitivamente, com a finalidade de evitar/ minimizar o dano emocional que esta entrevista possa lhe causar. Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas por você: para garantir sua privacidade, a entrevista será realizada em ambiente reservado ou em sua casa, onde achar mais apropriado, só com a sua presença e da pesquisadora. Para preservar sua identidade, você será identificado por meio de um código ou registro numérico nos questionários, bem como seu nome será substituído por um fictício, caso seja necessário, durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Reforça-se que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa são indiretos, sobretudo para a coletividade, contribuindo para a descrição e construção das condições de vida e saúde, assim como os principais problemas e necessidades em saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira, o que poderá subsidiar a prefeitura do Município de Baião de informações para planejamento, ações e políticas públicas voltadas para o bem-estar geral das condições de vida e saúde desta comunidade.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados por meio de relatório à Secretaria Municipal de Saúde de Baião/PA, bem como por meio de palestras dirigidas ao público participante (moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, etc). Além disso, os dados serão divulgados em artigos de revistas, eventos científicos e na tese. Este termo está redigido em duas vias, que será assinada pela pesquisadora, e você receberá uma via do termo com a assinatura. Ademais, todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, sendo a última página assinada por ambos.

Sempre que achar necessário, você pode fazer perguntas a respeito da pesquisa. Caso queira mais esclarecimentos sobre a mesma ou surgir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora através dos meios de contato explicitados no final deste termo de consentimento, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos

direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Baião, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br



APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Liderança Comunitária - Observação

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará**”, desenvolvida por Luciana Mendes Fernandes, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Daniele Moraes (FIOCRUZ), e co-orientação da Professora Dra Rosely Magalhães (FIOCRUZ), atendendo aos critérios da Resolução 466/2012 e 510/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio-históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

Durante o período de coleta de dados, a pesquisadora permanecerá por um tempo indeterminado na Vila de Umarizal Beira, de modo a observar e participar de algumas atividades cotidianas dos moradores, bem como registrará – por meio de um diário de campo, vídeos e fotografias – o seu ambiente físico, o espaço, condições sanitárias, habitacionais, entre outros aspectos de sua comunidade, para captar as nuances dos traçados territoriais, culturais, das práticas laborais, dos modelos arquitetônicos das casas e dos demais objetos que estão presentes no território, entre outros. No decorrer desta atividade, a pesquisadora ainda buscará dialogar com algumas pessoas, de modo a compreender alguns aspectos do seu viver.

Você está sendo convidado a autorizar a pesquisadora a fazer esse tipo de registro, considerando que você tem uma posição de liderança importante na gestão da comunidade, como presidente da Associação Quilombola ARCOQBU (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão). Todavia, sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não colaborar com a pesquisa, bem como se retirar dela a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira por causa de sua desistência. Contudo, sua participação é muito importante para a pesquisa.

Esclarecemos que não haverá despesas/custos para os participantes da pesquisa e, caso ocorra algum dano, comprovadamente decorrente do presente estudo, você terá direito a solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os riscos possíveis associados a esta pesquisa envolvem o desconforto, constrangimento ou incômodo que podem resultar das observações e registros da rotina de trabalho e vivência dos moradores feitos pela pesquisadora; além de constrangimentos relacionados à divulgação

da imagem, em função das filmagens ou registros fotográficos a serem realizados. Estes serão minimizados da seguinte forma: haverá o esclarecimento prévio sobre a pesquisa e cada participante da pesquisa (morador, profissional de saúde, liderança, etc) será consultado sobre se está confortável ou não com o registro de suas atividades. Caso ocorra algum desconforto, o registro será interrompido pois, em hipótese alguma, haverá a exposição indevida de suas imagens. Ainda, serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações obtidas: a fim de preservar a identidade dos sujeitos e garantir o anonimato, eles serão identificados por meio de um código ou registro numérico, bem como seu nome será substituído por um fictício, caso seja necessário, durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Finalmente, é importante lembrar que todo registro feito será armazenado em arquivos digitais, mas somente terão acesso aos mesmos a pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, bem como orientações do CEP/ENSP e com o fim deste prazo, será descartado.

Os benefícios relacionados a participação dos sujeitos nesta pesquisa são indiretos, sobretudo para a coletividade, contribuindo para a descrição e construção das condições de vida e saúde, assim como os principais problemas e necessidades em saúde da comunidade quilombola Umarizal Beira, o que poderá subsidiar a prefeitura do Município de Baião de informações para planejamento, ações e políticas públicas voltadas para o bem-estar geral das condições de vida e saúde desta comunidade.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados por meio de relatório à Secretaria Municipal de Saúde de Baião/PA, bem como por meio de palestras dirigidas ao público participante (moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde, etc). Além disso, os dados serão divulgados em artigos de revistas, eventos científicos e na tese. Este termo está redigido em duas vias, que será assinada pela pesquisadora, e você receberá uma via do termo com a assinatura. Ademais, todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, sendo a última página assinada por ambos.

Sempre que achar necessário, você pode fazer perguntas a respeito da pesquisa. Caso queira mais esclarecimentos sobre a mesma ou surgir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora através dos meios de contato explicitados no final deste termo de consentimento, ou ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Horário de atendimento ao público: das 9h às 16h”.

Acesse <https://cep.ensp.fiocruz.br/participante-de-pesquisa> para maiores informações.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Baião, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br

APÊNDICE K - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, (nome do participante da pesquisa), depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada (título da pesquisa) poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, os pesquisadores (nome de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa) a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (nome completo do pesquisador responsável), e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Baião-PA, (data)

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ
COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.



APÊNDICE L - CARTA CONVITE –

Moradores mais antigos e lideranças comunitárias

Baião, ____ de ____ de ____.

Prezado (a),

Eu, Luciana Mendes Fernandes, aluna do curso de Doutorado em Saúde Pública da Escola, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) e professora do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sob orientação da Professora Doutora Daniele Moraes (ENSP/FIOCRUZ) e co-orientação da professora Doutora Rosely Magalhães de Oliveira (ENSP/FIOCRUZ), gostaria de convidá-lo (a) a participar da Pesquisa **“Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará”**.

Trata-se de uma pesquisa que objetiva: analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

Sua participação será através uma entrevista que abordará os processos históricos de formação e ocupação da comunidade de Umarizal Beira, considerando as múltiplas formas de dominação e apropriação pelos diferentes atores sociais. Descrever e analisar como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os diferentes problemas socioambientais decorrentes de sua instalação repercutem nas condições de vida e saúde desta comunidade

Caso você tenha interesse em participar, entre em contato com o número de telefone indicado ao final, que poderei explicar e sanar todas as dúvidas sobre a pesquisa. Se você aceitar, enviarei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após leitura e aceite, a entrevista ocorrerá online, no horário e data de sua disponibilidade e por plataformas gratuitas destinadas a videoconferências on line. Esta será gravada tanto em vídeo como áudio, mediante autorização prévia. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Sua participação é extremamente importante!

Cordialmente,

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br



APÊNDICE M - CARTA CONVITE –

Moradores jovens e adultos, profissionais de saúde

Baião, ____ de ____ de ____.

Prezado (a),

Eu, Luciana Mendes Fernandes, aluna do curso de Doutorado em Saúde Pública da Escola, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) e professora do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sob orientação da Professora Doutora Daniele Moraes (ENSP/FIOCRUZ) e co-orientação da professora Doutora Rosely Magalhães de Oliveira (ENSP/FIOCRUZ), gostaria de convidá-lo (a) a participar da Pesquisa **“Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônicas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará”**.

Trata-se de uma pesquisa que objetiva: analisar a situação de saúde na comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando o conhecimento técnico-científico e da população moradora sobre processos sócio históricos de constituição do território e suas repercussões nas condições de vida e saúde da comunidade.

Sua participação será através uma entrevista que abordará as condições de vida e saúde no Território Quilombola de Umarizal da Beira, considerando o conhecimento dos profissionais da saúde e moradores sobre suas necessidades e problemas sociais e de saúde, bem como as (respostas sociais) estratégias para enfrentamento dos mesmos.

Caso você tenha interesse em participar, entre em contato com o número de telefone indicado ao final, que poderei explicar e sanar todas as dúvidas sobre a pesquisa. Se você aceitar, enviarei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após leitura e aceite, a entrevista ocorrerá online, no horário e data de sua disponibilidade e por plataformas gratuitas destinadas a videoconferências on line. Esta será gravada tanto em vídeo como áudio, mediante autorização prévia. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Sua participação é extremamente importante!

Cordialmente,

Luciana Mendes Fernandes

Pesquisadora responsável - Doutoranda em Saúde Pública

Telefone: (94) 98126-4999 ou 3778-2100 (IFPA)

E-mail: luciana.fernandes@ifpa.edu.br